

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

Josiele Sousa da Silva

DESENVOLVIMENTO & SOCIOAMBIENTALISMO:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DE O LIBERAL
E DIÁRIO DO PARÁ SOBRE A USINA HIDRELÉTRICA DE
BELO MONTE

BELÉM- PARÁ
2012

Josiele Sousa da Silva

**DESENVOLVIMENTO & SOCIOAMBIENTALISMO:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DE O LIBERAL
E DIÁRIO DO PARÁ SOBRE A USINA HIDRELÉTRICA DE
BELO MONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Ciências Sociais e Aplicadas. Linha de Pesquisa: Estratégias de Comunicação Midiática na Amazônia.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Luciana Miranda Costa

**BELÉM-PARÁ
2012**

O46a SILVA, Josiele Sousa da

Desenvolvimento & Socioambientalismo:

uma análise do discurso jornalístico de O Liberal e
Diário do Pará sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte/
Josiele Sousa da Silva. Belém: UFPA, 2012.

266f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) –

Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

1. Belo Monte 2. O Liberal 3. Diário do Pará 4.

Análise do Discurso.

I. Título.

C.D.D. 302.2

Josiele Sousa da Silva

**DESENVOLVIMENTO & SOCIOAMBIENTALISMO:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DE O LIBERAL
E DIÁRIO DO PARÁ SOBRE A USINA HIDRELÉTRICA DE
BELO MONTE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, Mestrado em Ciências da Comunicação, para o Exame de Dissertação.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Luciana Miranda Costa

RESULTADO: APROVADO () REPROVADO

Data: 24/07/2012



Prof. Dra. Luciana Miranda Costa - Orientadora



Prof. Dra. Netília Silva dos Anjos Seixas – Examinadora interna



Prof. Dra. Ivânia dos Santos Neves – Examinadora externa

BELÉM-PARÁ
2012

Para a minha família e aos amigos
que sempre torceram por mim

AGRADECIMENTOS

A Profª. Drª. Luciana Miranda Costa pela orientação pontual, paciência e seriedade na condução deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFPA), em especial, à Drª. Maria Ataíde Malcher, Dr. Manuel Dutra, Drª. Netília dos Anjos Seixas e Dr. Otacílio Amaral Filho, por terem permitido a concretização de um antigo projeto.

A Rosa Luciana Pereira Rodrigues e William B. Bennett pelo apoio e incentivo à perseverança necessária para o término da pesquisa.

Aos companheiros da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (Adufpa), da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) e da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN) pela útil colaboração nesta dissertação.

A todos que acreditaram na conclusão deste estudo após um longo processo de aprendizado.

RESUMO

O debate em torno da viabilidade da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na região Xingu do estado do Pará, voltou a ocupar as páginas de dois principais jornais paraenses, O Liberal e Diário do Pará, após 30 anos de criação do projeto pelo governo federal brasileiro. No período de 1º/05/2009 a 30/09/2010, as publicações reconstituíram o ambiente de embate instaurado entre diversos agentes e instituições sociais a respeito do empreendimento hidrelétrico, com a publicação de 475 textos jornalísticos sobre o tema, entre editoriais, entrevistas, artigos, notas, manchetes, notícias factuais e reportagens. Para compreender o processo comunicativo/discursivo de produção e reiteração de sentidos materializados nos textos jornalísticos dos periódicos, optou-se pela metodologia de análise do discurso de vertente francesa, com atenção para as relações existentes entre comunicação e discurso, as formações discursivas presentes nas matérias, assim como a manifestação da interdiscursividade. Como resultado da análise, exemplificada com a apresentação de seqüências discursivas de 32 textos selecionados do corpus principal e divididos em subtemáticas, constata-se a predominância do discurso desenvolvimentista em detrimento do socioambiental, apresentando fortes vínculos com outros discursos já proferidos sobre a Amazônia, esta ainda vista como um local repleto de riquezas a serem exploradas para atender aos interesses externos à região. Percebe-se também a valorização das declarações de fontes oficiais e de representantes de ONGs preservacionistas, artistas e pesquisadores, sendo que os Povos da Floresta permanecem em um plano de visibilidade inferior na reconstrução da polêmica sobre a Usina de Belo Monte.

Palavras-chave: Belo Monte; O Liberal; Diário do Pará; Análise do Discurso.

ABSTRACT

The debate on Belo Monte Hydroelectric construction feasibility, in Xingu region of Pará state, came back to the pages of two major newspapers in Pará, O Liberal and Diário do Pará, after 30 years of project creation by the federal government of Brazil. In the period from May, 5th 2009 to set, 30th 2010, the publications reconstructed the established combat atmosphere among various social agents and institutions about the hydroelectric project, publishing 475 newspaper articles on the subject, considering editorials, interviews, articles, notes, headlines, factual news and reports. To understand the communication process/discursive production and repetition of meanings embodied in the journalistic texts, it opted for the French methodology of discourse analysis, with attention to the relationship between communication and discourse, presented discursive formations in the texts as well as the expression of interdiscursivity. The result of the analysis, exemplified by the presentation of discursive sequences, taken from 32 selected texts of the main body and divided into subthemes, showed that there is a predominance of the development discourse at the expense of social and environmental discourse, with strong links to other speeches already said about Amazon. This is still seen as a place full of riches to be exploited and to serve the interests outside the region. It is also evident the appreciation of officials statements and conservationist NGO representatives, artists and researchers. The Forest Folks remain in a visibility lower level in the reconstruction of the controversy about Belo Monte Hydroelectric.

Keywords: Belo Monte; O Liberal; Diário do Pará; Discourse Analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da região Xingu e seus 11 municípios - Brasil	62
Figura 2 - Página B6, caderno Brasil, Diário do Pará, edição de 24/05/2009	142
Figura 3 - Página 1, caderno Poder, O Liberal, edição de 17/04/2010	142
Figura 4 - Manchete da notícia “Índios farão aldeia em área a ser alagada”, página A8, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 08/02/2010	143
Figura 5 - Manchete da notícia “Índios abandonam diálogo com o governo”, página B9, caderno Brasil, Diário do Pará, edição de 15/08/2010	144
Figura 6 - Coluna Repórter 70, O Liberal, edição de 14/09/2009	146
Figura 7 - Página B4, caderno Brasil, Diário do Pará, edição de 08/09/2010	148
Figura 8 - Página B4, caderno Brasil, Diário do Pará, edição de 12/07/2009	149
Figura 9 - Página 1, caderno Poder, O Liberal, edição de 13/04/2010	168
Figura 10 - Reportagem “Audiência pública acaba em tumulto”, caderno Atualidades, p.5, O Liberal, edição de 16/09/2009	169
Figura 11 - Página 5, caderno Poder, O Liberal, edição de 18/11/2009	172
Figura 12 - Página 6, caderno Poder, O Liberal, edição de 24 e 25/12/2009	176
Figura 13 - Página A3, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 14/02/2010	177
Figura 14 - Fotografia da reportagem “Eletrobrás confirma: leilão de Belo Monte iniciará em maio”, caderno Atualidades, p. A3, Diário do Pará, edição de 14/02/2010	181
Figura 15 - Reprodução parcial da reportagem “Usina de Belo Monte vai a leilão no dia 20 de abril”, caderno Atualidades, p. A10, Diário do Pará, edição de 19/03/2010	182
Figura 16 - Página A10, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 19/03/2010	183
Figura 17 - Página A11, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 15/04/2010	184
Figura 18 - Trecho em destaque do subtítulo “Empresas ganham incentivo fiscal”, caderno Atualidades, p. A11, Diário do Pará, edição de 15/04/2010	188
Figura 19 - Página 6, caderno Atualidades, O Liberal, edição de 23/10/2009	192
Figura 20 - Página A6, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 09/09/2009	199
Figura 21 - Síntese da notícia “Audiências Públicas começam amanhã”, caderno Atualidades, p. A6, Diário do Pará, edição de 09/09/2009	201

Figura 22 - Página A9, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 1º/12/2009	202
Figura 23 - Página A9, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 23/09/2009	204
Figura 24 - Página 2, caderno Poder, O Liberal, edição de 21/04/2010	208
Figura 25 - Fotografia da reportagem “Protestos contra usina por todos os lados”, caderno Poder, p.2, O Liberal, edição de 21/04/2010	209
Figura 26 - Página A11, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 13/04/2010	212
Figura 27 - Página A8, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 08/02/2010	215
Figura 28 - Página B9, caderno Brasil, Diário do Pará, edição de 15/08/2010	218
Figura 29 - Página 3, caderno Poder, O Liberal, edição de 08/09/2010	222
Figura 30 - Página 1, caderno Poder, O Liberal, edição de 09/05/2010	225
Figura 31 - Página 2, caderno Poder, O Liberal, edição de 09/05/2010	226
Figura 32 - Página 2, caderno Poder, O Liberal, edição de 12/09/2010	228
Figura 33 - Página A5, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 06/06/2010	231
Figura 34 - Ilustração nº 1 reproduzida na reportagem “Cartilha da Igreja pede reação contra usinas”, p. A5, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 06/06/2010	234
Figura 35 - Ilustração nº 2 reproduzida na reportagem “Cartilha da Igreja pede reação contra usinas”, p. A5, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 06/06/2010	236
Figura 36 - Página B1, caderno Brasil, Diário do Pará, edição de 14/08/2010	238
Figura 37 - Página A8, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 22/04/2010	240

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores sociais dos 11 municípios da região Xingu: população total/rural e urbana, rendimento mensal <i>per capita</i> domiciliar e taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais (2010)	76
Tabela 2 - Indicadores sociais dos 11 municípios da região Xingu: domicílios permanentes, saneamento adequado, semi-adequado e inadequado (2010)	77
Tabela 3 - Composição Acionária da Norte Energia S/A (2012)	78
Tabela 4 - Demonstrativo do <i>corpus</i> geral de análise	141
Tabela 5 - Comparativo dos textos analisados de O Liberal e Diário do Pará - Urgência na realização do leilão e a batalha judicial para a concessão do licenciamento ambiental para as obras do projeto	171
Tabela 6 - Comparativo dos textos analisados entre O Liberal e Diário do Pará - Audiências Públicas sobre Belo Monte	190
Tabela 7 - Comparativo dos textos analisados de O Liberal e Diário do Pará - Mobilização dos grupos contrários à hidrelétrica	207
Tabela 8 - Comparativo dos textos analisados de O Liberal e Diário do Pará - Defesa do empreendimento pelo governo federal e aliados	221

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ABP - Associação Brasileira de Propaganda
ACL - Ambiente de Contratação Livre
ACPs – Ações Civas Públicas
ACR - Ambiente de Contratação Regulada
AD – Análise do Discurso
ADA – Área Diretamente Atingida
ADUFPA – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará
AGU – Advocacia Geral da União
AHE - Aproveitamento Hidrelétrico
AID - Área de Influência Direta
AII - Área de Influência Indireta
AM – Amazonas
AMPEP - Associação dos Membros do Ministério Público do Estado
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANJ – Associação Nacional de Jornais
BANPARÁ – Banco do Estado do Pará
BASA – Banco da Amazônia
BNDE - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCBM - Consórcio Construtor Belo Monte
CCCS – Centre for Contemporary Cultural Studies
CE – Ceará
CEMIG – Companhia Energética do Estado de Minas Gerais
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos
CGU – Controladoria Geral da União
CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPE - Conselho Nacional de Política Energética
COP 13 - 3ª Reunião das partes da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DEM – Partido dos Democratas
DF – Distrito Federal
DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
ECO/Rio-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EGM – Estudo Geral dos Meios
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S/A
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
EUA – Estados Unidos da América
FAB - Força Aérea Brasileira
FCPTN - Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves
FD – Formação Discursiva
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FI – Formação Ideológica
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais
FUNTELPA – Fundação de Radiodifusão do Pará
FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar
G 77 – Grupo dos 77 países em desenvolvimento
G 20 – Grupo dos 20 países mais ricos do mundo
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ING – Inglaterra
ISA - Instituto Socioambiental
ISS – Imposto sobre Serviços
IUCN - International Union for Conservation of Nature

IVC – Instituto Verificador de Circulação
JK – Juscelino Kubitschek
LI – Licença de Instalação
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MDTX - Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MMCC - Movimento de Mulheres do Campo e Cidade
MME - Ministério de Minas e Energia
MNTB - Missão Novas Tribos do Brasil
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MPF – Ministério Público Federal
MPST - Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica
MRN - Mineração Rio do Norte
MXVPS – Movimento Xingu Vivo para Sempre
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização não governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
ORM – Organizações Rômulo Maiorana
PA – Pará
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDRS - Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
PGC - Programa Grande Carajás
PI – Piauí
PIB – Produto Interno Bruto
PIN - Plano de Integração Nacional
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PP - Partido Progressista

PROTERRA - Programa de Distribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte-Nordeste

PSD - Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RBA – Rede Brasil Amazônia

REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal

RIMA – Relatório de Impactos Ambientais

RJ – Rio de Janeiro

RO - Rondônia

SIN - Sistema Interligado Nacional

SINOBRAS – Siderurgia Brasil Norte S/A

SINTRAPAV - Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada

SPE - Sociedade de Propósito Específico

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCU - Tribunal de Contas da União

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UFPA – Universidade Federal do Pará

UHE – Usina Hidrelétrica

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNI – União das Nações Indígenas

USP – Universidade de São Paulo

WWF – World Wild Fund for Nature

SUMÁRIO

Introdução	18
Divisão da dissertação	24
Capítulo 1 – Os discursos sobre a Amazônia	26
1.1 Amazônia - o paraíso de riquezas	26
1.2 O Discurso Desenvolvimentista	31
1.3 O Discurso Socioambientalista	42
1.3.1 Um discurso sob críticas	52
Capítulo 2 – A polêmica sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte	59
2.1 Uma história de conflitos	59
2.2 O projeto de Belo Monte	67
2.3 Belo Monte: diversidade e embate social	73
2.3.1 Governo federal	77
2.3.2 Ministério Público Federal	79
2.3.3 Conselho Indigenista Missionário (Cimi)	80
2.3.4 Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS)	82
Capítulo 3 – Comunicação & Discurso	84
3.1 Comunicação: um campo de estudos em formação	84
3.2 A Análise do Discurso	93
3.3 Discurso e Formação Discursiva	98
3.4 Discurso e Ideologia	102
3.5 O interdiscurso na Comunicação	105
Capítulo 4 - o discurso jornalístico e a história de o liberal e diário do Pará	112
4.1 A construção do discurso jornalístico	112
4.1.1 As estratégias de legitimação	112
4.1.2 A influência da rotina produtiva na construção discursiva	117
4.1.3 Jornalismo e relações de poder	121
4.2 O Jornalismo no Brasil e no Pará	126
4.2.1 O Liberal: de panfleto partidário a grande jornal	128
4.2.2 A trajetória do jornal Diário do Pará	133
4.2.3 Quem financia O Liberal e Diário do Pará?	135
Capítulo 5 - A Análise do Discurso de O Liberal e Diário do Pará	139
5.1 Apresentação do Material Empírico	139
5.2 Editoriais – A “voz” do jornal	149
5.3 Análise do discurso jornalístico a partir de subtemáticas	170

5.3.1 A urgência na realização do leilão e a batalha judicial para a concessão do licenciamento ambiental para as obras do projeto	170
5.3.2 Audiências Públicas sobre Belo Monte	189
5.3.3 Mobilização dos grupos contrários à hidrelétrica	206
5.3.4 Defesa do empreendimento pelo governo federal e aliados	220
Conclusão	244
Referências Bibliográficas	249

Introdução

Por mais de três décadas, o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em fase de instalação na região Xingu, estado do Pará, é objeto de ampla discussão entre governo federal, organizações não-governamentais ambientalistas, pesquisadores, lideranças sindicais e indígenas em torno da viabilidade do empreendimento. Para os representantes do Executivo Federal, a implementação da Usina mostra-se como indispensável para garantia do abastecimento de energia elétrica aos estados brasileiros da região Centro-Oeste e Nordeste e à continuidade do crescimento econômico experimentado pelo País nos últimos dez anos.

Em direção contrária, movimentos ambientalistas e entidades representativas de trabalhadores rurais, de comunidades tradicionais da Amazônia e dos povos indígenas posicionam-se contra o projeto energético ao denunciarem os possíveis impactos ambientais, culturais, sociais e econômicos a ocorrerem nos 11 municípios que compõem a região Xingu (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu).

A meta do Ministério de Minas e Energia (MME) é ampliar a produção de energia elétrica no Brasil até 2030. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impactos Ambientais (EIA/Rima) de Belo Monte, o aproveitamento hidrelétrico da Usina supriria em 5,5% a demanda atual por energia. “O AHE Belo Monte fará parte do SIN-Sistema Interligado Nacional, que faz a distribuição de energia elétrica para todas as regiões do País e que recebe boa parte da energia gerada no Brasil“ (BRASIL, 2009, p. 12-13).

A polêmica criada a respeito da Usina voltou a se manifestar de forma mais intensa a partir da divulgação, em maio de 2009, do EIA/Rima e da concessão de licenças ambientais pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)¹ ao MME que permitiriam o início das obras de Belo Monte. Vários agentes e instituições sociais restabeleceram uma disputa ideológica que pode ser percebida a partir de dois conceitos

¹ Autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis é o órgão executivo responsável pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Foi instituído pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, e suas principais funções são: desenvolver atividades para a preservação e conservação do patrimônio natural; controle e a fiscalização sobre o uso dos recursos naturais (p.ex.: água, flora, fauna, solo) no Brasil. A ele também cabe realizar estudos e conceder licenças ambientais para empreendimentos de impacto nacional. Fonte: < <http://www.ibama.gov.br>>.

principais: o desenvolvimentismo² e o socioambientalismo³, com destaque garantido nos meios de comunicação, inclusive nos jornais impressos do Pará.

Vinte e dois anos depois dos primeiros embates em torno da Usina de Belo Monte, os questionamentos contra o empreendimento hidrelétrico são os mesmos, ainda que o governo federal e aliados interessados no projeto, dentre os quais se destacam empresas mineradoras eletrointensivas, construtoras de grande porte e o empresariado do sudeste brasileiro e da própria região Xingu, apresentem argumentos que apontem a validade da proposta como promotora do desenvolvimento econômico e social dos municípios paraenses e do Brasil. Belo Monte seria indispensável para dar prosseguimento ao novo *boom* econômico experimentado durante a gestão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)⁴.

Segundo a Norte Energia S/A (2012), empresa responsável pela administração da geração, comercialização e distribuição da energia elétrica de Belo Monte, do total a ser produzido pela Usina (1.135.607 GWh), 3,22% serão consumidos no estado do Pará. Mais da metade, o equivalente a 56,28%, será destinada aos estados de São Paulo (29,22%), Minas Gerais (14,56%), Santa Catarina (2,99%), Rio de Janeiro (3,7%), Espírito Santo (2,01%) e Distrito Federal (3,8%). O Nordeste será também importante importador da energia da Usina Hidrelétrica, obtendo 29,08% do total da geração, sendo a Bahia o principal estado nordestino a usufruir o recurso (13,85%).

Em entrevista a *O Liberal*, publicada no dia 9 de maio de 2010, o então senador Edison Lobão, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e um dos idealizadores do projeto, defendeu explicitamente a viabilidade da Usina que, segundo ele,

² O desenvolvimentismo é muitas vezes confundido com outros fenômenos associados a ele em experiências históricas mais típicas: defesa da industrialização e do intervencionismo, que vai desde políticas econômicas expansionistas, pró-crescimento, até o planejamento e a criação de empresas e bancos de fomento estatais, geralmente emoldurados por uma retórica com apelos ideológicos nacionalistas. [...] Embora haja controvérsias sobre seu significado e alcance, este é entendido [...] como possuindo um “núcleo duro” que o caracteriza em suas várias manifestações concretas, como a defesa: (a) da industrialização; (b) do intervencionismo pró-crescimento; e (c) do nacionalismo, embora este deva ser entendido num sentido muito amplo, que vai desde a simples retórica ufanista conservadora até propostas radicais de rompimento unilateral com o capital estrangeiro” (FONSECA, 2004, p. 225-226). Este conceito será melhor discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

³ De acordo com Santilli (2005), o Socioambientalismo é um movimento político-social entendido como a compreensão dos direitos socioambientais a partir de direitos coletivos (p.ex.: meio ambiente, patrimônio cultural). “O socioambientalismo no Brasil é caracterizado pela busca do desenvolvimento, não só da sustentabilidade de ecossistemas, espécies e processos ecológicos, mas também a sustentabilidade social e cultural por meio de políticas públicas sociais” (VIEIRA, 2010, p.31). As origens do discurso socioambientalista serão apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação.

⁴ Segundo Nuzzi (2011), a partir de números divulgados no dia 3 de março de 2011 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o Produto Interno Bruto, houve alta de 7,5% do índice relativo ao exercício de 2010. O crescimento médio da economia brasileira durante os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi de 4% ao ano. O desempenho do ex-presidente na gestão da economia do País apresentou resultados significativos e superiores se comparados aos de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), “que mostrou expansão média do PIB de 2,3% ao ano” (NUZZI, 2011). O governo Lula teve, em seu primeiro ano, um crescimento de apenas 1,1% em 2003. Seu melhor resultado foi em 2010, mesmo em meio à crise econômica internacional. O segundo melhor índice de crescimento registrado na economia brasileira foi em 2007, com expansão de 6,1%”(NUZZI, 2011).

não causaria qualquer prejuízo para comunidades da região Xingu. A geração de tributos e de empregos a partir da implementação da Hidrelétrica, como se percebe abaixo, seriam algumas das tantas vantagens previstas⁵.

Nós vamos gerar riqueza para a região toda, gerar tributos, ICMS, ISS, *royalties* e tudo mais. Vamos criar bem-estar para uma parcela do povo brasileiro que vai trabalhar na hidrelétrica. Não é apenas riqueza, mas, por exemplo, vai haver casas para aqueles que não possuíam. Enfim, só existe vantagem, não existe desvantagem (VILARINS, 2010a, p.2).

Na mesma entrevista citada, Edison Lobão enfatiza a importância de Belo Monte para a economia brasileira por garantir a segurança energética do País. Sem energia elétrica gerada pelas usinas, incluindo a de Belo Monte, a rotina dos brasileiros seria negativamente afetada.

Sem essas hidrelétricas nós teríamos carência e falta de energia e desapareceria tudo isto que nós temos: as famílias não terão água quente em suas residências, não haveria energia suficiente para movimentar nossas indústrias e assim por diante (VILARINS, 2010a, p.2).

O projeto da Hidrelétrica de Belo Monte é considerado um dos principais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁶ e deve receber investimentos acima de R\$ 20 bilhões. Além da UHE Belo Monte, outras usinas estão previstas dentro do PAC 2⁷. Depois de concluída, a Usina terá potência de 11.233 megawatts (MW) e geração média anual de 4.746 MW. Setenta por cento do total da produção energética já negociada pela Norte Energia S/A foram adquiridos por 27 distribuidoras de eletricidade espalhadas pelo País sob o regime de Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Dez por cento da energia gerada pela Hidrelétrica

⁵ Dada a representatividade deste discurso em relação à postura governamental, ele foi colocado a título ilustrativo nesta Introdução. O discurso jornalístico propriamente dito será analisado no capítulo 5.

⁶ O Programa de Aceleração do Crescimento foi lançado, no final de julho de 2007, a fim de promover o crescimento da economia nacional em 5% ao ano. Em sua primeira versão, o programa envolvia ações nas áreas de infraestrutura urbana, saneamento básico nas grandes e pequenas cidades brasileiras e a construção de habitações populares (SAIBA..., 2007). Em março de 2010, às vésperas do início da campanha eleitoral para a sucessão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o governo federal lançou o PAC 2, coordenado pela futura candidata à presidência e então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. O PAC 2 tinha como previsão de investimento até R\$ 958,9 bilhões entre 2011 e 2014. No período pós-2014, a estimativa seria injetar mais R\$ 631,6 bilhões em obras – totalizando R\$ 1,59 trilhão (GOVERNO..., 2010). Na segunda etapa do programa, o governo direcionou seus investimentos para as áreas de logística, energia e núcleo social-urbano, as quais foram divididas em seis subgrupos temáticos: “Cidade Melhor”, “Comunidade Cidadã”, projeto “Minha Casa, Minha Vida”, “Água e Luz para Todos”, energia e transportes (GOVERNO..., 2010). Mais informações sobre o PAC estão disponíveis no sítio eletrônico <<http://www.pac.gov.br>>.

⁷ O governo pretende construir dez usinas hidrelétricas de modelo plataforma e mais 44 hidrelétricas convencionais com recursos do PAC 2. O investimento previsto para esse ramo totaliza R\$ 116 bilhões. Muitas dessas iniciativas dependem ainda de licença ambiental. Durante o anúncio, ambientalistas protestaram. A Região Sul receberá quase a metade das usinas convencionais previstas no novo PAC. Ao todo, 20 hidrelétricas serão construídas no Rio Grande do Sul, Paraná e em Santa Catarina. Dessas, oito deveriam ser concluídas com recursos do PAC 1 e não foram. Outras oito também já estavam previstas no PAC 1, mas as obras tinham previsão de ser finalizadas após 2010. Apenas quatro delas são lançamentos do novo PAC. O estado de Goiás será o que mais receberá usinas convencionais individualmente. Serão 12 no total, sendo que oito estavam previstas no PAC 1 (GOVERNO..., 2010).

já pertence a empresas autoprodutoras, com destaque para a mineradora Vale. Já o restante será destinado “ao mercado livre (Ambiente de Contratação Livre – ACL). Todos os contratos terão duração de 30 anos” (NORTE ENERGIA, 2012).

Não indiferentes à relevância das futuras consequências da construção da Hidrelétrica e integrantes da complexa realidade social da Amazônia, dois dos principais jornais paraenses, O Liberal e Diário do Pará, acompanharam o retorno da polêmica sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ampliada a partir de maio de 2009 até setembro de 2010. O assunto ganhou amplo espaço na cobertura jornalística realizada pelos dois periódicos. No total, foram publicados 475 textos jornalísticos (desde editoriais, notas em colunas, reportagens especiais, artigos e notícias factuais) sobre a temática, em uma fase que antecedeu a campanha de sucessão de um dos presidentes mais populares do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo Costa e Silva (2010), estima-se que, pelo menos, 300 mil moradores dos 11 municípios que compõem a região Xingu serão afetados pelo empreendimento a partir da construção dos reservatórios de água da Usina e da inundação de áreas habitadas, principalmente, pelas populações ribeirinha e indígena, o que justifica a atenção concedida à polêmica a respeito da viabilidade da Hidrelétrica.

Os meios de comunicação massivos, incluindo os jornais impressos, são produtores de bens simbólicos dotados de visões de mundo e de discursos com estreitas relações com outros anteriormente proferidos. Eles atuam como mediadores sociais, apresentando ao público representações variadas e produzidas nas relações cotidianas entre os indivíduos, além de fornecerem referências de comportamento que acabam por manter o senso comum (SILVERSTONE, 2005).

Os jornais reconstruíram em suas páginas os embates estabelecidos entre os agentes sociais e instituições envolvidas nas discussões sobre o projeto hidrelétrico, servindo como informantes da população paraense sobre as possíveis implicações positivas ou negativas da Usina. Conhecer o processo constitutivo do discurso jornalístico das duas publicações é um dos objetivos principais deste trabalho, bem como trazer novos elementos para a compreensão da função dos jornais O Liberal e Diário do Pará como mediadores das relações sociais e como produtores de bens simbólicos na região amazônica. Ou seja, produtores de discursos também resultante das interações simbólicas/comunicativas.

Desta forma, tendo em vista a importância dos meios de comunicação impressos na ampliação do alcance dos discursos sociais e como instituições participantes da dinâmica comunicacional/discursiva firmadas nas relações sociais cotidianas, em específico no estado

do Pará, este trabalho objetiva ainda analisar as principais características do discurso jornalístico das publicações O Liberal e Diário do Pará sobre a polêmica em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no período de 1º/05/2009 a 30/09/2010, buscando identificar as *formações discursivas* que fundamentaram os respectivos discursos jornalísticos. Elaborado por Foucault (2008), o conceito de formação discursiva compreende as possíveis escolhas temáticas, de palavras, modos de expressão selecionados pelos agentes e instituições na criação de seus respectivos discursos, que se “manifestam com uma determinada regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) [...]” (FOUCAULT, 2008, p.43).

Outro objetivo deste estudo consiste em analisar a manifestação da *interdiscursividade* nos jornais impressos, com destaque à reiteração discursiva de tempos passados sobre os assuntos amazônicos e que adquiriram novas formas materializadas em textos jornalísticos. De acordo com Brandão (2004), o francês Dominique Maingueneau defende a ideia de lugar privilegiado da interdiscursividade na compreensão dos discursos sociais, de modo que a apreensão do fenômeno implica o entendimento da interação entre formações discursivas distintas. “Nesse sentido, dizer que a interdiscursividade é constitutiva de todo discurso é dizer que todo discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos” (BRANDÃO, 2004, p. 107). Para a identificação das formações discursivas e a percepção do interdiscurso, utilizou-se como metodologia a análise do discurso de vertente francesa de perfil histórico e ideológico. Maingueneau (2006) afirma que a Escola Francesa de Análise do Discurso consiste em um conjunto de pesquisas da análise discursiva que se dedica a estudar, preferencialmente: “corpus escritos, formações discursivas que apresentam um interesse histórico; que refletem sobre a inscrição do Sujeito no seu discurso; fazem uso das teorias da enunciação linguística [...] e atribuem um papel privilegiado ao interdiscurso” (MAINGUENEAU, 2006, p.71).

Este estudo teve como fonte de informações a pesquisa documental indireta, com a obtenção de documentos específicos sobre o tema e a pesquisa bibliográfica sobre a Usina Hidrelétrica e o contexto histórico-social que envolve a polêmica do projeto. No levantamento do material jornalístico publicado pelos dois jornais⁸, foram contabilizados 475 textos divulgados sobre a temática, quase que diariamente e em posição de relativo destaque nas

⁸ Os textos jornalísticos analisados para a realização desta dissertação foram obtidos dos arquivos da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (Adufpa), da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN) e dos arquivos eletrônicos de O Liberal e Diário do Pará disponíveis na internet, nos respectivos endereços: <<http://www.oliberaldigital.com.br>> e <<http://www.diariodopara.com.br>>.

edições. Os textos abordaram o anúncio do início das obras, a articulação das ONGs ambientalistas nacionais e internacionais contrárias ao novo complexo hidrelétrico, além da atuação de sindicatos de trabalhadores rurais e populações indígenas contra as intenções do Estado em dar início ao empreendimento energético. Nesse mesmo período, foi noticiada a retomada da realização de audiências públicas em Belém (PA) e em Altamira (PA) para discutir as consequências negativas da Usina, a concessão de diversas licenças prévias ambientais e de instalação das obras pelo Ibama para o início da construção da Hidrelétrica, além do leilão que determinou quais empresas seriam responsáveis pelo gerenciamento das atividades da Usina.

O que se pode perceber, a partir da análise dos textos, é que os jornais O Liberal e Diário do Pará, mais lidos e influentes no estado do Pará, realizaram a cobertura jornalística sobre o retorno da polêmica em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no período de 1º/05/2009 a 30/09/2010, com um enfoque claramente tendencioso, privilegiando determinadas fontes em seus textos jornalísticos⁹. Tanto o jornal O Liberal como o Diário do Pará mantêm alianças econômicas e político-partidárias relevantes na região amazônica que garantem financeiramente a atuação de ambos como empresas jornalísticas, ao mesmo tempo em que buscam manter a credibilidade diante da população como meios de comunicação compromissados em noticiar os fatos de forma imparcial e conforme os interesses do público leitor¹⁰.

⁹ Benetti (2008) questiona a suposta objetividade jornalística, tão defendida nos manuais de redação jornalística e pelo próprio Código de Ética dos Jornalistas do Brasil. Na visão da autora, sempre o produto jornalístico apresentará as marcas das relações sociais firmadas em uma formação econômico-social. A objetividade jamais é respeitada e até considerada ingênua por Benetti (2008), pois nunca existiu o retrato fiel da realidade sem a interferência, tanto do jornalista, como da própria empresa onde ele trabalha, a partir das rotinas de produção estabelecidas nas redações. Também se invoca o imaginário social que cada indivíduo dispõe como patrimônio cultural para a criação dos textos jornalísticos, segundo a autora.

¹⁰ Chaparro (2007) explica que, nos manuais de redação e de conduta jornalística elaborados pelas empresas de comunicação a fim de orientar seus profissionais nas rotinas de produção diária de seus produtos midiáticos, é comum se apresentarem regras que possam garantir a qualidade da notícia e a credibilidade da empresa jornalística como fonte de informação. Essa busca pela credibilidade faz parte da existência das instituições noticiosas no mercado da informação, sendo também uma exigência da própria prática jornalística de comprometimento com os fatos reais, ainda que haja interesses conflitantes com essa ordem, de natureza financeira, política, comercial e ideológica. “Cada manual de redação forma um conjunto lógico de enunciados normativos, estabelecendo 'verdades' constitutivas de um saber (fazer jornal) oficial e inquestionável, emitido pela organização para um universo fechado, especializado e dependente. Objetivo: impor uma linguagem-padrão e normas de ação, tendo em vista a obtenção, em escala econômica, de um produto cultural com determinados atributos de conteúdo e forma. Na realidade, existem dois discursos: o discurso da fisionomia institucional, configurado nos manuais e na metalinguagem de cada veículo; e o discurso-produto que resulta da prática, desenvolvida no contexto complexo das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, de múltiplos intervenientes e conflitantes interesses” (CHAPARRO, 2007, p. 124-125).

Divisão da dissertação

Este trabalho possui cinco capítulos. O primeiro deles, intitulado “Os discursos sobre a Amazônia”, apresenta as construções discursivas sobre a região amazônica. Ele tratará a respeito das principais relações econômico-sociais da região, com a proposta de permitir, durante a análise posterior do material selecionado, a percepção da *interdiscursividade* e das *formações discursivas* embasadoras do discurso dos jornais O Liberal e Diário do Pará sobre Belo Monte.

O capítulo 2, “A polêmica sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte”, é dedicado à história do projeto da Usina, incluindo seus primeiros estudos de viabilidade realizados em meados da década de 70, os conflitos estabelecidos ao longo das últimas três décadas entre representantes do governo federal, povos indígenas e comunidades ribeirinhas e de agricultores que deverão ser afetadas pelas obras da Usina. A intenção é contextualizar o ambiente combativo que antecedeu e que marcou a polêmica retratada a respeito da construção da Hidrelétrica nos jornais O Liberal e Diário do Pará. Nesse capítulo, será detalhado o projeto e feita a descrição dos agentes e instituições envolvidas no debate em torno da viabilidade da construção de Belo Monte.

Em “Comunicação e Discurso”, terceiro capítulo da dissertação, abordam-se os conceitos de comunicação e discurso, além de suas relações, sendo ambos práticas sociais de natureza interligada. Esse capítulo trará ainda importantes conceitos que auxiliarão no entendimento da constituição do discurso jornalístico de O Liberal e Diário do Pará: *formação discursiva*, *formação ideológica* e *interdiscursividade*, além de pontuar as principais características do método de Análise de Discurso de vertente francesa, partindo do seu histórico, de sua função e sua pertinência em pesquisas relacionadas ao discurso, principalmente a respeito do discurso jornalístico.

No quarto capítulo, “O discurso jornalístico e a história de O Liberal e Diário do Pará”, o compromisso é apontar os principais aspectos que constituem a mídia, em geral, e os jornais impressos, em específico, como produtores de bens simbólicos, de discursos marcados por padrões de conduta e valores sociais, também fortemente influenciados por rotinas específicas de produção e pelas relações econômicas e políticas mantidas pelos jornais com os demais agentes e instituições. Será relatada também a trajetória dos jornais impressos O Liberal e Diário do Pará e as suas alianças institucionais como elementos determinantes na

formação de seus respectivos discursos. Já o último capítulo corresponde à análise discursiva dos textos jornalísticos dos periódicos paraenses.

Capítulo 1 - Os discursos sobre a Amazônia

1.1- Amazônia - o paraíso de riquezas

Ocupando cerca de 80% da Pan-Amazônia brasileira ou sul-americana, Loureiro (2009) retrata a região amazônica como uma área dotada de características peculiares que a destacam dentre as demais regiões brasileiras. A Hileia comporta 50% do território nacional, o equivalente a 4,5 milhões de quilômetros quadrados, além de abrigar a maior bacia hidrográfica do mundo. O rio Amazonas é considerado o maior em extensão e volume d'água, compondo a bacia da qual faz parte com “cerca de 1100 cursos d'água dos mais diversos tamanhos, somando uma rede de mais ou menos 20.000 km de extensão, o que corresponde a cerca de 20% de água doce do planeta” (LOUREIRO, 2009, p.149). A pesquisadora descreve a Amazônia como um ambiente natural constituído de, aproximadamente, 3,8 milhões de quilômetros quadrados de floresta densa e heterogênea, devendo ser considerados os campos naturais que compõem a vasta vegetação amazônica.

Do ponto de vista natural o que caracteriza a Amazônia mais expressivamente é o fato de ter a mais rica biodiversidade do mundo. Trata-se de uma *mega-biodiversidade*. Isso ocorre não apenas porque há nela a maior variedade de espécies animais e florestais do mundo, mas também, a maior concentração dessas espécies por km² (LOUREIRO, 2009, p.149).

“El Dorado”¹¹, “Pulmão do mundo”, “Lugar inóspito” e “Terra do Futuro”. Estas são algumas das expressões presentes nos discursos construídos ao longo dos séculos para designar uma das regiões mais cobiçadas e discutidas do planeta: a Amazônia. Desde a sua “descoberta” pelos primeiros colonizadores lusitanos no século XVI, a região amazônica tornou-se assunto de grande interesse mundial, principalmente em relação à exuberância natural e à potencialidade quanto à oferta de recursos naturais capazes de proporcionar lucros consideráveis. Segundo Costa e Silva (2010), a visão predominante a respeito da maior região no território brasileiro correspondia ao sentido de “reservatório de riquezas” a ser utilizado por quem lá chegasse, sejam os lusitanos, espanhóis, ingleses ou holandeses.

¹¹ A expressão “El Dorado” remete à lenda indígena do período colonial, cujo sentido principal seria: “aquele que é recoberto de ouro” (NASCIMENTO, S.d). A lenda relata a estória de um cacique do reino Chibcha, situado atualmente na Colômbia. “Nos dias de festa, o cacique Chibcha tinha seu corpo untado com uma resina pegajosa sobre a qual era pulverizado ouro em pó [...]. Após os rituais, ele mergulhava na laguna de Guatavita e ia retirando aos poucos o ouro da pele para lançá-lo às águas” (NASCIMENTO, S.d). A estória teria estimulado a imaginação e a cobiça dos europeus que estavam em busca de metais preciosos na América recém descoberta pelo Velho Mundo.

Bezerra Neto (2001) conta que os primeiros europeus a chegarem à Amazônia foram os espanhóis e portugueses, os quais almejavam o desejado *El Dorado*, a terra abundante em tesouros a serem entregues às coroas europeias, ao navegarem pelo rio Amazonas. Ingleses e holandeses também “[...] ensaiavam suas primeiras tentativas de ocupação da região em busca da exploração mercantil [...]” (BEZERRA NETO, 2001, p.15-16), particularmente na procura por especiarias, chamadas de drogas do sertão. Costa e Silva (2010) relatam que a exploração livre do território amazônico atendeu aos objetivos privados de grupos econômicos externos à Amazônia, na maioria das vezes alheios às intenções da população local. A exploração com beneficiamento de pequenos grupos sociais “ainda é contumaz e persistente nas relações sociais da região até os dias atuais. Tal prática remanescente teve suas origens nas ações coloniais do século XV/XVI” (COSTA; SILVA, 2010, p. 6-7).

As primeiras formas de exploração europeias na Amazônia, segundo Alves Filho (2000), também consideravam como fundamentais os objetivos dos colonizadores em detrimento dos interesses daqueles que residiam na região. “O projeto colonial lusitano para a Amazônia, além de seu perfil alienígena e autoritário, implicou a dizimação em massa dos povos índios” (ALVES FILHO, 2000, p. 45). Na avaliação de Alves Filho (2000), construiu-se um modelo econômico a partir da visão exterior do forasteiro, sem trazer os esperados benefícios para os que trabalhavam e produziam de forma direta nas atividades econômicas locais.

No final do século XIX até o início da primeira metade do século XX (1870-1915), a Amazônia tornou-se alvo da exploração extrativista do látex da seringueira, a “borracha silvestre” (BEZERRA NETO, 2000, p.27), promovida pelo capital nacional e estrangeiro.

Muitos mortos e outros tantos são transformados em mão-de-obra barata para o trabalho nos seringais. Salvo as classes abastadas que controlavam a exploração e o comércio da borracha, grande parte da população da Amazônia não usufruiu o conforto e o fausto. Ficou à margem dessa prosperidade ou integrou-se ao modelo como força de sustentação (ALVES FILHO, 2000, p.46).

Em 1926, o norte-americano Henry Ford conseguiu a concessão de 10.000 km² do território amazônica, localizado às margens do rio Tapajós, em frente da aldeia de Boim, distrito de Santarém, oeste paraense, para a plantação de *Hevea Brasiliensis*, a seringueira. Bezerra Neto (2000) aponta as razões econômicas que levaram o proprietário da Ford Motor Company a investir na Amazônia.

[...] Ford lançou-se ao empreendimento de plantações de árvores de *Hevea* em terras do estado do Pará, com o aval do governo brasileiro, com o propósito de conseguir as suas próprias plantações de borracha para ficar livre do monopólio inglês e holandês, atendendo desta forma as demandas crescentes do seu parque industrial com a produção de sua própria borracha (BEZERRA NETO, 2000, p. 31-32).

Os mitos amazônicos ainda resistem ao tempo e permanecem marcantes nas relações sociais da região, como detalha Loureiro (2009). Na visão da pesquisadora, os preconceitos cristalizados no imaginário coletivo em torno da Hileia, originários do período colonial brasileiro, perpetuaram-se ao longo dos séculos XIX e XX. “Estrangeiros e brasileiros deduziram que uma floresta tão exuberante como a amazônica deveria ser sustentada por um solo igualmente fértil” (LOUREIRO, 2009, p.100). Até os dias atuais, facilmente se associa a Amazônia à figura de “celeiro do mundo”, conceituado como um “lugar bíblico ao qual, em tempos de escassez, como ocorreu com frequência no passado, todos poderiam recorrer para dele sobreviver” (LOUREIRO, 2009, p.100). O mito da superabundância e da resistência da natureza a qualquer tipo de devastação seria um dos mais persistentes.

[...] os primeiros exploradores contavam e escreviam sobre florestas com árvores altíssimas que penetravam nas nuvens, frutos e flores de cores e sabores indescritíveis, rios largos a se perderem no horizonte, animais estranhos e abundantes por todo o chão; pássaros cobrindo o céu e colorindo-o com nuvens de penas e plumas de todas as cores. Mas esses mitos não ficaram confinados no passado. A análise dos planos, programas e projetos federais dos anos 1960 aos dias atuais, com poucas variações, permite enumerar uma série desses equívocos e distorções (LOUREIRO, 2009, p.100).

A visão fantasiosa concebida em torno da Amazônia a caracteriza como um sistema ausente de qualquer heterogeneidade, tanto natural quanto social, ainda que seja visível a diversidade em ambos os níveis e que integram a base da formação do espaço amazônico. A autora aponta mais ângulos nos quais contumazmente a Amazônia ainda é vista. O primeiro considera a região um lugar paisagístico e paradisíaco no qual se combinam a abundância do verde da vegetação com o grande volume de água disponível, centrando-se apenas em seus aspectos naturais.

A fulguração dessa imagem costuma ofuscar a visão de quem vê a região através dela, não permitindo vislumbrar as pessoas que aí vivem e as suas respectivas histórias e culturas; trata-se de uma imagem centrada apenas na natureza, em suas riquezas e nas suas possibilidades de ganho a partir delas (LOUREIRO, 2009, p.32).

As demais imagens associadas à Amazônia referem-se à cobiça de instituições e agentes sociais na disputa pela posse da riqueza natural da região, a qual é capaz de gerar episódios de violência, no entendimento de Loureiro (2009), como a Cabanagem (1835-1839), um dos principais movimentos populares registrados na história do estado do Pará contra o comando português nas esferas política, social e econômica. A guerra civil registrou “mais de 30 mil mortos, entre os cabanos e 12 mil entre os que os combatiam, e fez com que se silenciasse a visão desses amazônidas a respeito de si próprios, de sua região e dos outros” (GONÇALVES, 2001, p.19).

Gonçalves (2001) aponta mais três matrizes discursivas construídas sobre a Amazônia: uma região periférica, uma questão nacional e um vazio demográfico. Ideias pré-concebidas que influenciaram a política governamental brasileira nas sucessivas décadas do século XX e que resistem a transformações no tempo. “A visão dominante que se tem do que seja Amazônia é mais uma visão sobre a região do que a região” (GONÇALVES, 2001, p. 23). Para o autor, recentemente ela é compreendida sob os interesses nacionais definidos pelos centros hegemônicos do poder concentrados no Sudeste e Nordeste do Brasil. Na observação de Gonçalves (2001), a proposta de rotular a região como um verdadeiro “vazio demográfico” seria justificada pela preocupação em ocupá-la para garantir a “integridade territorial”, tanto no período colonial e de modo semelhante nos dias atuais. Dutra (2009) oferece mais uma explicação para essa última visão tendenciosa a respeito da Amazônia.

As noções de vazio humano decorrem do próprio fato da ocupação da Amazônia. Quem chegou para apossar-se dos recursos tinha que dar suas justificativas e uma das mais recorrentes, até o presente, é que as riquezas materiais encontradas concentravam-se numa espécie de terra de ninguém (DUTRA, 2009, p. 155).

O “Discurso no Rio Amazonas”, proferido em 1940, na cidade de Manaus (AM), pelo líder populista Getúlio Vargas, às margens do maior rio do mundo em volume de águas, pode ser considerado como prova da resistência das matrizes discursivas previamente elaboradas sobre a Hileia. Vargas relembra uma suposta instabilidade demográfica e econômica de seringueiros e demais ribeirinhos na Amazônia, a necessidade de se colocar em prática um plano eficiente para fomentar o povoamento local e promover o desenvolvimento econômico da região. Essa é apresentada como um lugar promissor para quem esteja disposto a investir nela (capital nacional e estrangeiro) e de forma rápida. A visão de vazio demográfico existente na Amazônia, considerada, muitas vezes, como um simples local a ser explorado a

partir de suas abundantes riquezas naturais, também se mostra reiterada no discurso do político, considerado um dos mais populares do Brasil.

[...] É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais o seu quadro ainda é o da dispersão. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto. O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de Novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O nosso ingresso definitivo no corpo econômico na Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócios, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (VARGAS, 1942, p.4-5).

A missão de desenvolver a Amazônia aclamada por Getúlio Vargas reconstitui as ilusões criada em torno da floresta, considerando-a uma localidade onde o viver torna-se uma tarefa para heróis corajosos a enfrentarem as piores adversidades. As palavras do líder populista reconstróem o discurso já propagado pelos colonizadores lusitanos no passado que olhavam a Amazônia como um local atrasado e à espera de desenvolvimento, este uma causa a ser assumida por todos os brasileiros por ser um assunto de interesse nacional.

[...] As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça e a sua história, feita de heroísmo e viril audácia, reflete a majestade trágica dos prélios travados contra o destino. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta, foram nossas tarefas [...]. Do mesmo modo que a imagem do rio-mar é para os brasileiros a medida da grandeza do Brasil, os vossos problemas são, em síntese, os de todo o País. Necessitas adensar o povoamento, acrescentar o rendimento das culturas, aparelhar os transportes (VARGAS, 1942, p.3).

Importante marco da história da Amazônia, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), na década de 1950 do século XX, representou o marco zero na instituição de um órgão governamental dedicado à elaboração de políticas públicas específicas para a região, com o “incentivo ao extrativismo vegetal (látex, castanha-do-Pará, essências vegetais, peles de animais), à pecuária, e à exploração dos recursos minerais (ouro, manganês e pedras preciosas)” (ALVES FILHO, 2000, p. 47).

A partir dos anos 1950, a Amazônia transformou-se em cenário de diversos projetos que influenciariam significativamente seu destino dentro de um novo contexto sociopolítico. Era o advento do discurso desenvolvimentista, o qual será detalhado no próximo subtópico, que alardeava o desenvolvimento econômico a todo custo e a defesa da soberania brasileira contra a intervenção internacional no País, ainda que boa parte dos grandes projetos implementados na Amazônia sob este discurso tenha sido financiada pelo capital privado e favorecido empresas multinacionais (MONTEIRO, 2001).

1.2 - O Discurso Desenvolvimentista

Originário do final da década de 1940 no Brasil, o discurso desenvolvimentista tem suas raízes vinculadas à organização política das economias latino-americanas após a II Guerra Mundial (1939-1945), registrando-se o incremento da industrialização e a urbanização das cidades. Segundo Pereira (2011), a taxa de crescimento registrada pelas nações latino-americanas, ao ano, era de 5,8% entre 1945 e 1954. Com os bons resultados econômicos, em 1948 nasceu a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em decisão da Assembleia das Nações Unidas realizada um ano antes. A Cepal gerou o instrumental teórico a dar base à defesa da indústria como propulsora do desenvolvimento dos países pobres latino-americanos. Pereira (2011) detalhou o surgimento da organização que modelou um dos discursos cujas marcas ainda podem ser vistas nas políticas econômicas implementadas no Brasil e, principalmente, na Amazônia.

A Cepal originou-se num contexto de insatisfação dos países latino-americanos por terem sido excluídos da ajuda do Plano Marshall à Europa e pelo sucateamento de seus equipamentos industriais, fruto da falta de dólares para importar causada pelos anos de crise das exportações. Sediada em Santiago, no Chile, ao invés de ser apenas mais uma agência internacional inexpressiva como muitas já criadas, a CEPAL viria a se constituir na matriz de um original pensamento econômico latino-americano, crítico do liberalismo, que viria a influenciar toda uma geração de economistas (PEREIRA, 2011, p.123).

Em 1956, Juscelino Kubitschek¹² assumiu a Presidência da República sob a influência das ideias cepalinas e inaugurou uma nova fase histórica para o Brasil com o Plano Nacional

¹² Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diamantina, estado de Minas Gerais, em 12 de setembro de 1902, sendo considerado um dos presidentes do Brasil mais carismáticos do País. Formou-se em Medicina, iniciando na política nos anos 30, ao ocupar a chefia do Gabinete Civil do estado de Minas Gerais (1933 – 1934). Ingressou no Partido Progressista (PP) de Minas, elegeu-se deputado federal em 1935, cargo que exerceu até o fechamento do Congresso com o golpe de 1937. Foi nomeado prefeito de Belo Horizonte (1940 – 1945), participou da criação do Partido Social Democrático (PSD) em Minas Gerais, elegeu-se deputado federal (1946 – 1950) e governador de Minas Gerais (1951 -

de Desenvolvimento, conhecido popularmente como Plano de Metas, cuja proposta era transformar a economia brasileira com o incentivo à indústria e com forte apelo nacionalista. O PND tinha como *slogan* “50 anos em 5”, o que evidenciava a urgência de JK em alavancar o desenvolvimento do País. De acordo com Almeida (2006), Juscelino era crítico em relação ao posto ocupado pelo Brasil no sistema político-econômico internacional, considerado pelo presidente como semicolonial, além de rejeitar o determinismo geográfico e étnico como prováveis responsáveis pelo “atraso” brasileiro.

Kubitschek era, a seu modo, um nacionalista. O primeiro capítulo de Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento, escrito em 1955, intitula-se “Visão histórica da realidade nacional” e se inicia com duas palavras: “Uma nação”. Concebe a nação como “um processo humano em marcha. É o processo histórico de uma comunidade” [...] (ALMEIDA, 2006, p. 194).

Contraditoriamente, Almeida (2006) afirma que o governo de Juscelino era aberto ao capital estrangeiro, capaz de financiar a ampliação do parque industrial nacional, principalmente o automobilístico. O pesquisador frisa que essa mesma abertura não teria sido feita de modo indiscriminado, baseado nas declarações feitas pelo presidente na época, pois existiriam certas “áreas de investimento que, por motivos políticos e de segurança nacional, devem ser objeto de um esforço puramente nacional, conforme dispõem a Constituição e as nossas leis” (KUBITSCHKEK, 1958b, p.247 *apud* ALMEIDA, 2006, p. 199). Todavia, em diversos momentos, Juscelino era aliado a interesses financeiros de grupos distintos que dominavam a economia do País ou que tinham o objetivo de angariar algum lucro em terras brasileiras. Almeida (2006) observa que Kubitschek manifestava, de modo aberto, a disponibilidade em aceitar “franca e lealmente o capital estrangeiro, não especulativo” (KUBITSCHKEK, 1958b, p.247 *apud* ALMEIDA, 2006, p. 199).

O economista Celso Furtado¹³ (1920-2004) teve papel fundamental na firmção do discurso desenvolvimentista no Brasil ao preparar “um impressionante conjunto de formulações a respeito do subdesenvolvimento e do papel estratégico a ser desempenhado, na

1955). Concorreu à Presidência da República pela coligação PSD-PTB, tendo como vice João Goulart, e tomou posse em 31 de janeiro de 1956, após grave crise política” (PINTO, L. H., 2010, p.7). JK, como também era conhecido, fundou Brasília (DF), atual capital federal. “Após o golpe militar de 1964, teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Exilado, retornou ao Brasil em 1967. Faleceu em um acidente automobilístico na via Dutra, próximo à cidade de Resende (RJ), em 22 de agosto de 1976” (PINTO, L. H., 2010, p.7).

¹³ Celso Furtado foi diretor da Divisão de Desenvolvimento da Cepal (1949-57) e contribuiu de forma decisiva, ao lado do economista argentino Raúl Prebisch, para a formulação do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Furtado integrou a equipe de governo de Juscelino Kubitschek, assumindo também a Diretoria do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE). O economista integrou a Academia Brasileira de Letras, sendo oitavo ocupante da Cadeira 11, eleito em 7 de agosto de 1997, em sucessão a Darcy Ribeiro, pelo conjunto de sua obra na área de Economia no Brasil. Fonte <<http://www.academia.org.br>>.

sua superação, pelo Estado” (ALMEIDA, 2006, p. 162). Integrante da Cepal, Furtado destacava, na explicação de Almeida (2006), ser necessário o planejamento estatal da economia e o empenho na preparação de seus agentes para a viabilização da industrialização. Sem a intervenção estatal, o Brasil poderia ter sérios prejuízos econômicos, mostrando-se como primordiais em sua doutrina, “superar a condição de sociedade de economia ‘reflexa’ e conquistar a emancipação nacional, internalizando a capacidade de decisão” (ALMEIDA, 2006, p. 162). Furtado participou da instalação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), dirigida por ele nos governos de Kubitschek e de Jânio Quadros, sendo também referência na definição da política desenvolvimentista brasileira. Almeida (2006) destaca outros pontos defendidos por Furtado, um dos principais idealizadores do discurso desenvolvimentista no Brasil.

Adotando um ponto de vista fortemente tecnocrático, é pelo prisma do aumento da produtividade média do capital, indispensável ao crescimento econômico, que Furtado vislumbra a conveniência da alfabetização. [...] Furtado também apostava na industrialização como condição *sine qua non* da emancipação nacional. Isso porque, ao se dirigir um certo estágio de desenvolvimento, especialmente no setor de bens de capital, “o sistema econômico passa a crescer por conta própria” [...] (ALMEIDA, 2006, p. 164).

Nesse contexto histórico, a região amazônica continuou a ser considerada, inclusive pelo presidente JK, como se fosse um “achado” no “deserto”, a ser explorado dentro da sua política de desenvolvimento rápido que norteou o seu governo até o início da década de 1960. A prioridade da ação governista, na fala do então presidente, era sempre a economia nacional.

É pouco mais ou menos o deserto, um grande tesouro que se acha encoberto. Estamos diante do drama da terra enigmática à espera da energia humana que a subjogue, discipline e dela faça um fator de enriquecimento do País e da consolidação de sua independência econômica.

A Amazônia, como sabeis melhor do que ninguém, é uma área-problema de transcendente significação sentimental. Possui condições peculiares que exigem soluções próprias e novas, e a sua recuperação econômica não pode ser retardada.

[...] Dessa forma, a sua valorização pode ser definida como um esforço nacional para assegurar a sua colonização em um sentido brasileiro, para constituir nesta região uma sociedade economicamente estável e progressista.

[...] Foi com essa finalidade que se criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que pretendo ver executado durante o meu governo, através de uma política eficiente de crédito, que estimule as atividades econômicas existentes na região e possibilite o investimento de novos capitais.

[...] Posso dizer-vos, portanto, considerando os programas já apresentados, que espero considerável participação da Amazônia na execução dos projetos que visam atingir as metas econômicas fixadas no meu plano de desenvolvimento nacional (KUBITSCHEK, 2010, p. 11-13).

Silveira (2009) revela uma perspectiva a respeito do desenvolvimentismo que estaria bem distante da proposta governamental de estimular o crescimento da economia do Brasil para melhorar a qualidade de vida da população. Na visão de Florestan Fernandes (1974 *apud* Silveira, 2009), o discurso desenvolvimentista relaciona-se à “segurança do País, ao desenvolvimento nacional e à conquista de melhores estados de bem-estar social, mas não está necessariamente vinculado ao desenvolvimento da sociedade brasileira” (FERNANDES, 1974, p. 72-74 *apud* SILVEIRA, 2009, p. 4). O sociólogo alega que a ideologia desenvolvimentista está “a serviço de interesses de classe, e neste sentido, seu conceito difere da aplicação cepalina” (SILVEIRA, 2009, p. 4).

O desenvolvimentismo é uma ideologia política que pressupõe a modernização conduzida pelas elites do Estado a partir de seu aparelho, nas funções de *agente*, de *planejador* e de *coordenador* do processo que conta também com a participação da iniciativa privada nacional. O Estado assume a tarefa como incumbência para além dos interesses políticos: para tanto, a ciência econômica exerce papel fundamental por seu suposto caráter portador de valores *racionais e técnicos*. Logo, trata-se de alavancar, a partir do planejamento e da ação estatal, a acumulação capitalista (SILVEIRA, 2009, p.3).

Com o início do Regime Militar (1964-1982), o governo federal extinguiu a SPVEA e instituiu a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) com a Lei nº 5.173/66. A Sudam encarregou-se de planejar o desenvolvimento econômico da região amazônica, tendo como foco a implementação de projetos econômicos de grande porte. Porém, enfrentou “limitações pela dificuldade de colocar, em nível nacional, objetivos e prioridades [...] regionais, [...] as diretrizes e prioridades são estabelecidas nos escalões superiores do governo” (AGENDA AMAZÔNICA, 1999 *apud* ALVES FILHO, 2000, p.48). Reiteradamente, os projetos colocados em prática na Amazônia acabaram privilegiando “interesses nacionais/setoriais, nem sempre consentâneos com os objetos do desenvolvimento regional e com as aspirações da comunidade amazônica” (AGENDA AMAZÔNICA, 1999 *apud* ALVES FILHO, 2000, p. 48).

Monteiro (2001) afirma que durante os primeiros oito anos da Ditadura Militar, a Amazônia, incluindo o estado do Pará, continuava a ser compreendida como um “espaço vazio” a ser povoado em decorrência de suas dimensões continentais a partir também de grandes empreendimentos agropecuários, o que gerou sérios problemas com a política inadequada de estímulo à colonização espontânea e direcionada. Em 1966, os militares implementaram a Operação Amazônia, um programa de desenvolvimento regional que privilegiava empresas como “Jari Florestal, Suiá-Missu, Bruyennel, Georgia Pacific,

Toyomenka, Volkswagen e King's Ranch” (ALVES FILHO, 2000, p. 52). Duas leis alicerçaram o programa, já considerando a criação da Sudam: a Lei nº 5.172/66, que recriou o Banco da Amazônia, e a Lei nº 5.174/66. Somente cinco anos depois de editadas, essas leis “foram impostas pelo general Médici” (MONTEIRO, 2001, p.79).

O presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, iniciou uma política de “integração nacional”. Nessa mesma política se previu o assentamento de 100 mil famílias de nordestinos ao longo da rodovia Transamazônica¹⁴, obedecendo ao determinado no Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pela Lei nº 1.106/1970. “Em seguida, foi criado o Programa de Distribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte-Nordeste (Proterra), pelo Decreto-lei nº 1.179/1971” (MONTEIRO, 2001, p.79).

Segundo Hall (1989), os incentivos oferecidos aos imigrantes nordestinos para que se instalassem na Amazônia foram consideráveis, somados aos problemas, cada vez mais difíceis, enfrentados pelos pequenos agricultores em seus lugares de origem. A expectativa da população imigrante era de prosperidade na terra escolhida como nova residência, o que acabou servindo de justificativa para a execução das políticas colonialistas do governo militar. Hall (1989) explica que a seca de 1970 no Nordeste também esteve entre os fatores que corroboraram para a adesão de milhares de trabalhadores às ações desenvolvimentistas dos militares. Quanto à seca no Nordeste, Hall (1989) afirma que o fenômeno natural ocasionou sérios problemas econômicos e catastróficos à população local. No total, teriam sido mobilizados mais de 500 mil nordestinos em 112 frentes de trabalho, conforme o relato do estudioso. Rich (1985 *apud* Hall, 1989) conta que o apoio concedido pelos militares em subsídios à colonização ao longo da rodovia Transamazônica girou em torno de US\$ 2,3 bilhões até 1984.

A fim de atrair colonos, não só do Nordeste, mas também da região Sul, o governo lançou uma maciça campanha pela tevê, rádio e imprensa escrita para transformar a imagem popular da Amazônia, de região hostil para outra cheia de oportunidades para pessoas empreendedoras. Jatos fretados e aviões de transporte da FAB levaram imigrantes em voos regulares para projetos de colonização em Altamira, Itaituba e Marabá. Muitos, porém, chegaram por iniciativa própria, viajando de ônibus ou caminhão, com grande sacrifício pessoal, o que mostrava o grau de esperança depositado pelos famintos de terra nessa nova iniciativa do governo (HALL, 1989, p.34).

¹⁴ A rodovia BR 230, popularmente conhecida como Transamazônica, é resultado de uma promessa de governo feita pelo então presidente da República em 1970, general Emílio Garrastazu Médici, em interligar vários municípios da Amazônia por uma grande rodovia. A proposta era “construir 15 mil quilômetros de rodovias [...], dos quais 3.300 km pertenceriam a BR 230. Tal projeto fazia parte do Plano de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto-lei número 1.106, em 16 de junho de 1970” (LOUREIRO, 2010, p. 2). Após o início da construção, o projeto jamais foi concluído.

No discurso proferido em Manaus, durante a Reunião Extraordinária da Sudam, em 08/10/1970, o presidente do Brasil, general do Exército Emílio Garrastazu Médici, ressaltou a intenção de inserir a Amazônia no PIN, consistindo em uma missão de interesse nacional tratar dos problemas amazônidas, em “uma terra sem homens”, e dos problemas nordestinos, com “homens sem terras”. A região seria prova dos poucos exemplos de países tão ricos de recursos, mas “usados de forma lenta”, contrariando os preceitos desenvolvimentistas de crescimento imediato, sem atentar para possíveis obstáculos. Tais recursos certamente teriam grande utilidade nos projetos dos militares. Reiteradamente, os aspectos econômicos sobrepõem-se aos sociais. O discurso, a seguir, reforça esta constatação.

Somente quem testemunhou no Nordeste a caminhada de milhões de brasileiros sem terra e, agora, vem à Amazônia contemplar essa paisagem de milhões de hectares ainda desaproveitados, pode sentir, em toda a sua crueza, o quadro vivo de nossa luta pelo desenvolvimento.

Há poucos exemplos de países assim tão providos de recursos naturais e humanos e tão lentos em aproveitá-los. É esse tempo perdido que nos dispomos a ultrapassar, cumprindo compromisso fundamental da Revolução.

Não posso falar à Amazônia sem pensar no Brasil integrado. Tenho bem presente o espetáculo de 30 milhões de nordestinos, que vivem em torno de núcleos esparsos de produção agrícola e industrial, produzindo e consumindo menos de 15 por cento da renda interna. Sei que essa pequena produção está nas mãos de um décimo da população daquela área.

[...] O Governo não pretende limitar-se a minorar os sintomas das dificuldades da economia, por isso que visa ao objetivo mais profundo de rearticular a própria estrutura econômica do País. Seria criminoso supor que se possa retardar a solução dos problemas amazônicos e nordestinos até que o País atinja um nível de prosperidade em que deles possa cuidar. Estamos convencidos do contrário, temos de combater agora esses desequilíbrios, pois o destino nacional é indivisível.

Em síntese: ou cresceremos juntos todos os brasileiros, ou nos retardaremos indefinidamente para crescer. E, como a segunda alternativa não é admissível, o Programa de Integração Nacional terá de ser, como decidimos que será, um instrumento a serviço do progresso de todo o Brasil.

[...] Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar, sem inflação, o esforço necessário à solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia.

Reconhecemos o trabalho realizado pela SUDAM e pela SUDENE, que conseguiram, nos últimos anos, lançar as bases de uma infra-estrutura de trabalho e promover o desenvolvimento inicial de algumas atividades econômicas (MÉDICI, 1970, p. 147-149).

Alves Filho (2000) relata que, no período 1971-1974, o presidente da República, general Ernesto Geisel, priorizou nos seus projetos econômicos a grande empresa privada, abandonando as iniciativas exploratórias da Sudam que fomentavam propostas alicerçadas na pequena propriedade. A criação de polos agropecuários e agrominerais esteve entre os principais pontos a serem concretizados no 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)

para a região. Foi “uma fase de intenso ufanismo: Copa do Mundo; frases de impacto como *ninguém segura este País e é um País que vai pra frente*” (ALVES FILHO, 2000, p.54).

De acordo com Paes Loureiro (2003), os militares elaboraram uma política desenvolvimentista marcada pela agressividade de suas ações com o suposto objetivo de retirar a Amazônia do isolamento, mas que, elementarmente, promoveria sua integração no mercado nacional e internacional. A proposta da alta cúpula do Exército Brasileiro consistia em conquistar “a) grandes capitais nacionais e do estrangeiro, para a implantação de grandes projetos e b) deslocar as populações naturais de seu espaço, liberando-o para novos capitais” (PAES LOUREIRO, 2003, p. 406).

O poder central do País, exercendo forte pressão sobre os governos locais e nacionais, inibiu a ação de grupos da região e procurou desviar a atenção da questão social do modelo para o antagonismo estratégico entre desenvolvimento (representado pelo capital) versus meio ambiente/homem (o antigo, o improdutivo). Então os fins passaram a justificar os meios. A concentração de terras e a formação de oligopólios (minerais e multinacionais) tornaram-se condição de progresso e, portanto, tolerada. O fundamental passa a ser injetar capital a qualquer preço na região. É uma política que considerou imprescindível (por motivos econômicos e de segurança nacional) a integração por estradas, abandonando a via natural e barata dos rios (PAES LOUREIRO, 2003, p.406-407).

Costa e Silva (2010) citam os grandes projetos de mineração instalados na região que transformaram a paisagem natural e social amazônica. São eles: o Programa Grande Carajás (PGC), localizado a quase 200 quilômetros de Marabá, mantido, na época, pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) - atual empresa Vale; os projetos da Albrás e Alunorte, em Barcarena; projeto Trombetas, com a exploração de bauxita pela Mineração Rio Norte (MRN) no município de Oriximiná; e Alumar, no estado do Maranhão – voltado para a produção do alumínio. Entre esses projetos, concede-se destaque maior ao Programa Grande Carajás, definido por Hall (1989) como o maior já desenvolvido na Amazônia, “jamais empreendido em uma área de floresta [...] em virtude da sua grandiosidade e potencial de transformação geográfica da região do Carajás, no sudeste paraense” (HALL, 1989, p. 59).

O programa foi oficialmente inaugurado em 1980, abrangendo uma área de quase 900 mil km², na explicação de Hall (1989), o equivalente ao tamanho da Grã-Bretanha e França juntas ou a 11% do território brasileiro. A exploração de seus ricos depósitos de minério de ferro ocorreu 13 anos após a descoberta das jazidas, as quais exigiram investimentos iniciais estimados em US\$ 62 bilhões nos primeiros dez anos de atividades do PGC. O programa “é hoje a ponta de lança da fase mais recente do desenvolvimento da Amazônia, com extração de minerais orientada para a exportação e atividades industriais correlatas” (HALL, 1989, p. 59).

O pesquisador acrescenta que o núcleo do PGC compreende vultosos investimentos na extração e beneficiamento de minerais, mas ”com infraestrutura ancilar, embora o PGC se estenda também a empresas agrícolas, de criação de gado e silvicultura” (HALL, 1989, p. 59).

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí¹⁵ também está entre os grandes projetos instalados na Amazônia, em especial no estado do Pará. Foi “construída para fornecer, principalmente, energia subsidiada à Albrás e à Alunorte” (COSTA; SILVA, 2010, p.8). A Usina de Belo Monte, no Xingu, teria finalidade semelhante embora

[...] o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e demais representantes governistas tenham afirmado, por meio da mídia, que a Usina atenderá à demanda crescente de energia da população do País (COSTA; SILVA, 2010, p.8).

A energia elétrica a ser produzida por Belo Monte seria utilizada no incremento da indústria nacional e demais atividades econômicas em expansão durante a nova fase de desenvolvimento experimentado pelo Brasil a partir de 2003. Contudo, segundo Costa e Silva (2010), em maio de 2010, a empresa mineradora Vale já manifestava interesse na construção de Belo Monte, participando efetivamente da formação do consórcio Norte Energia S/A, atual responsável pela comercialização da produção da Hidrelétrica. O ex-diretor presidente da empresa, Roger Agnelli, em entrevista ao jornal *on line* O Globo, revelou as intenções da Vale quanto ao empreendimento energético.

Temos interesse em energia a R\$ 77 o megawatt. Nós acreditávamos que o preço oferecido pelo consórcio que a Vale participava dava retorno ao investidor. O consórcio que ganhou deve ter suas avaliações, dados econômicos que viabilizavam esse preço [...]. Se formos convidados, vamos estudar. Mas a energia nos interessa, sim (ALMEIDA, 2010).

Monteiro (2001) atenta para o modo como foram implementados os grandes projetos de extração mineral e de infraestrutura, ao citar a obra da professora e pesquisadora Rosineide Bentes, intitulada “Um Novo Estilo de Ocupação Econômica da Amazônia: os grandes projetos”.

A grandiosidade e complexidade dos grandes projetos, exigindo o domínio de um conjunto de informações a respeito da economia do País e internacional é utilizada de forma a centralizar as decisões, justificada por exigências técnicas. Nas decisões

¹⁵ A Usina Hidrelétrica de Tucuruí começou a ser construída na década de 80 do século XX, tendo como fonte geradora de energia as águas do rio Tocantins, região sudeste paraense, localizada a 350 quilômetros da capital Belém. As obras ficaram sob a responsabilidade da construtora Camargo Corrêa, com orçamento inicial, segundo Pinto (2011), de 2,1 bilhões de dólares. Sob a gerência da Eletronorte e Eletrobras, pode ser considerada um dos maiores empreendimentos energéticos já instalados no Brasil, ficando atrás somente da Usina de Itaipu, no estado do Paraná.

técnicas participam uma reduzida parcela de técnicos (do Governo, das estatais, e das empresas privadas) excluindo os técnicos a nível de Amazônia e a maioria dos técnicos do País; e, mais sério, impedindo a interferência direta da sociedade civil. E pela listagem das localizações desses projetos programados, realizados e em realização, pode-se também conferir que eles estão na sua quase totalidade situados no território dos municípios que têm depósitos de recursos naturais do Pará (BENTES, 1989 *apud* MONTEIRO, 2001, p. 81).

Para Bentes (1992), o estilo de ocupação colocado em prática na Amazônia, dentro do discurso desenvolvimentista dos militares e concretizado com os grandes projetos, caracterizou-se pelo monopólio do capital internacional. Os grandes projetos estavam conjugados aos objetivos de empresários, banqueiros e seus aliados, somados ao apoio governamental com as suas políticas econômicas excludentes.

No início do século XXI no Brasil, tínhamos em vigor uma nova versão da doutrina desenvolvimentista cepalina, conforme defende Silveira (2009), e que se apresenta como um contraponto ao projeto neoliberal nos anos 90 do século XX. Não há a preocupação primordial de substituir importações, mas incorporar inovações tecnológicas ao processo produtivo com investimentos em pesquisas de aplicação e desenvolvimento. Na avaliação de Silveira (2009), tem-se uma perspectiva ideológica atualizada do projeto nacional-desenvolvimentista de JK e dos militares. “O Estado, nessa concepção, precisa ser forte para desenvolver um mercado igualmente forte através do fomento à demanda, principalmente” (SILVEIRA, 2009, p. 2-3).

Na versão atualizada do discurso desenvolvimentista, na explanação de Naim (*apud* Silveira, 2009), deve-se fortalecer o Estado e o mercado interno para a promoção do crescimento econômico e a minimização das desigualdades sociais com a financeirização da economia, a qual implica: “1) desregulação das relações trabalhistas; 2) aumento do investimento direto estrangeiro; 3) taxas de juros favoráveis à remuneração do capital rentista” (NAIM, 2000 *apud* SILVEIRA, 2009, p. 2-3).

Ultrapassadas a fase de acumulação primitiva do capital e a etapa da industrialização, para Silveira (2009), o Estado pode ser um agente econômico ativo e atuante, além de manter vivo “seu papel regulador e de investidor em infraestrutura e políticas macroeconômicas que deem conta do cenário de incertezas característico do mercado” (SILVEIRA, 2009, p.2). É o que ocorre atualmente no Brasil, desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, em 2003, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da então presidente Dilma Rousseff (2011).

O economista Bresser Pereira (2006) retrata a semelhança entre o novo desenvolvimentismo, nascido no século XXI, e o nacional-desenvolvimentismo da década de 1950 do século XX. Para o economista, a nova versão do desenvolvimentismo também defende “uma nação, capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento informal [...] como é próprio de sociedades democráticas [...] coordenadas pelo mercado” (BRESSER PEREIRA, 2006, p.10). O pesquisador aposta no argumento de que nos dois discursos a nação significa uma sociedade que compartilha um destino político comum, que trabalha para se “organizar na forma de um Estado com soberania sobre determinado território. A nação [...] só tem sentido no quadro do Estado-Nação, que surge com o capitalismo” (BRESSER PEREIRA, 2006, p.10). As atividades econômicas, como instrumento para o desenvolvimento nacional, dispõem de considerada supremacia comparada aos demais interesses do Estado.

Para que a nação possa compartilhar um destino comum, ela deve ter objetivos comuns, entre os quais o historicamente mais importante é o desenvolvimento. Outros objetivos, como a liberdade e a justiça social são também fundamentais para as nações, mas estas, como o Estado e o capitalismo, surgem tendo como parte de sua lógica, de sua forma intrínseca de ser, o desenvolvimento econômico (BRESSER PEREIRA, 2006, p.10).

Em visita realizada ao estado do Paraná, no dia 22/06/2009, o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em seu discurso que abordou temas como desenvolvimento e meio ambiente, também reiterou a visão de arcabouço de recursos naturais construída sobre a região amazônica, o “celeiro do mundo”. Para Lula, seria importante “fazer dela uma forma de ganhar dinheiro”. O ex-presidente fez ainda uma crítica aos ambientalistas que acreditam no suposto perfil internacional da Amazônia, a qual não pertenceria apenas ao Brasil, mas ao mundo todo na visão desses grupos. Porém, Lula deixou bem claro em seu discurso, como pode ser percebido na longa citação abaixo, de relevância histórica, que a região é importante para o desenvolvimento nacional, como foi para JK e para os militares no passado.

Na última sexta-feira, eu fui ao Mato Grosso e foi lá que eu disse a frase “que não era possível chamar de bandido aqueles que na década de 70 desmataram, porque a ordem e a palavra de ordem e o financiamento era para desmatar”. Quem não lembra, quando o Geisel levou milhares de gaúchos, não sei se paranaenses, para a Amazônia, para desmatar. Agora, preste atenção, nós também temos que olhar em função da realidade de cada região deste País. Você não pode pegar um estado que tem a agricultura pronta, que desmatou na década de 30, na década de 40, 50, 60, e dizer: Agora vamos botar tudo, acabar com tudo, vamos replantar tudo o que tinha antes para a gente começar de novo. Assim não vale. [...]

Obviamente, eu tenho dito também que hoje a gente preservar, manter o nosso ecossistema e manter a biodiversidade é uma vantagem comparativa para nós na

disputa no mercado internacional. Quem viaja o mundo para comercializar sabe que preservar hoje é uma vantagem comparativa para nós. É mais qualidade, é mais respeito. Porque não pensem que nós estamos sozinhos. A campanha no mundo é uma campanha muito dura. Eu, inocente, eu fui a Genebra da outra vez, no ano passado, quando eu cheguei lá me chamaram para um debate, a primeira coisa que eu ouço é que o etanol brasileiro era o responsável pelo preço da soja em maio e em junho do ano passado, quando subiu de forma excepcional; pelo preço do feijão, que não é nem exportado.

Aí, nós temos que pegar o mapa do Brasil, mostrar que apenas 1% do território brasileiro é utilizado com cana-de-açúcar, que nós temos 360 mil de terras na Amazônia que estão preservadas, que nós temos 60 milhões de hectares para recuperar. E é preciso contar toda uma história. Porque quando vem uma Primeira-Ministra alemã no Brasil, conversar comigo, a primeira coisa que ela quer saber é: “como é que anda a Amazônia? A soja está tomando conta da Amazônia? O gado está tomando conta da Amazônia? O milho está tomando conta da Amazônia? A cana...” Ou seja... E eu, educadamente, não pergunto para ela: se você está tão preocupada em preservar, por que “depelou” o seu País? Por que não manteve as florestas em pé lá?[...].

Agora, tem uma coisa que é importante para nós. Hoje, nós temos que aproveitar que nós temos essa extraordinária floresta tropical em pé para fazer dela uma forma de ganhar dinheiro. Eu, inclusive, Requião, estou criando, acho que você... não sei se a Copel já criou, estou criando uma Secretaria Especial de Crédito de Carbono, porque cada projeto de uma usina que a gente fizer, cada projeto de uma empresa de biodiesel que a gente fizer, cada hidrelétrica que a gente fizer, a gente pode entrar com um pedido para que eles paguem o sequestro de carbono que nós vamos fazer e a diminuição da emissão de gás de efeito estufa. O que nós precisamos é nos preparar para esse enfrentamento. Porque, daqui a pouco, vai ter neguinho dizendo: “A Amazônia é internacional”. A Amazônia é de brasileiros e brasileiras, de negros e brancos.

Então, eu acho que nós precisamos ficar atentos. Nós precisamos ficar atentos nesse debate, que ele é muito delicado. Ele é muito delicado. Inclusive para empréstimo de dinheiro a empresas brasileiras, o que temos de financiamentos multilaterais. Eles vão criando o gado e nós temos que fazer as coisas certas para que a gente tenha vantagem [...] (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2009).

A partir deste subtópico foi possível perceber que o discurso desenvolvimentista em torno da Amazônia sofreu sucessivas transformações, assumindo diversos sentidos no transcorrer das décadas da história brasileira. Porém, sempre com a repetição das imagens míticas em torno da floresta, construídas por aqueles que, via de regra, não pertencem à região e com o favorecimento das classes econômicas mais abastadas. A seguir, serão apresentadas as linhas norteadoras de outro discurso que integra a dinâmica das relações sociais nacionais e internacionais e na própria Amazônia: o socioambientalista.

1.3 – O Discurso Socioambientalista

O prelúdio do socioambientalismo como discurso e ideologia, de acordo com Fucs (2008), tem suas origens na década 1960, alinhado à ação política de grupos da esquerda

tradicional e com o questionamento dos padrões de desenvolvimento em vigor em vários países do mundo. Segundo Costa (2006), criticavam-se o modelo industrial implementado na sociedade capitalista e a exploração indiscriminada da natureza sem a preocupação com o futuro das sociedades. A poluição de rios e o desmatamento desordenado já não poderiam ser encarados como incapazes de trazer consequências perigosas à sobrevivência no planeta Terra e um novo modelo de conduta econômica e social, idealizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), passou a ser ditado aos países do globo. Costa (2006) afirma que esse modelo combatia a ideia de crescimento econômico a partir da destruição do meio ambiente. Era preciso usar os recursos naturais de forma racional a fim de evitar a futura carência de alimentos, de água potável e da disponibilidade de espaços adequados para a moradia humana.

Neste período, os países mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos economicamente passaram a travar fortes debates em fóruns internacionais que trataram sobre a proteção ambiental. Esta passou a ser vista como um problema não local, nacional ou internacional, mas global. Além disso, meio ambiente e desenvolvimento econômico e social tornaram-se questões interligadas (COSTA, 2006, p. 90).

Loureiro (2009) relata que, após a divulgação do relatório do Clube de Roma¹⁶ sobre os comprometimentos ambientais do planeta, a biodiversidade natural tornou-se tema de inúmeros trabalhos científicos. Santilli (2005) detalha como um dos grandes marcos do socioambientalismo a realização, em 1972, da Conferência de Meio Ambiente das Nações Unidas em Estocolmo, na Suécia, a primeira de uma série de três conferências ambientais promovidas pela ONU. A Conferência de Estocolmo reuniu representantes de 113 países e de 250 ONGs. As discussões resultaram na “Declaração sobre o Ambiente Urbano” ou a “Declaração de Estocolmo” e no nascimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Outro importante momento, na avaliação de Santilli (2005), consistiu na divulgação, em 1987, do Relatório das Nações Unidas intitulado “Nosso futuro comum”, coordenado pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland, cujo sobrenome também denominou o

¹⁶ O Clube de Roma foi criado em 1968, sendo constituído por políticos, economistas, intelectuais, empresários, industriais e pesquisadores internacionais. Seu objetivo era discutir o futuro do planeta em meio a devastadora ação humana com as suas atividades econômicas. “Em sua primeira reunião de grande porte, seus membros chegaram à conclusão de que o planeta não suportaria o nível de exploração que vinha sofrendo e o Clube de Roma propôs a redução drástica da produção industrial no mundo ocidental, proposta que foi considerada inviável. No início dos anos 1970 o Clube de Roma divulga um relatório de grande impacto - “Os limites do Crescimento” - antecipando consequências drásticas se a produção industrial no mundo ocidental não fosse reduzida e se os princípios filosóficos e econômicos que a norteavam não fossem alterados” (LOUREIRO, 2009, p. 150). O relatório foi primordial para que a ONU realizasse, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano, evento ocorrido em Estocolmo, na Suécia.

documento. Para Santilli (2005), esse foi o primeiro relatório internacional a defender o conceito de “desenvolvimento sustentável”¹⁷, tão empregado no discurso socioambientalista, entendido como “aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades” (SANTILLI, 2005, p.30). O mesmo documento faz uma denúncia sobre a devastação ambiental e o risco do esgotamento dos recursos naturais do planeta, caso tal modelo de desenvolvimento persista. Ele oferece 109 recomendações de como se deve proceder para um meio ambiente preservado e livre de riscos à vida natural e humana.

O Relatório Brundtland apresenta os pilares básicos do novo modelo de desenvolvimento sustentável, o qual estaria baseado na proteção ambiental, no crescimento econômico e na equidade social. Na explicação de Santilli (2005), o Relatório prega a prática do desenvolvimento, não só ambientalmente sustentável, como também socialmente sustentável e economicamente viável. O conceito “coincide [...] com o apoio nacional e internacional ao movimento [...] pela conservação da floresta amazônica e sua articulação com a conservação ambiental” (SANTILLI, 2005, p.31). É nesse mesmo período que se ensaia o início de uma nova era global, cujo desenvolvimento estaria vinculado com a implementação da chamada economia verde.

Não existe uma definição única de economia verde, mas o próprio termo enfatiza as dimensões econômicas da sustentabilidade, ou, nos termos do recente relatório da UNEP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) sobre a Economia Verde, ele responde ao reconhecimento "crescente de que alcançar a sustentabilidade baseia-se quase inteiramente em estabelecer a economia correta". Ele também enfatiza o ponto crucial de que o crescimento econômico e gestão ambiental podem ser estratégias complementares, desafiando a visão ainda comum de que existem compensações significativas entre estes dois objectivos - em outras palavras, que as sinergias prevalecem sobre as compensações (OCAMPO, 2010, p.4, tradução nossa).¹⁸

¹⁷ Em “A Natureza da Mídia – Os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta”, escrito por Dutra (2009), há várias definições sobre o significado de Desenvolvimento Sustentável. Uma delas, elaborada nos anos 60, determina o conceito como a “exigência de compatibilizar o desenvolvimento com a não agressão ao meio ambiente” (COELHO, 1994, p. 381-382 *apud* DUTRA, 2009, p.138). *Desenvolvimento Sustentável* pode também ser compreendido como “acrescentar à condição de sustentabilidade, entendida como automanutenção, estabilidade (equilíbrio) e durabilidade do desenvolvimento, pelo menos em três dimensões consideradas fundamentais: social, ecológica e econômica” (COELHO, 1994, *apud* DUTRA, 2009, p.138-139).

¹⁸ “There is no unique definition of the green economy, but the term itself underscores the economic dimensions of sustainability or, in terms of the recent UNEP report on the Green Economy, it responds to the “growing recognition that achieving sustainability rests almost entirely on getting the economy right”. It also emphasizes the crucial point that economic growth and environmental stewardship can be complementary strategies, challenging the still common view that there are significant tradeoffs between these two objectives – in other words, that the synergies prevail over the tradeoffs” (OCAMPO, 2010, p.4).

Nos últimos 50 anos, a atuação de entidades com objetivos específicos ampliou-se e passou a empenhar-se em causas diversas: melhor moradia e infraestrutura nas cidades, acesso à educação, o combate à fome, além da preservação do meio ambiente e a questão indígena. Conforme o relato de Fucs (2008), quase sempre com o uso de palavras e expressões que acabaram por caracterizar o discurso dos profissionais e militantes do socioambientalismo: “cidadania”, “conscientização”, “solidariedade” e “sociedade civil organizada” (FUCS, 2008). O jornalista remonta a história de crescimento das ONGs no mundo, consolidado há pouco mais de duas décadas.

Segundo o americano Lester Salamon, da Universidade Johns Hopkins, dos Estados Unidos, um dos principais pesquisadores do Terceiro Setor em todo o mundo, os empreendedores sociais e suas ONGs se tornaram uma força global, sobretudo a partir dos anos 90. Salamon diz que, com o fim do comunismo e a queda do império soviético, em 1991, as ONGs passaram a defender as causas do cidadão comum e a atuar como seus porta-vozes. Em sua visão, a crise do Estado do bem-estar social na Europa e nos Estados Unidos, com a ascensão do neoliberalismo, nos governos de Ronald Reagan (EUA) e de Margareth Thatcher (Inglaterra), também estimulou a mudança, na década de 1980. Salamon afirma que houve um outro estímulo importante para a multiplicação das ONGs: a descrença crescente no poder do Estado para promover o desenvolvimento econômico por meio de políticas voltadas para o mercado (FUCS, 2008).

Em contraposição às ideias defendidas pelo economista Milton Friedman, um dos símbolos do liberalismo econômico e que pregava a obtenção do lucro acima de qualquer outra iniciativa (FUCS, 2008), os que compartilham os princípios do discurso socioambientalista defendem a adoção de práticas sociais e ambientais “responsáveis”, a partir do conceito de desenvolvimento sustentável, visando à minimização máxima de possíveis impactos ao meio ambiente para a garantia do bem estar social da humanidade. O humano e o natural passam a ser elementos conjugados, com o fim da supremacia da natureza sobre o homem.

Vieira (2010) destaca o fortalecimento conferido ao conceito de desenvolvimento sustentável após a transformação do movimento ambientalista, o qual migrou do preservacionismo para o socioambientalismo. “A noção de sustentabilidade passa a englobar também os aspectos sociais e econômicos inerentes ao desenvolvimento sustentável” (VIEIRA, 2010, p. 1596). A autora compreende que os problemas socioambientais existentes no Brasil podem ser solucionados com a regulação do uso dos recursos naturais por meio de um debate prévio a respeito de estratégias adequadas que possibilitem tal intento.

O socioambientalismo foi construído com base na ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de

conhecimentos e de práticas de manejo ambientais. Mais do que isso, desenvolveu-se com base na concepção de que, em um País pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como justiça social e equidade. Além disso, o novo paradigma de desenvolvimento preconizado pelo socioambientalismo deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no País, com ampla participação social na gestão ambiental (GUIMARÃES, 2001, p. 43-71).

Em longa carta escrita ao presidente Luís Inácio Lula da Silva em 22/06/2008 (transcrita parcialmente abaixo), durante a reunião do G20 em Washington (EUA), o diretor executivo do Greenpeace¹⁹, Marcelo Furtado, alertou o político petista sobre as alterações climáticas registradas no planeta como resultado da ação danosa praticada pelas indústrias contra o meio ambiente. Na leitura do discurso de Furtado (2008), exigem-se medidas que reduzam a emissão de gases na atmosfera responsáveis pelo aquecimento global, o que evidencia uma preocupação da ONG com o futuro da natureza terrestre e as condições de vida dos homens.

A reunião do G20 em Washington para resolver a crise financeira global é uma oportunidade única para as lideranças políticas definirem estratégias mundiais para uma estabilidade econômica e climática. A ocasião é ideal para desenvolver uma visão compartilhada e implementar um acordo concreto para estimular a economia global e proteger o mundo das alterações climáticas.

Esse é um esforço que requer uma ação coordenada com foco político. As negociações devem começar em Washington e prosseguir na próxima Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, que será realizada em Poznan (Polônia), em dezembro. O acordo, que deve contemplar metas ambiciosas para reduzir emissões de gases de efeito estufa e indicações de investimentos em mecanismos de redução do desmatamento e geração de energia a partir de fontes renováveis, deverá ser a base do documento que sucederá o protocolo de Quioto.

A crise climática e a instabilidade econômica devem ser encaradas como dois problemas com uma única solução. [Negrito do Greenpeace]

Lord Nicholas Stern, ex-economista chefe do Banco Mundial e organizador do relatório Stern 2006, que mapeou os impactos econômicos provocados pelas alterações do clima, observa que a crise financeira e as mudanças climáticas têm em comum dois elementos fundamentais: as duas estão sendo geradas há anos e vão atingir os países mais pobres de maneira muito mais intensa. O economista conclui que quanto mais adiarmos as providências contra as mudanças climáticas, maiores serão as consequências sociais e econômicas. Estima-se que os custos com as alterações climáticas ficarão em torno de 2% do PIB (por ano) se as ações forem imediatas. No caso de um atraso de 10 anos, os gastos poderão ser o dobro e se nenhuma ação for tomada, pode chegar aos 20% do PIB.

¹⁹ Fundada em 15 de setembro de 1971, a ONG canadense Greenpeace é uma das mais conhecidas entidades dedicadas à proteção do meio ambiente no planeta. A instituição nasceu em meio a uma mobilização de 12 pessoas, entre ambientalistas e jornalistas, na cidade de Vancouver, no Canadá. A ONG chegou ao Brasil após a Rio-92, ampliando a sua atuação nos demais países do globo. Até 2012, o Greenpeace mantinha três navios nos oceanos, quarenta escritórios em terra firme, com mais de dois mil funcionários contratados e 3.875.000 colaboradores participando de seus projetos em diversas partes do mundo. Fonte: < <http://www.greenpeace.org/>>.

O modelo econômico atual depende de um padrão energético de alto consumo. As mudanças climáticas ameaçam criar enorme instabilidade social e econômica, além de provocar grandes conflitos políticos. A segurança econômica não pode se sobrepor aos desafios das mudanças climáticas e à segurança das futuras gerações. O futuro deve ser construído com baixas emissões de carbono e não se repetindo os erros do passado [...] (FURTADO, 2008).

Paralelamente na Amazônia, enquanto se devastava a floresta com a extração madeireira, com a criação de gado e plantações monocultoras que obedeciam ao desenvolvimentismo estimulado pelo governo federal, vários “estudos começaram a contrapor-se às formas predatórias de exploração da natureza ou à violação dos direitos fundamentais dos povos afetados [...] na região” (LOUREIRO, 2009, p.151).

A mobilização sociopolítica no Brasil contra o desenvolvimentismo da Ditadura Militar ganhou força de 1975 até 1982, logo após o fim do Milagre Econômico promovido durante os primeiros anos da década de 1970, como observa Gohn (2011). Desta forma, cresceu notavelmente a resistência contra o regime antidemocrático que “perdera sua base de legitimidade [...] com a chamada crise do petróleo, a retomada vagarosa da inflação e o desmonte das facilidades do paraíso do consumo das classes médias” (GOHN, 2011, p.114). A pesquisadora ressalta que a rearticulação política de grupos sociais reunidos em entidades com objetivos específicos seguia o surgimento de vários projetos que promoveram algumas mudanças sociais no Brasil. “A união das forças de oposição possibilitou a construção de propostas e frente de lutas. Havia um clima de esperança, de crença na necessidade de retomada da democracia, da necessidade da participação de indivíduos na sociedade e na política” (GOHN, 2011, p. 114).

Gohn (2011) constata que, nesse mesmo período de reorganização política, despontaram importantes movimentos que ainda continuam atuantes neste início de século XXI, entre os quais se destacam: a Comissão Pastoral da Terra (1975), fundamental na mobilização social no campo, juntamente com o Movimento dos Sem-Terra (1979); o Movimento Sindical (1976), com a retomada do sindicalismo crítico e suas atividades fundamentadas em informações fornecidas por assessorias próprias; o Movimento Estudantil (1977), engajado na luta pela meia-passagem no transporte coletivo nas grandes cidades e pela democratização do ensino para as camadas mais pobres do Brasil, além da atuação de professores do ensino básico e superior em conjunto com as associações de funcionários públicos da área da saúde e demais entidades brasileiras.

Em 1979, pela primeira vez, populares afetados pela construção de hidrelétricas no País criaram a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens, no município de Itá, estado de Santa Catarina. Gohn (2011) narra o registro do primeiro protesto indígena contra o desrespeito aos direitos das comunidades tradicionais no estado do Mato Grosso do Sul, ocorrido em 1980.

Durante a visita do papa João Paulo II ao Brasil, o índio guarani Marçal de Souza, da tribo Kaingang, leu um manifesto de denúncia sobre a morte de líderes indígenas e as péssimas condições dos índios em geral no Brasil. O então ministro do Interior, Mário Andreazza, ficou indignado com o protesto e afirmou que o Brasil tinha uma das legislações indigenistas mais avançadas do mundo. Em janeiro de 1983, Marçal de Souza, por defender os direitos territoriais de uma aldeia guarani, foi assassinado (GOHN, 2011, p.122).

Os movimentos sociais se redefinem a partir dos anos 1990 com o surgimento de novas organizações cujo foco de atenção deixa de ser apenas o âmbito econômico (GOHN, 2011). São retomadas questões referentes a direitos tradicionais, que ainda permaneciam pendentes, como a questão indígena. “Os movimentos dão lugar a lutas cívicas, [...] cruzadas nacionais em que há articulações difusas em termos de classes sociais, interesses locais e nacionais, espaços públicos e privados” (GOHN, 2011, p.128). O associativismo civil no Brasil, o qual engloba os movimentos sociais, passou por sérias transformações, ampliando-se e diversificando-se.

Uma parte dos movimentos brasileiros ainda pertence a um campo de resistência, no qual há um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Suas ações são pela sustentabilidade e não apenas pelo autodesenvolvimento. Esses movimentos lutam por novas culturas políticas de inclusão, contra a exclusão. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas na construção da identidade dos movimentos. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Há neles, na atualidade, uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade (GOHN, 2011, p.266-267).

A abertura política Pós-Regime Militar obrigou o Estado a adotar “procedimentos de proteção às populações tradicionais – que passaram a ser explicitamente amparadas pela Constituição de 1988 [...]” (LOUREIRO, 2009, p.155). A pressão popular feita pelos movimentos de bairro, sindicatos, associações de classe e demais movimentos sociais fizeram com que esses grupos estivessem presentes na elaboração da Magna Carta como forma de reclamação pela prática da justiça social. Todavia, na opinião de Loureiro (2009), mesmo com os avanços na conquista de direitos, “até próximo do final do século XX, a biodiversidade não

estava intrinsecamente aliada à questão indígena, ou à vida de caboclos, negros de quilombos e outras populações tradicionais” (LOUREIRO, 2009, p.155).

O socioambientalismo brasileiro, na definição de Santilli (2005), deu seus primeiros passos como discurso social na segunda metade dos anos 1980, “a partir de articulações políticas entre os movimentos sociais e o movimento ambientalista” (SANTILLI, 2005, p. 31). O surgimento do socioambientalismo está fortemente relacionado com o processo histórico de redemocratização do Brasil, “iniciado com o fim do Regime Militar, em 1984, e consolidado com a promulgação da nova Constituição, em 1988, e a realização de eleições presidenciais diretas, em 1989” (SANTILLI, 2005, p. 31).

No cenário social brasileiro dos anos 90, os movimentos sociais se expandiram com a proliferação de ONGs no País, seguindo a tendência mundial de transferência de atribuições do Estado a iniciativas particulares, implementadas pelas organizações sem fins lucrativos, principalmente nos países industrializados do Terceiro Mundo (GOHN, 2011).

Tratam-se das novas orientações voltadas para a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade, [...] em trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não estatal e, às vezes, com a iniciativa privada [...] (GOHN, 2011, p.128-129).

Outro importante evento para a afirmação do discurso socioambientalista foi a realização da ECO/Rio-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento²⁰, no Rio de Janeiro (RJ). Na ocasião da Conferência, inúmeros movimentos sociais e ONGs atuantes no Brasil, criados ao longo dos anos 70/80, uniram esforços para, em conjunto, discutirem assuntos da temática socioambiental.

A consolidação democrática no País passou a dar à sociedade civil um amplo espaço de mobilização e articulação, que resultou em alianças políticas estratégicas entre o movimento social e ambientalista. Na Amazônia brasileira, a articulação entre povos indígenas e populações tradicionais, com o apoio de aliados nacionais e internacionais, levou o surgimento da Aliança dos Povos da Floresta, um dos marcos do socioambientalismo (SANTILLI, 2005, p. 31)²¹.

²⁰ As discussões iniciadas durante a Rio 92 deram origem a outros dois relevantes eventos organizados pela ONU: a Rio+10 – ocorrida em agosto e setembro de 2002, na cidade de Johannesburgo, a maior da África do Sul; e mais recentemente, a Rio+20, na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 2012. Na análise de Diniz (2002), a Rio+10 abordou problemas resultantes da globalização e por um plano de implementação que, embora quase não trouxesse metas quantitativas, “inicia uma ação coletiva rumo à proteção ambiental conjugada ao desenvolvimento econômico e social” (DINIZ, 2002, p. 34). Quanto à Rio+20, os debates se debruçaram sobre o conceito de Economia Verde e a possível e vantajosa interseção entre a conservação do meio ambiente e atividades econômicas. Mais informações sobre a Rio+20 podem ser obtidas no sítio <<http://www.rio20.gov.br/>>.

²¹ A terminologia *povos da floresta* pode ser confundida com populações tradicionais (índios e negros quilombolas), as quais são compreendidas como povos dotados de um “saber-fazer” tradicional ou milenar, como ressalta Dutra (2009). O conceito de *povos da floresta* já faria parte do imaginário coletivo, sendo definido pelo autor como “a posição de grupos que ocupam espaços considerados distantes da cultura urbana, territórios radicalmente distintos em relação ao universo da

Santilli (2005) confirma a vinculação entre a questão social e a ambiental existente no movimento socioambientalista durante a Rio-92. Um dos símbolos da união das duas frentes de mobilização sociopolítica foi o surgimento da Aliança dos Povos da Floresta, uma entidade que reunia lideranças de seringueiros, trabalhadores rurais, indígenas e demais populares excluídos das decisões a respeito do futuro amazônica, que teve como principais lideranças Chico Mendes²² e Marina Silva.

Em entrevista concedida ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) em maio de 1988, o seringueiro Chico Mendes falou sobre a realidade compartilhada por boa parte dos moradores da região amazônica, em especial pelos seringueiros do Acre, além da mobilização popular para a realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros em 1985. Não se tinha o direito à escola na infância, todos eram obrigados a trabalhar desde criança na extração do látex, sem direito a manter a vida com liberdade, estando submetidos aos desmandos dos seringalistas. As palavras de Chico Mendes trazem à tona o perfil do discurso socioambientalista, também alicerçado na reivindicação de melhores condições de vida e na resistência organizada.

Até a década de 1970, por mais de 100 anos, os seringueiros nunca tiveram direito de ir a uma escola. Porque para o patrão, para o seringalista não interessava criar uma escola numa região do seringal. Então, eu, assim como outros filhos de seringueiros com nove anos de idade, tive que pegar uma lâmina e aprender a ‘sangrar’ seringueira para ajudar nossos pais e a produção de seringueira do patrão que precisava de um lucro maior. E quando, por exemplo, o seringueiro via faltar o leite ao seu filho no barracão, ele não tinha de onde tirar e, muitas vezes, vendia o produto escondido pra outro patrão para assim poder comprar o leite, o alimento pro seu filho. E se o seu patrão soubesse pegava o jagunço com o cavalo e ia até o barracão buscar o produto e amarrava no seringueiro e ele então era morto junto ao produto” [...].

E aí o nosso papel era tentar garantir a permanência desses companheiros que tinham ficado pelo fundo, perto das margens da estrada. Nós tentamos por via legal, só que a voz que prevalecia, os homens fortes na região eram os fazendeiros. Nós decidimos então adotar outros critérios e resolvemos partir para o confronto. Em março de 1986, aproximadamente 160 homens fizeram o mutirão para o empate de

cultura civilizada, por isso mesmo invisibilizados, esses povos, no processo de sua midiaticização” (DUTRA, 2009, p.120). Seriam *os povos da floresta* os amazônidas (índios, ribeirinhos, lavradores e outros populares nascidos na Amazônia), tanto urbanos como rurais, mas não considerados civilizados, na maioria das vezes, pelos grandes centros hegemônicos do poder econômico e político brasileiro e internacional. São os excluídos das decisões sobre o futuro da floresta - o qual sempre foi definido por quem é “de fora” da região - por serem vistos como incapazes, desconsideráveis, descartáveis (DUTRA, 2009).

²² O seringueiro Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, foi sindicalista e ativista ambiental brasileiro, visto também como símbolo da luta contra o desmatamento da Amazônia. Em 1987, recebeu o prêmio “Global 500”, concedido pela ONU às lideranças populares que se destacaram por suas ações, além de ganhar, no mesmo ano a medalha da *Sociedade Para Um Mundo Melhor*, em premiação na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Além da popularidade, Chico Mendes conquistou muitos inimigos durante a sua militância, sendo assassinado no dia 22 de dezembro de 1988, em frente à sua casa, no município de Xapuri, no Acre, a mando dos fazendeiros Darly e Darcy Alves da Silva, condenados pelo crime. Fonte <<http://www.redepovosdafloresta.org.br/>>.

retirada - os seringueiros se colocavam entre os peões que iam desmatar e a floresta para desmobilizar os seus acampamentos, dialogar com eles e forçar a sua retirada. Criamos um movimento pacifista e aí acionamos mulheres e crianças. A polícia, com todas as suas metralhadoras e fuzis, refletia e, algumas vezes, ela recuava e pensava duas vezes antes de atirar em uma criança. Em geral, a polícia levava caminhão, prendia todo mundo e a gente recebia a primeira ‘merenda’ - o coice de fuzil. Desde 1977 até o final de 1987, foram organizados 45 movimentos de resistência, os “empates”, mas não houve derramamento de sangue. Em 1985, em Brasília, com apoio de algumas entidades – do Ministério da Cultura, do Pró-Memória (o Iphan de então), o apoio financeiro de uma agência inglesa –, nós conseguimos realizar, com sucesso, o primeiro Encontro Nacional de Seringueiros [...] (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, S.d).

Entre os conhecimentos difundidos pela Rio-92, os mais expressivos, conforme enumera Loureiro (2009), são os que se referem à valorização da biodiversidade, a qual estaria concentrada nos países pobres do hemisfério Sul do globo, somada à importância da riqueza natural para a preservação da vida humana no planeta. “Essa revelação apresentou consequências imediatas e de várias ordens, algumas positivas e outras francamente negativas” (LOUREIRO, 2009, p.151).

Após a ECO-92, a queima da floresta começou a ser vista não apenas como a destruição das matas – mesmo quando substituída por uma atividade produtiva de valor imediato no mercado -, mas como a perda de um enorme patrimônio natural que poderia ser utilizado com outras finalidades e que está sendo suprimido antes de ser melhor aproveitado. Outra consequência, e a mais recente, é o reconhecimento dos saberes das populações tradicionais sobre a biodiversidade (LOUREIRO, 2009, p.151).

Considerando os aspectos negativos que acompanharam a valorização da biodiversidade está a pressão feita pelos países ricos para que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) nomeasse a diversidade natural como patrimônio imaterial da humanidade (LOUREIRO, 2009). A Organização Mundial do Comércio (OMC) estaria encarregada de analisar a proposta de que os conhecimentos populares se transformassem “em saber de domínio público, sem autoria definida (!)” (LOUREIRO, 2009, p.162). Os defensores dessa proposta, entre os quais se citam segmentos internacionais da classe científica, argumentam que os conhecimentos tradicionais teriam sido descobertos por eles e não pertenceriam a comunidades específicas de modo exclusivo.

Ou seja, os saberes existem, mas não teriam uma autoria própria, são usados restritamente por um grupo social e eles, adicionando conhecimento científico, teriam *descoberto* [grifo da autora] um benefício novo para a humanidade, a partir da adição de conhecimento científico ao saber profissional. Eis a razão porque se vêem no direito de registrar individualmente, uma patente sobre o produto derivado dos

saberes profissionais. Mas ambas as organizações (Unesco e OMC) se sentem constringidas e embaraçadas quanto ao conceito (LOUREIRO, 2009, p.162).

Outros importantes momentos do socioambientalismo após a ECO-92 consistiram na promoção do Fórum Global das Organizações Não-Governamentais relacionadas com o meio ambiente. O Fórum contou com a participação de quase 1,5 mil ONGs nacionais e internacionais no aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro (RJ), cada uma apresentando suas sugestões para o desenvolvimento urbano. Segundo Gohn (2011), várias entidades e movimentos considerados renomados na área do meio ambiente e do ativismo político se destacaram na iniciativa: a SOS-Mata Atlântica, vinculada ao Greenpeace; o movimento Onda Azul de Defesa das Águas e dos Oceanos, incluindo os movimentos de preservacionistas com atividades na região amazônica.

O socioambientalismo nasceu, portanto, baseado no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se incluíssem as comunidades locais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais (SANTILLI, 2005, p.35).

Para Loureiro (2009), com as transformações sociais e políticas vivenciadas pelos movimentos sociais no Brasil, estes adquiriram características peculiares, como a estreita relação com o Poder Judiciário, capaz de legitimar as suas reivindicações, a partir da promulgação da Constituição de 1988. Boa parte das causas dos movimentos sociais aglutinou-se aos projetos implementados por ONGs nacionais e internacionais, estas profissionalizadas no chamado “voluntariado político”. A pesquisadora avalia que essa característica adquirida pelos movimentos a partir da união com as ONGs ambientalistas acabou por reduzir a ação dos grupos sociopolíticos existentes, canalizando seus esforços para a resolução imediatista de problemas cotidianos a fim de atender necessidades urgentes relacionadas à sobrevivência dos assistidos por essas entidades.

A autora indica outra característica importante com o fortalecimento do discurso socioambientalista: a vinculação das ONGs ao Estado por meio de subsídios financeiros, fazendo com que desta maneira, terminem por atuar como mediadores entre os grupos sociais e o Poder Público, um de seus principais financiadores, junto com instituições estrangeiras. Ainda que não recebam apoio financeiro direto do governo, Loureiro (2009) diz que as organizações “costumam manter uma boa articulação com vistas a equacionarem questões

burocráticas e administrativas que tramitam nas instâncias governamentais relacionadas com os projetos dos grupos com os quais trabalham” (LOUREIRO, 2009, p. 201).

1.3. 1 – Um discurso sob críticas

Assim como o discurso desenvolvimentista, o socioambientalismo recebe consideráveis críticas quanto a sua natureza e seus objetivos no tocante aos assuntos amazônicos. Principalmente em relação à vertente ambientalista do movimento, cuja preocupação inicial seria a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais por meio de iniciativas intervencionistas lideradas por entidades nacionais e estrangeiras. Bentes (2005), em análise do livro *Forests in International Environmental Politics*, da pesquisadora holandesa Ans Kolks, atenta para os sentidos da questão ambiental a fim de expor o perfil político-ideológico “do ambientalismo internacional e o papel do colonialismo interno brasileiro nessa intervenção” (BENTES, 2005, p. 225). Segundo a autora, Kolks faz uma crítica aos interesses políticos e econômicos que conduziram as ações das instituições internacionais e do governo brasileiro, mesmo que a pesquisadora holandesa não considere negativa tal intervenção.

Na argumentação feita por Bentes (2005), duas razões primordiais teriam sido decisivas para o início das discussões sobre o meio ambiente pela ONU e a sua preservação a partir da década de 1970. Uma delas estaria relacionada à possibilidade da destruição ambiental afetar significativamente indústrias e empresas privadas as quais, em um “futuro próximo [...] poderiam não ter mais à disposição as facilidades e os recursos necessários à produção [...]” (BENTES, 2005, p. 226). O crescimento econômico dos países do Sul ameaçaria a hegemonia na política e na economia internacional dos países ricos que, tradicionalmente, dispõem de instrumentos institucionais a eternizarem seu poder de comando no cenário mundial, como explica Bentes (2005).

Esse debate, todavia, esbarrou no senso de superioridade dos povos industrializados em relação a outros povos e na incapacidade do ambientalismo internacional em romper com as idéias desenvolvimentistas. No livro citado, Kolks demonstra que, desde o seu nascimento no início da década de 1970, o ambientalismo internacional dedicou-se a preocupações mais de natureza política e econômica do que propriamente ambientalista, com cada um de seus agentes influenciando, a seu modo, o debate e as medidas de política ambientalista internacional (BENTES, 2005, p. 226).

Em direção oposta, como crítica à intervenção internacional que camuflaria os reais interesses econômicos dos países desenvolvidos, Bentes (2005) relata que os países do G-77, grupo que englobava na época das primeiras discussões sobre a preservação do meio ambiente 77 países “em desenvolvimento” e “subdesenvolvidos”, “[...] argumentaram que a pobreza e os problemas ambientais de seus países não resultariam da industrialização, mas da falta desta” (BENTES, 2005, p. 227).

As ONGs internacionais e seus aliados conservacionistas são acusados por seus opositores, não só no Brasil, mas em outras partes do mundo, de reduzirem o ser humano a um simples componente da natureza, travando o desenvolvimento econômico da humanidade por valorizarem, essencialmente, aspectos ambientais para a sobrevivência. Para os críticos dessas ONGs, essas instituições obedeceriam aos projetos das potências econômicas mundiais com fins neocolonialistas, conforme explica Carrasco *et al.* (2007). De acordo com o autor, a WWF – *World Wild Fund for Nature*, por exemplo, uma das mais importantes organizações atuantes no Brasil e no mundo, tem relações diretas com o governo britânico, o que poderia ser um indício, na visão dos críticos do discurso ambiental, de uma intervenção velada de países desenvolvidos sobre as demais nações pobres.

Julian Huxley e Max Nicholson, ao lado de um importante grupo de notáveis da oligarquia britânica, também fundaram em 1961 a que viria ser, junto com a UICN²³, o “Estado Maior” do movimento ambientalista internacional: o Fundo Mundial para a Vida Silvestre (World Wildlife Fund), chamado agora Fundo Mundial para a Natureza (World Wild Fund for Nature), que utiliza as mesmas siglas. Entre os fundadores da WWF, cujo objetivo era apoiar e ampliar as ações da UICN, destacam-se, entre outros, o pintor e conservacionista sir Peter Scott (a quem se atribui oficialmente a paternidade da organização); o príncipe Felipe, consorte da rainha Elisabete II, Lord Solly Zuckerman, principal assessor científico do governo britânico; o Lorde marechal Alan Brooke, ex-chefe do Estado Maior do Reino Unido; e sir Frank Chapell, ex-general comandante do Exército britânico (CARRASCO *et al.*, 2007, p. 46, tradução nossa).²⁴

Pinto (1992) fala da aversão às ONGs no Brasil e na Amazônia manifestada por determinados segmentos sociais que denunciaram na época do *boom* ambiental (início dos

²³ Sigla usada para denominar a *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais. A entidade foi fundada oficialmente em 1948, com sede localizada em Gland, Suíça. Oitenta e quatro nações estão reunidas na IUCN, a qual engloba também 112 agências de governo, 735 ONGs, especialistas de diversas áreas do conhecimento e cientistas de 181 países. Está entre as principais organizações de perfil ambiental no mundo, com grande influência nas reuniões sobre o tema. Fonte < <http://www.iucn.org/>>.

²⁴ “Julian Huxley y Max Nicholson, al lado de un importante grupo de notables de la oligarquía británica, también fundaron en 1961 la que vendría a ser, junto con la UICN, el “Estado Mayor” del movimiento ambientalista internacional: el Fondo Mundial para la Vida Silvestre (World Wildlife Fund, llamado ahora Fondo Mundial para la Naturaleza (World Wild Fund for Nature), que emplea las mismas siglas. Entre los fundadores del WWF, cuyo objetivo era apoyar y ampliar la práctica de la UICN, destacan, entre otros, el pintor y conservacionista sir Peter Scott (a quien se le atribuye oficialmente la “paternidad” del organismo); el Príncipe Felipe, consorte de la Reina Isabel II, lord Solly Zuckerman, principal asesor científico del gobierno británico; el mariscal lord Alan Brooke, ex jefe del Estado Mayor del Reino Unido; y sir Frank Chapell, ex comandante general del Ejército Británico” (CARRASCO *et al.*, 2007, p. 46).

anos 90 do século XX) o suposto uso da ecologia como o “cavalo de troia da internacionalização da Amazônia” (PINTO, 1992, p. 10). Embora desde o século XIX já fosse possível constatar o interesse dos países da Europa e dos Estados Unidos pela Amazônia em decorrência da quantidade de cientistas estrangeiros em expedição na região, conforme destaca o jornalista.

No parlamento, em partidos políticos e em organização da sociedade, grita-se que a Amazônia está em vias de ser internacionalizada. Os quartéis, insubmissos, mas sem bandeira, pegaram o mote, investindo contra as chamadas ONGs (organizações não-governamentais), acusadas de utilizar a ecologia como cabeça-de-ponte para penetrar no território amazônico e romper a soberania sobre ele exercida pelo Brasil. Não é uma ameaça recente, nem reação original (PINTO, 1992, p.10).

Para o Exército brasileiro, como afirma Marques (2010) em análise sobre o discurso militar a respeito da Amazônia, a atuação de atores não-estatais na região seria um entrave à soberania brasileira. Missões religiosas e as ONGs militantes nas causas indígenas e da preservação do meio ambiente contribuiriam para a desnacionalização da Amazônia, no entendimento militar, visto que “suas denúncias podem ser utilizadas como pretexto para que os países industrializados que cobiçariam a Amazônia há séculos intervenham militarmente na região” (MARQUES, 2007, p. 54).

Ribeiro (1992) explica também que a proposta dos socioambientalistas em defender o crescimento econômico com a preservação da natureza, na prática o chamado “desenvolvimento sustentável”, torna-se alvo de críticas por apresentar-se como uma alternativa de aprimoramento do sistema de relações de produção vigente, em meio à consciência da necessidade do uso racional dos recursos naturais e manutenção do meio ambiente, sem esquecer do lucro e das dinâmicas de mercado capitalistas.

[...] o desenvolvimento sustentável supõe uma fé na racionalidade dos agentes econômicos articulados em ações rigorosas de planejamento (ideologia central do modelo de desenvolvimento e das formas de expansão transnacionais do capitalismo em vigor) que compatibilizem interesses tão diversos quanto a busca de lucro do empresário, a lógica do mercado, a preservação da natureza e, quem sabe, até justiça social, já que a miséria é uma das maiores causas da degradação ambiental. A exploração de um segmento social por outro(s), não sendo problematizada de frente, acaba sendo aparentemente resolvida como mais um subproduto da instalação de um modelo racional, adaptado às realidades do nosso tempo, sobretudo em termos de controle da eficiência do processo produtivo e do crescimento populacional (RIBEIRO, 1992, p.28).

O cientista social Michael Löwy completa a análise sobre o perfil socioambientalista ao conceituá-lo como “reformismo verde”, ratificando a visão de Ribeiro (1992) a respeito da

finalidade desse discurso, o qual se coadunaria aos interesses de grupos econômicos específicos. No entendimento de Löwy, o socioambientalismo

[...] aceita as regras da “economia de mercado”, isto é, do capitalismo; busca soluções que sejam aceitáveis, ou compatíveis, com os interesses de rentabilidade, lucro rápido, competitividade no mercado e “crescimento” ilimitado das oligarquias capitalistas (RIO..., 2012, p.13).

O Terceiro Setor²⁵, que reúne ONGs e demais entidades sem fins lucrativos (sindicatos, associações de moradores e de classe), cresceu acima da expectativa (RAMIRO, 2008), principalmente no Brasil. Há quatro anos, já se registrava, de acordo com a jornalista, um total de 338 mil instituições atuantes no setor, empregando 1,8 milhão de pessoas e com salário médio de R\$ 1.577,00. Em 2008, os salários representavam uma movimentação anual de R\$ 322 bilhões somente no Brasil. Na época, um profissional que trabalhava em uma organização engajada nas questões socioambientais recebia, em média, R\$ 2.158 mensais, como informa Ramiro (2008).

Em virtude da suspeita de algumas instituições defenderem interesses de grupos políticos internos e objetivos econômicos estrangeiros, o Senado Federal deu início, em 2007, a uma série de investigações sobre a atuação das ONGs no País (PACHECO, 2008), incluindo partidos políticos, centrais sindicais e demais entidades técnico-científicas e filantrópicas, a chamada “CPI das ONGs”. As investigações estiveram sob a responsabilidade do senador Heráclito Fortes (DEM-PI), com relatoria do senador Inácio Arruda (PC do B-CE), cujos trabalhos foram concluídos em outubro de 2010. Inicialmente, a relatoria teve como foco “as informações que subsidiam a compreensão mais geral e a análise da relação Estado – ONGs” (BRASIL, 2010b, p.20). Na segunda fase da CPI, a análise centralizou-se sobre “os documentos relacionados diretamente às entidades que foram objeto de investigações da CPI” (BRASIL, 2010b, p.20).

As que recebiam fomento do governo federal e sob a desconfiança de irregularidades eram objeto de investigação simultânea pela “Polícia Federal, pela Controladoria-Geral da

²⁵ O termo Terceiro Setor compreende o campo composto por atividades de interesse público, sem fins lucrativos e desenvolvidas pela sociedade civil organizada em entidades de classe, movimentos de bairro, sindicatos e demais ONGs. Esse segmento inclui atividades “isoladas desenvolvidas pela população, e de investimentos filantrópicos de empresas privadas, mais recentemente ressignificados, por vezes, como ações de responsabilidade social” (LIESENBERG, 2006). O Terceiro Setor despontou em virtude de uma suposta deficiência de outros setores sociais, como a iniciativa privada e o Estado, que deixariam de atender determinadas demandas assumidas pelas ONGs. “Como atuação privada voluntária, seu discurso e promoção se baseiam em valores e pressupostos como solidariedade, ajuda mútua, colaboração, cooperação, altruísmo e atenção aos necessitados, além da idéia de fortalecimento da sociedade civil, “participação cidadã” e cidadania” (LIESENBERG, 2006).

União (CGU), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e pelo Ministério Público Federal” (PACHECO, 2008). Duzentas entidades estiveram sob investigação, como relata Pacheco (2008), em reportagem exclusiva feita para a edição especial da Revista *Época* sobre as ONGs no Brasil.

Na mesma reportagem, Pacheco (2008) informa que a entidade *Cool Earth*, do milionário sueco Johan Eliasch, proprietário da marca de produtos esportivos Head, também esteve sob investigação da Polícia Federal e da Abin em 2008. Segundo Pacheco (2008), o empresário adquiriu, em 2005, 160 mil hectares nos municípios de Itacoatiara e Manicoré, no estado do Amazonas. Na época das investigações, o empresário era também consultor de assuntos ambientais do primeiro-ministro da Inglaterra, Gordon Brown. A Abin teria concluído nas apurações que “as terras que o milionário diz ter comprado não estão formalmente registradas nem em seu nome nem em nome da *Cool Earth*” (PACHECO, 2008). De acordo com a jornalista, o terreno pertenceria ao Parque Estadual do Cristalino e à Força Aérea Brasileira (FAB). Ao comprar a área na Floresta Amazônica, Eliasch estaria supostamente interessado em prováveis minas de ouro e diamantes localizadas na sua propriedade. A ONG norte-americana Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) completou o grupo sob investigação da Abin, em 2008, como suspeita “de ter se aproveitado do trabalho de evangelização de índios na Amazônia para fazer prospecção de minério e contrabando” (PACHECO, 2008).

Uma das preocupações da CPI das ONGs, cujo idealizador foi o senador Heráclito Fortes (DEM-PI), que passou a presidir as investigações a partir de agosto de 2008, consistia no destino dado pelas ONGs aos recursos concedidos pelo Estado. Pacheco (2008) indicou a existência de um estudo da Universidade *Johns Hopkins* cujos resultados revelaram que 14% do dinheiro recebido pelas ONGs em atividade no Brasil seriam oriundos de fontes estatais, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos e na Europa, onde a participação do governo no financiamento de causas socioambientais seria bem maior. “Entre 1999 e 2006, o governo repassou [...] R\$ 15,3 bilhões – 2,1% do total de transferências federais. Os estados receberam R\$ 346 bilhões e aos municípios [...] R\$ 351 bilhões” (PACHECO, 2008).

O relatório final da CPI realizada pelo Senado concluiu que existe um vazio legislativo no tocante às relações entre o Estado brasileiro e as ONGs, o que dificultaria o acompanhamento adequado das atividades dessas instituições, bem como o cumprimento de suas atribuições.

As deficiências estruturais do aparelho do Estado e o “vazio legislativo” apontado, longe de dificultarem o acesso a recursos públicos e a celebração de convênios com ONGs, têm-se revelado nefastos no que se refere à fiscalização e verificação da efetividade das políticas públicas implementadas por essas parcerias. Esses aspectos prejudicaram enormemente a boa reputação inicial do modelo, favorecendo as críticas de seus opositores (BRASIL, 2010b, p. 1372- 1373).

Outro exemplo que gerou críticas sobre a ação das ONGs, principalmente estrangeiras, refere-se à provável concessão de direitos sobre a terra pertencente aos índios Munduruku, no município de Jacareacanga, oeste paraense, por US\$ 120 milhões à Celestial Green Ventures, empresa irlandesa que lidera o mercado mundial de créditos de carbono²⁶. A transação comercial foi noticiada em março de 2012 em diversos jornais impressos do Brasil. De acordo com a Gazeta de Santarém, um dos periódicos que publicou as informações sobre o fato, “o negócio garante à empresa 'benefícios' sobre a biodiversidade, além de acesso irrestrito ao território indígena” (ÍNDIOS..., 2012), em uma área equivalente a “16 vezes o tamanho da cidade de São Paulo em plena floresta amazônica” (ÍNDIOS..., 2012).

O mesmo texto publicado pelo jornal paraense afirma que o contrato prevê o comprometimento dos índios em “não plantar ou extrair madeira das terras nos 30 anos de duração do acordo. Qualquer intervenção no território depende de aval prévio da Celestial Green Ventures” (ÍNDIOS..., 2012). A ONG já teria firmado outros 16 projetos no Brasil, segundo a Gazeta de Santarém, que somariam “200 mil quilômetros quadrados, referentes ao território de Portugal ou quase o tamanho do estado de São Paulo” (ÍNDIOS..., 2012). Os contratos da empresa estrangeira estariam sob investigação.

A AGU (Advocacia Geral da União) investiga pelo menos 35 contratos elaborados por grupos internacionais que foram oferecidos a várias etnias.
A Funai (Fundação Nacional do Índio) já notificou empresas no último ano porque os contratos são ilegais. O receio é o uso para a biopirataria (ÍNDIOS..., 2012).

Como foi visto neste capítulo, o discurso socioambientalista surgiu em direção oposta às diretrizes do desenvolvimentismo, elaborado por instituições situadas em países ricos, como Reino Unido, Estados Unidos e Suécia, reforçando a influência estrangeira/externa permanente nos assuntos amazônicos e brasileiros. Segundo os agentes e instituições

²⁶ Segundo Alegria (2008), créditos de carbono são certificados gerados a partir de iniciativas desenvolvidas com a proposta de reduzir ou absorver a emissões de gases do efeito estufa. “Os compradores destes créditos são empresas ou governos de países desenvolvidos que precisam alcançar metas (instituídas pelo Protocolo de Quioto, pela própria empresa ou outros programas) de redução destas emissões, e os vendedores são diversificados dependendo do país de origem do projeto” (ALEGRIA, 2008). A concessão de créditos de carbono faz parte de um conjunto de ações pertencentes à Política de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), sigla nascida em 2007 durante a 13ª Reunião das partes da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 13), realizada em Bali, na Indonésia. Fonte: <<http://www.observatoriodoredd.org.br/site/>>.

contrárias a esse discurso, as entidades alinhadas às diretrizes do socioambientalismo, muitas vezes, poderiam não obedecer à finalidade à qual se propõem, estando condicionadas às decisões de lideranças representativas subordinadas a parceiros que as financiam. Desta maneira, os interesses daqueles que estariam representados por essas entidades podem ser preteridos por razões particulares. Tais tendências, em algumas situações, acabam por aproximar os discursos desenvolvimentista e socioambientalista.

No próximo capítulo, veremos como se configura a polêmica a respeito da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, os fatos históricos que marcaram a trajetória da construção do empreendimento e os argumentos utilizados pelas instituições e agentes sociais envolvidos nas discussões sobre a viabilidade do projeto de geração de energia elétrica.

Capítulo 2 - A polêmica sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte

2.1 – Uma história de conflitos

Os primeiros estudos do inventário da bacia hidrográfica da região Xingu começaram na década de 1970, durante a Ditadura Militar, cujo objetivo era avaliar as possibilidades de

instalação de usinas hidrelétricas na Bacia do rio Xingu, no centro-oeste paraense. Segundo dados da empresa Norte Energia S/A (2011a), atual responsável pela viabilização do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte (já em fase de construção), as Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte S/A) e, posteriormente, as Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás), em parceria com as construtoras Camargo Corrêa S/A, Andrade Gutierrez e Norberto Odebrecht, conduziram as pesquisas sobre o aproveitamento hidrelétrico da Bacia do rio Xingu a partir de 1975. A conclusão do inventário ocorreu em 1980, com o início dos Estudos de Viabilidade Técnica da Usina Hidrelétrica *Kararaô*, primeiro nome proposto para o projeto de geração de energia, concedido em alusão ao nome de uma das tribos indígenas residentes na região.

As discussões em torno da Hidrelétrica prosseguiram em 1988, com a tramitação de processos legais que permitissem a concretização da proposta pelo Poder Executivo Federal, já em fase de abertura política com o fim da Ditadura Militar. No mesmo ano, o governo federal emitiu duas portarias: a primeira em fevereiro, de nº 43, expedida pelo DNAEE²⁷, que aprovou os Estudos de Inventário do Rio Xingu; e a segunda em agosto, de nº 1077, publicada oficialmente pelo Ministério de Minas e Energia, o qual autorizou à Eletronorte a realização dos estudos de viabilidade do aproveitamento da usina - AHE Belo Monte, encerrados em 1989.

Ainda naquele ano, transcorreu o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira (PA), município pólo do empreendimento, um dos eventos marcantes nos embates públicos já registrados a respeito da usina. Realizado no período de 20 a 25 de fevereiro de 1989, três mil pessoas participaram do encontro, entre as quais, 650 indígenas, “para questionar a construção de um complexo com hidrelétricas planejadas pela Eletronorte” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2010). Essas usinas formariam o Complexo *Kararaô*. Estavam à frente da organização do I Encontro o cacique Paulinho Paiakan, líder dos Kaiapós, acompanhado de outras lideranças: cacique Raoni, Ailton Krenak e Marcos Terena. Dutra (1998) participou do I Encontro dos Povos Indígenas como jornalista e retratou o conflito em torno do projeto, intensificado com a apresentação da proposta inicial de construção do empreendimento há 23 anos. Segundo o jornalista, mais de 38 povos indígenas participaram do evento, considerado

²⁷ Antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, atual Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

[...] muito mais que um protesto contra a construção da barragem de Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. Foi além do sonoro e preocupado “não” ao complexo hidrelétrico, [...] com seus efeitos negativos e diretos sobre 7 povos indígenas já resabiados com as tragédias de Tucuruí, Balbina e Itaipu. (DUTRA, 1998, p.96).

Dúvidas quanto a uma possível intervenção estrangeira na Amazônia por meio do nascente movimento socioambientalista já permeavam os debates sobre a viabilidade do projeto energético, como enfatizou Dutra (1998), em reportagem escrita para a revista *Afinal*, publicada em 07/03/1989, em decorrência da realização do I Encontro dos Povos Indígenas. A reunião integra a lista de fatos importantes da história da Amazônia com a célebre cena em que a índia kaiapó Tu-Ira encostou o facão no rosto do atual presidente da Eletrobrás, o engenheiro Antonio José Muniz Lopes, na época diretor de Planejamento da Eletronorte. A realização do Encontro coincidentemente fez parte de um contexto sócio-histórico no qual o socioambientalismo despontava como nova doutrina ditada pelas grandes potências mundiais (SANTILLI, 2005), cogitando-se a possibilidade de internacionalização da Amazônia a partir da intervenção de organizações não governamentais em questões relacionadas à preservação do ecossistema amazônida e na defesa de direitos dos povos da floresta (PINTO, 1992).

Na época, as tribos indígenas envolvidas na promoção do evento contestatório e articulador das futuras mobilizações político-sociais de grupos e entidades socioambientalistas descartaram a possibilidade de intervenção estrangeira, ainda que os povos indígenas tivessem o apoio do cantor inglês Gordan Matthew Thomas Sumner, o Sting. Ex-vocalista da banda inglesa *The Police*, o artista era sócio-proprietário da ONG Fundação Mata Virgem. O cantor obteve uma recepção marcada por certo “ceticismo pela imprensa nacional e estrangeira” (DUTRA, 1998, p. 98), além de receber críticas do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), outro aliado das instituições e agentes sociais contrários à construção da Usina de Belo Monte.

Dutra (1998) menciona que as críticas destinadas a Sting ocorreram porque o apoio do artista foi considerado desmobilizador ao prever a suposta compra de terras não demarcadas para uma doação que ampliaria o Parque Xingu. Apesar de desmentida tal informação na época, como explica a reportagem, Sting teria visitado Altamira durante o I Encontro dos Povos Indígenas para manifestar a sua solidariedade à causa indígena a partir do plano do governo federal em efetivamente implantar a Hidrelétrica de Belo Monte.

Na coletiva que deu no Sítio Betânia, distante 8 quilômetros de Altamira, Sting resumiu o que pensam outros estrangeiros que estiveram no encontro: “Se não defendermos a floresta, o meu País também sofrerá catástrofes porque nós, na

Europa, assim como o resto do mundo, precisamos da floresta para sobreviver”. E anunciou, que no dia 12 de abril, em companhia de algumas lideranças indígenas estará em Paris para iniciar a campanha internacional de arrecadação de fundos para sua Mata Virgem (DUTRA, 1998, p. 98).

Ainda assim, o apoio do cantor inglês teria sido subestimado, conforme a mesma reportagem, pelos chefes kaiapós e pelos dirigentes da União das Nações Indígenas (UNI), os quais não teriam aprovado a reunião do cantor com o então presidente da República José Sarney, momentos antes da viagem ao Xingu. “A escala em Brasília deixou os índios confusos com a declarada solidariedade do roqueiro” (DUTRA, 1998, p.99).

Em 1994, em virtude das pressões feitas pela sociedade civil organizada, mostrou-se necessária a revisão dos Estudos de Viabilidade com o objetivo de garantir a diminuição das áreas inundadas pelo grande reservatório da Hidrelétrica e o alagamento das áreas indígenas. Quatro anos mais tarde, segundo a Norte Energia (2011a), a Eletrobrás, conjuntamente com a Eletronorte, solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)²⁸ autorização para novos estudos sobre a viabilidade do AHE Belo Monte. Em dezembro de 2000, as duas estatais firmaram novo acordo para a inclusão das pesquisas a respeito da viabilidade técnico-econômica e ambiental da Usina naqueles estudos iniciais.

Nos dois anos posteriores, o relatório sobre a viabilidade do aproveitamento hidrelétrico, técnico-econômica e ambiental foi apresentado à Aneel, porém, acabou não sendo finalizado após acirrada disputa legal que voltou a se repetir sete anos mais tarde, consonante ao que será visto no capítulo sobre a análise dos discursos dos jornais O Liberal e Diário do Pará. Somente em 2005, a Eletrobrás obteve a autorização legal do Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 75/2008, para completar os estudos pendentes, os quais foram concluídos posteriormente à assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica estabelecido entre a Eletrobrás²⁹ e as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Norberto Odebrecht.

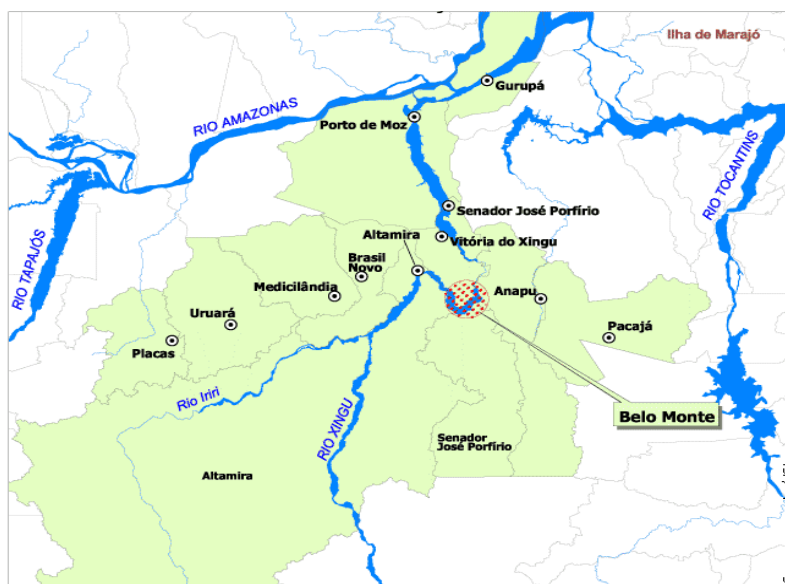
Em janeiro de 2006, o Ibama recebeu a solicitação elaborada pela Eletrobrás para a abertura de processo de licenciamento ambiental prévio e o início da construção da Usina de Belo Monte, concomitante com a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Em

²⁸ Instituída pela Lei nº 9.427 de 1996, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), autarquia em regime especial e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem como responsabilidade regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização de energia elétrica, atendendo reclamações de agentes e consumidores. Fonte: <<http://www.mme.gov.br/>>.

²⁹ Designa uma instituição empresarial que detém o controle de um grupo composto por outras empresas por meio da totalidade ou de parte de seus respectivos capitais sociais. Neste caso, o termo é utilizado em referência a Eletrobrás. Fonte: <<http://www.dicionarioweb.com.br>> .

março do mesmo ano, o Ibama executou a primeira vistoria técnica na área do projeto. Paralelamente a todos esses eventos registrados pela Norte Energia em um *blog* destinado à divulgação do projeto da Usina Hidrelétrica (www.blogbelomonte.com.br), lideranças sindicais e de comunidades indígenas, alinhadas à atuação de ONGs internacionais como o Greenpeace e demais entidades socioambientalistas, promoveram protestos públicos com a finalidade de expor os possíveis impactos sociais e ambientais à população residente na região de Belo Monte. Um ano depois, o Termo de Referência do EIA transformou-se em objeto de debates envolvendo os moradores de Altamira e Vitória do Xingu durante as reuniões organizadas pelo Ibama. A autarquia do governo federal também realizou nova vistoria técnica para a emissão definitiva do Termo de Referência para o EIA, editado no mesmo ano.

Figura 1 – Mapa da região Xingu e seus 11 municípios – Brasil.



Fonte: Blog SOS Rios do Brasil <<http://sosriosdobrasil.blogspot.com.br/>>

Em julho de 2008, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)³⁰ limitou o potencial hidrelétrico a ser explorado no rio Xingu, retirando do projeto inicial da Eletrobrás a instalação de sete usinas hidrelétricas na bacia hidrográfica. O projeto final, aprovado pela Aneel após a atualização do inventário, prevê apenas o AHE Belo Monte, o que reduziria

³⁰ O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) tem a atribuição de formular políticas e diretrizes de energia destinadas a: promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País; assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso no Brasil; rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões; assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas; estabelecer linhas de direcionamento para programas específicos e firmar diretrizes para a importação e exportação de energia. Fonte: <<http://www.mme.gov.br/>>.

drasticamente, segundo as informações divulgadas pelo governo federal, os prováveis impactos socioambientais abrangendo a fauna, flora e a vida humana no centro-oeste do Pará.

Ainda em 2008, constitui-se como a maior organização da sociedade civil engajada no impedimento da construção da UHE Belo Monte, o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), durante o II Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido no período de 19 a 23 de maio, em Altamira.

Somente em 2008, as lideranças das tribos indígenas do Xingu e demais organizações solidárias na luta contra a construção da UHE de Belo Monte reuniram-se em um coletivo representativo composto por 250 entidades nacionais e internacionais de cunho sociopolítico e ambientalista. [...] O coletivo é formado por lideranças de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores rurais, moradores de Altamira, professores, movimento de mulheres e organizações religiosas (SILVA, J., 2011a, p. 8).

O ano de 2009 pode ser considerado o estopim para o retorno da polêmica em torno da Usina após dez anos do lançamento do projeto inicial do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. Em fevereiro, a Eletrobrás finalizou a versão preliminar do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impactos Ambientais (EIA/Rima), além de ter solicitado a emissão de Licença Prévia para o início das obras do empreendimento ao Ibama, que promoveu nova vistoria técnica na área de implementação do projeto energético em abril do mesmo ano. Posteriormente à visita, o EIA/Rima foram endereçados oficialmente ao Ibama com a divulgação dos relatórios na mídia nacional em maio de 2009. Quatro meses após a divulgação, em meio a novos protestos e questionamentos em torno da viabilidade da Usina que apresentou repercussão internacional, o CNPE determinou em portaria que o projeto de Belo Monte constitui-se como prioritário para licitação e implantação na bacia do rio Xingu visando cumprir a política nacional de geração de energia elétrica no Brasil.

Em posição contrária, o Ministério Público Federal, com o respaldo técnico de pesquisadores e demais instituições sociais não apoiadoras da construção da Hidrelétrica, moveu diversas ações públicas em denúncia das consequências nocivas do projeto ao meio ambiente e aos habitantes da região de Belo Monte. No mesmo período, “especialistas vinculados a [...] Instituições de Ensino e Pesquisa identificam e analisam [...] graves problemas e sérias lacunas no EIA” (SANTOS; HERNANDEZ, 2009, p.1), em documento denominado *Painel de Especialistas - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. O Painel de Especialistas é composto de

“pesquisadores voluntários e surgiu de uma demanda de movimentos sociais de Altamira” (SANTOS; HERNANDEZ, 2009, p.10).

No total, 24 doutores oriundos do Brasil com formação acadêmica no Exterior e em instituições de ensino nacionais, além de estrangeiros, participaram da elaboração do documento, composto por 230 páginas e que está disponível na Internet³¹. Mais 14 pesquisadores independentes colaboraram para a criação do Painel de Especialistas, o qual teve o apoio da Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) de Altamira, do Instituto Socioambiental (ISA), da *International Rivers*, da ONG britânica WWF, da FASE e da Rede de Justiça Ambiental. Segundo o Painel de Especialistas, o EIA apresenta falhas significativas em sua disposição, considerando os seguintes aspectos

- Inconsistência metodológica;
- Ausência de referencial bibliográfico adequado e consistente;
- Ausência e falhas nos dados;
- Coleta e classificação assistemáticas de espécies, com riscos para o conhecimento e a preservação da biodiversidade local;
- Correlações que induzem ao erro e/ou a interpretações duvidosas;
- Utilização de retórica para ocultamento de impactos (SANTOS; HERNANDEZ, 2009, p.11).

Os problemas do EIA continuam, na avaliação dos pesquisadores, no tocante à abordagem dos impactos socioambientais

- Subdimensionamento da — área diretamente afetada;
- Subdimensionamento da — população atingida;
- Subdimensionamento da perda de biodiversidade;
- Subdimensionamento do deslocamento compulsório da população rural e urbana;
- Negação de impactos à jusante da barragem principal e da casa de força;
- Negligência na avaliação dos riscos à saúde;
- Negligência na avaliação dos riscos à segurança hídrica;
- Superdimensionamento da geração de energia;
- Subdimensionamento do custo social, ambiental e econômico da obra (SANTOS; HERNANDEZ, 2009, p.11).

O Painel de Especialistas também considerou que não houve a correta divulgação do EIA, faltando o volume 35 do estudo, o qual teria sido disponibilizado de modo incompleto até setembro de 2009, quando se realizaram as audiências públicas nos municípios paraenses de Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira e Belém. Apesar das dificuldades que se apresentaram no segundo semestre de 2009 ao governo federal para a viabilização do projeto,

³¹ O Painel de Especialistas pode ser encontrado no sítio do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), no endereço <<http://www.xinguvivo.org.br>>.

seja pelas sucessivas derrubadas de licenças ambientais após o pedido de liminar na Justiça pelo Ministério Público Federal ou mesmo pela mobilização social contrária ao projeto energético, o processo de licenciamento ambiental transcorreu até seu definitivo término no início de 2011.

Conforme o Parecer nº 29/2009, emitido pelo Ibama em 28/04/2009, tanto o aceite do EIA quanto à análise do mérito, que ocorreria durante as audiências públicas, “estavam submetidos à apresentação de diversos documentos” (SANTOS; HERNANDEZ, 2009, p.14). Tais documentos trariam informações relevantes a respeito do estudo espeleológico, da qualidade da água na região Xingu, o envolvimento das populações indígenas na execução do empreendimento, os critérios de exclusão e inclusão de áreas na formação do reservatório da Hidrelétrica e as possíveis condições das encostas, com destaque para a área urbana de Altamira. Ainda segundo o Painel, o EIA haveria negligenciado pontos como a apresentação das características físicas da Bacia Hidrográfica do Xingu, as medições de descarga sólida e as diretrizes socioambientais a serem adotadas durante a operacionalização da Hidrelétrica.

Mesmo sob questionamentos, em outubro de 2009, o Ministério de Minas e Energia manteve a realização do leilão para a escolha das empresas responsáveis pela comercialização da energia elétrica da Usina. A Aneel promoveu audiência pública para debater a minuta do edital de Belo Monte, bem como o MME publicou portaria com a especificação da sistemática do leilão. Em 2010, o governo federal emitiu portaria pelo MME definindo o prazo a “Declarações de Necessidade para os Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração e da Usina Hidrelétrica” (NORTE ENERGIA, 2011a), neste caso considerando a energia a ser produzida por Belo Monte.

Em fevereiro do mesmo ano, o Ibama concedeu Licença Prévia para a construção da Hidrelétrica, o que viabilizou a realização do leilão da Usina, cujos estudos receberam, no mesmo mês, a aprovação da Aneel. No mês seguinte, o Tribunal de Contas da União concordou com a previsão de custos para a implementação do projeto apresentada pela Eletronorte. Por meio de portaria específica, o MME definiu a data do leilão para o dia 20 de abril após diversas intervenções feitas pelos antagonistas de Belo Monte por meio de processos judiciais e protestos em via pública. Depois da divulgação do Edital do Leilão nº. 06/2009 destinado à contratação de energia elétrica proveniente da Usina Hidrelétrica, finalmente se concretizou o leilão na data estabelecida pelo governo federal. Quatro meses

mais tarde, constitui-se a SPE³² Norte Energia S/A., empresa que será responsável pela utilização do aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu, com a posterior assinatura do contrato de concessão da Usina.

De setembro de 2010 a janeiro de 2011, pouco se ouviu falar a respeito do andamento da construção de Belo Monte. As atenções da mídia brasileira voltaram-se para as eleições presidenciais, disputadas, principalmente, pelos candidatos José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Na época, o último partido já comandava a Presidência da República por oito anos com a liderança de um dos políticos dotados de maior popularidade no País, Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, ex-metalúrgico do ABC Paulista e que também chegou à direção do PT.

Em janeiro de 2011, o Ibama concedeu a Licença de Instalação (LI) para as instalações provisórias da Hidrelétrica, transformada em definitiva em junho do mesmo ano. Somente com a emissão da LI, a Norte Energia deu a largada para o início das obras da Usina. A população local já pode perceber os impactos socioeconômicos advindos com os primeiros meses de implementação da Hidrelétrica, conforme o relato feito pela revista *Veja on line* (2011), reproduzido abaixo.

A cidade sente os reflexos. Na região central, o assunto é o mesmo em cada esquina: o preço do aluguel disparou. Em busca de clientes endinheirados, proprietários estão reajustando preços. Quem não pode pagar não vê opção a não ser sair. A estimativa é que os preços já tenham subido 70%. A desculpa: Belo Monte está chegando (D'ELIA, 2011).

Além do aumento dos preços dos aluguéis de residências e prédios comerciais e dos produtos industrializados nas áreas de influência de Belo Monte, o empreendimento não estaria proporcionando todos os benefícios prometidos pelo governo federal e aliados, como o recolhimento de tributos, considerando o início das obras do projeto.

O Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) ainda não pagou à prefeitura de Altamira o Imposto Sobre Serviço (ISS) das obras da usina – e, segundo a administração pública da cidade, não quer pagar. Dados da Secretaria de Finanças do município apontam perdas de receita estimadas em aproximadamente 50 milhões de reais (MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE – MXVPS, 2012).

Quase sete mil trabalhadores empregados diretamente na construção da Usina deflagraram uma greve geral que durou doze dias, nos meses de abril e maio de 2012 (SINDICATO..., 2012). Liderados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada

³² SPE – Sociedade de Propósito Específico.

(Sintrapav), os operários exigiam do Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) o aumento do valor pago como vale-alimentação de R\$ 95,00 para R\$ 300,00, além da redução de seis meses para três quanto ao tempo de intervalo de folgas para visitas às famílias dos grevistas. A paralisação terminou sem êxito para os empregados do CCBM.

No próximo subtópico deste capítulo, serão apontados os principais pontos do projeto da Hidrelétrica e seus supostos aspectos favoráveis e negativos à população da região Xingu.

2.2 - O projeto de Belo Monte

A Hidrelétrica de Belo Monte é considerada um dos principais projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e deve receber investimentos acima de R\$ 20 bilhões oriundos dos cofres públicos e de fontes financeiras diversas. Com o objetivo de efetivar a sua construção, o governo federal criou, por meio de leilão público, o consórcio Norte Energia S/A, composto por empresas estatais e da iniciativa privada, empreiteiras, fundos de pensão e de investimento, além de consumidores. Esse consórcio terá como tarefa o gerenciamento de contratos para a comercialização da energia elétrica produzida pela Usina com as concessionárias de distribuição. Até 2012, estimava-se a negociação de um montante total de R\$ 62 bilhões, relativos ao fornecimento de 795 mil megawatts/hora (MWh).

Ao fazer uso de bem público a partir da exploração do potencial energético paraense, a Norte Energia terá como obrigação recolher à União o valor anual de R\$ 16,6 milhões, mas quase R\$ 200 milhões também seriam destinados aos cofres federais e ao estado do Pará, incluindo os 11 municípios da região de Belo Monte, como forma de compensação financeira pelos impactos socioambientais e a utilização dos recursos hídricos da localidade. Depois de concluída, a Usina terá potência de 11.233 megawatts (MW) e geração média anual de 4.746 MW. Se finalizada, obterá o *status* de terceira maior usina hidrelétrica no mundo, ficando atrás apenas da usina das Três Gargantas, na China, e da binacional Itaipu, localizada na fronteira do Paraguai com o estado do Paraná.

Segundo a Norte Energia (2011b), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE)³³ calcula que a demanda anual por energia elétrica no País será de 4,8% nos próximos oito anos,

³³ A Empresa de Pesquisa Energética, subordinada ao Ministério de Minas e Energia, tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo, gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

consonante com o aquecimento da economia nacional experimentado na última década. Em 2020, o consumo total do Brasil chegaria a 730,1 mil gigawatts-hora (GWh) comparados aos 456,5 mil GWh consumidos em 2010. Ainda de acordo com o consórcio, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte já deverá estar em funcionamento em 2020, de forma que sua produção visa atender, parcialmente, à referida demanda. A área alagada teria sido diminuída em 60%, comparando ao projeto original da Hidrelétrica, para “compatibilizar os interesses energéticos com a sustentabilidade ambiental“ (NORTE ENERGIA, 2011b).

O Sistema Elétrico Brasileiro é atendido fundamentalmente pela geração hidrelétrica (80%), complementado por usinas térmicas e fontes alternativas como energia eólica e biomassa. Considerando-se todas as fontes energéticas disponíveis para a geração de energia elétrica, a hidreletricidade é a que oferece condições mais favoráveis para fazer frente ao crescimento socioeconômico previsto para os próximos anos, em termos de custo (competitividade econômica), viabilidade ambiental, baixo índice de emissão de gases do efeito estufa e confiabilidade do suprimento (NORTE ENERGIA, 2011d, p.4).

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, que elaborou em conjunto com a empresa Leme o EIA/Rima, a Usina prevê a instalação de uma barragem inicial no rio Xingu, localizada quase a 40 quilômetros do rio, abaixo do município de Altamira, no Sítio Perimetral. Essa mesma barragem formará o Reservatório do Xingu. A água será revertida para o Reservatório dos Canais, localizado a 50 quilômetros de Altamira. O Trecho de Vazão Reduzida terá 100 quilômetros de extensão, considerando a calha do rio Xingu em sua plenitude, com o registro de diminuição da quantidade de água no trecho situado entre a barragem do Sítio Pimental e a casa de força principal (Sítio Belo Monte) em virtude do desvio das águas para a formação do Reservatório dos Canais.

Para garantir as condições necessárias para a qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente, com navegação na época de seca e manutenção da vida aquática, foi definido que esse trecho do rio deverá ser mantido com uma quantidade mínima de água (BRASIL, 2009, p.22).

O EIA/Rima indica que, aproximadamente, 48% da área a ser inundada pelos reservatórios do Xingu e dos canais localizam-se no município de Vitória do Xingu, o equivalente a quase 248 quilômetros quadrados. Do total a permanecer submerso durante o funcionamento da Usina em decorrência da presença dos reservatórios, 267 quilômetros quadrados, próximos dos 52% da área, estão no município de Altamira. Apenas 0,1%, o correspondente a meio quilômetro quadrado, abrange o município de Brasil Novo, a terceira

Foi criada a partir do Decreto 5.184, de 16 de agosto de 2004, o qual aprova o estatuto social da EPE e dá outras providências. Fonte <<http://www.epe.gov.br>>.

localidade a sofrer impactos ambientais com a construção da Hidrelétrica. O projeto prevê, ainda, a construção de duas casas de força (uma principal e outra complementar), conforme explicação a seguir.

A casa de força municipal, que vai ser construída no Sítio Belo Monte, tem uma potência instalada de 11 mil MW, ou seja, pode gerar até 11 mil MW de energia. Já a complementar, que vai ficar junto com a barragem no Sítio Pimental, vai ter potência instalada de 233,1 MW, o suficiente para abastecer quase a metade da população da cidade de Belém, no Pará, o que corresponde a aproximadamente três milhões e meio de pessoas (BRASIL, 2009, p.23).

O prazo de implantação da hidrelétrica é de dez anos, com a promessa por parte do governo federal de instalar acessos, canteiros de obras, moradias, alojamentos para os trabalhadores e residências para os funcionários. Do primeiro ao quinto ano, a previsão feita pelo Executivo Federal consiste em cumprir a meta de erguer as estruturas da Usina de Belo Monte, entre as quais podem ser citadas as barragens, canais e casas de força. Nos últimos cinco anos de execução das obras, as empresas responsáveis pelo empreendimento pretendem instalar máquinas para a geração total de energia nas duas casas de força. O governo federal enumera ao longo do EIA/Rima uma série de benefícios à região Xingu, entre os quais a geração de emprego em larga escala, além de garantir com relativa segurança no relatório (o qual foi contestado pelo Painel de Especialistas), o atendimento da demanda por moradia nos municípios envolvidos no projeto hidrelétrico.

[...] muitos trabalhadores serão contratados para trabalhar na usina. No terceiro ano de construção (período de pico das obras) haverá um número maior de pessoas trabalhando, ou seja, cerca de 18.700 funcionários. Para contratar o maior número possível de trabalhadores locais, vai ser oferecido treinamento para formar trabalhadores especializados (BRASIL, 2009, p.24).

As propostas apresentadas no EIA/Rima, como a futura oferta de novos pontos de comércio, postos de saúde, escolas, áreas para a prática de esporte, somam-se à provável criação de infraestrutura para abastecimento de água, tratamento de esgoto, drenagem e serviço de coleta e disposição de lixo para atender o contingente de pessoas em busca de ocupação remunerada previsto na construção de Belo Monte e suas respectivas famílias oriundas de diversas localidades do País. Segundo o EIA/Rima, em Altamira serão construídas quinhentas novas casas e em Vitória do Xingu mais 2,5 mil residências. Pretende-se erguer novo alojamento no Sítio Belo Monte para 8,7 mil trabalhadores; outro no Sítio Bela Vista para 2,1 mil funcionários; e o terceiro para mais 5.150 profissionais.

Ainda de acordo o EIA/Rima, para a melhor compreensão dos fenômenos que ocorrerão na região Xingu, os responsáveis pela realização dos estudos dos impactos socioambientais delimitaram uma divisão territorial composta por duas áreas de influência das atividades da Hidrelétrica. As localidades mais distantes da Usina a sofrerem modificações indiretas a partir das alterações que ocorrerão nas áreas vizinhas ao empreendimento e aquelas onde se localizarão as obras do projeto serão chamadas de AII-Área de Influência Indireta. Já as áreas circunvizinhas, situadas no entorno do AHE Belo Monte e do reservatório, receberam a denominação de Área de Influência Direta - AID. Tais áreas incluem não somente as terras que vão ser ocupadas pelas obras e pelo reservatório, mas também aquelas que vão sofrer interferências diretas, negativas ou positivas, do projeto, ou seja, aquelas a receberem as estruturas principais de engenharia da Hidrelétrica e toda a parte de infraestrutura necessária para a construção da Usina, “como a barragem, os canteiros de obra, as estradas de acesso e áreas de botafora, considerando também as áreas de inundação” (BRASIL, 2009, p. 30).

Conforme os dados apresentados no mesmo Relatório, dez comunidades indígenas existentes na região Xingu inevitavelmente sofrerão impactos socioambientais significativos: Paquiçamba; Arara da Volta Grande do Xingu, Juruna no km 17, Trincheira Bacajá, Arara, Cachoeira Seca, Kararaô, Koatimento, Araweté/Igarapé Ipixuna e Apyterewa. Inclusive em razão da elevação do número de trabalhadores contratados nos primeiros cinco anos das obras, essas comunidades tradicionais sentirão as possíveis influências positivas e desfavoráveis do empreendimento. Na previsão feita no EIA/Rima, no período das atividades de construção, a prestação de serviços deverá ser mais especializada, com a redução do fluxo de trabalhadores braçais, aumentando a demanda por mão-de-obra qualificada.

Documento encomendado pelo governo federal e elaborado pela empresa de engenharia Leme, o EIA/Rima detalha várias consequências negativas advindas com a construção da Usina de Belo Monte como o aumento da população e da ocupação desordenada do solo. Estima-se que 96 mil pessoas cheguem à região, considerando também aquelas que estarão trabalhando nas obras. “Essas pessoas deverão procurar morar próximas aos alojamentos e às residências dos trabalhadores, podendo formar núcleos sem as condições adequadas de saneamento, facilitando a disseminação de doenças” (BRASIL, 2009, p. 85).

Haverá aumento da pressão populacional sobre as áreas indígenas, sendo que os Paquiçamba, os Arara da Volta Grande do Xingu e os Juruna do km 17, por estarem mais próximos do empreendimento, serão mais efetivamente expostos à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, ao alcoolismo, à prostituição e às drogas. Outros aspectos

negativos levantados pelo Estudo/Relatório consistem na perda de imóveis e benfeitorias pela transferência da população residente na área rural e o fim de suas atividades produtivas com o alagamento pela instalação da barragem.

Na parte rural da ADA [Área Diretamente Atingida], o empreendimento vai afetar 2.822 pessoas que moram em 1.241 imóveis. A maior parte delas está na área que será afetada pelo Reservatório dos Canais e nas duas margens onde será formado o Reservatório do Xingu. Nas ilhas do rio Xingu moram 449 pessoas e 151 moram na Vila de Santo Antonio.

[...] Os imóveis localizados nas margens do futuro Reservatório do Xingu, na parte rio acima de Altamira, serão pouco afetados. Já os que estão, em sua maioria, no Trecho do Reservatório dos Canais e no Trecho do Reservatório do Xingu mais próximos ao local onde será construída a barragem (Sítio Pimental) serão mais atingidos.

No total, cerca de 40 por cento dos imóveis rurais serão atingidos em até um quarto de sua área.

Dos 1.241 imóveis rurais pesquisados, em 974 deles (78 por cento) é desenvolvido algum tipo de produção rural, com destaque para a agricultura e a pecuária bovina (BRASIL, 2009, p.90).

Mas os prejuízos reconhecidos pelo governo federal também não se limitam apenas à produção agropecuária nas áreas diretamente afetadas. Medeiros (2009), que integra o Painel de Especialistas, faz denúncias ainda mais graves contra o projeto hidrelétrico, incluindo a extinção de espécies da fauna aquática da região Xingu.

O projeto levaria à quebra da barreira geográfica que isola em duas ecorregiões os ambientes aquáticos da bacia do Rio Xingu. Isto poderia causar extinção de centenas de espécies, além de impactos socioeconômicos imprevisíveis, inclusive para o próprio aproveitamento hidrelétrico, por processos que uma vez deflagrados não podem ser revertidos ou controlados.

A introdução de espécies fora da sua área de distribuição é crime previsto na Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998), conseqüentemente a construção do sistema de eclusas é um crime anunciado. O EIA não menciona o tema de espécies invasoras, portanto não pode ser considerado como um estudo válido para pedido de autorização para introduzir espécies fora da sua área de distribuição original (MEDEIROS, 2009, p.167).

Medeiros (2009) descreve como possíveis impactos negativos da Usina Hidrelétrica a perda da biodiversidade existente às proximidades dos reservatórios resultante da variação anual no nível do rio Xingu, a qual teria como outra importante implicação problemas de autossuficiência para indígenas e populações tradicionais. O pesquisador identifica no EIA/RIMA a desvinculação do projeto no tocante ao “aumento das pressões para destruição de ecossistemas naturais e do patrimônio cultural por barramentos adicionais no rio Xingu” (MEDEIROS, 2009, p. 171).

O EIA/RIMA apenas apresentaria uma análise preliminar e incompleta das consequências à fauna das cavernas do Xingu, outro relevante tesouro natural, na avaliação do Painel de Especialistas. Das quarenta e oito morfoespécies biológicas, identificadas por Medeiros (2009) como “tipos diferentes de animais”, somente cinco foram corretamente classificadas conforme gênero, família ou ordem, o que significaria que “estes dados não permitem a identificação de espécies endêmicas e ameaçadas” (MEDEIROS, 2009, p.173).

Apesar das constantes contestações a respeito da validade e relevância de Belo Monte para o efetivo desenvolvimento da região amazônica, o empreendimento ingressou em fase definitiva de início das obras em 2011. Para determinados grupos, em especial o empresariado local, as expectativas quanto ao futuro do projeto são muitas. Em contrapartida, as consequências desfavoráveis também são perceptíveis, como se pode constatar em alguns trechos de notícias de jornais que abordaram a temática.

Nos hotéis, é difícil arranjar vaga durante a semana. Empresas envolvidas com os preparativos da obra fecham pacotes anuais para seus executivos - mesmo que eles não fiquem lá o tempo todo e deixem seus quartos trancados. O empresário Daniel Nogueira, de 51 anos, desistiu de construir um edifício residencial e decidiu erguer um dos mais novos hotéis da cidade. A aposta deu certo: está com lotação esgotada até o fim do ano. O hotel tem 40 apartamentos e até suíte presidencial. “Muitos vieram montar empresas, construir condomínios fechados. Estão atrás do boom que é Belo Monte. Aqui está uma efervescência”, diz (D'ELIA, 2011).

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte representa, para muitos desempregados, a possibilidade de começar uma nova vida no Norte do País. Atualmente, há cerca de 7,7 mil operários contratados diretamente pelo Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM). A previsão é atingir, em 2013, 21 mil trabalhadores nos canteiros de obras. Mas, enquanto essas vagas não surgem, muitos desempregados estão em Altamira (PA) enfrentando problemas sérios para se manter. Só nos arredores da rodoviária da cidade, há mais de uma centena de pessoas dormindo nas ruas, em redes penduradas em postes e árvores. Ocupam até um matagal próximo. Um desses desempregados que alimenta a esperança de conseguir algum trabalho na usina é o eletricitista Francisco das Chagas de Oliveira, de 42 anos. Ele deixou Teresina (PI) no dia 8 de janeiro para tentar, em Altamira, um emprego que ofereça um salário melhor do que os R\$ 2.283 que recebia no Piauí (DESEMPREGADOS..., 2012).

A seguir, serão expostas as principais características da região Xingu onde será instalada a Usina de Belo Monte, com a atuação das principais instituições e agentes sociais participantes dos embates travados em torno do empreendimento energético.

2.3 - Belo Monte: diversidade e embate social

Com uma população estimada em 360.832 habitantes, segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³⁴, a região Xingu não foge à tônica que caracteriza boa parte do estado do Pará e da Amazônia: sua constituição geográfica, natural ou social, é marcada pela diversidade e pelo conflito de instituições e agentes sociais distintos. No mesmo espaço físico convivem a abundância de recursos naturais e a carência de diversas necessidades materiais. Conforme Nascimento e Drummond (2003), a região Xingu, composta por seus 11 municípios (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu), representa um mosaico humano e natural, formado por vários fluxos migratórios nos últimos 40 anos advindos com projetos de infraestrutura de grande porte, entre eles a abertura da rodovia Transamazônica.

É possível perceber a coexistência da Amazônia Indígena, com as suas 14 terras demarcadas ou em processo de demarcação; da Amazônia Tradicional, composta pelas populações ribeirinhas “distribuídas ao longo dos diversos afluentes do rio Xingu, e mesmo neste; e da Amazônia da Colonização, com uma população adensada ao longo da BR 230, provinda de cantos diversos do País” (DRUMMOND; NASCIMENTO, 2003, p.38). Segundo os dois autores, a colonização agrícola à beira da rodovia influenciou o crescimento populacional de Altamira. A região dispõe de elevados índices de pobreza, com expressivo analfabetismo e a precariedade na infraestrutura urbana.

Quatorze terras indígenas se fazem presentes no Xingu, “uma terra sagrada de diversos grupos” (DRUMMOND; NASCIMENTO, 2003, p.51). Juntas totalizam uma área de 91.058 km² de extensão, o equivalente a 35,1% dos 11 municípios da região, sendo que algumas aguardam regularização e outras já ultrapassaram tal fase em virtude da considerável organização política que usufruem determinados grupos e seus aliados, estes vinculados “a uma rede nacional e mundial de solidariedade à causa indígena no Brasil” (DRUMMOND; NASCIMENTO, 2003, p.51). Entre as etnias presentes no Xingu, citam-se os índios Parakanã, Arara, Araweté, Menkrantire, Kararaô, Assurini, Kuruaya, Juruna, Xicrim, Apyterewae, Panará e Menkragnoti.

Mas são os problemas sociais e de infraestrutura que revelam a face distante da riqueza natural tão alardeada da região. Considerada um dos principais municípios

³⁴ Os dados pertencem ao relatório parcial do Censo Demográfico 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em novembro de 2010. Mais informações sobre o Censo 2010 podem ser obtidas no site do IBGE (<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>).

submetidos à influência de Belo Monte, Altamira, por exemplo, não dispõe de muitas vias trafegáveis, sendo o rio Xingu e seus afluentes importantes meios de se chegar até a cidade. Dados do Ministério de Minas e Energia apontam as dificuldades vivenciadas pelos populares das localidades rurais das Áreas de Influência Indireta (AII) do projeto. Boa parte das comunidades utiliza poços, além das nascentes e os próprios rios. “O esgoto normalmente é jogado em fossas negras. Nas sedes municipais, os sistemas de abastecimento da água chegam a um número muito pequeno de casas” (BRASIL, 2009, p.43).

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, 23% das casas da região não possuem instalações sanitárias adequadas para as necessidades humanas e somente 13% das residências situadas nas áreas afetadas indiretamente pelas obras da Hidrelétrica têm fossas sépticas. A pobreza material que aflige os municípios do Xingu pode ser comprovada com a observação do número expressivo de casos de malária, leishmaniose e febre amarela silvestre, além de outras doenças.

A hanseníase, mais conhecida como lepra, é um sério problema de saúde pública da AII. Mais de 2.100 casos foram registrados nos últimos cinco anos. Os municípios com maior número de casos são Altamira, Uruará e Pacajá.

A malária é a doença na AII com maior risco de crescimento por causa da população que vai de um lugar para outro. O número de casos de malária é bem diferente entre os municípios da AII e até em locais de um mesmo município. A maior ocorrência dessa doença está em Anapu, Pacajá e Senador Porfírio, fazendo com que esses municípios sejam áreas de alto risco de transmissão.

[...] Pacajá é o município com maior número de casos - 36% do total da AII (quase 30 mil casos nos últimos cinco anos). Altamira é o segundo, com quase 29% dos casos da AII, correspondendo a mais de 23 mil casos nos últimos cinco anos (BRASIL, 2009, p.43-44).

Na análise de Nascimento e Drummond (2003), a região Xingu possui uma suposta “vocação para a prática da conservação ambiental” em virtude de sua ampla diversidade natural, ainda que tenham ocorrido determinadas transformações em decorrência da migração maciça e das atividades extrativistas e da agropecuária. Segundo os autores, existem na mesma região áreas de considerável valor para a preservação e conservação, entre as quais as Florestas Nacionais de Altamira.

Cerca de 19% (73 áreas) de todas as áreas identificadas como prioritárias para a biodiversidade na Amazônia Legal (385) pertencem à biorregião chamada Baixo Xingu/Tapajós/Madeira [...]. É a maior parcela entre as sete biorregiões amazônicas definidas pelo estudo. Dessas 73 áreas, 47 são de importância biológica “extrema” e 19 de importância biológica “muito alta”, prova do alto valor biológico da biorregião como um todo [...]. As principais ações recomendadas para 29 dessas 73 áreas são relativas à criação de unidades de conservação, enquanto 34 são recomendadas

principalmente para o 'uso sustentável de recursos naturais' e as demais (10) para 'proteção' (NASCIMENTO; DRUMMOND, 2003, p.53).

Mesmo com a oposição de grupos contrários, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte mostra-se como um projeto que traz muitas expectativas de desenvolvimento econômico e social para os habitantes, não apenas da própria região Xingu, mas também de outras áreas do Pará e estados vizinhos. A construção da Hidrelétrica, neste caso, seria considerada uma oportunidade de superar problemas históricos que fazem parte da realidade diária, principalmente dos moradores dos 11 municípios envolvidos na implementação da Usina, como a limitada oferta de empregos, a infraestrutura urbana precária, o reduzido número de escolas e o atendimento médico-hospitalar deficiente, o que já foi evidenciado no próprio EIA/Rima, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia.

Pode-se também constatar esse clima de expectativa favorável em torno de Belo Monte nos depoimentos registrados em reportagens produzidas pelo portal de notícias G1.

[...] Oslei Nunes de Souza conquistou o primeiro emprego com carteira assinada aos 40 anos para trabalhar em serviços gerais na obra. Antes, ganhava R\$ 500 por mês, sem direitos, e agora tem salário em carteira de R\$ 1,2 mil. "A vida vai melhorar muito. Quem fala mal da obra, acredito que não esteja vendo as coisas como são de verdade, o desenvolvimento que vai trazer. Eu, particularmente, quero realizar meus sonhos, ter minha moto, reformar a minha casa, melhorar de vida", diz Oslei.
[...] Zenilda Gomes da Silva, de 45 anos, sempre foi cabeleireira, mas conseguiu emprego de auxiliar de cozinha com salário de R\$ 630 e diz que, assim, conseguirá melhorar bem o orçamento. "Posso continuar fazendo cabelo nas horas de folga. A coisa melhorou muito. Aqui, tinha gente passando necessidade. Agora, tem gente conseguindo emprego" (OLIVEIRA, 2011b).

Porém, algumas expectativas também são negativas. Principalmente quanto às ameaças de inundação de diversas comunidades ribeirinhas e de pequenos produtores rurais.

O servidor público Caio Dirlei Silva Brasil, de 30 anos, construiu uma casa há dois anos em uma área que será alagada em Altamira por conta da usina. "Eu estou com medo. Gastei tudo que tinha para fazer essa casa e agora dizem que vai alagar. Passou uma pessoa fazendo pesquisa, falaram que iam marcar uma reunião, mas não falaram mais nada. Uns dizem que vão dar dinheiro, outros que vão dar casa. Se me derem uma casa parecida, tudo bem. Ou o dinheiro não vai dar para comprar outra casa igual", afirma Caio, ao revelar sua preocupação (OLIVEIRA, 2011a).

Dois dos principais municípios da região, Vitória do Xingu e Altamira, possuem um considerável número de habitantes com idade de 15 anos ou mais que não sabem ler e nem escrever. No primeiro município, 16,5% da população total faz parte do universo de analfabetos. Em Altamira, a porcentagem alcança a marca de 12,5%, conforme dados obtidos

durante o Censo 2010 do IBGE. No tocante às condições de saneamento nesses municípios, 46,5% e 17,6%, respectivamente, das casas são residências permanentes. A renda *per capita* domiciliar em Vitória do Xingu e Altamira não ultrapassa os R\$ 444,00 mensais, valor que não alcança o salário-mínimo em vigor até abril de 2013, estimado em mais de R\$ 620,00. Os mesmos índices sociais dos outros nove municípios do Xingu não se distanciam dos apresentados por Vitória do Xingu e Altamira, como pode ser visto nas tabelas a seguir.

Tabela 1 - Indicadores sociais dos 11 municípios da região Xingu: população total/rural e urbana, rendimento mensal per capita domiciliar e taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais (2010)

Municípios	População total	População Rural	População Urbana	Rendimento mensal per capita domiciliar	Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais
Vitória do Xingu	13 431	8 069	5 362	R\$ 254,00	1.500 (16,15%)
Altamira	99 075	14 983	84 092	R\$ 444,00	8.588 (12,5%)
Senador José Porfírio	13 045	6 470	6 575	R\$ 232,00	1.855 (22,8%)
Placas	23 934	19 080	4 854	R\$ 205,00	2.694 (17,3%)
Anapu	20 543	10 710	9 833	R\$ 266,00	2.531 (19,2 %)
Brasil Novo	15 690	8 791	6 899	R\$ 395,00	1.953 (17,8 %)
Gurupá	29 062	19 482	9 580	R\$ 178,00	4.274 (24,8 %)
Medicilância	27 328	17 769	9 559	R\$ 334,00	3.423 (18,4 %)
Pacajá	39 979	26 232	13 747	R\$ 250,00	5.614 (21,5 %)
Porto de Moz	33 956	19 373	14583	R\$ 160,00	4.180 (21,5 %)
Uruará	44 789	20 359	24 430	R\$ 330,00	4.545 (15,1 %)

Fonte: Censo 2010 - IBGE

Tabela 2 – Indicadores sociais dos 11 municípios da região Xingu: domicílios permanentes, saneamento adequado, semi-adequado e inadequado (2010)

Municípios	Domicílios permanentes	Saneamento adequado	Semi-adequado	Inadequado
Vitória do Xingu	2 976	1,30%	52,20%	46,50%
Altamira	26 427	3,40%	79,00%	17,60%
Senador José Porfírio	3 306	5,30%	45,60%	49,10%

Placas	5 564	0,10%	33,10%	66,80%
Anapu	5 075	0,10%	44,90%	55,00%
Brasil Novo	4 362	1,10%	54,20%	44,80%
Gurupá	5 394	4,60%	33,80%	61,60%
Medicilância	7 348	6,70%	39,50%	53,80%
Pacajá	10 041	0,10%	39,40%	60,50%
Porto de Moz	6 060	8,10%	43,40%	48,40%
Uruará	11 252	0,10%	54,40%	45,40%

Fonte: Censo 2010 - IBGE

Entre as principais instituições e agentes sociais envolvidos na nova polêmica em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, destacam-se quatro deles: o governo federal, representado pelo Ministério de Minas e Energia e suas empresas Eletrobrás e a Norte Energia; o Ministério Público Federal, o qual tem como principal nome o procurador da República Felício Pontes; o Conselho Missionário Indígena (Cimi), liderado pelo bispo da Prelazia do Xingu, dom Erwin Kraütler; e por último o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), coletivo de entidades representativas da região Xingu que conta com a presença de lideranças indígenas, de sindicatos e de ONGs socioambientalistas.

2.3.1 - Governo federal

Representado pelo Ministério de Minas e Energia, ao qual está vinculada a *holding* Eletrobrás e a subsidiária Norte Energia S/A, o governo federal é o idealizador do projeto Belo Monte para a geração de energia elétrica no rio Xingu, além de defendê-lo como um dos principais empreendimentos do PAC a serem implementados no País. Com a realização do leilão para a escolha das empresas responsáveis pela comercialização da energia elétrica da Usina no dia 20/04/2010, formou-se o consórcio Norte Energia que assume a tarefa de comercializar a produção energética de Belo Monte.

O capital da Norte Energia é liderado por investimentos da Eletrobrás e suas subsidiárias, Eletronorte e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), totalizando a porcentagem de 49,98% das ações do consórcio. O governo federal apresenta-se como acionista majoritário, contando ainda com recursos de entidades de previdência complementar (Petros e Funcef) em 15%, somados aos do fundo de investimento de participação da Caixa

FIP CEVIX, correspondentes a 5% das ações leiloadas. A Norte Energia dispõe do capital de sociedades de propósito específico (19,77% das ações), pertencente à Companhia Energética do Estado de Minas Gerais S/A (Cemig) e empresas concessionárias privadas. A mineradora Vale detém 9% das ações, além de haver a participação acionária de outras sociedades, conforme especificado na tabela a seguir.

Tabela 3 – Composição Acionária da Norte Energia S/A (2012)

• Grupo Eletrobrás	
Eletrobras.....	15,00%
Chesf.....	15,00%
Eletronorte.....	19,98%
• Entidades de Previdência Complementar	
Petros.....	10,00%
Funcef.....	5,00%
• Fundo de Investimento em Participações	
Caixa FIP Cevix.....	5,00%
• Sociedade de Propósito Específico	
Belo Monte Participações S.A. (Neoenergia S.A.)...	10,00%
Amazônia (Cemig e Light)	9,77%
• Autoprodutoras	
Vale.....	9,00%
Sinobras.....	1,00%
• Outras Sociedades	
J.Malucelli Energia.....	0,25%

Fonte: Norte Energia S/A <<http://norteenergiasa.com.br>>

No *site* oficial do consórcio, a Norte Energia afirma que a construção da Usina de Belo Monte gerará cerca de R\$ 140 milhões anuais a título de pagamento da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), popularmente conhecida como *royalties*. O governo do estado do Pará seria beneficiado com R\$ 70 milhões por ano e os municípios afetados pelo reservatório da Hidrelétrica com outros R\$ 70 milhões.

Outro argumento utilizado pelo governo federal na defesa do empreendimento energético consiste na inserção da Usina de Belo Monte no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu, desenvolvido em parceria com o governo do estado do Pará, “tendo como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da região com foco

na melhoria da qualidade de vida dos diversos segmentos sociais a partir de uma gestão democrática, participativa e territorializada” (NORTE ENERGIA, 2011c). Associada ao Eixo Temático 2 – Infra-Estrutura para o Desenvolvimento/Energia, aportaria cerca de R\$ 500 milhões em investimentos, seguindo o determinado no edital de criação do consórcio.

2.3.2 - Ministério Público Federal

O Ministério Público Federal pode ser considerado uma das principais instituições contrárias à Usina Hidrelétrica, com participação direta em 13 ações em tramitação na Justiça Federal do Pará desde o início da nova polêmica em torno da viabilidade da implementação do projeto na região Xingu, além de possuir destaque na grande mídia paraense pela divulgação de suas iniciativas no combate à usina de Belo Monte. O órgão do Poder Judiciário é um dos fortes aliados do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), com atividades amplamente noticiadas no sítio eletrônico do coletivo de entidades desde a criação da mídia alternativa, em outubro de 2010 (SILVA, J., 2011a).

O envolvimento direto com a causa dos populares do Xingu, inclusive com as comunidades indígenas, transformou-se em reportagem publicada na *Folha online* de 03/12/2011, por uma suposta ação antiética praticada pelo procurador da República Felício Pontes com os índios da etnia Xikrin, da Terra Indígena Trancheira Bacajá. Em seis vídeos gravados nas aldeias da etnia, o procurador, segundo as informações publicadas pela *Folha online*, estaria incentivando os índios a cobrarem valores financeiros da Norte Energia S/A bem superiores ao esperado, a título de indenização pelos danos provocados pelo projeto aos atingidos pela barragem da nova usina no rio Xingu.

A autoridade do Judiciário contestou as informações da reportagem, ponderando que sua missão seria alertar os povos indígenas quanto aos riscos da Hidrelétrica, como se pode averiguar pelo trecho extraído da reportagem da *Folha on line*.

Pontes é o procurador que mais combate o projeto. Ele participa das 13 ações contra Belo Monte que tramitam na Justiça paraense. [...]

O procurador diz ser o “advogado dos índios” e afirma ser sua missão alertar os indígenas contra danos do projeto.

“Vão pagar R\$ 30 mil e ficar com o rio Bacajá, porque não irá ter peixe nele [após a obra de Belo Monte]. É suficiente R\$ 30 mil para tirar o rio, para comprar o rio da gente? [sic]“, questiona.

Para o Ministério Público Federal, a mobilização dos Xikrin abre nova frente de embate contra o projeto. Oficialmente, o rio Bacajá (afluente da margem direita do Xingu) não será afetado pela construção da barragem ou pela redução da vazão.

O Ministério Público diz que a região será impactada, mas ainda aguarda estudos sobre o comportamento do rio para embasar uma nova ação contra o projeto, a 14ª (BRITO, 2011).

O MPF esteve entre as entidades participantes do 19º Congresso Nacional do Ministério Público, evento realizado no período de 23 a 26 de novembro de 2011, no Hangar - Centro de Convenções da Amazônia, em Belém (PA), com o tema "Amazônia - Direitos Humanos e Sustentabilidade". O evento contou com o patrocínio de vários órgãos do governo federal, entre os quais a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, por último, a Norte Energia S/A. O apoio da empresa concessionária para a comercialização de energia da Usina de Belo Monte gerou protestos de lideranças vinculadas ao MXVPS contra a Associação dos Membros do Ministério Público do Estado (Ampep), responsável pelo congresso. Segundo o Comitê Metropolitano de Belém do Xingu Vivo Para Sempre (2011), a Ampep não poderia aceitar o patrocínio de “uma empresa que tem 12 ACPs (Ações Cíveis Públicas) contra si na Justiça Federal, a um Congresso de membros do Ministério Público”, os quais teriam a obrigação, na avaliação da entidade, de defender o cumprimento das leis brasileiras e os direitos das camadas sociais oprimidas.

2.3.3 - Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Organização subordinada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Cimi foi criado em 1972 com a tarefa de atuar em assuntos relacionados à questão indígena no Brasil. Nesse período, o Cimi assumiu o compromisso de favorecer a articulação política entre os povos indígenas por meio da promoção de assembleias na perspectiva de garantir o direito à diversidade cultural no Brasil. Desde 2006, o Cimi está sob a liderança do bispo da Prelazia do Xingu, dom Erwin Kraütler, cujo trabalho no combate à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte conquistou visibilidade internacional. A liderança religiosa possui considerável credibilidade e popularidade na região Xingu, tratando-se de um importante antagonista do projeto energético ao questionar a viabilidade da Usina para o desenvolvimento dos 11 municípios sob a influência do projeto.

Para Kraütler, Belo Monte revela-se como uma proposta instituída sem a devida consulta prévia dos habitantes da região onde será instalada.

“A verdade é que um rolo compressor está passando por cima de todos nós. A promessa que Lula pessoalmente me deu no dia 22 de julho de 2009, segurando-me no braço e afirmando "Não vou empurrar este projeto goela abaixo de quem quer que seja" foi pura mentira. Falou assim para "acalmar" o bispo e livrar-se deste incômodo religioso que recebeu em audiência. O governo empurra sim Belo Monte goela abaixo!", escreve D. Erwin Kräutler, bispo do Xingu, narrando a visita pastoral, realizada no último mês de março, às comunidades do interior de Porto de Moz.

Segundo ele, "o pessoal da Norte Energia é para lá de arrogante. Se o colono não desocupa o seu sítio, a Justiça dá ordem de despejo e manda a polícia em cima do pobre, pois a Norte Energia considera toda a região propriedade sua e os moradores, que lá vivem desde os tempos do bisavô, invasores" (KRAÜTLER, 2012).

Conforme informações disponibilizadas no sítio institucional do Cimi (www.cimi.org.br), o sacerdote nasceu na Áustria em 1939, sendo ordenado padre em 1964, com posterior viagem missionária ao Brasil. Quatorze anos mais tarde, conquistou cidadania brasileira, sem perder a austríaca. No início dos anos 80, recebeu o título de bispo do Xingu, região julgada pela Igreja Católica como a maior circunscrição eclesial brasileira.

Em decorrência de seu empenho na defesa dos direitos indígenas nas negociações e debates realizados sobre a Usina de Belo Monte, dom Erwin Kräutler foi contemplado, juntamente com mais três personalidades de destaque, com o *Prêmio Right Livelihood 2010*. A honraria e a premiação estimada em duzentos mil euros são concedidas por fundação homônima sediada na Suécia em reconhecimento ao trabalho desenvolvido por agentes e instituições na solução de desafios sociais nas comunidades onde estão inseridos. Dom Erwin recebeu o prêmio "por uma vida dedicada ao trabalho com direitos humanos e ambientais dos povos indígenas, e por seu incansável esforço para salvar a Amazônia da destruição" (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2010).

2.3.4 - Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS)

Fundado em 2008, na ocasião do II Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira (PA), o MXVPS tem em sua formação 250 instituições estaduais, nacionais e até internacionais, incluindo ONGs socioambientalistas, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, organizações religiosas, associações de moradores e representantes de entidades defensoras dos direitos indígenas. Seu principal objetivo consiste no impedimento da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu. Entre as instituições internacionais que apoiam o Movimento destacam-se a Fundação *Heinrich Boell*,

International Rivers, Rainforest Foundation e Rainforest Noruega. Das lideranças indígenas pertencentes ao MXVPS, a de maior visibilidade nos meios de comunicação é a líder Sheyla Juruna, da tribo dos Juruna.

O coletivo de entidades tem suas raízes em duas tentativas de organização política popular na região: Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) e Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), ambos nascidos nos anos 80 e 90 do século XX, respectivamente. De acordo com Drummond e Nascimento (2003), as principais reivindicações desses dois primeiros movimentos político-sociais tinham como atenção primordial o asfaltamento da rodovia Transamazônica e a criação de uma reserva extrativista da região em meio a tantos projetos elaborados pelo governo federal com o provável objetivo de promoção do desenvolvimento socioeconômico no Xingu.

O fato de os projetos do governo federal dos anos 1970 ficarem inconclusos e de as reivindicações regionais não serem atendidas criou na população local, formada em sua maioria por migrantes, um forte sentimento de abandono, contribuindo para a criação de uma identidade própria, a do *Transamazônico*. Esses movimentos, alimentados pelas diversas associações locais e pelo forte sindicalismo rural, terminaram por lançar novas lideranças políticas, desencadeando um processo de mudança no leque partidário e na estrutura de representação política [...] (DRUMMOND; NASCIMENTO, 2003, p. 48-49).

A missão assumida pelo MXVPS assemelha-se à das organizações políticas que o antecederam ao se considerar a reivindicação da permanência nas áreas de influência da Usina de Belo Monte e a real implementação de políticas públicas que beneficiem os moradores dos 11 municípios que compõem a região. Na Carta do Xingu Vivo para Sempre, documento que simboliza a fundação do coletivo, o Movimento “manifesta sua posição [...] contrária à instalação de hidrelétricas [...], bem como contesta a invisibilidade à qual estaria [...] relegado nos processos decisórios sobre o destino da Amazônia” (SILVA, J., 2011a, p. 7).

O tom de revolta e o posicionamento contestatório permanente marcam o discurso do MXVPS em suas manifestações contra a Hidrelétrica, “seja na mídia tradicional formada pelos meios de comunicação massivos (TV, rádio e impresso) ou no próprio sítio do coletivo (www.xinguvivo.org.br)” (SILVA, J., 2011a, p.8).

Não admitiremos a construção de barragens no Xingu e seus afluentes, grandes ou pequenas, e continuaremos lutando contra o enraizamento de um modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente degradante, hoje representado pelo avanço da grilagem de terras públicas, pela instalação de madeiras ilegais, pelo garimpo clandestino que mata nossos rios, pela ampliação das monoculturas e da pecuária extensiva que desmatam nossas florestas (MXVPS, 2008).

O MXVPS contraria qualquer argumentação favorável ao projeto de geração de energia por conta dos diversos impactos sociais, ambientais e econômicos a surgirem com a instalação da Usina.

Estes são alguns dos impactos sociais que ameaçam as populações do Xingu:

- Inundação constante, hoje sazonal, dos igarapés Altamira e Ambé, que cortam a cidade de Altamira, e parte da área rural de Vitória do Xingu.
- Redução da vazão da água a jusante do barramento do rio na Volta Grande do Xingu e interrupção do transporte fluvial até o Rio Bacajá, único acesso para comunidades ribeirinhas e indígenas.
- Remanejamento de mais de 20 mil famílias de moradores da periferia de Altamira e da área rural de Vitória do Xingu, e de impacto em cerca de 350 famílias ribeirinhas que vivem em reservas extrativistas.
- Alteração do regime do rio sobre os meios biótico e socioeconômico, com redução do fluxo da água (MXVPS, 2010).

Até meados de 2012, o MXVPS estava sob a coordenação geral de Antonia Melo, residente em Altamira, e também coordenadora do Movimento de Mulheres do Campo e Cidade – Pará (MMCC). Em Belém (PA), o Comitê Metropolitano MXVPS funcionava até o referido período como base de articulação política do coletivo com outras entidades sediadas na capital paraense.

No próximo capítulo, serão discutidas as relações existentes entre comunicação e discurso e os principais conceitos que nortearão a análise discursiva dos textos jornalísticos de O Liberal e Diário do Pará sobre o reinício dos debates a respeito da viabilidade da UHE Belo Monte.

Capítulo 3 - Comunicação & Discurso

3.1 – Comunicação: um campo de estudos em formação

Compreender o fenômeno da comunicação é um dos principais desafios dos pesquisadores que se debruçam sobre o tema, considerado ação constituinte da vida de todos os indivíduos. Muitas vezes, os estudiosos da Comunicação, a qual ainda pleiteia o *status* de ciência no ambiente acadêmico das universidades, não dispõem de instrumentos teóricos próprios suficientes para melhor entendê-la, colocando em prática a interdisciplinaridade no

exercício da reflexão sobre a natureza do ato comunicacional. Entre recortes de saberes variados, procura-se descobrir no que consiste a prática comunicativa, sua dinâmica e suas implicações.

Conforme Jensen (2008), entre os caminhos já percorridos em meio às mudanças sociais transcorridas nos últimos dois séculos, várias disciplinas ofereceram métodos e experiências que se mostraram bastante úteis, em determinados momentos, na consolidação de um campo ainda em formação, mas sem uma identidade própria definida. Surgiram conflitos variados de ordem epistemológica e política envolvendo os especialistas que tentaram se aventurar no campo. Conflitos que oscilavam em disputa e consenso. “A comunicação é parte e parcela de um contínuo trabalho social de coordenação e confrontação, de processos microssociais a estruturas macrosociais” (JENSEN, 2008, p.36).

Se por um lado é possível afirmar que as Ciências Sociais colaboraram significativamente para a pesquisa em comunicação com estudos feitos sob as abordagens interpretativistas e construtivistas, conforme a explicação de Jensen (2008), pode-se dizer também que os mesmos “serviram como uma lembrança constante de que a conduta da vida social depende crucialmente dos recursos simbólicos disponíveis” (JENSEN, 2008, p.36). O autor acredita que a comunicação antecipa ações sociais pela propagação destas e (re)configura a estrutura social. “A interação simbólica [...] exerceu grande influência nos estudos sobre a contribuição da comunicação ao senso de comunidade e de individualidade” (JENSEN, 2008, p. 36-37).

A Teoria da Comunicação, sob a perspectiva de Craig, citado também por Jensen (2008), indica a colaboração incisiva de, pelo menos, sete disciplinas para o desenvolvimento de seus estudos: Retórica, Semiótica, Fenomenologia, Cibernética, Psicologia Social, Teoria Sociocultural e Teoria Crítica. Ainda que não se tenha um arcabouço teórico próprio, não sendo possível ratificar pressupostos quanto a uma possível incontestabilidade de um campo científico já consolidado, ao menos um ponto é praticamente certo quanto ao perfil da Teoria da Comunicação: é “uma prática comunicativa, e que se desenvolve na relação com outras práticas e contextos comunicativos” (JENSEN, 2008, p. 39), no empenho de se entender um fenômeno de alta complexidade.

Também é notório que o ato da comunicação caracteriza-se como ação intrínseca da natureza humana e que se manifesta nos mais diversos níveis. Seja verbalmente ou não, a partir de uma conversa informal individual ou coletiva ou por meio de textos escritos e sonoros. A comunicação ocorre também de forma visual, com o uso de desenhos, imagens de

fotografias, sempre pela concretização do uso da linguagem. “[...] Um recurso utilizado pelo ser humano para se comunicar e estabelecer vínculos de tempo e tipos de relações que mantém” (TEMER; NERY, 2009, p.12). A partir da linguagem, instituem-se valores culturais nas sociedades.

Mas o que se pode entender por comunicação? Os conceitos deste ato mais do que social e fundamental na existência humana transformaram-se ao longo da História paulatinamente até atingir o entendimento dos dias atuais como um processo essencialmente simbólico, permanente e composto por diversas vias e agentes interagindo em variados níveis de interdependência. Contudo, nem sempre a comunicação foi vista como um processo baseado na construção conjunta e negociada de mensagens e sentidos em um complexo mecanismo de interação entre indivíduos distintos, conforme já foi discutido por inúmeras obras dedicadas à reflexão da temática nos últimos vinte anos.

A comunicação também pode ser definida como práticas de «interação» humana que dependem da «interatividade», não somente na nova mídia digital, mas também em toda a variedade de «mídias» e «modalidades» «programáveis» – é através de um conjunto de combinações extremamente complexas de materiais e recursos simbólicos disponíveis da comunicação que as representações humanas da realidade e as interações interativas na e com essa realidade se tornam possíveis. A comunicação permite dúvidas e adiamentos – paradas, reflexões e representações antes de cada ação (JENSEN, 2008, p. 42).

Oriundo do verbo em latim *comunicare*, na definição de Rabaça e Barbosa (1987), comunicar significa tornar comum, partilhar, repartir e trocar opiniões ou conferenciar. Os que viviam no isolamento de mosteiros e conventos adotaram como hábito o *communicatio*, “ou jantar comunitário, em que os religiosos trocam informações sobre as tarefas desenvolvidas durante o dia, participam da vida em comum” (TEMER; NERY, 2009, p.12). A prática comunicacional foi, muitas vezes, percebida apenas como ação de emissão, transmissão e recepção de mensagens de modo mecânico, mas ela é muito mais que isso, possuindo diversos fatores que a compõem como uma atividade complexa de agentes participantes.

A Comunicação tem também outra característica ou diferença fundamental: enquanto outras atividades envolvem a manipulação de coisas e objetos, a comunicação envolve a manipulação de ideias. Assim, podemos dizer que a comunicação é: comum+ação; ação de tornar comum e ação que não se realiza sobre a matéria, mas sobre o objeto (TEMER; NERY, 2009, p.13).

Segundo as autoras, o homem foi capaz de se desenvolver entre diversas espécies da natureza ao estabelecer relações sociais por meio da linguagem, atribuindo valores a objetos e elementos constituintes da realidade, com regras de convivência firmadas. Desta maneira, conclui-se que o processo comunicativo é mais que uma mera transmissão de mensagens, ainda que a informação, nos termos de Temer e Nery (2009), seja a matéria-prima desta atividade. A comunicação, portanto, consiste em mais que informar: "é partilhar, tornar comum, romper o isolamento. É o produto de um encontro social, tipo de relação intencional exercida sobre o outro [...], e que exige reciprocidade" (TEMER; NERY, 2009, p.16).

Pode-se dizer que os primeiros esforços na compreensão do que se trata a comunicação têm suas origens no Mundo Antigo, de acordo com Temer e Nery (2009), mais precisamente na Grécia dos tempos do filósofo Aristóteles, com o início das reflexões sobre a Retórica, a qual se preocupa com o domínio ou entendimento das técnicas de argumentação no exercício da linguagem verbal. A partir da Retórica, Silverstone (2005) detalha que a linguagem é orientada para a ação, para mudanças e para influenciar pessoas. A retórica, a memória e a invenção possibilitam a expressão do pensamento humano por meio de estratégias criativas capazes de promover o enobrecimento com a instrução, a indução e a satisfação dos indivíduos, na descrição do autor citado anteriormente.

No modelo aristotélico, pela primeira vez, se fez a relação entre discurso e comunicação, considerando que esta última não é um ato neutro, mas dotado de intencionalidade, de uma razão de ser, como é concretamente. Aristóteles, na explicação de Temer e Nery (2009), decompôs a comunicação em três elementos básicos: a presença do locutor – aquele que emite a mensagem; o discurso – aquilo que foi produzido pelo locutor e dotado de ideias, conteúdos significativos e valores; e o ouvinte – o último componente do processo comunicativo, aquele que capta a mensagem. Nesse modelo comunicacional, o emissor é detentor de plenos poderes na comunicação com o seu ouvinte, podendo adaptar sua mensagem conforme o perfil daquele que deve recebê-la. E para tanto utiliza artifícios, estratégias de argumentação na tentativa de persuadir aquele a quem é direcionado o discurso.

Aristóteles trouxe a maior contribuição para a área, aprofundando-se no estudo da estrutura e funcionamento do discurso mediante o estudo da retórica, definida como a procura de todos os meios possíveis de persuasão. [...] Os estudos sobre a retórica foram fundamentais nos estudos da comunicação (TEMER; NERY, 2009, p. 20).

A vinculação entre discurso e comunicação só seria reconsiderada de modo mais aprofundado a partir das pesquisas realizadas no final da década de 1960, com o surgimento

da Análise do Discurso Francesa por Michel Pêcheux, conforme será visto posteriormente. Considera-se a disciplina importante nos estudos sobre o processo da comunicação, inclusive na interpretação de conteúdos de produtos midiáticos, como textos jornalísticos da mídia impressa, televisiva e radiofônica e, mais recentemente, da internet. Contudo, por um longo período, o destaque nas pesquisas era concedido ao papel exercido pelos meios de comunicação massivos (jornais, TV e rádio), não se atentando para os demais aspectos envolvidos na dinâmica comunicacional.

O interesse pela comunicação se intensificou com o nascimento dos meios massivos nos séculos XIX/XX, advindos com o desenvolvimento da industrialização, da vida urbana nas grandes cidades e com o crescimento do consumo. Os primórdios da Teoria da Comunicação fundamentam-se com os primeiros intentos de pesquisa dedicados à “caracterização e análise das novas práticas comunicativas que despontavam no final do século XIX e marcam o século XX: o surgimento da imprensa de massa, do rádio, da televisão (e do cinema, em menor grau)” (FRANÇA, 2001, p.3).

O destaque alcançado por esses veículos foi inevitável por serem uma novidade que transformou o cotidiano até os dias atuais. A atenção a esses objetos integrantes do processo comunicativo “só veio aumentando no decorrer das décadas, com a centralidade cada vez maior assumida pela mídia, o aparecimento dos meios digitais e das redes telemáticas, o papel determinante da informação” (FRANÇA, 2001, p.4).

As primeiras pesquisas realizadas nos Estados Unidos, vinculadas à Teoria da Comunicação, por exemplo, tiveram “como visão central a preocupação com os 'efeitos' ou resultados dos meios de comunicação” (TEMER; NERY, 2009, p.41) e basicamente se dividem em três fases que privilegiaram, respectivamente, as pesquisas de caráter comercial, com a abordagem de temas políticos na comunicação pública; a corrente funcionalista, a qual entende que os meios possuem uma função de manutenção da ordem social; e a última direcionada à análise das atividades jornalísticas na produção da informação e a influência dos meios a longo prazo nas sociedades, como explicam Temer e Nery (2009).

Tais estudos relegavam à mídia extremo poder, sem levar em conta o real caráter da prática comunicativa, definida anteriormente como um processo composto por diversos caminhos e formas de participação, que nunca ocorre de forma unilateral ou com a subordinação de receptores por emissores dotados de uma supremacia inquebrantável. Esse paradigma norteou o pensamento científico a respeito da Comunicação Social por anos. Até a década de 1960, sob a égide de autores vinculados a áreas diversas como Engenharia,

Sociologia, Biologia, Matemática, entre outras, a *Mass Communication Research* tinha como característica a orientação empiricista, com a valorização de aspectos quantitativos e a otimização de resultados conforme o objetivo de um emissor. Comunicar, para a *Mass Communication Research*, de modo geral, era transmitir informações e não interagir de modo pleno com a troca simbólica e constituição de sentidos.

A Teoria Matemática da Comunicação, conhecida também como Teoria da Informação, apresentada por Shannon e Weaver em 1949, sistematizou o processo comunicativo de maneira simplificada, que pode ser mensurado e analisado por números (ARAÚJO, 2001). A comunicação, segundo esta teoria, como observa Araújo (2001), implica um sistema no qual o emissor, dispondo de um conjunto de mensagens, realiza a seleção de algumas delas em concordância com os objetivos visados, codifica-as para transformá-las em um sinal a ser endereçado por um canal de transmissão, tendo como foco um receptor. O objetivo dessa teoria é a transmissão de mensagens mecanicamente e de modo perfeito, medindo a qualidade e a quantidade de informações possíveis durante o processo comunicativo.

A comunicação é vista aqui, não como um processo, mas como um sistema, com elementos que podem ser relacionados e montados como modelo. A proposta é de um modelo linear, em que os elementos são encadeados e não podem se dispor de uma outra forma – há um enrijecimento da apreensão do fenômeno comunicativo com sua cristalização numa forma fixa (ARAÚJO, 2001, p. 122).

Entre as correntes teóricas importantes que contribuíram para a visualização do ato da comunicação como uma atividade mecânica está a Teoria Funcionalista, originada com o lançamento do Modelo de Harold Lasswell, em 1927. O Funcionalismo atenta para a busca do equilíbrio social, usando os meios de comunicação massivos para esta finalidade. De acordo com Araújo (2001), para Lasswell, em uma visão reducionista que não percebe os demais componentes integrantes da comunicação como processo social, os meios exerceriam a função de vigilância pelas informações divulgadas, de integração entre os membros da sociedade e a função educativa, ao se considerar a transmissão da herança cultural. Wright teria adicionado, conforme Araújo (2001), a função recreativa aos meios, prevendo disfunções e funções que poderiam ser controladas. Lazarsfeld e Merton atribuem à mídia tradicional o papel de estabilizadora da hierarquização social com a manutenção do *status quo*, além de exercer um efeito narcotizante na população e promover a execução de normas sociais.

As demais teorias pertencentes à Escola Americana até a década de 1960, com atenção para a Teoria Hipodérmica e dos Efeitos Limitados, também evidenciaram o poder muitas

vezes concedido à mídia televisiva, radiofônica e impressa, negligenciando as relações interpessoais em meio a um ambiente social importante para a análise. Atentava-se apenas para os “efeitos”, de modo que os *media* eram definidos como onipotentes, “causa única e suficiente dos efeitos verificados” (ARAÚJO, 2001, p.126). Como sujeitos autônomos, *os media* não estariam inseridos em um contexto social plural. “[...] Tais meios são vistos [...] como se estivessem apenas dedicados em atender aos seus interesses institucionais e de uma determinada classe dominante (SILVA, J., 2011b, p.7)³⁵.

Braga (2001) justifica o elevado destaque concedido à mídia tradicional nos estudos da Comunicação em virtude de sua capacidade de potencializar o alcance do conteúdo de seus produtos, apesar de a reflexão sobre como se constitui tais conteúdos ainda permanecer latente até o surgimento de um novo paradigma comunicacional em fase embrionária na década de 1970.

Pela primeira vez na história, uma sociedade se dotou de um vasto aparato tecnológico-empresarial-cultural-profissional – mítico voltado especificamente para (ou proposto expressamente como sendo para) veiculação de mensagens e para a produção de efeitos de fruição estética ou de entretenimento. Ao mesmo tempo, por sua dimensão, complexidade e diversidade de ações e poder intrínseco, este aparato não pode ser visto como inteiramente a serviço de uma outra determinada ordem de objetivos e processos sociais (BRAGA, 2001, p.22).

Esse novo paradigma valoriza as mediações existentes no processo comunicativo e o interacionismo simbólico - o modelo semiótico-textual - que “quebrou o caráter unitário das mensagens, e procura lê-las na sua intertextualidade – desenvolvendo uma semiótica da cultura” (FRANÇA, 2001, p. 13). Segundo França (2001), priorizam-se a dimensão simbólica e os sentidos produzidos na comunicação entre os sujeitos sociais, ainda que se possa negligenciar, em alguns momentos, a presença e a atuação desses nesse processo.

Boa parte do que se comunica na sociedade contemporânea, de acordo com Braga (2001), tem como fonte de origem os meios de comunicação, seja pela quantidade de informações produzidas ou relevância de seus conteúdos, que abrangem desde padrões de comportamento embutidos em notícias, novelas a programas educativos e de entretenimento. Na avaliação do autor, além da forte presença nas relações cotidianas entre os indivíduos, os *media* fazem parte de um fenômeno questionador dos “modos habituais de conversação social

³⁵ “Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar *classes* no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, como toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes” (BOURDIEU, 2010, p. 136).

– que se fazia e se faz dentro de outros espaços organizados de funcionamento social” (BRAGA, 2001, p. 22).

Todavia, não se pode dar tanto poder ou importância à mídia exclusivamente, a qual também é um produto das interações sociais humanas, de modo semelhante à comunicação, sem atentar para os demais elementos que compõem o processo comunicacional e que devem ser objeto de estudo pelos pesquisadores da área. Os meios são um instrumento empírico, não sendo viável dar-se ênfase só ao “sistema jurídico-político da mídia; nem apenas ao [...] tecnológico; nem apenas ao sistema profissional da produção, nem ao conjunto de produtos [...]; nem apenas às circunstâncias da recepção” (BRAGA, 2001, p.24). Ao se atentar somente para um desses componentes do processo comunicativo, corre-se o risco de isolá-lo da realidade social e de suas condições de existência e de produção. O adequado é visualizar “em qualquer dos pontos das relações de fluxo entre estes elementos e processos, a interação social comunicacional em funcionamento, com seus objetivos, processos e tensões plurais” (BRAGA, 2001, p. 24).

A TV, o Rádio, o Impresso e, mais recentemente, a Internet, interferem na dinâmica cotidiana e interagem com os seus públicos nos “espaços não-mediáticos, em função de suas características de inclusividade e de penetrabilidade” (BRAGA, 2001, p. 24). Representam somente um dos tantos participantes da prática comunicativa, devendo ser visualizado pelo estudioso o contexto social no qual ocorre a comunicação.

O cotidiano tem os meios de comunicação como uma parte integrante, talvez a principal – mas não a única. A liberdade, o conhecimento e a consciência do indivíduo relacionam-se o tempo todo com os meios de comunicação, transformados em uma espécie de experiência primária do cotidiano – sobretudo na medida em que a integração entre a mídia e o ser humano aumenta (MARTINO, 2005, p.18).

Com o nascimento dos Estudos Culturais³⁶, da Semiótica³⁷ e da Análise do Discurso³⁸ há mais de 40 anos, uma nova visão sobre a comunicação ganhou espaço e aceitação entre

³⁶ O campo dos Estudos Culturais tem sua origem relacionada à fundação do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) por Richard Hoggart em 1964, na Universidade de Birmingham (ING). “As relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais, vão compor o eixo principal de observação do CCCS. [...] Na pesquisa realizada por Hoggart, o foco de atenção recai sobre materiais culturais, antes desprezados, da cultura popular e dos meios de comunicação de massa, através de metodologia qualitativa. Esse trabalho inaugura o olhar de que no âmbito popular não existe apenas submissão, mas também resistência, o que, mais tarde, será recuperado pelos estudos de audiência dos meios massivos. Tratando da vida cultural da classe trabalhadora, transparece nesse texto um tom nostálgico em relação a uma cultura orgânica dessa classe” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 151-152).

³⁷ “Vem da raiz grega semeion, que quer dizer signo, e de sema, que pode ser traduzido por sinal ou signo, a mesma raiz que encontramos, por exemplo, na palavra semáforo. Semiótica é a ciência dos signos, entendendo signo no sentido de

aqueles que se dedicam ao entendimento do processo comunicativo e, principalmente, sobre a natureza dos meios. A mídia apresenta-se como relevante, mas não unicamente determinante na construção da cultura e dos padrões de comportamento reguladores da vida social. “Começa a ser vista como potencializadora de visões de mundo, de estereótipos e de condutas normativas na sociedade (re)construídas social e individualmente” (SILVA, J., 2011b, p.7).

A estrutura da comunicação é regida por um grande número de variáveis. As possibilidades de cruzamentos e ações práticas dentro dessas linhas são impossíveis de ser compreendidas com um único olhar. A complexidade social, fruto sobretudo do desenvolvimento das comunicações, torna-se mais e mais difícil de entender e de classificar, exigindo de todo o pesquisador um esforço redobrado para não cair no pecado capital mais comum – distorcer a realidade para torná-la aplicável *pari passu* com determinada teoria (MARTINO, 2005, p.14-15).

A mídia tradicional é pensada como um dos agentes de um “processo de mediação” (SILVERSTONE, 2005, p.33) no qual se considera muito mais que o contato de receptores com os textos midiáticos. “Ela envolve os produtores e consumidores de mídia numa atividade mais ou menos contínua de engajamento e desengajamento com significados que têm sua fonte ou seu foco nos textos mediados” (SILVERSTONE, 2005, p.33). Ao ter como ferramenta principal o uso da linguagem humana, seja escrita, oral ou visual, a mídia acaba por produzir discursos.

No papel de mediadores, os meios massivos movimentam significados presentes em cada texto divulgado, em cada imagem apresentada, em cada som emitido. A mediação implica uma permanente (trans)formação de significados, conforme esmiuçou Silverstone (2005), com o agir de cada um dos indivíduos que mantém contato com tais produtos (re)elaborados pelo maquinário midiático, não como agentes estáticos, mas participativos por influenciarem naquilo que pode ser difundido ou não pelos meios e capazes ou não de serem assimilados.

A mídia nos deu palavras para dizer, as ideias para exprimir, não como uma força desencarnada operando contra nós enquanto nos ocupamos com os nossos afazeres diários, mas como parte de uma realidade de que participamos, que dividimos e sustentamos diariamente por meio de nossa fala diária, de nossas interações diárias (SILVERSTONE, 2005, p. 21).

linguagem. Portanto, semiótica é a ciência de todas as linguagens, ciência que tem por objeto de estudo todas as linguagens possíveis” (TEMER; NERY, 2010, p. 135).

³⁸ Para saber mais sobre as diferentes correntes da análise do discurso, consultar: “Discurso e mudança social”, de Norman Fairclough (2001), que aborda a Análise do Discurso Crítica; “Novas Tendências em Análise do Discurso”, escrita pelo linguista francês Dominique Maingueneau (1997) e “Análise do Discurso”, de Eni Orlandi (2010), um dos principais nomes da análise do discurso de vertente francesa no Brasil.

A dinâmica de reformulação de sentidos existentes nos discursos propagados pelos *media* pode ser considerada como um processo de comunicação. Todo ato comunicativo resulta na produção discursiva, assim como todo discurso, seja midiático ou não, pode ser compreendido como produto da comunicação. Desta maneira, conclui-se que comunicar é discursar, bem como discursar é também comunicar-se. No caso específico do discurso midiático, é oferecido àqueles que leem um texto jornalístico, escutam ou assistem a uma notícia televisiva ou radiofônica, por meio das diversas trocas simbólicas envolvidas na constituição do discurso, normas culturais, ideias que podem ser absorvidas, tomadas como verdades e colocadas em prática na rotina diária. Silverstone (2005) entende que a mídia constrói espaços distintos aos olhos, ouvidos e imaginação do homem, fazendo constantes apelos por meio de seus produtos. A linguagem da mídia é uma linguagem retórica, sendo essencial para o exercício do poder que implica a prática discursiva considerada como um ato comunicativo/simbólico.

Em continuidade às reflexões sobre comunicação e discurso, segundo Foucault (2010), toda a produção discursiva/comunicativa é controlada por meio de estratégias na finalidade de melhor selecionar, organizar e redistribuir expressões que constituem o discurso. Esses procedimentos “tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2010, p. 9) durante a comunicação.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam e se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (FOUCAULT, 2010, p. 9).

Em “A Ordem do Discurso”, escrito originalmente em 1970, o filósofo defende que as interdições são comuns na comunicação, mantendo forte relação com o desejo e o poder. Para ele, o discurso “é aquilo que é o objeto do desejo; [...] não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas [...] o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2010, p.10). Quem discursa pode comunicar o que se deseja, assim como os valores sociais que se consideram válidos ou em conformidade com os padrões ou normas de conduta do grupo social do qual faz parte. É pela prática da discursividade que se pode conquistar também o poder político e econômico.

A partir do que foi apresentado neste subtópico foi possível discorrer sobre a relação entre discurso e comunicação, sendo que comunicar é discursar, ação conceituada como um fenômeno social e interativo. Ao mesmo tempo que o discurso é resultado do processo comunicativo. A cada discurso proferido, seja pela oferta feita pela mídia com os seus produtos informativos ou em uma conversação informal entre pares, haverá uma resposta positiva ou negativa às ideias ou valores propagados no ato comunicativo. Tal discurso jamais será aceito de forma passiva e sem uma resposta/interpretação dos receptores. Eles participam do processo comunicacional elaborando novos sentidos na interpretação do discurso com o qual interagiram. Podem rejeitá-lo ou não, fazer críticas ou elogios dentro de um contexto onde estão vigentes relações sociais firmadas entre os indivíduos e instituições.

Compreender esta dinâmica exige do pesquisador da Comunicação empenho e domínio do objeto a ser analisado, devendo quase sempre utilizar instrumentos teóricos de diversas áreas, entre os quais a Análise do Discurso, a qual será melhor detalhada a seguir.

3.2 – A Análise do Discurso

Benetti (2008) apresenta a Análise de Discurso de vertente francesa, mais conhecida pela sigla “AD”, como uma das metodologias mais usadas para a compreensão da dinâmica constitutiva dos textos jornalísticos, entendidos como discursos e ideologias³⁹ materializadas, resultantes de um processo comunicativo de ressignificação simbólica e produtor permanente de sentidos. A AD obtém *status* de metodologia específica e interdisciplinar por dispor de procedimentos próprios que a caracterizam, aplicáveis à análise discursiva, tanto verbal como não verbal, inclusive dos produtos midiáticos, sejam audiovisuais, eletrônicos ou impressos.

O termo “análise do discurso” é comumente empregado para designar toda a iniciativa intelectual engajada no entendimento da discursividade, e conseqüentemente, de um produto resultante da comunicação. “Toda produção de linguagem pode ser considerada discurso”

³⁹ Segundo Chauí, "a ideologia organiza-se como um sistema lógico e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta), 'que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer'" (CHAUÍ, 1980, p. 113 *apud* COSTA, 1999, p.24). Para Bourdieu (2010), as ideologias são como “produto coletivo e coletivamente apropriado, que servem interesses particulares que tendem a apresentar interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (BOURDIEU, 2010, p. 10). No entendimento do sociólogo, “as funções específicas, assim como a estrutura das ideologias, relacionam-se às condições especiais da sua produção e da sua circulação [...] são sempre *duplamente determinadas* [grifo do autor], - que elas devem suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classes que elas exprimem (função de sociodiceia), mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção“ (BOURDIEU, 2010, p. 13).

(MAINGUENEAU, 1997, p. 11) e, portanto, passível de ser analisada. Contudo, por conta dos inúmeros teóricos que assumiram esse compromisso, mesmo com divergências perceptíveis entre si, a sigla AD acaba sendo citada como uma espécie de “carta curinga” que engloba qualquer tipo de análise feita do discurso, ainda que tal prática ofereça riscos capazes de comprometer o resultado final da pesquisa realizada, na descrição de Maingueneau (1997).

Conforme Brandão (2004), o surgimento da Análise do Discurso como metodologia/disciplina ocorreu antes década de 1960 do século passado, sendo recomendável considerar também os estudos realizados nos anos 50 do século XX. Todavia, esses estudos se restringiam a uma abordagem textual que não refletia sobre a exterioridade dos discursos. Considera-se, nesta pesquisa, como exterioridade, os possíveis vínculos de relações sociais estabelecidas ao longo da História com variadas construções linguísticas constituídas na linha do tempo da Humanidade. De acordo com a mesma autora, o trabalho do norte-americano Zellig S. Harris (*Discourse Analysis*, 1952) inaugurou a AD ao mostrar a possibilidade de ultrapassar as análises meramente restritas à aparência da superfície textual, limitadas à sintaxe e às regras gramaticais.

A linha teórica de Harris aplicava os procedimentos da linguística distribucional americana aos enunciados, ou seja, procurava ainda apenas analisar unidades da língua presentes nas enunciações⁴⁰, sem visualizar o processo de significação e construção de sentidos das palavras nos textos. Paralelamente na Europa, na explicação de Brandão (2004), duas escolas se destacaram no que poderíamos denominar de primórdios da Análise do Discurso Francesa na década de 1960: a que tradicionalmente alinha, em um mesmo plano de reflexão, a História, a Psicanálise e a Linguística no estudo das ligações estabelecidas entre a produção discursiva (materializada em diversas formas) e a ideologia; e a dedicada à semântica dos enunciados textuais, amplamente colocada em prática em escolas e em universidades da França.

Nesta pesquisa serão focalizadas características da Escola Francesa da AD, com destaque principal para obras de autores como Michel Pêcheux, Michel Foucault (bastante utilizado pela AD) e Dominique Maingueneau, este último, especialmente, em seus primeiros anos como analista do discurso.

⁴⁰ De acordo com Maingueneau (2006), “a enunciação é classicamente definida, após, Benveniste, como a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização [...] Enunciado designa o produto do ato da enunciação. [...] Em um nível superior, o enunciado é frequentemente considerado como um equivalente de texto, ou seja, como uma sequência verbal relacionada com a intenção de um mesmo enunciador e que forma um todo dependente de um gênero de discurso determinado: um boletim meteorológico, um romance, um artigo de jornal [...]” (MAINGUENEAU, 2006, p.52-55).

A Análise do Discurso Francesa nasceu sob a marca do Estruturalismo⁴¹ (MAINGUENEAU, 1997), encarregando-se da missão de apreender os discursos como um fenômeno social, considerando-os, essencialmente, como processos ideológicos. O analista do discurso oferece sua contribuição às hermenêuticas contemporâneas “e supõe que um sentido oculto deve ser captado, o qual, sem uma técnica apropriada, permanece inacessível” (MAINGUENEAU, 1997, p. 10). Já na opinião de Pêcheux (1967 *apud* Maingueneau, 1997), o pesquisador que emprega a metodologia não assume o compromisso de se estabelecer como especialista da interpretação de sentidos presentes em cada discurso. A AD tem entre seus objetivos proporcionar ferramentas de análise que

exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito [...]. O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal (MAINGUENEAU, 1997, p. 11).

A Linguística assume papel de destaque, acompanhada do arcabouço teórico de outras áreas, como a Sociologia, Psicologia, História e Filosofia. A partir de cada uma dessas disciplinas, intenta-se apresentar o discurso como um trabalho simbólico, fruto de relações e experiências coletivas e individuais vivenciadas pelos homens. A AD compromete-se com a estrutura do texto e suas vinculações exteriores, sendo o discurso produto de uma interação social e cultural, marcado por ideologias e pelo imaginário social (BENETTI, 2008). Para a autora, “o primeiro passo é enxergar a existência (apenas operacional e pragmática) de duas camadas: a primeira, mais visível, é a camada discursiva: a segunda, só evidente quando aplicamos o método, é a camada ideológica” (BENETTI, 2008, p.111).

Esta metodologia/disciplina trata a comunicação e seus resultados como um complexo processo que não consiste apenas na mera transmissão de informações visto que comunicar é discursar e produzir sentidos, o que distantemente não se configura como um fenômeno mecânico, conforme o modelo de comunicação fundamentado na simples codificação de mensagens.

⁴¹ Temer e Nery (2010) conceituam o Estruturalismo como “programa interdisciplinar que reuniu um conjunto extenso de pesquisadores de diversas áreas como a Antropologia (Lévi-Strauss), a Linguística (Jakobson, Benveniste), a Psicanálise (Lacan), a Filosofia (Althusser, Foucault), a Semiologia (Greimas) e a Teoria Literária (Greimas), visando reconstruir o padrão de racionalidade de campos empíricos de saberes. O programa consistia em mostrar como o verdadeiro objeto das ciências humanas não era o homem, mas as estruturas sociais e linguísticas que o determinam, ou seja, esse sistema de regras e leis que fala por meio de nossas palavras que age por meio das nossas ações. O ápice dessa experiência intelectual ocorreu na França nos anos 1950 e 1960” (TEMER; NERY, 2010, p. 100).

Nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação como se a mensagem resultasse de um processo assim realizado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a (ORLANDI, 2010, p. 21).

Na visão de Orlandi (2010), a AD estuda o discurso considerando-o como um ato de linguagem e de comunicação excepcional, dotado de peculiaridades únicas.

Ela não trabalha com a língua como um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2010, p.15-16).

Este método busca encontrar as relações históricas dos discursos que os integram e como elas se manifestam por meio da análise das sequências discursivas. Todo discurso apresenta marcas de uma ou de várias ideologias e explicitá-las é um dos objetivos da AD Francesa, fundamentada, como mencionado anteriormente, nos pilares da Linguística, no Materialismo Histórico de base marxista e na Psicanálise. Orlandi (2010) explica que a Linguística proporciona ao analista a possibilidade de analisar os possíveis sentidos contidos nos discursos com atenção ao uso objetivo/subjetivo da língua. Já o Materialismo Histórico de Karl Marx determina a relevância da História transcorrida na construção de sentidos que acabam por compor o imaginário coletivo e que influenciam na (re)criação de discursos permanentemente.

A contribuição da Psicanálise para a metodologia/disciplina consiste na definição do sujeito no discurso que, ao mesmo tempo, intervém na construção de sentido e é influenciado pela ideologia. “O sujeito tem a pretensão de vincular-se apenas a uma consciência racional, mas se encontra afetado pelo inconsciente. [...] Assim não há intencionalidade no discurso, mas condições de outros sentidos” (ASSIS, 2010, p. 3). Segundo Michel Pêcheux (1975 *apud* Orlandi), todo discurso possui um sujeito e é marcado por ideologias. “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 2010, p. 17). A Psicanálise trouxe à AD a visão do sujeito histórico, conforme explica Brandão (2004), que é descentrado, dividido e que carrega com ele vivências históricas modeladoras de suas comunicações, de seu modo de agir e de sua rotina. “Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico, de um espaço social. Dessa forma, como ser projetado num espaço e num tempo orientado socialmente, o sujeito situa o seu discurso em relação ao discurso dos outros” (BRANDÃO, 2004, p. 59).

Pela dinâmica dual do consciente com o inconsciente, o indivíduo recupera do esquecimento os variados discursos sociais para remontar o que pensa ser o discurso original, mas que, na verdade, é permanentemente atravessado pelo passado adormecido e revivido ao ser clamado. “O avesso é a pontuação do inconsciente; não é um outro discurso, mas o discurso do outro; isto é, o mesmo, mas tomado ao avesso, em seu avesso” (CLEMENT, 1973, p. 159 *apud* BRANDÃO, 2004, p. 66).

Para Orlandi (2010), a Análise do Discurso não trabalha de forma totalmente semelhante à Linguística, ainda que se baseie nela, não encarando a língua como um conjunto esquematizado de palavras dotadas de um significado fechado. Atenta para o discurso como produto sócio-histórico em que o fator linguístico é um dos elementos a serem descritos, observados e interpretados. Porém, considera outras variáveis na análise. “Nem se trabalha, por outro lado, com a História e a sociedade como se elas fossem independentes do fato de que elas significam” (ORLANDI, 2010, p. 16).

Como já mencionado, Chauí (1984) define a ideologia sob a ótica marxista em consonância com a AD Francesa, como um conjunto organizado de representações, ideias, valores sociais, normas e procedimentos de conduta oferecidos à sociedade. Não existe uma única ideologia ofertada aos indivíduos, mas várias e com diferentes conteúdos, elaboradas por distintos grupos sociais.

Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões da esfera de produção (CHAUÍ, 1984, p. 25).

“A análise do discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação” (ORLANDI, 2010, p. 26). Aliás, este é um dos riscos para qual Orlandi (2010) chama a atenção, capaz de envolver o analista do discurso ao pensar que pode obter um sentido absoluto e real, além das origens do discurso observado de forma definitiva e acabada. De fato, pode-se apenas tatear alguns aspectos referentes às ligações históricas das práticas discursivas estudadas e suas supostas vinculações. Essa tarefa confirma o que já foi dito por Orlandi (2010), que “não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender”.

A AD dedica atenção às condições de produção dos discursos que abrangem as relações de força estabelecidas entre os indivíduos e as instituições e as formações imaginárias provenientes desses relacionamentos (ORLANDI, 2010). Na avaliação da autora, o lugar de onde o sujeito do discurso enuncia, principalmente o institucional, é determinante do que ele diz. “Como nossa sociedade é fundamentada por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’” (ORLANDI, 2010, p. 39).

Nas relações discursivas, são as imagens que constituem as diferentes posições. As identidades resultam dos processos de identificação em que o imaginário tem sua eficácia das imagens constituídas. [...] Ele não brota do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na História e são regidas em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. O imaginário condiciona os sujeitos e suas discursividades (ORLANDI, 2010, p. 41-42).

Para a Análise do Discurso, “o sujeito da linguagem [...] é afetado pelo real da língua e também pelo real da história” (ORLANDI, 2010, p. 20). Portanto, não é senhor absoluto de seu discurso como poderia imaginar ou a fonte primeira dos enunciados proferidos. O sujeito constrói seu discurso a partir de diferentes enunciações existentes que, até a invocação do imaginário individual e coletivo, permanecem latentes no inconsciente. O sujeito também utiliza estratégias no momento em que interage socialmente com os demais indivíduos.

3.3 - Discurso e Formação Discursiva

O filósofo Michel Foucault ofereceu importantes colaborações para a consolidação da AD. Entre as suas principais contribuições estão a concepção de discurso e o conceito de *formação discursiva*, bastante utilizados na realização da análise da discursividade, ainda que o compromisso inicial do filósofo fosse o entendimento da prática científica em uma de suas principais obras: *Arqueologia do Saber* (2008). Tais conceitos também empregados nesta dissertação, seguindo os preceitos básicos da AD Francesa de perfil histórico.

Brandão (2004) indica outras importantes contribuições de Foucault à metodologia/disciplina, amplamente presente nos estudos da Comunicação. De acordo com a pesquisadora, uma delas é a concepção da prática discursiva como originária de diversos saberes, além de sua articulação incontestável com as demais práticas sociais. Discursar é uma ação que implica o uso de estratégias, marcada pela contradição e pela polêmica entre os

participantes dessa prática. “Não pode ser mais analisado simplesmente sob o seu aspecto linguístico, mas como jogo estratégico de ação e reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquivas e também como luta” (FOUCAULT, 1974, p. 6 *apud* BRANDÃO, 2004, p. 37).

Para Foucault, como observa Brandão (2004), quem discursa fala de um determinado lugar capaz de proporcionar a quem enuncia um direito reconhecido institucionalmente. O que se pronuncia passa a ser visto como "verdade" em virtude desse reconhecimento, sendo um fator de geração de poder. A (re)produção dos discursos, dessa maneira, pode ser controlada com instrumentos capazes de manter o poder institucional conquistado.

Para o filósofo, o “termo discurso poderá ser fixado como o conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2008, p.122). Esse sistema de formação, que Foucault menciona em *Arqueologia do Saber*, diz respeito às regras, historicamente constituídas, que configuram o discurso tal como ele se apresenta. É o caso do discurso jornalístico, do discurso médico ou do discurso socioambientalista e desenvolvimentista, por exemplo, abordados nesta dissertação. Segundo Foucault (2008), os discursos são considerados

como recortes - quer se trate dos que admitimos ou dos que são contemporâneos dos discursos estudados – são sempre eles próprios categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são, por sua vez, fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros, que com eles mantêm, certamente relações complexas, mas que não constituem seus caracteres intrínsecos, autóctones e universalmente reconhecidos (FOUCAULT, 2008, p. 25).

Para compreender os discursos não bastava apenas os interpretar como eles próprios se apresentavam, mas sim buscar o entendimento por meio de suas relações com os demais. O filósofo partiu da ideia inicial de que os enunciados, como unidades elementares, “formam um único conjunto (discursivo) quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 2008, p. 36). Contudo, ele ressaltou que os enunciados jamais estão vinculados apenas a um único objeto de forma absoluta, citando como exemplo o discurso médico.

esse conjunto de enunciados está longe de se relacionar com um único objeto, formado de maneira definitiva, e de conservá-lo indefinidamente como seu horizonte de idealidade inesgotável; o objeto que é colocado como seu correlato pelos enunciados médicos dos séculos XVII ou XVIII não é idêntico ao objeto que se delinea através das sentenças jurídicas ou das medidas policiais; da mesma forma, todos os objetos do discurso psicopatológico foram modificados desde Pinel ou Esquirol até Bleuler: não se trata das mesmas doenças, não se trata dos mesmos loucos (FOUCAULT, 2008, p. 36).

Foucault descreve quais são os objetivos primordiais a conduzirem a análise de um enunciado, na intenção de “determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui” (FOUCAULT, 2008, p.31). A constituição do discurso, como um fenômeno comunicativo complexo e com características variadas é, segundo o autor,

[...] um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2008, p. 36).

O filósofo sustenta a hipótese do estado de dispersão entre os elementos discursivos na tentativa de compreender as relações de unidade e afastamento entre os discursos de diferentes épocas. Na avaliação de Foucault (2008), os discursos são essencialmente históricos, sendo considerados

fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo” (FOUCAULT, 2008, p. 133).

Deve-se caracterizar e individualizar a existência conjunta de enunciados distintos em estado de dispersão, sem esquecer de atentar para os mecanismos que conduzem tal afastamento e as possíveis aproximações. Esses mecanismos seriam conceituados como regras de formação (discursiva), às quais estão “submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). [...] são condições de existência [...] em uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Desta forma, nas palavras do próprio autor, as formações discursivas podem ser analiticamente identificadas,

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008, p.43).

O conceito de formação discursiva está relacionado ao entendimento de que para se entender o discurso faz-se fundamental o olhar direcionado às condições históricas de (re)criação discursiva e às relações firmadas com os demais elementos sociais. Relações que podem ser de semelhança ou de afastamento. Sobretudo, são

relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso, do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc (FOUCAULT, 2008, p. 51).

Todo discurso fundamenta-se de maneira secreta em um *já-dito* (FOUCAULT, 2008, p.28). Esta afirmação evidencia a crença da interdiscursividade, conceito que será melhor abordado ainda neste capítulo. Quando se fala em um *já-dito*, não seria somente uma frase dita, mas sim um texto já escrito, um "jamais-dito" (FOUCAULT, 2008, p.28), um discurso previamente modelado que traz consigo uma voz obscura, sutil e quase imperceptível. "Tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar" (FOUCAULT, 2008, p. 28).

Vale frisar ainda que discursar é um ato social para Foucault e que, indispensavelmente, segue padrões de conduta próprios. Discursar é agir, é fazer e obedecer a "um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade" (FOUCAULT, 2008, p.52). A prática discursiva é determinada como

Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2008, p. 138).

Os discursos são, portanto, construídos histórica e socialmente e se relacionam ao longo da História.

3.4 – Discurso e Ideologia

Para Pêcheux (2009), a teoria materialista dos processos discursivos desenvolvida pela Análise do Discurso Francesa tem entre seus alicerces a problemática das condições

ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção, manifestadas pela heterogeneidade e dominação/reações ideológicas de uma luta entre classes/grupos sociais. A ideologia leva os sujeitos sociais a adotá-la como bússola diária, adeptos que a assumam como guia de conduta pessoal e na coletividade, estando presente em toda prática comunicacional. Toda comunicação, e conseqüentemente o discurso produzido como resultado deste ato, comporta em si ideologias que concorrem uma com as outras neste processo. O discurso é (re)elaborado sob condições/formações ideológicas que refletem as eternas transformações das relações de produção material da vida humana em variados espaços sociais.

Mesmo não sendo o único produto das interações cotidianas de uma formação social, a ideologia, como um real conjunto de crenças, de padrões de conduta e de pensamento capaz de oferecer aos indivíduos modelos e conteúdos sobre o que se pensar e o que se dizer, ainda que encobrando os reais interesses de uma classe ou grupo social, deve ser considerada como forte reflexo das relações interpessoais estabelecidas nas sociedades. Tais relações são marcadas pela luta de classes, melhor definidas como grupos dotados de intenções distintas em constante embate, mesmo que de forma pacífica e velada, como ocorre muitas vezes na comunicação/prática discursiva.

Cada grupo ou classe social, por meio das ações comunicacionais, procura concretizar seus objetivos ao fazer uso de ideologias que não se impõem absolutamente a nenhum indivíduo, mas buscam espaço em um processo de negociação e disputa, na maioria das vezes sem embate concreto pela utilização da força física e que transcorre de forma ininterrupta. Contudo, tendo como base o pensamento de Pêcheux (2009), uma delas sempre angaria maior espaço de visibilidade, de supremacia entre as demais em meio as disputas ideológicas, geralmente a da classe/grupo dominante economicamente, e esses embates se fazem presentes em diversos níveis nos variados espaços sociais que perpetuam o desigual, a contradição e a subordinação mascarada.

O conceito de ideologia reafirma a ideia de que o homem é um ser essencialmente ideológico, movido por padrões previamente estabelecidos que circulam nas comunicações/discursos. A partir do pré-constituído, é possível dizer, na visão de Pêcheux (2009), que a ideologia interpela os sujeitos a agirem conforme seus preceitos e, ao mesmo tempo, o sujeito é sempre ele próprio, com as suas características individuais. O sujeito resulta de um “processo (de representação) interior ao não-sujeito constituído pela rede de

significantes, no sentido que lhe dá J. Lacan: o sujeito é ‘preso’ nessa rede – ‘nomes comuns’ e ‘nomes próprios’, efeitos de seus filtros, construções sintáticas” (PÊCHEUX, 2009, p. 143).

Nessa contradição, acaba por se formar como um ser nunca de maneira definitiva e a contradição é a força motriz dessa dinâmica que permeia as comunicações e seus produtos em um processo no qual “os objetos que se manifestam se desdobram, se dividem, para atuar sobre si enquanto outro de si” (PÊCHEUX, 2009, p. 143). O esquecimento “aparente” das representações, porque na verdade o homem sempre seleciona determinada ideologia condizente com o seu perfil pessoal, seria um elemento necessário e que faz parte da interpelação dos indivíduos, os quais podem ser conduzidos por uma falsa crença de que são os autores daquilo que dizem.

A Ideologia recruta sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a todos, é preciso, então compreender de que modo os “voluntários” são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de modo que todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, creem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer, enquanto sujeitos falantes) (PÊCHEUX, 2009, p. 144).

Pêcheux (2009) diz que na interpelação-identificação que envolve o sujeito, este age conforme a “norma” assumida naturalmente como ideal. Citando o exemplo do fundador da Análise do Discurso Francesa, se é notório o saber de que um soldado francês não recua em casos de guerra, quem assim é soldado e francês não pode e não deve recuar. A ideologia determina padrões sociais, modelos que são internalizados e aceitos, ou seja, de um soldado, de um operário, de um patrão ou de um grevista. Nos termos de Pêcheux (2009), ela encobre o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados, ou seja, procura não colocar em evidência as relações materiais postas em prática em uma formação social e, assim, oculta realmente aquilo que propõe, no caso, concretizar os interesses de uma determinada categoria, classe ou grupo social. É pelo uso rotineiro que se designa “o que é e o que deve ser, e isso às vezes, por meio de 'desvios' linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de retomada do jogo” (PÊCHEUX, 2009, p.146).

O caráter material do sentido consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos de formações ideológicas (FIs), outro conceito importante da AD de vertente francesa, que evidencia a relevância da ideologia nas comunicações discursivas. As FIs são “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais', nem 'universais', mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166) e se caracterizam como elementos

integrantes de uma conjuntura ideológica marcada pelo antagonismo, pelas relações de aliança e de contradição de uma determinada formação social. Desta forma, o sentido de uma palavra não existe de modo acabado,

mas é sempre determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo socio-histórico, de maneira que as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). [...] mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregarem, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (PÊCHEUX, 2009, p. 146-147).

Um enunciado, que no caso podem ser palavras, expressões corriqueiras ou declarativas, é passível de ter seu sentido alterado segundo o posicionamento ideológico daqueles que as utilizam, seguindo as formações ideológicas circulantes nas relações sociais em vigor. Pêcheux (2009) explica que

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência [...] ao todo o complexo com dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2009, p.148-149).

Esses dois conceitos estão relacionados de modo que um não existe sem o outro. As formações discursivas são impregnadas de ideologias, e são, “numa formação ideológica dada, [...] *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)”(PÊCHEUX, 2009, p.147). Esta relação se concretiza sob a regência da desigualdade, subordinação e pelas contradições inerentes que se manifestam como reflexo das próprias relações sociais de um espaço.

Mantendo proximidade com determinadas FDs, as formações ideológicas dissimulam os sentidos e por meio delas as ideologias interpelam os indivíduos com novas realidades que podem ser absorvidas e incorporadas aos discursos. Pêcheux (2009) explica que o sujeito interpelado ideologicamente se identifica com a formação discursiva da qual seu discurso faz parte. Essa identificação efetivada pelo indivíduo é a ação fundadora do imaginário social. Ele pode ser capaz de pensar que é o fundador do discurso, mas não o é unicamente. Essa ilusão ocorre sob a aparente autonomia e independência de cada um dos indivíduos interpelados. Para o francês, somos levados a examinar as propriedades discursivas da forma-sujeito, do “Ego-imaginário”, como “sujeito do discurso”. O sujeito é formado pelo “esquecimento” daquilo que o determina.

O Ego é o imaginário do sentido (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginário com a realidade) não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao Outro, ou ao Sujeito, já que essa subordinação é seu assujeitamento (PÊCHEUX, 2009, p.149).

Com base nas reflexões de Michel Pêcheux chega-se à conclusão de que os discursos trazem consigo formações discursivas, ou seja, palavras, modos de dizer, expressões, regras de constituição e de apresentação que aludem a formações ideológicas específicas, estas consideradas como resultado das relações sociais estabelecidas historicamente. O autor francês explicitou como se estabelecem as vinculações entre o discurso e a ideologia de modo que toda prática comunicacional/discursiva apresenta marcas ideológicas perceptíveis ou não.

Brandão (2004), que estudou a obra de Pêcheux, recomenda que as sequências discursivas têm de ser observadas “em um processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma FD dada” (BRANDÃO, 2004, p.52). O uso da linguagem é a base dos processos discursivos da comunicação nos quais é possível visualizar a interação de grupos, classes sociais em embate permanente, mesmo que sutilmente ou sob um enigma aparente, mas que é capaz de ser percebida pela observação atenta do analista do discurso.

3. 5 – O interdiscurso na comunicação

Para perceber a comunicação como uma prática discursiva, leva-se em conta que o ato de comunicar é mais que uma simples transmissão de mensagens com sentidos cerrados e absolutos, mas sim construídos no transcorrer das relações humanas em uma trajetória repleta de variáveis. Manifesto por meio dos discursos materializados verbalmente ou não, principalmente nos produtos midiáticos gerados pelos meios de comunicação, cada processo comunicativo apresenta vínculos com outros já anteriormente consumados, em um fenômeno definido por Dominique Maingueneau (2008) como interdiscursividade, conceito discutido pelo francês e que será melhor abordado ao longo deste subtópico.

Sob a ótica conceitual de Maingueneau (2008), a fim de se entender a comunicação e o discurso como resultado dela, faz-se necessário enxergá-lo não apenas “como uma questão de vocabulário ou de sentenças, mas que depende de fato de uma coerência global que integra múltiplas dimensões textuais” (MAINGUENEAU, 2008, p. 18). Ele amplia a proposição tradicional de que para se apreender os sentidos de um discurso, o analista deve atentar especialmente para a ‘profundeza’ e para a ‘superfície’ discursiva. É preciso superar esta

dualidade para se alcançar os aspectos constitutivos, conforme a visão do autor. O discurso “não possui qualquer profundidade a ser ‘desvendada’, nem a sua especificidade se localiza em qualquer ‘base’ que seja seu fundamento, mas ela se desdobra sobre todas as dimensões” (MAINGUENEAU, 2008, p.18).

Pode-se pensar, então, que ao lançar mão da proposta do estudioso francês, estar-se-ia contra as ideias de Foucault a respeito do conceito de formação discursiva e de formação ideológica exposto por Pêcheux e demais autores da Análise do Discurso Francesa de linha histórica, o que não ocorre. Contudo, a interdiscursividade evidencia uma constatação exata: a de que os discursos trazem consigo conceitos, valores sociais, estereótipos já propagados em circunstâncias distintas, mas que assumem uma nova “aparência” conforme o contexto em que se apresentam. Esta característica notável dos discursos é bastante explorada em estudos da Comunicação destaca o chamado “primado” da interdiscursividade, precedente a todas as demais propriedades existentes dos discursos sociais.

O que Maingueneau (2008) intenta é o despertar da visão sobre o discurso além de um sistema de ideias ou de uma totalidade estratificada passível de ser decomposta mecanicamente, sendo imprescindível olhar com cuidado para os sentidos presentes na interpretação dos produtos resultantes da comunicação discursiva. Tais sentidos são capazes de evidenciar as ligações entre discursos proferidos outrora, mas que estão presentes no hoje, ainda que de forma não nitidamente visível. Tais vínculos, seja pela temática abordada ou por palavras que remetem a assuntos já discutidos, representam a materialização da interdiscursividade e sempre antecedem os próprios discursos. Cada discurso traz uma simulação do “outro” de uma maneira nítida ou obscura. Os discursos mantêm-se em estado permanente de interdependência e de inter-relação.

O caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz a interação semântica entre os discursos parecer um processo de tradução, de intercompreensão regulada. Cada um introduz o *Outro* em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do *Mesmo* e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do “simulacro” que dele constrói (MAINGUENEAU, 2008, p. 21).

A interdiscursividade é descrita por Maingueneau (2008) por meio de pelo menos sete hipóteses. Na primeira delas, a ligação entre discursos não se manifesta de forma acidental ou sem propósito e de maneira independente como se pode imaginar. Ideia convergente com as de Foucault e do próprio Pêcheux, conforme foi citado nos subtópicos anteriores. A inter-relação se estabelece em meio a conflitos, “estando inscrito nas suas próprias condições de

possibilidade” (MAINGUENEAU, 2008, p.22). A diversidade de sentidos presentes nos discursos, sempre advindos a partir dos ambientes em que são capturados com as suas diversas especificidades, surgem como possíveis mal-entendidos.

Outra hipótese de Maingueneau (2008) sugere que existem restrições semânticas globais que identificam a ocorrência da interdiscursividade. Essas restrições apontam quais planos discursivos se relacionam, podendo ser chamadas de competências discursivas, com base na gramática chomskyana. A partir das competências discursivas, o analista é capaz de detectar

o domínio tácito de regras que permitem produzir e imputar enunciados que resultam de sua própria formação discursiva e, correlativamente permitem identificar como incompatíveis com ela os enunciados das formações discursivas antagonistas (MAINGUENEAU, 2008, p. 22).

Maingueneau (2008) entende que o discurso, visto como um resultado do processo comunicativo, não é um mero conjunto de enunciados agregados, mas sim uma prática de construção de sentidos múltiplos e que se entrecruza com os demais discursos existentes. Não se pode pensar em uma exterioridade e elo absolutos de um discurso a um grupo limitado de enunciados com temáticas semelhantes. Essa mesma exterioridade natural abrange praticamente todos os discursos.

A interdiscursividade, para o linguísta, manifesta-se a partir da heterogeneidade em dois níveis: a mostrada e a constitutiva. A heterogeneidade mostrada ocorre por meio do discurso citado, tão evidente nos textos jornalísticos, nas autocorreções feitas pelo enunciador e nas aspas usadas em citações diretas. Na heterogeneidade constitutiva, podem não ser vistas marcas visíveis e fáceis de serem identificadas de discursos anteriores. “As palavras, os enunciados de outrem estão tão intimamente ligados ao texto que elas não podem ser apreendidas por uma abordagem linguística *stricto sensu*” (MAINGUENEAU, 2008, p.31). Mesmo que não o seja explicitamente, o discurso “segundo” sempre alude ao *Outro*, ou seja, ao discurso “primeiro”, onde estão presentes as suas possíveis origens que talvez jamais sejam identificadas.

O interdiscurso tem a sua natureza evidenciada a partir da discursividade concretizada em três níveis, na visão de Maingueneau (2008): o universo, o campo e o espaço discursivo. Chama-se de “universo discursivo” a interação contínua de formações discursivas em uma considerada conjuntura. Esse conceito apenas define “uma extensão máxima, o horizonte a

partir do qual serão construídos domínios suscetíveis de ser estudados, os campos discursivos” (MAINGUENEAU, 2008, p. 33).

Os campos discursivos se delimitam nesse universo com a intervenção do analista, o qual pode visualizar um regime de concorrência de diversas formações discursivas que ora é de aliança, ora é de neutralidade ou se firma em uma aparente rivalidade, tanto entre si como externamente. Em cada campo, coexistem discursos constituídos por formações discursivas regulares, mas o que não implica a semelhança indubitável das práticas discursivas do campo observado. Ainda assim, é possível delimitar nos campos onde se reescrevem espaços específicos, subconjuntos de formações discursivas que podem ser importantes, em consonância com a visão do observador. A heterogeneidade discursiva é inevitável em quaisquer dos níveis da discursividade. Dentro de cada campo, manifesta-se em um sistema hierárquico de discursos dominantes e dominados.

Nos parâmetros de Maingueneau (2008), reconhecer o primado do interdiscurso é tentar construir um “sistema no qual a definição da rede semântica que reescreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro” (MAINGUENEAU, 2008, p. 36). Tal exercício indica um olhar diferenciado em relação à tradicional Análise do Discurso Francesa ao repensar a dinâmica do “Mesmo” e do “Outro”. Busca-se, desta maneira, a percepção da evidente formação discursiva que não transcorre isoladamente, porém a partir dos “núcleos de invariância” constatáveis nos discursos e que podem ser reconhecidos.

No espaço discursivo, partindo do pressuposto da persistente e quase inapagável presença do “Outro” no “Mesmo”, não se pode considerar esse “Outro” como uma simples capa que pode ser retirada e supostamente contida em um discurso. Pelo contrário, “ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio” (MAINGUENEAU, 2008, p. 37). Na dinâmica comunicacional de (re)construção de discursos, os enunciados produzidos possuem duas faces, sendo que uma delas determina seus vínculos anteriores a partir de expressões, vocábulos e palavras que caracterizam uma formação discursiva e a face oposta ao mesmo tempo rejeita esse outro para se apresentar sob uma nova forma.

Os enunciados têm “um direito” e um “avesso” indissociáveis: deve-se decifrá-los pelo “direito” (relacionando-os a sua própria formação discursiva), mas também por seu “avesso”, na medida que estão voltados para a rejeição do discurso de seu Outro (MAINGUENEAU, 2008, p.38).

Mas em que consistiria esse “Outro” tão citado pelo linguista francês? Mais que um conjunto de dizeres pertencentes a uma ideologia, conforme já foi enfatizado nos subtópicos anteriores deste capítulo, na explicação de Maingueneau (2008), o “Outro”, em um espaço discursivo, representa a interferência “de um conjunto textual historicamente definível, que se encontra no mesmo palco discursivo” (MAINGUENEAU, 2008, p. 38-39). Mesmo podendo não pertencer a contextos semelhantes, o discurso primeiro e o discurso segundo se relacionam interdiscursivamente em um *status* de também concorrência que os afasta e os aproxima ao mesmo tempo, podendo o discurso primeiro não ser tão visível como poderia ser em um determinado período da História.

Maingueneau (2008) explica detalhadamente essa concorrência ao argumentar que os fundamentos semânticos das formações discursivas não são fixos e, conseqüentemente, todos os discursos e suas constituições como produtos da comunicação também não o são. Eles submetem-se a transformações globais mais profundas, já esperadas com o transcorrer das próprias relações sociais, sendo capazes de gerar novas combinações semânticas e novos discursos. O discurso “segundo” conquistaria uma posição de destaque ao discurso “primeiro” por sempre continuar a trazê-lo em sua aparência, mesmo que não seja explicitamente, ao longo da efetivação de tais transformações. “Como ele jamais é constituído *ex nihilo*, mas no interior de um espaço discursivo, é compreensível que o discurso segundo remeta no todo ou em parte ao Outro [...] do qual ele mesmo se constitui” (MAINGUENEAU, 2008, p. 39).

Até a conclusão das transformações semânticas de uma formação discursiva, pode haver uma coexistência entre o primeiro e o segundo discurso de forma pacífica ou em meio a surtos conflituosos, mas de qualquer forma a interdiscursividade sempre estará presente. Mesmo que a presença do *Outro* constitutivo tenha desaparecido, o discurso segundo já dispõe de uma nova rede semântica ainda relacionada com os sentidos que colaboraram para o seu (re)surgimento.

Na maioria das vezes, o discurso não desaparece, seus suportes não se dissipam brutalmente, mas ele recua para a periferia, ou situação na qual pouco se pensa, a área semântica que ele recobria é totalmente retomada por outra, ou redistribuída entre várias (MAINGUENEAU, 2008, p.41).

Ainda que a formação discursiva dissipe-se em um determinado tempo histórico, o “Outro” sempre será uma espécie de lenda original a ser lembrada. Para se identificar uma formação discursiva em um texto, é necessário compreender que competências discursivas podem ser vistas durante a análise e que pertencem a essa mesma formação. Uma

competência discursiva “permite esclarecer um pouco a articulação do discurso e a capacidade dos sujeitos de interpretar e de produzir enunciados que dele decorram” (MAINGUENEAU, 2008, p. 52). Só é reconhecida se o analista tiver aptidão para interpretar os enunciados que fazem parte do sistema de restrições semânticas de uma formação. Esse conceito direciona o olhar para tais regularidades interdiscursivas e historicamente definidas, de acordo com o pensamento de Maingueneau (2008).

Desta forma, os discursos não são estáveis e rejeita-se qualquer pressuposto de que eles sejam imutáveis, com estruturas imóveis capazes de rotulá-los como de uma determinada categoria eterna. Contudo, são alicerçados na interdiscursividade circular de modo que a formação discursiva não é um mero “conglomerado mais ou menos consistente de elementos diversos que se reuniram pouco a pouco, mas sim a exploração sistemática das possibilidades de um vínculo semântico” (MAINGUENEAU, 2008, p. 62).

Para se estabelecer uma boa pesquisa da ocorrência do fenômeno da interdiscursividade, na avaliação do linguista francês, é preciso visualizar, por meio de um *corpus* adequado, o pertencimento discursivo relegado aos textos sob análise. Sempre com base nas vinculações internas e externas até a criação de uma categorização, “fundada em critérios explícitos e mais ricos que eventualmente permite retomar a primeira” (MAINGUENEAU, 2008, p. 63). Possenti (2003) explica que Maingueneau tem como proposta isolar *espaços discursivos*,

isto é, subconjuntos de formações discursivas cuja relação o analista julga pertinente para seu propósito. Tais restrições devem resultar apenas de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão em seguida confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir (POSSENTI, 2003, p. 263).

Sendo assim, quando utilizamos os conceitos de formações discursivas e ideológicas de Foucault (2008) e Pêcheux (2009), respectivamente, atentamos para os aspectos históricos e sociais do processo de constituição dos discursos, conjugando-os com os sentidos apreendidos de forma imediata pela análise lingüística também proposta por Maingueneau (2008). Ao seguir tal procedimento metodológico e teórico, objetiva-se identificar e analisar o maior número de variantes possíveis para a compreensão do discurso jornalístico.

A partir do marco teórico apresentado neste capítulo, especialmente com os conceitos de *discurso*, *formações discursivas*, *formações ideológicas* e de *interdiscurso*, tem-se a base que nos municiará para o entendimento da dinâmica comunicacional presente nos discursos produzidos pela mídia impressa paraense sobre a Amazônia, mais especificamente, sobre a

última polêmica referente à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no período de maio de 2009 a setembro de 2010.

No capítulo 4 será vista a natureza dos jornais impressos como produtores de bens simbólicos, as rotinas de produção que influenciam o processo de construção discursiva da mídia impressa, assim como a história dos jornais O Liberal e Diário do Pará e suas relações de poder decisivas para a constituição do discurso das publicações.

Capítulo 4 – O Discurso jornalístico e a história de O Liberal e Diário do Pará

4.1 – A construção do discurso jornalístico

4. 1.1 – As estratégias de legitimação

Desde a criação do sistema de impressão pelo alemão Johannes Guttemberg no século XV, o jornalismo configura-se como importante prática social ao ampliar a divulgação e o alcance de valores presentes em seus conteúdos materializados em notícias, reportagens, entrevistas, artigos, notas e demais gêneros jornalísticos. A invenção que revolucionou a Idade Moderna, como precursora dos meios de comunicação de massa atualmente conhecidos (Jornal, TV, Rádio e mais recentemente a Internet), ainda mostra a sua importância em meio ao crescimento das novas tecnologias midiáticas.

A máquina de Guttemberg possibilitou o livre intercâmbio de idéias e a disseminação do conhecimento – temas que definiriam o Renascimento europeu. Durante essa era, os boletins informativos levavam a uma classe cada vez maior de comerciantes notícias de interesse sobre o mercado. Boletins em manuscrito circulavam pelas cidades da Alemanha já em fins do século XV (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS - ANJ, S.d).

No decorrer dos séculos, Cerqueira (2010) defende a proposição de que o trabalho jornalístico deteve o papel de fomentador do debate público, como símbolo da vida democrática, sendo, na avaliação do autor, uma atividade de interesse público, cuja proposta ética formulada pelos profissionais dedicados à atividade jornalística consistiria, como hipótese romantizada, em vigiar de modo proativo a vida social.

O jornalismo é também uma prática de coleta de fato, seleção e processamento de fato que transformaria fatos em notícia. Uma enorme variedade de práticas pode ser ligada a esta definição. No entanto, é razoável argumentar que todos compartilham a alegação de que o jornalismo não é (ou não deveria ser) o eco dócil de mensagens e informações produzidas por fontes (empresas, governantes, administração). A distinção clássica teorizada por Tunstall (1971) entre "catadores" e "processadores" enfatiza a existência destes dois pólos da prática jornalística: coletando fatos, processando e classificando-os para produzir histórias e relatos (NEVEU, 2010, p. 32, tradução nossa).⁴²

Contudo, Silverstone (2005) acrescenta à reflexão feita a respeito dos *media*, entre eles o jornalismo impresso, o entendimento dos meios como produtores de bens simbólicos dotados de ideologias, de visões de mundo e de discursos que mantêm estreitas vinculações

⁴² “Journalism is also a practice of fact gathering, fact selecting and processing which would transform facts into news. An enormous variety of practices can be linked to this definition. However, it is reasonable to argue that all share the claim that journalism is not (or should not be) the docile echo of messages and information produced by sources (companies, rulers, administration). The classical distinction theorized by Tunstall (1971) between “gatherers” and “processors” emphasizes the existence of these two poles of journalistic practice: collecting facts, processing and ranking them to produce stories and reports” (NEVEU, 2010, p. 32).

com os anteriormente propagados. Discursos que estão constantemente presentes nas relações sociais estabelecidas entre agentes e instituições nas sociedades.

O jornalismo refere-se a objectos, pessoas e estados de coisas do mundo que se identificam relevantes e actuais: actuais, no sentido em que se realizaram normalmente há pouco tempo e transportam alguma espécie de urgência no seu conhecimento; relevantes no sentido em que repercutem sobre o mundo da vida das audiências” (CORREIA, 2009, p.5).

Segundo Roger Silverstone, autor de *Por que estudar a mídia?*, os meios de comunicação de massa filtram e moldam realidades cotidianas, “por meio de representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e manutenção do senso comum” (SILVERSTONE, 2005, p.20). Desta maneira, o jornalismo configura-se como resultado da vida dinâmica humana, além de influenciar a organização social com a oferta de seus produtos simbólicos aos leitores. “O jornalismo vai destacar aqueles fatos que mais relevam os valores e crenças da sociedade naquele momento histórico” (OLIVEIRA DA SILVA, 2006, p.94 *apud* CORREIA, 2009, p.9).

Já no século XVII, na finalidade de legitimar a produção jornalística ainda em fase de desenvolvimento, o alemão Kaspar Stieler criou o primeiro guia de conduta profissional para os jornalistas. O objetivo era distingui-la de qualquer outra prática que não denotasse a devida seriedade almejada à prestação do serviço.

Para distinguir-se de fofocas, folhetos, boletins e outros primeiros produtos modernos de notícias, os jornais prometeram fornecer informações confiáveis em vez de opiniões ou de ficção. O primeiro guia conhecido em jornalismo, escrito em 1695, [...] estabeleceu que os editores de jornais ganhariam a sua reputação por meio da veracidade dos seus relatos (BROERSMA, 2010, p.24, tradução nossa).⁴³

Com a expansão do jornalismo impresso na segunda metade do século XIX, época em que despontavam os primeiros grupos empresariais da comunicação impressa na Europa e nos Estados Unidos, o jornal começou a ser visto como produto a ser ofertado e consumido pelo grande público, sendo, na descrição da ANJ (S.d), um dos principais veículos de divulgação e recebimento de informações já criado pelo homem.

Entre 1890 e 1920, período conhecido como “anos dourados” da mídia, os barões da mídia como William Randolph Hearst, Joseph Pulitzer e Lorde Northcliffe construíram gigantescos impérios editoriais. Esses homens detinham enorme influência na indústria jornalística e tornaram-se famosos pela maneira como exerciam seu poder (ANJ, S.d).

⁴³ “To distinguish themselves from gossip, pamphlets, newsletters and other early modern news products, newspapers promised to supply reliable information instead of opinions or fiction. The first known guidebook on journalism, written in 1695, [...] stated that newspaper publishers earned their reputation via the truthfulness of their reports” (BROERSMA, 2010, p.24).

Como um negócio empresarial no qual a matéria-prima é a informação, em concordância com o pensamento de Cerqueira (2010), o jornal impresso sujeitou-se a rotinas específicas de produção para garantir a sua credibilidade perante o público leitor/consumidor pela qualidade de seus serviços e seu reconhecimento como instituição importante nas sociedades, sendo capaz também de gerar lucros aos seus proprietários pela publicidade. Em linha paralela, o jornalismo adquire a característica de importante ferramenta na exposição de valores ideológicos de variados grupos sociais que estariam em busca de notoriedade e reconhecimento popular. Conforme as observações de Correia (2009), o alcance da visibilidade só poderia ser obtido com o apoio dos *media*.

De todo modo, e a despeito da imprevisibilidade contida em inferências desse tipo, é lícito afirmar que, em ambos os contextos – o editorial e o empresarial –, quanto mais eficiente e eficaz o desempenho em direção à qualidade, maior será o reconhecimento obtido por parte do público consumidor de informação que, por sua vez, e em razão da ampliação exponencial das fontes de acesso à informação, passou a demandar mais qualidade dos veículos jornalísticos com os quais se relaciona no dia a dia (CERQUEIRA, 2010, p.19).

Barros Filho e Martino (2003) afirmam que as regras de produção noticiosa são apenas uma parte aparente de procedimentos incorporados pelo jornalista a fim de legitimar a sua atividade social. Esta se diferencia das demais ações cotidianas pela reprodução dos costumes, “formas de linguagem e comportamentos interiorizados pelos profissionais e pelas limitações institucionais e empresariais que pautam, [...] a ação do jornalista” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.179).

A atividade jornalística, por definição, é uma atividade interpretativa. A notícia não é qualquer coisa tangível, que está ali em espera. Existe porque os jornalistas aplicam certos procedimentos para observar, interpretar e representar as coisas que acontecem na sociedade. [...] Se oferecem determinada notícia é porque consideram que um certo evento, em um determinado contexto de uma cidade ou país, pode interessar a um público amplo (os meios de comunicação se voltam sempre a um público potencialmente numeroso). É uma decisão que se toma após um processo de avaliação que passa por vários filtros e no qual, de costume, muitas pessoas intervêm (CONTRERAS, 2005, p.3, tradução nossa).⁴⁴

O jornalismo baseia-se, de início, no princípio da imparcialidade/objetividade na elaboração de seu produto final, segundo Barros Filho e Martino (2003), alegando uma

⁴⁴ “L’attività giornalistica, per definizione, è un’attività interpretativa. La notizia non è qualcosa di tangibile che sta lì in attesa: esiste perché i giornalisti applicano determinati procedimenti per osservare, interpretare e rappresentare cose che accadono nella società.[...] Se offrono una determinata notizia è perché considerano che un certo evento, in un determinato contesto di una città o di un paese, può interessare un pubblico ampio (i mezzi di comunicazione si rivolgono sempre ad un pubblico potenzialmente numeroso). E’ una decisione che si prende dopo un processo di valutazione che passa attraverso vari filtri e in cui intervengono di solito numerose persone” (CONTRERAS, 2005, p.3).

suposta isenção política, econômica, cultural, entre outros aspectos, para conferir a sua atuação respeito e obter a confiança dos leitores.

Sua principal estratégia para a consolidação de sua representação como um dado científico, portanto digno de reconhecimento social, foi adotar um dos conceitos mais caros aos pesquisadores de todas as áreas, a idéia da *objetividade* do conhecimento (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.182).

O uso da objetividade como norma “se tornou a base ideológica para a estratégia discursiva do jornalismo. Esta norma desenvolveu-se no jornalismo norte-americano no final do século 19 e foi amplamente compartilhada na década de 1920” (BROERSMA, 2010, p.27, tradução nossa).⁴⁵ Todavia, esse argumento teria sido (re)elaborado pela noção de notícia “como construção social da realidade. Os fatos não são simplesmente transpostos pela mídia, mas [...] são por ela retrabalhados e reconstruídos” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.182). Para Merton (1978 *apud* BARROS FILHO; MARTINO, 2003), a notícia adquire o *status* de conhecimento autônomo, pelo qual não se reivindica somente legitimação a partir da narrativa de fatos específicos e capazes de gerar grande repercussão social. Transforma-se em “instância legítima de transmissão do saber constituído de todos os outros campos” (MERTON, 1978 *apud* BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.181). O discurso jornalístico advoga a prática do jornalismo-verdade, sendo esta uma de suas principais características defendidas pelos profissionais da área.

[...] Esta reivindicação de verdade legitima a posição especial do jornalismo como Quarto Poder. Como um curador público, informa de modo profissional e, criticamente, investiga a realidade social. Para o bem comum, distingue fatos da ficção, mentiras e comentários tendenciosos. Como tal, esta promessa de veracidade é a base para o código social compartilhado por jornalistas e seu público leitor. As pessoas querem jornalismo para supri-los com certeza. [...]E o jornalismo faz as pessoas acreditarem que está relatando a verdade. É por isso que o público é tão afetado se a notícia acaba por ser falsa (BROERSMA, 2010, p.25, tradução nossa).⁴⁶

Para Cerqueira (2010), a disposição da mídia/jornais impressos em atender, teoricamente, às necessidades do público por novidades, oferecendo textos jornalísticos afinados com os interesses dos leitores, confere aos meios ganhos materiais e simbólicos no tocante à marca institucional. “Isto é, na forma como são reconhecidos no mercado e

⁴⁵ “The objectivity norm has become the ideological basis for journalism’s discursive strategy. This norm developed in American journalism at the end of the 19th century and was broadly shared in the 1920s” (BROERSMA, 2010, p.27).

⁴⁶ “[...] This claim to truth legitimizes journalism’s special position as Fourth Estate. As a trustee of the public, it professionally reports and critically investigates social reality. For the common good, it distinguishes facts from fiction, lies and biased comments. As such, this promise of truthfulness is the basis for the social code shared by journalists and their reading audience. People want journalism to provide them with certainty. [...] And journalism does succeed at making people believe it is reporting *the truth*. This is why the public is so shocked if news turns out to be untrue” (BROERSMA, 2010, p.25).

percebidos pelos diversos públicos, inclusive aqueles que não consomem diretamente seus produtos e serviços” (CERQUEIRA, 2010, p.19). Neveu (2010) acredita que o jornalismo, em especial o impresso, reivindica uma autoridade que lhe é devida.

Os significados das palavras, tais como confiabilidade, objetividade, ou prestação de contas têm muitas variações. Mas eles compartilham um significado central: 'nós não contamos estórias, verificamos, nós tomamos cuidado com o que nós estamos dizendo/imprimindo a respeito dos fatos materiais’”(Neveu, 2010, p. 32-33, tradução nossa).⁴⁷

Contudo, Silva (2010) argumenta que os meios de comunicação social, atentando para os jornais impressos, cumprem a “função política de legitimar a ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções entre classes, contribuindo para assegurar a dominação de uma classe sobre outra” (SILVA, 2010, p.36). Na avaliação do jornalista, os *media* são dotados de relativa autonomia, com a compreensão de que possuem competência “para selecionar e distribuir a informação em larga escala no tecido social, conferindo aos discursos um caráter público” (ESTEVES, 2003, p.148 *apud* SILVA, 2010, p.36). A legitimação da mídia impressa e demais formatos midiáticos como porta-voz do público, conforme argumenta Esteves (2003 *apud* SILVA, 2010), justifica-se pelo ideal moderno do “direito à informação”, defendido na Constituição Brasileira de 1988 e nas demais sociedades desde o século XX.

McNair (1998 *apud* BARROS FILHO; MARTINO, 2003) complementa as observações realizadas a respeito do discurso midiático impresso, destacando que, ao vender a proposta de objetividade na elaboração dos textos jornalísticos, os jornais difundem bens simbólicos sob a máscara de uma neutralidade que jamais existiu. A seleção dos assuntos a serem abordados, a disposição dos textos e fotografias e a escolha das fontes a serem evidenciadas nas páginas das instituições “serão justificadas sob esse ponto de vista, garantindo impressão de realidade derivada de prestígio da mídia” (MCNAIR, 1998, p.38-57 *apud* BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.179). O jornalismo impresso utiliza

casos concretos devidamente selecionados, de fatos ocorridos, quer no seio da instituição, quer de domínio público, os meios fazem crer na evidência das posições doutrinárias da instituição sem necessariamente explicitá-las – utilizando, para tanto, a alegada objetividade jornalística” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.180).

⁴⁷ “The meanings of words such as objectivity, reliability or accountability know many variations. But they share a core meaning: “we don't tell tales, we check, we take care that we are saying/printing respects the 'material' facts” (NEVEU, 2010, p. 32-33).

Barros Filho e Martino (2003) ressaltam que a reconstrução do cotidiano promovida pelos jornais não estaria a serviço ou guiada por um tipo de “mão invisível” que exerceria poder inquestionável sobre os meios impressos, de forma que o processo de seleção dos acontecimentos sociais faz parte da natureza “ontológica da mídia, independentemente da possível manipulação ideológica” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.182), ainda que o produto noticioso contenha formações ideológicas alinhadas a interesses de grupos sociais variados e, inclusive, aos objetivos das instituições jornalísticas. Deve-se também observar que

O jornalismo não procede, pois, à seleção dos factos apenas em função de uma qualidade – a “relevância” dos factos – que seria evidente em si mesma, independente das condições sociais e históricas e dos interesses dos agentes sociais envolvidos (CORREIA, 2009, p.9).

Sob esta perspectiva realista, vale considerar que a apresentação das notícias ao público está em consonância com as expectativas existentes nas comunidades, entre os agentes e as instituições em interação. “Por isso, cada sociedade, cada comunidade têm conceitos distintos de acontecer, e, portanto, o conteúdo dos meios reflecte o conceito dominante de notícia em cada sociedade” (CORREIA, 2009, p.9).

4. 1.2 – A influência da rotina produtiva na construção discursiva

O discurso jornalístico, o qual pode ser compreendido como resultado da resignificação simbólica de discursos proferidos por agentes e instituições sociais, constroem-se sob determinadas rotinas de produção capazes de delinear o perfil de apresentação final dos jornais e seus respectivos produtos, no caso os conteúdos noticiosos. De acordo com Correia (2009), são várias as listas já elaboradas para explicar quais os possíveis critérios adotados pelos jornalistas e os proprietários das empresas jornalísticas na constituição do discurso das publicações impressas. Esses fatores de importância seriam denominados como critérios de noticiabilidade, os “quais fazem com que um determinado conjunto de ocorrências e seus agentes sejam dignos de serem transformados em notícias” (CORREIA, 2009, p.5-6).

Segundo Wolf (1995), um dos autores mais citados sobre a teoria do Newsmaking⁴⁸, definem-se como principais critérios de noticiabilidade: o grau e o nível hierárquico dos envolvidos no acontecimento noticiável; o impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; a quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; e a relevância e significatividade do fato quanto à evolução futura de uma determinada situação. Conforme a visão do autor, quanto mais pessoas, instituições e/ou países importantes do cenário internacional estiverem envolvidos, mais noticiável é a informação para o jornalista.

Alinhado ao pensamento de Wolf (1995), pode-se dizer que, quando determinado assunto tem forte ligação com interesses da população, por exemplo, o aumento da geração de emprego, o crescimento da violência nas cidades, o sorteio da megasena, a redução de juros para financiamento, amplia-se o valor notícia do acontecimento. Os valores-notícia são compreendidos como parâmetros previamente definidos por convenção entre os profissionais do jornalismo “que determinam quais acontecimentos devem passar da existência privada como fato e ganhar a existência pública de notícia. O conjunto de valores notícia determina o grau de noticiabilidade de um assunto ou tema” (TEMER; NERY, 2009, p.69).

Estes critérios são resultados da experiência mais do que de deduções teóricas. Parecendo completamente arbitrários, na realidade, refletem, em um certo modo, a forma natural de agir do ser humano. Assim, por exemplo, quando uma pessoa retorna a sua cidade natal depois de estar no Exterior por certo tempo, deseja que a coloquem a par de tudo o que é importante ou ocorrido de marcante durante sua ausência. [...]

Simplificando as coisas, poder-se-á dizer que os "valores-notícia" tornam-se como modelos para contar histórias ou para se apresentar argumentos. Eles são os "esqueletos" nos quais se insere a "carne" da notícia real. Um instrumento, em última análise, que facilita o trabalho dos jornalistas (CONTRERAS, 2005, p.11)⁴⁹.

Em continuidade ao raciocínio de Wolf (1995), se o fato envolver um grande número de indivíduos que possam ser afetados por situações previstas ou inusitadas, concede-se também à possível notícia maior relevância como tema a ser publicado pelo jornal e, com

⁴⁸ A Teoria do *Newsmaking* investiga procedimentos da rotina jornalística que interferem na produção de textos. Preocupa-se em saber “como a produção da notícia reproduz ou modifica a realidade que se supõe que a notícia deva reproduzir fielmente. Nessa perspectiva, a forma como a notícia é produzida influi no seu resultado (SANTAELLA, 2002, p.37 *apud* TEMER; NERY, 2009, p.64). Na análise de Nascimento, Fonseca e Alves (2008), os meios de comunicação detêm a atribuição de conferir a um acontecimento a notoriedade social, além de “elaborar relatos capazes de tornar o acontecimento generalizável, situar o fato no tempo e no espaço, de modo que os eventos possam ser explorados racional e planejadamente. Assim, os jornalistas justificam sua atividade, que, às vezes, é deturpada, cobrindo fatos que não são de interesse público, mas da linha editorial do veículo” (NASCIMENTO; FONSECA; ALVES, 2008, p.2).

⁴⁹ “Questi criteri sono frutto della esperienza più che delle deduzioni teoriche. Pur apparendo del tutto arbitrari, in realtà riflettono, in un certo modo, la naturale forma di agire dell’essere umano. Così, per esempio, quando una persona ritorna alla sua città dopo essere stato per un certo tempo all’estero, desidera che lo mettano al corrente di tutto ciò di importante o eclatante che è successo durante la sua assenza. [...]Semplificando le cose, si potrà dire che i “news values” diventano come modelli per narrare storie o presentare argomenti. Sono gli “scheletri” nei quali si inserisce la “carne” della notizia concreta. Uno strumento, in definitiva, che facilita il lavoro dei giornalisti” (CONTRERAS, 2005, p.11).

isso, aumenta a probabilidade de ela ser aceita como tal. Caso o acontecimento sugira ao jornal a realização de novos textos como continuidade atrativa ao leitor em outras edições, pode também facilmente se tornar conteúdo recorrente, gerando as chamadas “suítes” jornalísticas. Estas matérias (suítes) nada mais são que prolongamentos de notícias já publicadas em telejornais e edições impressas anteriores com novos detalhes que podem despertar o interesse de leitores.

Os valores-notícias seriam uma forma concreta de colocar em vigor a objetividade legitimadora do discurso jornalístico. Essa mesma objetividade “manifesta-se na aparente inexistência de referências anteriores, escondendo-se as estruturas inerentes a qualquer codificação” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.113). A reiteração permanente dos padrões adotados que validam o jornalismo impresso, “enseja ou talvez force a inculcação de associações entre fato e notícia que se naturalizam, se enrijecem, se cristalizam” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.139). Com a assimilação dos valores-notícia pelos jornalistas, o discurso dos jornais impressos passa a ser legitimado por quem os constrói, concedendo a este discurso, ao mesmo tempo, credibilidade.

Dessa forma, os agentes [...] disponibilizam toda sua aparência de objetividade e isenção para impor, através desses artifícios, uma determinada representação do mundo. O conhecimento do mundo passa a ser vinculado ao conhecimento da seleção temática levada a cabo pelo jornal (BOURDIEU, 1980, p.26-63 *apud* BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.179).

Na avaliação de Barros e Martino (2003), o ato de estabelecer práticas rotineiras no jornalismo, seja ele impresso ou nos demais formatos midiáticos, corresponde a um fenômeno de alta complexidade com origens diversas, com “uma conjunção de fatores que escapam tanto à redução do comportamento à atitude volitiva do sujeito quanto de sua submissão a um contexto espaço-temporal determinado” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.115). A afirmação de tais práticas cotidianas do ofício jornalístico não seria, de fato, estabelecida por razões objetivas e mensuráveis criadas unicamente pelo jornalista, como já foi visto no subtópico anterior.

Ao contrário, a maior parte das ações apresenta-se ao sujeito como a consequência óbvia de uma ação anterior, ignorando o arbítrio existente na adoção de uma escolha. Esse fenômeno resulta da interação entre o espaço ocupado pelo indivíduo em um determinado campo e o *habitus*⁵⁰ individual” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.115).

⁵⁰ “Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações, que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e

Correia (2009) completa a observação sobre as rotinas de produção como aspectos relevantes na constituição do discurso jornalístico, alegando que não devem ser consideradas como únicos elementos decisivos neste processo. O autor descreve a prática jornalística como resultado da seleção de notícias pelos profissionais da área, fruto das relações sociais vigentes que envolvem as instituições noticiosas e empresariais. Relações que influenciam a seleção dos temas considerados relevantes ou interessantes. Correia (2009) atenta para o fato de que as notícias dependem mais, na essencialidade, das estruturas sociais, as quais atuam na modelagem discursiva materializada dos textos jornalísticos. As notícias seriam um espelho das suas preocupações e interesses distintos. “As definições [...] permanecem dependentes da estrutura social, e não das atividades dos jornalistas ou das organizações jornalísticas” (CORREIA, 2009, p.9-10) de modo exclusivo.

Já na opinião de Barros e Martino (2003), dentro do Newsmaking jornalístico, a práxis profissional implica a reconstituição de uma sequência de fatos, com a construção de novos sentidos que ganham forma de notícias, reportagens, artigos, notas e manchetes. O fato noticioso seria retratado também sob a ótica particular da instituição jornal, não excluindo os valores empresariais e os objetivos privados que norteiam as relações estabelecidas entre os jornais e demais agentes e instituições.

Os autores afirmam ser indispensável observar que o cotidiano de qualquer ser humano ou instituição obedece “a uma sequência teleológica interna inapreensível *a priori* para toda e qualquer pessoa não participante desse processo” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.182-183), sequência que proporcionaria maior confiabilidade por parte dos leitores à produção discursiva realizada pelos jornais. Alteram-se os sentidos de realidades variadas, das quais “é retirado o critério ontológico de sentido, substituído por critérios jornalísticos de exposição” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.183). Os autores ratificam a visão de (re)construção social exercida pelos meios de comunicação. A dupla de pesquisadores explica que

Uma vez retrabalhado, esse acontecimento torna-se prioritário no corpo noticioso, independentemente do contexto primeiro e de sua posição na hierarquia teleológica de seus agentes. Acontece, então, a recontextualização do fato, inserido em outra posição na classificação de importância (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.183).

regulares’ sem ser o produto de obediência a regras; objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expreso das operações necessárias para atingi-los, e coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (BOURDIEU, 1983a, p. 60-61 *apud* SILVA, J. O., 2011, p. 2093).

Contreras (2005) também reforça a proposta teórica que enfatiza a ausência de neutralidade na elaboração de notícias, as quais “têm uma enorme carga retórica para convencer o leitor de que elas estão dizendo a verdade”(CONTRERAS, 2005, p.6, tradução nossa).⁵¹ Segundo o autor, algumas técnicas são usadas, não com o objetivo real de fundamentar as informações, mas sim atender aos seus objetivos de legitimização. Entre as técnicas está o emprego de descrições diretas, declarações de testemunhas dos fatos, além da apresentação de dados precisos relacionados ao tema (ex: números, tempos, idades ou nomes), citando a fala de autoridades. “Mesmo na informação jornalística é difusa a convenção de que a verdade não se impõe por si própria, mas necessita ser ajudada” (CONTRERAS, 2005, p.6, tradução nossa).⁵²

4.1.3 – Jornalismo e relações de poder

A aparente desvinculação profissional de interesses privados das empresas jornalísticas, na explicação de Barros Filho e Martino (2003), existiria como uma estratégia institucional de validação discursiva dos próprios meios de comunicação, conforme foi visto no subtópico anterior, e defendido como integrante da dinâmica comunicacional dos jornais. A suposta liberdade de expressão alardeada e relativamente presente na atividade midiática impressa aumentaria o seu prestígio, apesar de não ocorrer de maneira concreta e fiel ao proposto pelos manuais de redação de jornalismo, de acordo com os autores. A representação do jornalista “[...], sobretudo na ficção, mostra um elemento livre de [...] qualquer compromisso que não seja, evidentemente, com a verdade” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.125). O jornalismo impresso e demais meios de comunicação mantêm e representam fortes relações de poder registradas nas sociedades onde atuam, o que extinguiria o mito da isenção total na prática discursiva jornalística.

A desumanização do texto jornalístico é também efeito directo da competência discursiva dos sujeitos institucionais. Numa nova esgrima retórica, em forma de factos e falas, eles produzem discursos conflitantes para o relato jornalístico. E o jornalismo contenta-se com a exploração do conflito pelo conflito, erro a que as

⁵¹ “Hanno un’ enorme carica retorica perché pretendono di persuadere il lettore che stanno dicendo la verità” (CONTRERAS, 2005, p. 6).

⁵² “Anche nell’ informazione giornalistica è diffusa la convinzione che la verità non s’ imponga da sola ma abbia bisogno di essere aiutata” (CONTRERAS, 2005, p.6).

redacções são induzidas pela competência falante dos sujeitos institucionais” (CHAPARRO, 2001, p.134).

Durante a dinâmica das relações sociais, nas observações de Chaparro (2001), seja em qualquer um de seus gêneros de escrita, o jornalismo está sempre diante de duas opções: privilegiar ou não um interesse em detrimento de outros. Os estigmatizados como sensacionalistas têm como compromisso a venda, o comércio, sendo o mais importante a considerar, em continuidade às reflexões de Chaparro (2001), o êxito na comercialização dos produtos ofertados pela imprensa. Para se atingir as metas firmadas pelas empresas jornalísticas, tudo seria possível, desde a retórica, a manchete escandalosa e demais estratégias cabíveis para os fins empresariais.

Num outro plano de razões, os jornais partidários, sindicais, patronais e religiosos são suspeitos por estarem vinculados a interesses particulares. Esse vínculo os faz oscilar entre propaganda e o jornalismo, a propaganda gerando intenções, o jornalismo oferecendo técnicas. Do mesmo modo, quando num jornal dito sério, as razões jornalísticas são controladas, no seu todo ou em qualquer reportagem ou artigo, pelos vínculos de quem escreve ou edita a um interesse económico, partidário, ideológico ou religioso, que se acaba fazendo é propaganda, porque apenas se divulgam informações e julgamentos favoráveis ao interesse motivador ou controlador” (CHAPARRO, 2001, p.91).

O pesquisador conceitua a prática jornalística, bem como o discurso resultante desta ação social, como o reflexo de uma sociedade marcada pelo conflito de interesses particulares. As interações estabelecidas entre a mídia e seus parceiros não transcorrem de modo tranquilo porque “[...] todos são interesses mais ou menos antagónicos, provavelmente legítimos, dos confrontos que resultam os ajustamentos que produzem evolução e aperfeiçoamentos dos modelos e valores da convivência humana” (CHAPARRO, 2001, p.90).

O jornalismo é, ou deveria ser, um dos meios pelo qual ocorrem as transformações sociais, porém, com aumento gradativo da procura pela geração de lucros e riqueza, esta função ideológica deste seguimento da Comunicação, muitas vezes é deixada de lado. A ideologia contida nos primeiros periódicos surgidos no mundo está desaparecendo a cada dia. Os jornais muitas vezes para sobreviver ao grande mercado competitivo, se aliam ao poder constituído, burlando sua posição ideológica, e contribuindo para a manutenção do ‘status quo’. Um exemplo, disto, é a *Rede Globo*, que durante as últimas décadas se mostrou contra o governo do PT (leia-se Lula) e hoje é a mais forte aliada deste governo (BASSETTO, 2005).

Entender o jornalismo no Brasil como atividade relacionada à liberdade, à defesa da cidadania, do bem comum e das denúncias de situações envolvendo desonestidades de políticos e casos de grande comoção pública, de acordo com o ponto de vista de Chaparro

(2001), tem suas origens em uma tradição tomada como lei, mesmo não sendo, ainda que estejam previstos na Constituição Brasileira de 1988⁵³ artigos específicos limitadores da atuação dos meios e a concessão de direitos no exercício das atividades midiáticas. Essa mesma tradição, consolidada ao longo dos séculos pelas próprias empresas jornalísticas e meio acadêmico como um trabalho público, criaria a “expectativa pelo destemor jornalístico na defesa dos humildes, dos fracos e dos perseguidos” (CHAPARRO, 2001, p.125).

O autor completa a reflexão afirmando que vem também da tradição o mito construído sobre uma provável característica da imprensa como vigilante de variados tipos de poder. Os produtos finais da mídia escrita, baseados nos preceitos guias estabelecidos para o funcionamento do jornalismo como defensor do livre acesso à informação e da liberdade de expressão, “constituem-se como fontes legitimadoras de poder para o jornalismo, por serem direitos dos indivíduos e da sociedade, que o jornalismo viabiliza (CHAPARRO, 2001, p.125). Desta forma, para Chaparro (2001), o poder do jornalismo seria de “origem abstracta, assenta em razões subjectivas. Às vezes, porém, para boas e más causas, é mais demolidor que o poder dos milhões e dos canhões” (CHAPARRO, 2001, p.125).

Em pleno século XXI, novas tendências de comportamento surgiram nas rotinas das redações dos jornais impressos de todo o mundo e que certamente representam significativas influências na constituição do discurso jornalístico. Uma delas consiste na “[...] escrita breve que o jornalismo reclama, produz e reflecte a aceleração das formas culturais em que foram incubadas as suas manifestações contemporâneas” (CORREIA, 2009, p.16). Neveu (2010) enumera mais três importantes mudanças no trabalho dos jornalistas, que pertenceriam a tempos diferentes, mas consideráveis na análise da formação do discurso dos jornais impressos.

A primeira e mais antiga é a capacidade crescente de fontes em combinar a pressão direta colocada sobre jornalistas com o poder brando de fornecedores de notícias prontas, que precisam de pouco mais que a operação de cortar e colar para encher páginas e tempo da imprensa e meios de comunicação. A segunda está ligada à reorganização do capitalismo e da gestão empresarial no final dos anos e florescentes 1945-75[...]. A propriedade dos meios de comunicação e grupos de imprensa durante este período passa de pequenos grupos familiares para mega-corporações,

⁵³ A Comunicação Social é tema do Capítulo V da Constituição Federal do Brasil, sendo apresentado entre seus principais pontos o direito à manifestação de pensamento, de criação, de expressão e à informação, sendo vedado qualquer embaraço à plena liberdade de expressão e à informação jornalística, bem como proíbe a prática da censura. O Capítulo V da Magna Carta trata ainda, como competência da esfera federal, da regulação da diversão e espetáculos públicos, da propaganda comercial de tabaco e bebidas alcoólicas, além da fiscalização da produção e programação de rádio e televisão, com atenção à propriedade dos meios no Brasil. A CF delimita ainda, no Capítulo V, a concessão, a permissão e a autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de imagens, recomendando a formação do Conselho de Comunicação Social. Contudo, em nenhum momento, a CF determina a obrigatoriedade da atuação dos meios de comunicação como “fiscalizadores” dos demais poderes vigentes no País, conforme criticou Chaparro (2001).

umentando a pressão para a rentabilidade e, assim, redefinindo as condições práticas do trabalho dos jornalistas. A última tendência é a mais recente e vem das mudanças na oferta de informações, a velocidade de cobertura e os modelos produzidos pelo sucesso da internet e seus sites" (Neveu, 2010, p. 30, tradução nossa)⁵⁴.

Phillips (2011) relata que recente pesquisa evidenciou a tendência jornalística de depender sempre de fontes confiáveis e já aprovadas em vez de buscar novas fontes e notícias “quentes”. “E eles também começaram a entender que poder consultar o trabalho de ativistas e jornalistas cidadãos (e do público, em geral) cria problemas, bem como vantagens” (PHILLIPS, 2011, p.2, tradução nossa)⁵⁵, como parte da dinâmica conflituosa de objetivos que marcam o jornalismo impresso. Os jornais procuram legitimar seus discursos e sua credibilidade com os leitores a partir dos discursos de suas fontes, como parte da própria rotina jornalística (KUNCZIK, 2001), já discutida no subtópico anterior. Para tal propósito, procuram fontes valorizadas socialmente e que concedam maior confiabilidade ao discurso (re)construído pelos jornais. Valorizam-se muito mais fontes oficiais, vinculadas ao Estado, além de cientistas, políticos e profissionais liberais com maior prestígio social pelos ofícios exercidos em detrimento de outras fontes que não despertariam tanta atenção do público pela falta de notoriedade ou por não atenderem aos valores-notícia de produção jornalística e aos interesses institucionais das empresas produtoras de conteúdos noticiosos. Tais fontes relegadas à invisibilidade pública/midiática pouco teriam espaço para a publicação de suas declarações materializadas em entrevistas, fotografias e manchetes, o que contradiz o discurso jornalístico de apresentar-se como defensor da democracia e do exercício da liberdade de expressão.

Fernando Costa (2004) define a invisibilidade pública como o “desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens” (COSTA, F., 2004, p.63). Para o autor, ela é uma “expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: *humilhação social* e *reificação*” (COSTA, F., 2004, p.63), os quais seriam reproduzidos nas relações cotidianas envolvendo agentes e instituições em

⁵⁴ The first and oldest is the growing ability of sources to combine direct pressure put on journalists with the soft-power of ready-made supplies of news, that need little more than a cut and paste operation to fill pages and air time of the press and media. A second structuring is linked to the re-organization of capitalism and corporate management at the end of the blooming years 1945-75 [...]. The ownership of media and press groups during this period shifts from small familial groups to mega-corporations, increasing the pressure for profitability, and thereby redefining the practical conditions of the work of journalists. The last trend is the most recent and comes from the changes in the information supply, speed of coverage, and templates produced by the success of the internet and its websites” (NEVEU, 2010, p. 30).

⁵⁵ “E hanno anche cominciato a capire che poter consultare il lavoro di attivisti e citizen journalists (e del pubblico in genere) crea problemi oltre che vantaggi” (PHILLIPS, 2011, p.2).

interação contínua. A mídia reproduziria, em determinadas situações, que serão melhor exemplificadas no capítulo de análise do discurso jornalístico de O Liberal e Diário do Pará, a invisibilidade pública, a humilhação e a reificação social em seus mais variados produtos. Mas antes disso, é preciso compreender no que consiste a humilhação social e a reificação, exemplos de práticas coletivas discutidas por Fernando Costa (2004).

A humilhação social apresenta-se como um fenômeno histórico, construído e reconstruído ao longo de muitos séculos, e determinante do cotidiano dos indivíduos das classes pobres. É expressão da desigualdade política, indicando a exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho. Constitui-se, assim, um problema político (COSTA, F., 2004, p.63).

Como consequência da exclusão política à qual se submetem as camadas sociais mais pobres economicamente, Fernando Costa (2004) explica que são instituídos sintomas a afetarem significativamente a atuação como agentes sociais daqueles que são relegados à humilhação pública. Simultaneamente a subjetividade do indivíduo pobre é moldada, “caracterizando-o [...] como um ser que não pode criar, mas que deve repetir, esvazia-o das condições que lhe possibilitariam transcender uma compreensão imediata e estática da realidade” (COSTA, F., 2004, p.63). Assim como a humilhação social, a reificação também se trata de um processo histórico no qual as sociedades modernas adotam valores mercantis em suas relações cotidianas, econômicas e culturais.

Configura-se como um processo pelo qual, nas sociedades industriais, o valor (do que quer que seja: pessoas, relações inter-humanas, objetos, instituições) vem apresentar-se à consciência dos homens como valor sobretudo econômico, valor de troca: tudo passa a contar, primariamente, como mercadoria (COSTA, F., 2004, p.64).

Para Fernando Costa (2004), a reificação influencia a construção de sentido a respeito do trabalho, do homem como profissional e da consciência social. Ela “atravessa nossa percepção, norteia nosso pensamento e orienta nossas ações” (COSTA, F., 2004, p.64). O psicólogo avalia que o trabalho submetido à reificação não seria valorizado por suas qualidades, sendo passível de comercialização. “A sociedade que vive à custa desse mecanismo produz e reproduz, perpetua e apresenta relações sociais como relação entre coisas” (COSTA, F., 2004, p.64). O autor explica que o indivíduo sujeito à reificação acaba sendo mantido à margem nas relações sociais. “A relação entre mercadorias (e a relação entre cargos) é, antes de tudo, uma relação que se funda sobre a relação entre pessoas” (COSTA, F., 2004, p.64).

O modo de produção capitalista, em continuidade ao pensamento de Fernando Costa (2004), atua como força-motriz na cristalização de lugares sociais firmados entre agentes e instituições, com a determinação, por meio da convenção, sobre que tarefas podem desempenhar. Para o estudioso, a divisão social em vigor entre os homens justificaria a existência de mundos distintos nas sociedades. A separação entre esses mundos, conforme a descrição do psicólogo, concretizar-se-ia, materialmente, nas próprias relações socioeconômicas e culturais firmadas na História, com o distanciamento, concreto e simbólico, do braçal e do intelectual. Fernando Costa (2004) conclui que a invisibilidade pública resulta de uma dinâmica essencialmente social e psíquica, de modo que, muitas vezes, este fenômeno não é compreendido como uma luta social entre grupos distintos. A prática da invisibilidade estaria cristalizada no imaginário coletivo ainda que não se mostre como algo nocivo ao desenvolvimento dos grupos humanos, por assumir uma aparência natural e própria do cotidiano.

Após a apresentação e reflexão sobre a produção do discurso jornalístico, será apresentada a trajetória dos jornais O Liberal e Diário do Pará, com atenção às relações de poder firmadas com os demais agentes e instituições atuantes no estado do Pará, que ajudarão a melhor compreender a constituição dos discursos (re)produzidos sobre a “nova” polêmica em torno da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

4. 2 – O jornalismo no Brasil e no Pará

Na história do Brasil e do estado do Pará, a produção jornalística sempre esteve sob o domínio das camadas sociais mais poderosas e economicamente abastadas, as quais exerceram considerável influência ideológica nas interações sociais estabelecidas no País. O jornal impresso começou a ser produzido em terras brasileiras, nos padrões convencionalmente estabelecidos, há pouco mais de 200 anos, quando se iniciou o processo da Independência do Brasil. Durante o Período Colonial (1500-1808), a circulação de qualquer documento escrito era proibida pela Coroa Portuguesa, fundamentada com a publicação da Carta Régia, em 10 de maio de 1747, que impedia a produção “de livros e papéis na colônia, [...] por ter claro o objetivo de manter o povo sem um mecanismo social de expressão de idéias e divulgação dos fatos” [...] (CORREA; CLAUDINO; COSTA, 2007, p.2).

Apesar da proibição, panfletos, gazetas manuscritas e demais suportes impressos circulavam na colônia brasileira, como relatam Correa, Claudino e Costa (2007). As autoras afirmam que, dos poucos periódicos circulantes no Brasil Colônia, a maioria era trazida de modo clandestino por marinheiros que aportavam em terras sul-americanas. O jornalismo começou a ganhar pouco mais de espaço com a oficialização e a liberação da tipografia após a fundação da Imprensa Régia em 13 de maio de 1808. D. João VI aproveitou “o maquinário trazido à colônia pela família real, quando partiu de Portugal fugindo das tropas napoleônicas” (CORREA; CLAUDINO; COSTA, 2007, p.2). Em setembro de 1808, foi criada a Gazeta do Rio de Janeiro, um periódico cuja circulação estava restrita à corte portuguesa no Brasil. No dia 1º de junho do mesmo ano, em Londres (ING), o jornalista Hipólito José da Costa Pereira Furtado Mendonça publicou a primeira edição impressa brasileira e de perfil jornalístico, o Correio Brasiliense (1808-1822).

Mesmo com a criação da Imprensa Régia, o controle da atividade editorial permaneceu sob o Poder Real com a aplicação de censura prévia nas publicações. A censura só teria sido abolida no Brasil em 2 de março de 1821, por decreto de D. João VI, o qual deixou o País após estabelecer uma aparente liberdade de imprensa, mas que, na realidade, nunca existiu. “O decreto não terminou com a censura, mas alterou a maneira de exercê-la, passando a ser aplicada nas provas impressas” (CORREA; CLAUDINO; COSTA, 2007, p.2). As autoras explicam que, entre os anos de 1830 e 1850, com as transformações políticas advindas no Brasil Império, os jornais impressos com perfil amador, técnica insipiente, pequena distribuição e produção artesanal ganharam novos elementos que os fortaleceram como publicações. Introduziu-se a caricatura nas edições e alguns jornais passaram a ser diários, incluindo inovações nas técnicas de impressão e ampliação da distribuição.

De modo semelhante às demais regiões brasileiras, a história da imprensa paraense confunde-se com as disputas políticas travadas entre os distintos agentes e instituições sociais atuantes no estado. O primeiro jornal impresso do Pará recebeu o nome de “O Paraense”, cuja primeira edição foi publicada em 22 de maio de 1822, e teve como sócios Felipe Patroni, Daniel Garção de Melo, entre outros.

A linha editorial de “O Paraense” foi marcada pela luta em prol da liberdade (incluindo a liberdade de imprensa) e Independência do Brasil, sendo esta última fortemente evidenciada no período em que assume a direção do jornal o Cônego Batista Campos. Com a adesão da então Província do Pará à Independência do Brasil, em 1823, o jornal deixa de existir. (CORREA; CLAUDINO; COSTA, 2007, p.7).

Luft (2005) diz que inúmeros jornais foram criados desde o século XIX no estado paraense, de modo que “a maioria para dar sustentação a grupos políticos locais que têm se alternado no poder ao longo desses anos” (LUFT, 2005, p. 21). Dentre os jornais existentes antes da metade do século XIX e com maior tempo de circulação, Ferreira (2005) cita o “Treze de Maio”, idealizado para ser uma homenagem às tropas imperiais que reinstituíram o poder lusitano em Belém, após derrotarem os cabanos em 13 de maio de 1836. Honório José dos Santos foi o proprietário do periódico, ensinando a dois de seus escravos as técnicas de tipografia. “O jornal, que foi lançado em 1840, encerrou suas atividades em 1862, durou, portanto, 22 anos” (FERREIRA, 2005, p.2).

Mais dois importantes jornais fizeram parte da história da imprensa paraense: “A Província do Pará” (1876–2001) e a “Folha do Norte” (1896-1974), os quais, na opinião de Veloso (2008), constituíram-se como potentes instrumentos de disputa política e econômica durante três décadas, estando, respectivamente, a serviço de “interesses do intendente Antonio Lemos e do governador Lauro Sodré, representantes da oligarquia local” (VELOSO, 2008, p.68). A Província do Pará teve como patrono fundador Antonio Lemos, o qual inaugurou o jornal junto com Joaquim José de Assis e Francisco de Souza Cerqueira. Segundo Veloso (2008), teria sido a primeira das publicações paraenses a se modernizar, além de assumir o perfil panfletário em 1911, alimentado pelo próprio Lemos, contra o governador Lauro Sodré, o principal inimigo político do então intendente de Belém na briga pelo poder.

Em lado oposto, surgiu, em 1896, a Folha do Norte, criada por Enéas Martins e Cipriano Santos, ambos filiados ao Partido Republicano Federal, de Lauro Sodré. A Folha do Norte mostrou-se como o jornal “mais influente por mais de cinco décadas até a chegada de O Liberal, usado em grandes campanhas contra Magalhães Barata, Getúlio Vargas e o intendente Antonio Lemos” (VELOSO, 2008, p.70). Outro importante periódico despontaria no cenário midiático paraense no século XX, como será visto a seguir.

4.2.1 - O Liberal: de panfleto partidário a grande jornal

Em razão das crises financeiras após sucessivas décadas, o primeiro grande jornal paraense, A Província do Pará, encerrou suas atividades em 2001. A Folha do Norte fechou por definitivo na metade dos anos 70 do século XX, mas antes de chegar ao fim esteve sob a

liderança de um dos principais nomes da imprensa nortista: Paulo Maranhão⁵⁶. Uma nova publicação apareceu para acirrar o conflito político e socioeconômico no estado: o jornal O Liberal, nascido em 1946, sob o poder do ex-interventor do Pará Joaquim de Magalhães Barata⁵⁷.

[...] Como é sabido o ex-interventor vinha sendo atacado acidamente pelo jornal “Folha do Norte”, sob o comando e a verrina de Paulo Maranhão, o mais combativo jornalista paraense de sua época (ele faleceu em 1966, aos 96 anos de idade). A animosidade visceral entre os dois marcou, de forma deletéria, a história política paraense e, de parte a parte, os ataques foram os mais virulentos e traiçoeiros possíveis, deles resultando uma inimizade que nunca arrefeceu, nem em episódios mortais (CARNEIRO, 2009b, p.5).

Na época em que foi lançado, O Liberal tinha circulação no período da tarde, concorrendo diretamente com a Folha do Norte, que mantinha a “Folha Vespertina”, e com A Província do Pará, responsável pela publicação “A Vanguarda”. “A linha escolhida [...] foi a de ser, sem dissimulação, [...] partidário e o sucesso [...] assegurou sua permanência com êxito na capital, inicialmente, e no Estado, a seguir” (CARNEIRO, 2009a, p. 6). Fundado em 15 de novembro de 1946, o jornal O Liberal sempre teve suas atividades atreladas à política, especialmente a paraense, sendo utilizado, desde a sua fundação, realizada pelo então interventor do estado, Joaquim de Magalhães Barata, na época líder do nascente Partido Social Democrático (PSD) no Pará, como instrumento de panfletagem eleitoral.

O editorial de lançamento do jornal não deixava dúvidas quanto aos objetivos do novo jornal paraense: de um lado, era dar voz e apoio aos seguidores de Magalhães Barata e do nascente PSD; de outro enfrentar o poder conquistado na pena de Paulo Maranhão e nas páginas da sua “Folha do Norte” (CARNEIRO, 2009a, p.6).

A linha editorial, explicitamente alinhada à propaganda ideológica partidária, na avaliação de Luft (2005), fez com que O Liberal se transformasse em pivô de uma das tragédias históricas da imprensa paraense. Em 1950, o editor da publicação, Paulo Eleutério Filho, morreu a tiros dentro da redação. O homicídio foi cometido pelo capitão do Exército Humberto de Vasconcelos, “durante campanha acirrada ao governo do Estado, entre o

⁵⁶ Paulo Maranhão começou a trabalhar como redator na Folha do Norte ainda jovem, no século XIX, até se transformar em proprietário do jornal já nas primeiras décadas do século XX. Conhecido pela ironia e rigidez de seus comentários contra seus inimigos políticos, Maranhão foi um dos principais antagonistas do ex-interventor do estado Joaquim de Magalhães Barata que, para fazer frente ao jornalista, fundou O Liberal em 1946.

⁵⁷ Ex-interventor do estado do Pará Joaquim de Magalhães Barata, ou simplesmente Magalhães Barata, como era mais conhecido no cenário político e social paraense, foi o responsável direto pela criação do jornal O Liberal. Carneiro (2009b) destaca a figura do líder político como um indivíduo muito popular, “tendo ocupado a interventoria do Estado inicialmente no período de 1930 a 1935 e posteriormente de 1943 a 1945, sendo o fundador do PSD em terras paraenses” (CARNEIRO, 2009b, p.5).

proprietário do jornal, Magalhães Barata – o caudilho -, e Zacarias de Assunção” (LUFT, 2005, p. 25).

Em 1966, o jornalista e empresário pernambucano Romulo Maiorana⁵⁸ comprou a empresa noticiosa, como detalha Pereira (2009), fazendo que a publicação “saltasse da condição de órgão de partido político para se transformar no maior e mais importante veículo da mídia impressa na Amazônia” (PEREIRA, 2009, p. 9). Romulo Maiorana teria assumido o risco de ser proprietário de um jornal cujas ações não valeriam absolutamente nada, conforme o relato de Pereira (2009), com maquinário obsoleto cuja emissão era de apenas 600 exemplares, “distribuídos entre assinantes que, fiéis à memória de Magalhães Barata, não deixavam o jornal morrer” (PEREIRA, 2009, p. 9).

Quando passou a ser propriedade de Romulo Maiorana, ainda acomodado em um prédio de apenas dois andares, como relembra Pereira (2009), O Liberal era produzido com duas antigas máquinas onde eram preparados os textos, chamadas linotipos, compostas por tipos móveis fixados um ao lado do outro que auxiliavam na composição das frases em papel. Estas eram impressas com chumbo em uma impressora plana “Goss”. Em 1969, três anos depois da compra do jornal, Maiorana sextuplicou o número de linotipos. “A impressora “Goss” fora substituída por uma “Walter Scott” que, na época, conseguia um milagre: imprimia em azul o título e algumas manchetes” (PEREIRA, 2009, p. 9). Em 1972, O Liberal inovou na impressão ao adotar o sistema de impressão off-set, o qual garantiria maior nitidez, disputando a liderança no mercado editorial com a Folha do Norte, já em fase de declínio.

Em 2006, o jornal começou a ser impresso na Uniset Full Color, a primeira impressora rotativa com forno secador da América Latina. O Liberal passou a ser totalmente em policromia/colorido, com capacidade rotativa de 65 mil exemplares por hora. Na propaganda feita pelo jornal a respeito de seus atributos técnicos de impressão, O Liberal seria “o único no Brasil com capacidade para rodar com papel couchê, simultaneamente, tanto nas capas quanto nas páginas internas (PLANEJAMENTO..., 2011, p.3), o que supostamente garantiria a qualidade do produto final e a conquista de seus leitores. A tiragem informada pela própria

⁵⁸ Filho de italianos da região da Calábria, Romulo Maiorana nasceu em Recife (PE), fixou residência na Itália e nos estados de Rio Grande Norte, Ceará e Maranhão, tendo se estabelecido na cidade de Belém (PA), em 1953, como empresário da área de publicidade. Pinto (2006) narra a trajetória de Maiorana com episódios dignos de uma novela global: chegou a manter até 1966, quando adquiriu O Liberal, uma cadeia de lojas de roupa e produtos domésticos, empregando quase 150 funcionários, além de fundar uma transportadora. Paralelamente se dedicava à atividade jornalística como colunista social. Ao se tornar dono de jornal, encerrou a carreira de comerciante, dando origem, nos sucessivos anos, a um dos maiores impérios de comunicação do Pará e do Norte do País. O pesquisador recorda ainda os rumores em torno das atividades comerciais exercidas pelo empresário. “Em março de 1960, por exemplo, o governador da então Guanabara (hoje Rio de Janeiro), o udenista Carlos Lacerda, incluiu o nome de Romulo entre os contrabandistas de Belém, numa entrevista dada à televisão e reproduzida nos jornais. Lacerda nunca provou a acusação, mas ela teve grande repercussão na época, inclusive por citar nomes ainda mais famosos, como o do ex-governador Moura Carvalho” (PINTO, 2006).

publicação seria de 38 mil a 40 mil exemplares nos dias úteis e de 75 mil a 80 mil aos domingos. O periódico circula, atualmente, com seis cadernos diários (“Atualidades”, “Poder”, “Esporte”, “Magazine”, “Polícia” e “Classificados”), oferecendo aos leitores nove suplementos semanais fixos (“Mulher”, “Automóvel”, “Revista C&D”, “Revista Auto & Cia”, “Zebra”, “Liberalzinho”, “Mercado”, “Troppo” e “Revista da TV”).

Segundo informações obtidas no próprio site das Organizações Romulo Maiorana - ORM⁵⁹ (www.orm.com.br), o jornal O Liberal conta com correspondentes em Brasília (DF), mantendo uma sucursal também em São Paulo (SP), além de escritórios de representação em Curitiba (PR), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Ceará (CE), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ). No terceiro trimestre de 2007, Estudos Marplan/EGM⁶⁰ apontaram que, na Região Metropolitana de Belém, o jornal detinha 319 mil leitores, a maioria pertencente às classes alta e classe média alta (47%) e do sexo masculino (53%). De acordo com outra pesquisa do Instituto Vox Populi, divulgada pelo próprio O Liberal, em 3/07/2011, a publicação teria a aprovação de até 83% dos leitores, o que significaria, segundo este dado, uma elevada credibilidade perante o público. Na prática, consiste em uma estratégia discursiva usada pela publicação a fim de comprovar uma suposta confiabilidade dos leitores em relação ao jornal.

Todavia, apesar dos números positivos apresentados pelo periódico em reportagens de edições especiais de aniversário, oficialmente, a tiragem de O Liberal não seria comprovada pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), entidade que reúne os principais jornais impressos do País. O jornal não consta na lista dos 50 maiores do Brasil no tocante ao volume de exemplares em circulação no mercado de 2011 e nem nas demais listas dos maiores

⁵⁹ Resultado da expansão das atividades empresariais de Romulo Maiorana no ramo da comunicação, cultura e transporte, as ORM criaram uma série de outras empresas entre as quais estão a versão digital diária de O Liberal (www.oliberaldigital.orm.com.br), a qual é exclusiva para assinantes; e a TV Liberal, afiliada da Rede Globo no Pará “com emissoras em Belém (Canal 7), Castanhal (Canal 11), Marabá (Canal 5), Altamira (Canal 13), Itaituba (Canal 13), Paragominas (Canal 8), Parauapebas (Canal 12), Redenção (Canal 9) e Tucuruí (Canal 7). Além das nove emissoras, a TV Liberal cobre o território paraense, em tempo real, através de uma operação, via satélite, o Libsat” (EMPREENHIMENTOS..., 2011, p.50). As ORM abrangem também o Sistema Liberal de Rádio - formado pelas emissoras FMs de Belém (97,5 MHz), Castanhal (94,1 MHz), Soure (104,7 MHz), Marabá (93,9 MHz) e Itaituba (101,7 MHz) - e pela CBN (AM 900 kHz), Lib Music (FM 90,5 MHz) e Rádio Liberal AM Castanhal (1.330 kHz). Juntas, as emissoras da Rede Liberal cobrem 84 dos 144 municípios paraenses. Na parte impressa, as Organizações mantêm o jornal Amazônia, desde 2000, em um formato mais popular, com destaque para notícias da editoria de Polícia, Esporte e Variedades. Outras empresas compõem as ORM: ORM Cabo – filiada à TV por assinatura NET Brasil e que também oferece internet a banda larga aos seus clientes, o Portal ORM, a RM Graphic, a ORM Air (empresa de táxi aéreo), incluindo ainda a Fundação Romulo Maiorana, voltada para a produção artística da Região Norte desde 1981.

⁶⁰ Empresa de pesquisa fundada em 1958 no Brasil atuante no mercado publicitário, sendo referência no planejamento estratégico de mídia por meio do Estudo Geral dos Meios (EGM). Fonte: <<http://www.ipsos.com.br/>>.

impressos brasileiros no período de 2002 a 2010, elaboradas também pela ANJ⁶¹. O Instituto Verificador de Circulação (IVC), órgão responsável pela auditoria de circulação de publicações impressas periódicas no Brasil em atividade desde 1961, originário da Associação Brasileira de Propaganda (ABP), não tem entre seus filiados O Liberal, não podendo ser confirmados os números apresentados pela empresa. Pinto (2009) narra um dos episódios protagonizados pela publicação na época em que ela se desfilou do IVC sob suspeita de declarações falsas quanto à tiragem de exemplares para comercialização.

O Liberal sempre divulgou os resultados da verificação do IVC, exceto os últimos boletins. Não só cessou a fanfarra em torno da sua liderança comprovada: fugiu pelas portas dos fundos do instituto, num acontecimento único na história de meio século do IVC. Na véspera da chegada dos auditores a Belém, o jornal da família Maiorana se desfilou. Foi a saída desesperada e desonrosa para não ser novamente flagrado na fraude. Os técnicos do IVC constataram que as informações prestadas pelo editor do jornal, sob juramento, eram aumentadas artificialmente em até 150%. O que O Liberal proclamava em sua propaganda, que chegou a colocar a tiragem do jornal acima de 100 mil exemplares, era pura mentira (PINTO, 2009).

Pinto (2005) prossegue a sua crítica ao suscitar dúvidas a respeito da credibilidade do periódico, bem como sobre a hegemonia exercida por O Liberal no mercado midiático paraense. Porém, mesmo com os questionamentos, afirma que o público acaba por consumir os produtos das ORM por falta de opções na escolha de suas fontes de informações.

As pessoas acreditam no que publicam ou dizem os veículos de comunicação do grupo Liberal? Sem dúvida, acreditam (muitas também acreditam no chupa-chupa, entidade extraterrestre ressuscitada na capa da última edição dominical do jornal, com direito a suíte no dia seguinte). Sem isso, os dois jornais diários da casa (O Liberal e Amazônia Jornal) não seriam lidos com exclusividade por 8 dentre 10 compradores de impressos nem a emissora de televisão (em rádio a situação não é a mesma, mas a radiofonia é a mais delgada das fatias do bolo) teriam as folgadas lideranças de que desfrutam.

Grande parte dos consumidores que acreditam no produto dos veículos Liberal acredita por falta de opção. O quase-monopólio dos Maiorana cria um estado de inércia difícil de romper: seus clientes não se sentem estimulados a buscar sucedâneos, ou simplesmente essa alternativa não existe para eles (PINTO, 2005).

A justificativa para a supremacia das ORM, especialmente a de O Liberal, entre o público, segundo a explicação do jornalista, seria o fato de não ter surgido, até então, nenhum concorrente capaz de fazer os mesmos investimentos para “derrubar uma situação de décadas,

⁶¹ O ranking nacional elaborado pela ANJ baseou-se nos dados fornecidos pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), conforme a tiragem média diária no período de janeiro a dezembro de cada ano correspondente. Para saber mais sobre as listas dos principais jornais impressos da ANJ, consultar o endereço <<http://www.anj.org.br>>.

nem o Diário do Pará, do deputado federal Jader Barbalho, claudicante na profissionalização e tímido no capital de risco” (PINTO, 2005).

4.2.2 – A trajetória do jornal Diário do Pará

Idealizado pelo jornalista e político Laércio Barbalho, o jornal Diário do Pará começou a circular em Belém, em agosto de 1982, servindo de veículo de comunicação na campanha política do filho dele, o ex-deputado federal e senador da República Jader Barbalho, na época candidato a governador do estado do Pará. O surgimento do novo periódico representou o início de uma nova rivalidade que deu origem a casos explícitos de antagonismo declarado. O Liberal e o Diário do Pará transformaram-se em adversários, tanto no cenário político, defendendo interesses de partidos políticos diferentes, como nos cenários jornalístico e econômico, por serem concorrentes acirrados na busca, principalmente, por patrocinadores e leitores.

No dia 17 de agosto de 1982, circulou nas ruas uma edição experimental do Diário do Pará – o número zero- que serviu para os ajustes necessários e definição de um modelo que durou dois anos. A edição que marca a data oficial de aniversário chegou à casa dos paraenses cinco dias depois, com uma entrevista do desembargador Nelson Amorim, então presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ao repórter Francisco Alencar.

Naqueles tempos, o jornal era impresso na sede da Mundurucus, em uma Marinoni muito rodada. Hoje, o parque gráfico ocupa todo o prédio da rua Gaspar Viana e a redação está na sede da Rede Brasil Amazônia (RBA), em frente ao Bosque Rodrigues Alves. [...] As máquinas de linotipo vieram de São Paulo e o método de impressão a quente – chamado “chumbão”- funcionou durante 17 meses. Foram 418 edições do jornal dessa forma, até novas mudanças em 1984” (FLÁVIO, 2010, p.4).

Apesar do discurso de modernização da empresa e provável desatrelamento político do jornal, na avaliação de Luft (2005), jamais o Diário do Pará deixou de seguir a propósitos eleitorais assumidos desde o início de sua trajetória. O periódico foi utilizado com frequência para apoiar o filho de seu fundador, “ora para elegê-lo a algum cargo, ora para defendê-lo ou preservá-lo de acusações como o envolvimento de fraudes na extinta Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)” (LUFT, 2005, p. 23). Com talento para a política e excelente orador, além de ter sob o seu poder importantes meios de comunicação⁶², Jader

⁶² Jader Barbalho também construiu um importante império da comunicação no Pará representado pela Rede Brasil Amazônia (RBA), que comporta a TV RBA (Canal 13), retransmissora da Rede Bandeirantes, e o jornal Diário do Pará. “O grupo RBA detém três emissoras de rádio na capital – Clube AM (a mais importante rádio da Amazônia pela potência

Barbalho chegou ao cargo de ministro da Reforma Agrária e da Previdência Social no governo Sarney (1985-1989), após ser governador do Pará por cinco anos, função política exercida novamente no período de 1990-1994. Jader também foi eleito senador (1994-2001), “tendo renunciado ao mandato após a troca de acusações com o também senador baiano Carlos Magalhães, falecido em julho de 2007” (VELOSO, 2008, p.83).

Segundo Silva (2010), o jornal Diário do Pará alcançou a marca de um milhão de leitores em 2009, conforme o publicado na edição de aniversário do jornal, no dia 22 de agosto do mesmo ano. Em 2009, o jornal Diário do Pará já era distribuído em Belém e em quase cem municípios do interior paraense, de acordo com o jornalista. A publicação seria lida por mais de um milhão de leitores por semana, “mantendo tiragem superior a 38 mil exemplares semanais e a 45 mil aos domingos” (SILVA, 2010, p.13). Atualmente, o jornal é vendido com sete cadernos fixos (“Atualidades”, “Bola”, “Brasil”, “Você”, “Economia”, “Polícia” e “Tem! Classificados”), além dos suplementos disponibilizados aos leitores em determinados dias da semana (“Auto Destaque”, “Diário dos Concursos”, “Diarinho”, “Revista Diário”, “Negócios”, “Tudo de Bom” e “Caderno Top”). O Diário também produz cadernos com temáticas específicas, entre as quais o Círio de Nazaré, vestibular de universidades e o aniversário do jornal.

Os dados apresentados pelo IVC, oriundos de auditoria realizada em 2011, contestam as informações anteriores sobre a tiragem de circulação do Diário. De acordo com o site do IVC (www.ivc.org.br), o Diário do Pará disponibilizaria aos leitores 24.212 exemplares aos domingos e 16.011 nos dias úteis e aos sábados na Grande Belém. No Interior do Pará, o periódico atingiria a marca de 14.145 exemplares impressos aos domingos e, de segunda a sábado, 10.010 jornais. A discrepância dos dados apresentados pelo Diário com a realidade constatada pelo IVC já era objeto de crítica, em 2009, feita pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto.

O Diário do Pará do último domingo abriu manchete para comemorar ter superado a marca de um milhão de leitores no Estado, que lhe garantiram “três anos de liderança ininterrupta” no mercado de impressos no Pará. [...] No entanto, a folha do deputado federal Jader Barbalho não contou toda verdade.

[...] A tiragem do Diário do Pará, constatada pelo IVC em agosto deste ano, data da sua última auditoria, é de pouco mais de 26 mil exemplares (26.318, para ser exato). Logo, não pode gerar um milhão de leitores, o que daria quase 50 leitores por exemplar, média impossível. A realidade deve ser 10 vezes menor. O dado certo, de qualquer maneira, é o de 26 mil exemplares. De onde vem, então, o milhão apregoado? Da leitura acumulada “de todos os dias da semana”, como informa a

de alcance), Diário FM e 99 FM – e cinco no interior do Estado” (VELOSO *et al*, 2011, p. 102). A RBA mantém o Diário on line, o DOL, com notícias instantâneas publicadas na Internet.

matéria do jornal, muito rapidamente, inibindo raciocínio mais aprofundado sobre o que diz. Ou seja: total acumulado durante toda a semana“ (PINTO, 2009).

Desde 2009, nenhum jornal impresso paraense lideraria o mercado jornalístico na Amazônia. Segundo Pinto (2009), o jornal Dez Minutos, de Manaus, conquistou o 20º lugar entre os maiores do País, com 54 mil exemplares. O formato editorial composto por textos rápidos, ilustrado com muitas fotos e de linguagem fácil caiu no gosto do público amazonense e alavancou as vendas do periódico. Foi a “primeira vez um jornal gonçalvino passou à frente do líder paraense, com 11 mil exemplares a mais do que o Diário” (PINTO, 2009). Mesmo com dados oficiais não favoráveis à propaganda do Diário do Pará, a empresa jornalística procura manter o discurso de líder no mercado paraense.

A pesquisa realizada na Região Metropolitana de Belém entre os dias 21 e 28 de novembro passado, mostra que o DIÁRIO ganhou cerca de 30 mil novos leitores em um ano, comparando com a pesquisa feita em dezembro de 2010, atingindo a casa dos 304.311 leitores diários, de ambos os sexos e de todas as classes sociais. Os leitores diários são aqueles que leem o jornal todos os dias. Dentre estes, 230 mil têm nível de escolaridade que vai do ensino fundamental ao superior completo, o que mostra um crescimento nesse público.

Os leitores habituais – aqueles que leem o jornal pelo menos uma vez por semana - já são 601.674, 90 mil a mais do que no ano passado. Destes, mais de 460 mil leitores possuem do nível fundamental ao superior completo (DIÁRIO..., 2011).

4.2.3 – Quem financia O Liberal e Diário do Pará?

Na busca pelo comando da mídia paraense, os jornais O Liberal e Diário do Pará travaram uma batalha baseada em estratégias político-econômicas nas relações estabelecidas com demais agentes e instituições que ultrapassariam, muitas vezes, limites éticos. Estratégias que garantiram receita publicitária para as duas empresas jornalísticas, dando margem a escândalos públicos que aparentemente não afetaram o poder de influência das publicações no estado do Pará.

De acordo com Veloso (2008), as ORM embolsaram vultosos recursos financeiros com o pagamento de publicidade oficial enquanto o ex-redator da coluna Repórter 70 de O Liberal e aliado político Hélio Gueiros esteve à frente do governo do estado (1986-1990) e da Prefeitura de Belém (1993-1996). A pesquisadora estima que a “família Maiorana teria arrebanhado pelo menos 70% das verbas públicas de propaganda” (VELOSO, 2008, p.83). A verba paga ao grupo de comunicação possibilitou a modernização das mídias mantidas pelas

ORM, bem como a sua expansão na prestação de serviços. Em 1994, conforme Veloso (2008) relata, a família Maiorana firmou aliança com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), grupo político do ex-governador Almir Gabriel, que na época concorria ao governo do estado. Em 12 anos de associação, registrou-se uma considerável propaganda governista do PSDB nos jornais e emissoras de rádio e TV das Organizações.

Almir Gabriel foi reeleito em 1998, e em 2002, conseguiu eleger, para seu lugar, Simão Jatene, sempre contando com a maciça e decisiva campanha [...]. Competência, modernidade e propriedade foram sinônimos dos atos do PSDB na cobertura jornalística das ORM, ao longo desses 12 anos. [...] O governo repassou às ORM uma receita estimada em R\$ 30 milhões anuais, além de firmar um inusitado convênio entre a fundação que administra a TV Cultura do Estado, a Funtelpa, e a TV Liberal (VELOSO, 2008, p.84).

A empresa Vale, a maior mineradora em atividade no Brasil, é uma das principais patrocinadoras de O Liberal e Diário do Pará por meio da publicação de anúncios publicitários. A empresa já financiou coleções de fascículos de O Liberal sobre a biodiversidade da Amazônia⁶³, além de custear concursos e coleções organizadas pelo Diário do Pará⁶⁴. Apesar de arcar com os custos financeiros de projetos editoriais do primeiro periódico, isso não impediu a ocorrência de animosidades públicas por conta de publicidade não paga, segundo os interesses do jornal das ORM.

Nos momentos em que se negou a comparecer ao caixa da corporação para atender a cobrança feita, a Companhia Vale do Rio Doce, a maior empresa em atividade no Estado, foi vítima de campanhas sistemáticas e transformada no inimigo público número um do Pará. Quando se curvou, recebeu os afagos devidos. Assim foi, sistematicamente, até que a empresa, sob nova direção privada, decidiu enfrentar o ultraje de ser levada às barras do tribunal como má pagadora. O objeto da cobrança, dessa vez, era uma duplicata, mas uma duplicata fria, ou seja, sem endosso do emitente, não confirmada por ele. A CVRD reagiu com uma ação de indenização civil, além de contestar a cobrança indevida (PINTO, 2005).

Na década de 1990, a TV Liberal, também pertencente às ORM, também figurou importante escândalo da mídia paraense, com a exposição pelo jornal Diário do Pará de um

⁶³ No total, foram editados pelo jornal O Liberal, com o patrocínio da mineradora Vale, pelo menos três coleções de fascículos nos últimos cinco anos: Amazônia 1 (2008), Amazônia 2 (2009) e a coleção Amazônia Sustentável (2010-2011). Em setembro de 2011, a Vale voltou a patrocinar uma revista com temática socioambiental: Amazônia Viva. Até junho de 2012, dez números haviam sido produzidos e disponibilizados aos leitores como suplemento de O Liberal. Fonte: <<http://www.orm.com.br>>.

⁶⁴ O projeto “Casarões Históricos” recebeu o patrocínio do Governo do Estado, Prefeitura de Belém, Y.Yamada e contou com o apoio financeiro da Vale. A coleção trouxe 24 postais encartados diariamente no jornal até 31 de janeiro de 2012, com imagens de prédios que compõem o patrimônio histórico de Belém. Outro exemplo da estreita relação entre Diário e a mineradora consiste no lançamento da coleção de maquetes de papel “A Era do Ferro”, realizada em parceria da TV RBA com o Museu da UFPA e patrocínio da Vale. A coleção, lançada em maio de 2012, era formada por nove prédios históricos da cidade, representantes do tempo da Era de Ouro da Borracha Paraense (1870-1915), em maquete de papel. A Vale também foi patrocinadora do III Prêmio Diário Contemporâneo de Fotografia, lançado em maio de 2012.

contrato com aparência de convênio no qual a Fundação de Radiodifusão do Pará (Funtelpa) pagava à emissora privada uma quantia mensal, permitindo também que usasse os retransmissores estatais espalhados pelo território paraense. O fato, de acordo com Veloso (2008), nunca havia ocorrido antes na mídia do Pará envolvendo uma TV pública. “Por quase uma década, a TV Liberal pôde usar 78 canais retransmissores da Funtelpa, recebendo cerca de R\$ 200 milhões para utilizar as torres da Cultura” (VELOSO, 2008, p.84).

Pelo acordo, o Estado pagava para a TV Liberal um valor mensal - o último foi de R\$ 467 mil - para que a emissora privada usasse as 78 repetidoras de propriedade do Estado para transmitir a programação da emissora privada, na maior parte oriunda da Rede Globo (CONTRATO..., 2011).

Com o fim do “acordo” após a vitória da candidata do PT, Ana Júlia Carepa, nas eleições para o governo do estado do Pará em 2006 – campanha que teve o apoio do então deputado federal Jader Barbalho, “o grupo O Liberal perdeu boa parte das verbas de publicidade com o término do convênio com a Funtelpa já em dezembro de 2006. O Diário do Pará recebia o título de mais lido do estado” (VELOSO, 2008, p.84). Em contrapartida, desde os anos 1980, O Liberal atacava Jader Barbalho, apontado inúmeras vezes como participantes de esquemas de corrupção, entre os quais o “desvio de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará) e da Sudam, extinta no governo de FHC [Fernando Henrique Cardoso] e recriada no governo Lula” (VELOSO, 2008, p.83).

Veloso (2008) relata a rivalidade entre as duas publicações por meio das páginas dos jornais, intensificada a partir de 2007.

Foram quatro edições veiculadas entre os dias 30 de janeiro e 4 de fevereiro de 2007, duas de cada jornal: no dia 30, o Diário anunciou em manchete a suspensão do convênio entre o governo e as ORM para o uso das torres da Funtelpa (“Escândalo Funtelpa/TV Liberal – governo suspende pagamento”). O jornal reservou uma página ao assunto no caderno de cidades (“Acabou a mamata – Funtelpa corta verba à TV Liberal”).

No mesmo dia O Liberal criticou, na primeira página, a decisão do governo federal de recriar a Sudam (“290 inquéritos em seis anos – Sudam renasce sob o signo da suspeita”) e anunciou a premiação de um documentário sobre corrupção”; ilustrando a matéria da agência Globo, uma caricatura de Jader e no caderno Magazine, de artes e espetáculos (“corrupção na tela”).

[...] No final de semana, as tensões aumentaram. No dia 3 de fevereiro, sábado, O Liberal publicou entrevista com o diretor do documentário, desta vez como manchete da edição (“Diretor de documentário premiado: 'Jader une corrupção e tecnologia’”). A entrevista ocupou duas páginas do caderno Magazine (“Jader rouba a cena”) (VELOSO, 2008, p.85).

Veloso (2008) afirma que o dinheiro e o poder são determinantes na produção do discurso jornalístico paraense, principalmente o elaborado por seus dois principais meios impressos, O Liberal e o Diário do Pará. Essa realidade acaba por proporcionar maior visibilidade dos valores ideológicos e interesses econômicos das classes dominantes nos produtos midiáticos dessas empresas jornalísticas.

O modelo em questão pode ser aplicado ao estudo das forças que moldam o comportamento da imprensa no Pará, levando-se em conta os fatores estruturais envolvidos: propriedade e controle, dependência de outras fontes de financiamento (principalmente anunciantes) e a intimidade crescente entre a mídia e aqueles que têm o poder de definir a notícia (VELOSO, 2008, p.88).

Com base no exposto ao longo deste capítulo sobre a constituição do discurso da mídia, em especial, do impresso, as rotinas de produção que influenciam a discursividade midiática dos jornais, além do relato de parte da história dos periódicos impressos no Brasil e no Pará, foi possível constatar a relevância de O Liberal e do Diário do Pará nas relações sociais no estado paraense. Ambos são produtores de bens simbólicos, ou seja, produtores de um discurso jornalístico também resultante das interações comunicativas entre diversos agentes e instituições sociais, representando importante papel na nova polêmica em torno da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Desta forma, de posse dos instrumentos teóricos necessários, será possível realizar a análise do discurso das duas mídias impressas sobre o tema, cujas discussões prolongam-se por mais de três décadas no Brasil, no próximo capítulo.

Capítulo 5 - A Análise do Discurso de O Liberal e Diário do Pará

5.1 - Apresentação do Material Empírico

Para a análise qualitativa do material empírico obtido durante a pesquisa documental dos textos publicados por O Liberal e Diário do Pará, referentes ao período da "nova" polêmica da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, foram selecionados 32 textos - entre entrevistas⁶⁵, notícias factuais⁶⁶, reportagens⁶⁷ e editoriais⁶⁸ - do *corpus* total, este composto por 475 itens.

A partir desta seleção, objetiva-se explicitar a constituição do discurso das empresas jornalísticas, as *formações discursivas/ideológicas*, bem como a manifestação da *interdiscursividade*, seguindo quatro subtemáticas específicas a respeito das discussões em torno do projeto de geração de energia elétrica, retratadas pelos jornais no período de 1º/05/2009 a 30/09/2010. Os subtemas definidos são: a) A batalha judicial sobre o licenciamento ambiental para o início das obras e a realização do leilão para a escolha das empresas responsáveis pela construção da Usina; b) As audiências públicas⁶⁹ sobre Belo Monte; c) A mobilização dos grupos contrários à implementação da Hidrelétrica e d) A defesa do empreendimento pelos representantes do governo federal. Para a exemplificação das *formações discursivas/ideológicas* identificadas no discurso dos periódicos foi realizada a análise discursiva de sete textos pertencentes às subtemáticas a, b e d, respectivamente, e seis

⁶⁵ A entrevista é um dos gêneros jornalísticos que se caracteriza pela construção de um texto em formato de pergunta e resposta feita com alguma personalidade ou profissional de destaque sobre uma temática específica. De modo geral, abrange a "informação prestada ao jornal, através de respostas ao repórter" (ERBOLATO, 1985, p.134).

⁶⁶ "Dentre os textos jornalísticos, a notícia é a mais corriqueira, a mais conhecida e veiculada pelos meios de comunicação. Sob o "manto sagrado" de apenas informar, de transmitir a verdade ao leitor, a notícia aparenta ser um texto neutro, livre de opiniões e, por não fazer análise profunda dos fatos, parece apenas mostrá-los como aconteceram" (LARA, 2007, p.12).

⁶⁷ "Atividade jornalística, que abrange todas as medidas necessárias à cobertura de um acontecimento. Compreende o planejamento, a pesquisa, a apuração, a observação e a coleta de dados, até o texto final entregue à Redação" (ERBOLATO, 1985, p. 269). Em se tratando de gênero, a reportagem é bem mais complexa que a notícia por apresentar mais detalhes sobre o fato e ter o perfil de uma narrativa ampliada, proporcionando ao leitor a interpretação dos acontecimentos. "Reportagem é uma extensão da notícia e, por excelência, a forma-narrativa do veículo impresso" (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 11).

⁶⁸ "Salvo exceções de que ainda padece o jornalismo, a página editorial dos principais órgãos brasileiros consubstancia, por exemplo, o conjunto de opiniões de diretores e editorialistas – estes profissionais, identificados com a linha do jornal, escrevem e atuam com autonomia e independência, critério e responsabilidade, garantindo um conceito de opinião que busca dignificar o veículo" (RABAÇA; BARBOSA, 1987, p. 227).

⁶⁹ De acordo com Soares (2002), na Administração Pública, a audiência pública funciona como um instrumento de conscientização comunitária no qual ocorre a legítima participação dos particulares em assuntos de interesse público.

sobre a mobilização dos grupos contrários à Hidrelétrica, além de cinco editoriais da primeira publicação⁷⁰.

Nos 475 textos jornalísticos coletados para a pesquisa (editoriais, artigos⁷¹, notas de colunas especializadas⁷², reportagens, notícias factuais e entrevistas), verifica-se o embate ideológico entre diversos agentes e instituições sociais em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Os jornais difundem, por meio dos textos publicados, discursos marcados predominantemente por uma ideologia desenvolvimentista, apontando a necessidade do desenvolvimento econômico como prioridade e de forma imediata. Percebe-se, nesses casos, um apelo de tipo nacionalista e autoritário, conforme as formações ideológicas que caracterizam o discurso desenvolvimentista de JK e presidente Médici (“[...] Porque é preciso que se diga claramente: Belo Monte é empreendimento necessário, indispensável. E viável”)⁷³. Por outro lado, são notados também elementos discursivos referentes a uma ideologia de viés socioambiental, vinculada à prática do desenvolvimento sustentável na Amazônia com atenção aos direitos dos “povos da floresta” (“É necessário que se façam ainda investimentos em conservação da fauna e da flora e em unidades de conservação”)⁷⁴.

Essas duas ideologias, por meio dos discursos que as correspondem, confrontam-se permanentemente nos jornais, carregando em si sentidos diferenciados quanto à noção de desenvolvimento econômico. Algumas vezes, a construção discursiva se utiliza de elementos comuns, apesar da diferença ideológica, como a apresentação argumentativa por vezes impositiva (“[...] E não deixa a menor dúvida: esse discurso não pretende *conscientizar* ninguém sobre coisa nenhuma”)⁷⁵ e a contestação contra qualquer declaração antagônica (“É Belo Monte ou racionamento”)⁷⁶. Como será visto no decorrer desta dissertação, o discurso socioambientalista não exclui de sua constituição elementos próprios da ideologia desenvolvimentista, inclusive quando se considera o perfil impositivo de suas afirmações

⁷⁰ Durante o reinício da polêmica em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que neste trabalho compreende o período de 1º/05/2009 a 30/09/2010, o Diário do Pará não disponibilizou aos leitores editoriais diários sobre o assunto. Diferentemente de O Liberal, o qual diariamente publica editoriais, o Diário não tem a mesma prática, elaborando textos deste gênero jornalístico somente em datas consideradas especiais como o aniversário do jornal e sobre assuntos específicos.

⁷¹ “Texto jornalístico interpretativo e opinativo, mais ou menos extenso, que desenvolve uma ideia ou comenta um assunto a partir de determinada fundamentação” (RABAÇA; BARBOSA, 1987, p.51).

⁷² Na definição de Rabaça e Barbosa (1987), notas são pequenos textos noticiosos cuja tarefa é informar de modo rápido o leitor, caracterizando-se pela extrema brevidade e concisão.

⁷³ BELO..., 2010a, p.3.

⁷⁴ BELO..., 2010a, p.3.

⁷⁵ PIROTECNIA..., 2010, p. 3.

⁷⁶ VILARINS, 2010a, p.1.

(“Sheyla acusou o presidente Lula de ser o “grande vilão” no processo de retomada dos estudos sobre Belo Monte. “Ele é o grande falso. Nós apoiamos esse governo e agora ele nos dá as costas”)⁷⁷, surgindo como oposição aos valores do desenvolvimento econômico a todo custo.

Tabela 4 - Demonstrativo do *corpus* geral de análise

<i>Jornal O Liberal</i>	<i>Diário do Pará</i>
Textos publicados: 324	Textos publicados: 151
Gênero jornalístico: reportagem (64), notícia factual (59), artigo (27), editorial (5), notas (127) e entrevista (15)	Gênero jornalístico: reportagem (40), notícia factual (63), artigo (2), editorial (0), notas (29) e entrevista (6)
Chamada de capa: 27	Chamada de capa: 11
Disposição de página: pares (58) ímpares (85)	Disposição de página: pares (59) ímpares (50)
Com foto: 66	Com foto: 51
Autoria: agências de notícias⁷⁸ (84), correspondentes (18), redação do jornal (41)	Autoria: agências de notícias (39), correspondentes (15), redação do jornal (55)

Obs.: Os números referentes à disposição de página, presença de fotografia, gênero jornalístico e autoria referem-se às reportagens, notícias, editoriais e entrevistas as quais serão consideradas na análise do discurso de O Liberal e Diário do Pará.

Um número considerável dos textos publicados pelos jornais Diário do Pará e O Liberal mostra-se oriundo de agências de notícias nacionais como a Agência Estado, Portal G1, Folha Press e Agência O Globo, além de serem escritos por correspondentes de sucursais em Brasília (DF), que residem em áreas distantes da região de Belo Monte. Os demais foram elaborados por jornalistas residentes em Belém, onde estão sediadas as duas publicações paraenses. Esse aspecto demonstra que os jornais incorporam discursos pré-elaborados por quem é de fora da região e sobre a Amazônia.

O jornal Diário do Pará apresenta notícias em tamanho reduzido sobre a polêmica de Belo Monte, comparado aos textos jornalísticos veiculados por O Liberal. O perfil editorial da primeira publicação privilegia textos mais curtos (notas e notícias factuais) em detrimento de longas reportagens e editoriais. O Diário do Pará faz uso de linguagem textual simples, além de não expor os fatos com tanta riqueza de detalhes como o seu concorrente.

⁷⁷ MELLO, 2010b, p. A11.

⁷⁸ Na definição de Rabaça e Barbosa (1987), são empresas jornalísticas que fornecem reportagens, notícias, entrevistas e demais textos jornalísticos para os grandes meios de comunicação. Para saber mais sobre o perfil das agências de notícias, recomenda-se acessar os seguintes sites: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>> (Agência Brasil) e <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>> (BBC Brasil).

Figura 2 – Página B6, caderno Brasil, Diário do Pará, edição de 24/05/2009.



Em direção contrária, O Liberal tradicionalmente opta por matérias que ocupam praticamente toda a extensão da página diagramada, com diversos textos complementares em reportagens que detêm espaço privilegiado na publicação.

Figura 3 – Página 1, caderno Poder, O Liberal, edição de 17/04/2010.



Os periódicos publicaram textos que reconstruíram sentidos quase sempre vinculados à ideologia desenvolvimentista (também propagada pelo governo federal por meio de seus representantes), a qual defende a ideia de progresso imediato a partir da construção da Usina Hidrelétrica (“[...] Belo Monte será um dos maiores empreendimentos das últimas décadas. Terá repercussões de várias ordens, inclusive sociais. Alcança amplos interesses econômicos inclusive”)⁷⁹. Ainda que também seja possível constatar a presença do discurso socioambientalista de modo marcante, nota-se que as fontes⁸⁰ escolhidas pelos jornalistas detêm prestígio social em suas áreas de atuação como cientistas, lideranças políticas, sindicais e religiosas. Moradores dos municípios sob a influência direta e indireta das obras do projeto aparecem de forma coadjuvante nos textos, em geral, sem que suas falas sejam reproduzidas, aspeadas ou obtenham tanto destaque como as fontes oficiais do governo, jornalistas e pesquisadores.

Muitas vezes também é possível verificar a presença reiterada de estereótipos no discurso jornalístico das duas publicações. O estereótipo consiste em “uma ideia pronta, vulgarizada, mal interpretada e pré-concebida [...] na práxis enunciativa” (GARIERI *et al.*, 2010, p.1). Frequentemente, o estereótipo relaciona-se com o preconceito social diante daquilo que se desconhece e que à primeira vista pode ser considerado inferior e digno de depreciação, segundo os autores. A palavra preconceito define-se como “um julgamento prévio, rígido e negativo sobre um indivíduo ou grupo” (OUTHWAITE, 1996, p.602 *apud* GARIERI *et al.*, 2010, p.1).

Figura 4 – Manchete da notícia “Índios farão aldeia em área a ser alagada”, página A8, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 08/02/2010.

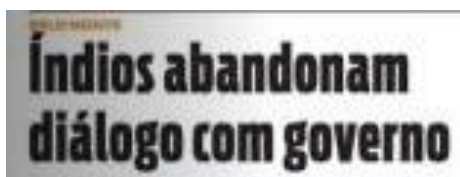
IMPASSE NO XINGU

Índios farão aldeia em área a ser alagada

⁷⁹ DIVERGÊNCIAS..., 2010, p. 3.

⁸⁰ “Fontes, no jornalismo, são pessoas, entidades, instituições que têm algo a dizer ou a demonstrar que interesse à coletividade, ao jornalista, à empresa onde ou para quem ele trabalha, ou ainda, que quer dizer ou não, demonstrar ou omitir, algo que interesse à sociedade, a ela própria [a fonte], ou à empresa/instituição/entidade onde ou para quem ela trabalha, ou ao jornalista ou à empresa para qual ou na qual trabalha” (TOFOLI, 2008, p. 51 *apud* ROQUE; CORTEZ, 2010).

Figura 5 – Manchete da notícia “Índios abandonam diálogo com o governo”, página B9, caderno Brasil, Diário do Pará, edição de 15/08/2010.



Temos, partindo da análise das manchetes apresentadas acima, exemplos da ocorrência da interdiscursividade com os discursos já proferidos sobre a região amazônica e seu povo. O “Outro” ainda se faz presente, de modo que o substantivo *índio* é capaz de produzir sentidos que remetam ao colonialismo lusitano dos séculos XVI, XVII e XVIII. É possível verificar os resquícios de um preconceito ainda marcante na sociedade brasileira que tem como foco os indígenas, os quais são representados nas manchetes como violentos e capazes de atitudes extremas como organizar uma aldeia em área a ser alagada pela Usina. São considerados “pelo senso comum como atrasados, o que conseqüentemente dificulta toda a superação da falta de conhecimento sobre a complexidade desses grupos” (GARIERI *et al.*, 2010, p. 2).

A mídia acaba por reiterar as pré-noções tomadas como verdades, que se perpetuam ao assumirem novas formas, sendo que o “Outro”, o discurso primeiro, permanece sempre presente no discurso segundo, o “Mesmo”. De acordo com Garieri *et al.* (2010), em determinados momentos, os indígenas podem ser retratados como bons selvagens, conforme a literatura romântica do século XIX com bases na doutrina do filósofo francês Jean Jacques Rousseau. A afirmação “nos leva a pressupor que os indígenas estariam nesse estado de pré-cultura, o que não é verdade, visto que as sociedades indígenas possuem cultura, civilização e são tão complexas quanto a sociedade nacional” (GARIERI *et al.*, 2010, p.3).

Dutra (2009) confirma o papel da mídia em reelaborar imagens fabricadas pelas relações sociais nas quais o índio e demais povos da floresta reaparecem em formas “sedutoras por meio de falas e imagens que reportam antigas visões” (DUTRA, 2009, p. 67). O índio seria rústico, aquele que vive na mata e em locais isolados, à espera da civilização e a serem explorados, nos quais “coexistiriam a exuberância física da natureza e a insignificância humana” (DUTRA, 2009, p. 67). Mesmo que fatos atuais contestem os estereótipos (re)construídos, os indígenas “reais” não “existiriam” também no cinema, “onde são mostrados como grupos sem cultura, sem que suas vidas sejam mostradas tais quais são, o

dia-a-dia de suas famílias é desfocado ou simplesmente omitido” (DUTRA, 2009, p. 48). O pesquisador destaca as raízes longínquas da interdiscursividade

[...] é exemplar um trecho de correspondência do Procurador das Câmaras do Pará e Maranhão, no meado do século XVIII, quando se dirige em carta ao rei, afirmando que os índios não eram “verdadeiros homens” e lhes aplica os adjetivos “brutos silvestre, incapazes de se lhes participar a fé católica [...] bárbaros esqueléticos, ferinos e abjetíssimos, às feras em tudo semelhantes, exceto na efigie humana” (AZEVEDO, 1901, p. 170 *apud* DUTRA, 2009, p.66).

O Liberal

No período de 1º/05/2009 a 30/09/2010, o jornal O Liberal publicou 324 textos jornalísticos, subdivididos nos seguintes gêneros: 127 notas em colunas especializadas, sendo 112 no *Repórter 70*⁸¹ e 15 em outras colunas noticiosas; 27 artigos de colaboradores regionais e nacionais do jornal; 59 notícias factuais; cinco editoriais; 64 reportagens; 15 entrevistas e 27 manchetes de capa. Consideram-se as manchetes⁸² como textos visto que também compõem o discurso jornalístico da publicação mesmo que a extensão desses seja inferior a dos demais textos produzidos por O Liberal.

As notas presentes na coluna *Repórter 70* apresentaram-se, muitas vezes, agregadas em duas ou três unidades em uma única edição e com um número limitado de até dez linhas cada.

⁸¹ A coluna *Repórter 70* é considerada a mais tradicional do jornal O Liberal desde a sua criação em 1970. Antes disso, ela era denominada de “*Repórter HG*”, em alusão às iniciais do ex-governador do Pará, ex-senador e ex-prefeito de Belém, o político Hélio Gueiros, jornalista responsável pela coluna. Fonte: < <http://www.belemweb.com.br>>.

⁸² “Título principal, composto em letras garrafais e publicado com grande destaque, geralmente no alto da página de um jornal ou revista” (RABAÇA; BARBOSA, 1987, p.379).

Figura 6 – Coluna Repórter 70, O Liberal, edição de 14/09/2009.

repórter70

BELO MONTE
Audiência

A região do Xingu já discutiu, em audiência pública, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da usina hidrelétrica de Belo Monte. E foi surpreendente, para muitos, a moderação de quantos participaram dos debates, no último sábado. Quase mil pessoas lotaram o ginásio poliesportivo de Vitória do Xingu. Estavam lá gestores, parlamentares e líderes políticos, religiosos e populares e índios.

Vantagens

Os debates se arrastaram por mais de seis horas. O secretário-chefe da Casa Civil, Cláudio Puty, representou a governadora Ana Júlia Carepa na audiência e reafirmou a importância da implantação da hidrelétrica para o Estado. Mas ressaltou que devem ser assegurados o plano de desenvolvimento regional sustentável e as vantagens tarifárias para os empreendedores e povos locais.

Índios

Algumas comunidades indígenas estão com um pé atrás. Uma representante da tribo Juruna questionou: "Será que vão garantir nossos direitos, a qualidade de vida do nosso povo? A gente quer diálogo, para que a gente possa conquistar algumas coisas". Mas uma integrante da tribo Xipáia mostrou-se otimista: "Nem todos concordam [com a hidrelétrica] entre nós, mas não temos muita assistência, a gente vive pela graça de Deus. Com certeza, vamos ter desenvolvimento grande na região com o projeto", disse Maria Augusta Borges Xipáia, 63 anos.



NIVELAMENTO
Curso

Levando em conta as dificuldades que encontram os alunos que chegam à Universidade, o reitor da Unama, professor Edson Franco, está propondo a criação de um curso de nivelamento para os calouros. Não se trata de ensinar Português e Matemática, mas cultura geral aos novos universitários, a fim de mostrar-lhes, ao longo de três semanas, um painel atualizado sobre informática, saúde, conhecimentos gerais, história, literatura e arte. Os resultados obtidos nesse curso já valeriam para a primeira avaliação semestral.

“ Há alguns meses, eu não tinha sequer trabalho. Mas nunca perdi a confiança em mim, apesar de algumas críticas.”

Rubens Barrichello, piloto brasileiro da Brawn GP, transbordante de satisfação depois da vitória de ontem, no GP da Itália de Fórmula 1.

O Liberal publicou 84 textos jornalísticos originários de agências de notícias (Agência Brasil, Folha Press, Agência Estado, Portal G1 e agência O Globo), além de 18 elaborados por correspondentes. Do total de 15 entrevistas, doze possuem registro fotográfico de seus entrevistados: sete delas de autoridades ligadas ao governo do estado do Pará e representantes do Ministério de Minas e Energia e cinco de ativistas. Artigos e notas do *Repórter 70* não vêm acompanhadas de fotografias de agentes envolvidos na polêmica de Belo Monte, assim como os editoriais.

Da totalidade dos textos publicados, entre reportagens, editoriais, notícias factuais e entrevistas, 66 possuem fotografias e infográficos, demonstrando a importância do tema para o jornal. No entanto, apenas cinco deles com fotos que retratam moradores oriundos da área de influência da Hidrelétrica, reproduzindo também as belezas naturais da região amazônica. Onze fotografias são de lideranças sindicais e indígenas, além de cientistas, jornalistas e artistas internacionais. A maioria, o equivalente a 43 registros fotográficos, é de autoridades

governamentais, demonstrando que elas ainda são mais valorizadas que as fotos dos demais agentes sociais, a par da relevância desses últimos nas relações estabelecidas no espaço social brasileiro e, em especial, na Amazônia. Sete matérias trazem infográficos. Das reportagens, notícias factuais, editoriais e entrevistas, 58 foram publicadas em páginas pares e 85 em ímpares, o que indica, mais uma vez, o destaque concedido pela empresa jornalística ao assunto⁸³.

Uma característica marcante de O Liberal é a utilização de matérias escritas por correspondentes e de agências de notícias, as quais correspondem a um total de 102 textos. Entre os considerados na análise, 41 são de autoria de jornalistas que trabalham na redação da empresa. A valorização de aspectos positivos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em detrimento de suas possíveis consequências negativas é a linha editorial dominante adotada por O Liberal, apesar de também conceder, como é próprio à atividade jornalística, espaço para a publicação das declarações de fontes contrárias ao empreendimento, mas geralmente, em menor número de vezes em relação às fontes do governo federal.

Diário do Pará

Durante o período dos novos debates, ocorridos de 1º/05/2009 a 30/09/2010 sobre a construção da Usina Hidrelétrica, o jornal Diário do Pará, pertencente ao senador, pelo PMDB, Jader Barbalho, publicou o total de 151 textos jornalísticos, dos quais se destacam 29 notas em colunas (tanto do Repórter Diário como em outras colunas especializadas), seis entrevistas, dois artigos (um deles escrito pelo próprio senador), 63 notícias factuais e 40 reportagens, além de 11 manchetes de capa. Das reportagens, notícias e entrevistas publicadas pela empresa jornalística, metade (54) foi produzida por agências de notícias (Agência Estado, Agência Brasil e Folha Press) e por correspondentes. Considerando os mesmos três gêneros jornalísticos, a maioria dos textos (59) localiza-se em páginas pares, as de menor importância em termos de visibilidade no jornal, enquanto que 50 deles situam-se em páginas ímpares, as mais relevantes quanto à valorização da notícia. Do total observado na análise, 51 vêm acompanhados de fotografias e infográficos, das quais somente seis fotos são de

⁸³ As páginas ímpares são consideradas as mais importantes em uma publicação impressa por serem as primeiras a serem visualizadas pelos leitores no ato de folhear uma revista ou um jornal.

populares ribeirinhos⁸⁴ da região Xingu. Treze trazem imagens de lideranças sindicais e líderes indígenas, ativistas ou pesquisadores de diversas áreas do saber. Dezesete mostram autoridades vinculadas ao governo federal e 15 são infográficos.

Figura 7 - Página B4, caderno Brasil, Diário do Pará, edição de 08/09/2010.



⁸⁴ O termo ribeirinho é usado na Amazônia para designar “as populações humanas que moram à margem dos rios e que vivem da extração e manejo de recursos florestal-aquáticos e da agricultura familiar” (FURTADO; MELLO, 1993, *apud* RODRIGUES, 2008).

Figura 8 – Página B4, caderno Brasil, Diário do Pará, edição de 12/07/2009.



A seguir, será realizada a análise dos 32 textos jornalísticos selecionados do *corpus* principal, com atenção às matérias quanto à editoração, à presença de fotografias, à extensão dos textos e à identificação das *formações discursivas/ideológicas* que embasam a construção do discurso jornalístico, conforme as subtemáticas abordadas pelos jornais O Liberal e Diário do Pará. Também serão analisados, com destaque, os cinco editoriais de O Liberal, dada a relevância deste gênero jornalístico por tratar do posicionamento da empresa sobre a polêmica de Belo Monte.

5.2 - Editoriais – A “voz” do jornal

O editorial é considerado “um texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, referente a assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância” (RABAÇA; BARBOSA, 1987, p.227). Os editoriais representam, tradicionalmente, a opinião do jornal sobre temas específicos, sendo

vistos, portanto, como o discurso do meio de comunicação impresso, o que justifica a atenção dada à análise de textos do gênero.

Durante o período do reinício da polêmica sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ocorrida de 1º/05/2009 a 30/09/2010, apenas o jornal O Liberal manifestou seu posicionamento sobre o assunto por meio de editoriais. O jornal Diário do Pará não concede espaço semelhante dedicado à opinião particular da publicação de forma diária, diferentemente de O Liberal, não sendo possível, desta forma, realizar a análise do discurso nesse gênero jornalístico por não estar presente no periódico concorrente durante a retomada das discussões sobre Belo Monte.

Considerando os cinco editoriais publicados pelo jornal O Liberal, todos editados na página três (a principal página do jornal, não só de um dos mais importantes cadernos do periódico – o “Atualidades”, mas da própria publicação), é evidente o apoio explícito da empresa jornalística à construção da Usina, com a percepção do uso de expressões pejorativas contra os antagonistas do Complexo Hidrelétrico (“Criou-se a figura do *xiita ambiental*, muito mais peculiar do que o *ecochato* [...]”)⁸⁵. Ora se exalta o empreendimento e os benefícios a chegarem com a sua implementação para os municípios da região Xingu, ora se elogia o papel do Poder Judiciário no cumprimento das leis no Brasil e sua função como mediador (“essas demandas judiciais não revelam qualquer anormalidade. Muito pelo contrário: demonstram a vitalidade das instituições, entre elas o Poder Judiciário”)⁸⁶.

A defesa dos direitos das populações a serem atingidas pela barragem de Belo Monte praticamente não é mencionada nos textos opinativos ou então aparecem de forma secundária nos editoriais (“E se faz essencial lembrar um fato: se 5 mil, 10 mil pessoas serão afetadas pela construção da hidrelétrica, outras 10 milhões, entre as quais gente pobre, serão beneficiadas em várias regiões do País”)⁸⁷. Os textos de O Liberal trazem um discurso notadamente desenvolvimentista, com forte viés econômico, ainda que se apresentem elementos textuais do discurso antagônico, o socioambientalista. Contudo, nesse último caso, a prática consiste em minimizá-lo e até ridicularizá-lo por meio de expressões pejorativas e de adjetivação negativa.

A sociedade ficou mais vigilante. Organizações não-governamentais (ONGs) também se fortaleceram e, além disso, se multiplicaram. [...]

⁸⁵ BELO..., 2010b, p.3.

⁸⁶ DIVERGÊNCIAS..., 2010, p. 3.

⁸⁷ BELO..., 2010a, p.3.

Não apenas isso. O *ativismo verde* deixou de ser coisa de amadores, de diletantes e sonhadores para se transformar numa habilidade de profissionais. Criou-se a figura do *xiita ambiental*, muito mais peculiar do que o *eco-chato* (BELO..., 2010b, p.3).

Editorial 1

Título: Pirotecnia do tudo ou nada

O processo de construção da hidrelétrica de Belo Monte, na região do rio Xingu, em Altamira, tem proporcionado situações que variam do racional à mais absoluta, à mais pura, à mais genuína irracionalidade.

Desde a concepção do projeto até o procedimento licitatório, responsável pela seleção do consórcio que vai construir o empreendimento, estão demarcados perfeitamente os limites entre o contraditório que se opera dentro da legalidade e aquele que desborda, que ultrapassa esse âmbito e ingressa no campo do passionalismo mais condenável e inconsequente.

Belo Monte não é uma ficção. É uma realidade. Além disso, não será construída numa terra de ninguém. Ao contrário, está sob o controle de várias esferas, inclusive do Poder Judiciário, acionado constantemente para decidir sobre incidentes processuais de natureza variada.

Era de se supor, por isso, que todos os segmentos sociais, independentemente de suas convicções, de suas preferências, de suas orientações ideológicas, se curvassem à legalidade.

Mas não é o que acontece. Há segmentos insatisfeitos, inconformados, relutantes, resistentes à construção da hidrelétrica. O que há de errado nisso? À primeira vista, nada, eis que a divergência em qualquer sociedade democrática é legítima.

Mas quando as insatisfações, inconformidades, relutâncias e divergências estão à margem da lei, aí então se tornam condenáveis.

Assim é que, variando do racional ao irracional, do racional ao passional, da insatisfação legítima à contrariedade externada de forma inaceitável, Belo Monte tem oferecido alguns cenários.

Antes da realização do edital para escolher o consórcio que vai construir a usina, várias liminares tentaram barrá-lo. Essa é uma relutância absolutamente legal e legítima.

Mas durante esse período, manifestantes despejaram toneladas de esterco em frente a órgãos públicos, em Brasília. Esse foi uma relutância irracional, deplorável, condenável.

Em várias fases que antecederam o edital, tentou-se suspender por vias judiciais os procedimentos para a concessão do licenciamento ambiental. Essa foi uma relutância das mais legais e legítimas.

Durante esse mesmo período, entidades ambientalistas ameaçaram, em diversas oportunidades, mobilizar tribos indígenas e comunidade ribeirinhas para inviabilizarem o empreendimento, ignorando riscos de agressão à integridade física dos manifestantes. Eis aí, configurada, uma relutância deplorável, condenável.

Agora mesmo, o discurso irracional, radical e passional, portanto deplorável e condenável, está de volta.

Representantes de certos segmentos, inclusive tribos indígenas assentadas na área de influência a ser alcançada pela usina de Belo Monte, têm externado advertências explícitas de que estariam dispostos a barrar o empreendimento de qualquer maneira, de qualquer jeito, usando quaisquer métodos que entendam necessários, inclusive aqueles que o bom senso e a moderação rejeitam como inconsequentes e as leis afastam por flagrantemente ilegais.

Estamos todos diante da pirotecnia do tudo ou nada, da pirotecnia do vale-tudo, da pirotecnia de um exibicionismo perigoso que afronta as leis, o bom-senso e a racionalidade.

Esse discurso de que é preciso *conscientizar* segmentos da população sobre os seus direitos não engana mais. E não deixa a menor dúvida: esse discurso não pretende *conscientizar* ninguém sobre coisa nenhuma.

Ao contrário, pretende mesmo é estimular, incentivar, insuflar cidadãos a externar seus supostos anseios por meio de instrumentos que desafiam a segurança de todo mundo.

Assim como é natural que um empreendimento do porte de Belo Monte não tenha a concordância unânime, da mesma forma é intolerável que seus opositores, no propósito de barrá-lo, ignorem afrontosamente as leis (PIROTECNIA..., 2010, p. 3).

Em “Pirotecnia do tudo ou nada”, disposto na página três do caderno Atualidades de 15/06/2010, já se nota a aversão, pelo jornal, àqueles que se manifestam contra a Usina a partir do título do editorial, sendo acusados de realizar uma espécie de espetáculo com fogos de artifício, algo para chamar a atenção, sem base legal e marcado por ações irracionais (“[...] os limites entre o contraditório que se opera dentro da legalidade e aquele que desborda, que ultrapassa esse âmbito e ingressa no campo do passionalismo mais condenável e inconsequente”)⁸⁸. Nesta “pirotecnia”, eles seriam capazes de qualquer atitude para sensibilizar a sociedade quanto às consequências negativas de Belo Monte, mesmo que não se obtenha êxito nesta tarefa (“Esse discurso de que é preciso conscientizar segmentos da população sobre os seus direitos não engana mais”)⁸⁹. Por isso, a pirotecnia é “do tudo ou nada”.

Mesmo com a polaridade social e discursiva existente em relação à Usina, esta já seria algo concreto, uma “realidade” e não uma simples estória ou uma “ficção” como esperariam as ONGs e demais entidades socioambientalistas. Esse posicionamento enfático quanto ao empreendimento relaciona-se às formações ideológicas do discurso desenvolvimentista, no qual não há dúvidas quanto ao progresso econômico a ser alcançado por meio de grandes projetos a serem instalados na Amazônia. Independente da vontade dos agentes contrários, o complexo será implementado na Volta Grande do Rio Xingu e, por isso, já é “uma realidade” (“Belo Monte não é uma ficção. É uma realidade. Além disso, não será construída numa terra de ninguém”)⁹⁰.

Em uma postura que remete também ao autoritarismo, marcante no discurso desenvolvimentista em vigor no País dos anos 50 até a década de 80 do século XX, na

⁸⁸ PIROTECNIA..., 2010, p. 3.

⁸⁹ PIROTECNIA..., 2010, p. 3.

⁹⁰ PIROTECNIA..., 2010, p. 3.

avaliação do jornal, os contrários ao empreendimento deveriam “se curvar”, em uma demonstração de submissão às decisões judiciais quanto à liberação das obras do projeto. Abaixo se pode perceber a interdiscursividade com atenção ao tom enfático apresentado no discurso do citado editorial. As “preferências”, as “convicções” e as “orientações ideológicas” de outros segmentos sociais são desconsideradas pelo discurso jornalístico, que se pauta no apelo pela legalidade sem, tampouco, considerar aspectos fundamentais, como a morosidade e acesso precário à justiça brasileira ou paraense.

Belo Monte não é uma ficção. É uma realidade. [...] Era de se supor, por isso, que todos os segmentos sociais, independente de suas convicções, de suas preferências, de suas orientações ideológicas, se curvassem à legalidade. Mas não é o que acontece (PIROTECNIA..., 2010, p. 3)⁹¹.

O Liberal faz uma severa crítica aos socioambientalistas ao denominar o discurso proferido pelos representantes de ONGs, ambientalistas, lideranças sindicais e demais entidades engajadas no combate à Usina com adjetivos que depreciam a conduta destes representantes. O discurso do grupo opositor à Belo Monte é qualificado como “irracional”, “radical”, “passional”, “deplorável” e “condenável” e que “estaria de volta” com o reinício da polêmica sobre a Hidrelétrica.

[...] pretende mesmo é estimular, incentivar, insuflar cidadãos a externar seus supostos anseios por meio de instrumentos que desafiam a segurança de todo mundo (PIROTECNIA..., 2010, p. 3).

Na citação abaixo, o que é dito pelos socioambientalistas segue, supostamente, a impetuosidade e, por isso, é considerado “irracional” pelo jornal. Não compreende os argumentos alheios, caracterizando-se como “radical” e marcado pelo exagero e pela passionalidade. Por concentrar tais atributos depreciativos, é também digno de despreço e desaprovação. Os contrários à Belo Monte são apontados como “exibicionistas” perigosos que desrespeitam as leis.

Agora mesmo, o discurso irracional, radical e passional, portanto deplorável e condenável, está de volta. [...] Estamos diante de uma pirotecnia do tudo ou nada, da pirotecnica de um exibicionismo perigoso, que afronta as leis, o bom senso e a racionalidade (PIROTECNIA..., 2010, p. 3).

⁹¹ Os sublinhados foram usados nas sequências extraídas dos textos jornalísticos a fim de destacar os elementos textuais que indiquem as formações discursivas e ideológicas perceptíveis ao longo da análise.

A publicação prossegue na depreciação dos socioambientalistas ao enumerar as prováveis intenções reprováveis desses grupos, os quais são apresentados como incitadores da violência por “estimular”, “incentivar” e “insuflar” protestos, atos públicos e passeatas pelas ruas. O direito à liberdade de pensamento e de expressão, assegurados no Inciso IV do Capítulo I da Constituição Federal do Brasil (2010), não são lembrados ou mencionados como legítimos pelo jornal, assim como o direito de tais grupos de promoverem reunião em local público, também previsto no Inciso XVI do Capítulo I da Magna Carta. A negação explícita praticada pelo jornal também ganha força com o uso do advérbio “mesmo” que indica exatidão e certeza por parte da empresa jornalística quanto às ações “nocivas” dos manifestantes contrários a Belo Monte e à ordem social. As manifestações públicas de repúdio ao projeto hidrelétrico, no caso os “instrumentos”, acabam por “desafiar a segurança de todo mundo”.

O jornal, por meio de seu discurso, desmoraliza os ativistas ambientais e lideranças dos movimentos sociais. Esses grupos estariam tentando “enganar” a sociedade para atender interesses particulares, com o discurso da necessidade de “conscientizar segmentos da população” a respeito das consequências “maléficas” da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Contudo, as estratégias de convencimento do público usadas pelos grupos socioambientalistas já não seriam eficientes. Para o jornal, o discurso das instituições que mantêm vínculos com a ideologia socioambientalista já “não engana mais”.

[...] Esse discurso de que é preciso conscientizar segmentos da população sobre os seus direitos não engana mais. E não deixa a menor dúvida: esse discurso não pretende conscientizar ninguém sobre coisa nenhuma (PIROTECNIA..., 2010, p. 3).

O editorial apresenta, desta forma, postura totalmente avessa aos argumentos contestatórios da viabilidade de Belo Monte.

Editorial 2

Título: Batalha Reveladora

A batalha judicial em que se transformou o leilão para construir a hidrelétrica de Belo Monte - enfim realizado no início da tarde de ontem – mostrou a enorme distância que separa a racionalidade do passionalismo.

E ainda bem que a distância entre esses dois extremos é enorme, visível e, às vezes, chocante. Do contrário, se fossem praticamente indistinguíveis os limites entre a

razão a emoção descontrolada, não seria possível controlar certas condutas que as leis notoriamente proíbem, para que prevaleça o equilíbrio social.

De um lado, o da razão, observa-se a atuação de representantes de órgãos que, por dever de ofício, são chamados a pugnar no âmbito judicial para validar ou invalidar atos e procedimentos relativos à hidrelétrica.

Desse lado estão representantes do Poder Judiciário, da Advocacia Geral da União, do Ministério Público, de órgãos ambientais, de várias entidades não-governamentais, enfim, os representantes de segmentos expressivos – politicamente, inclusive -, cada um dominado pelo âmbito de discutir, divergir e apontar caminhos e soluções, ainda que divergentes uns em relação aos outros.

De outro lado, constatam-se o exagero, as ações de pirotecnia, as exacerbações de ânimo, as demonstrações inequívocas de um radicalismo que apenas concorre para dar visibilidade a certas condutas.

É o caso, por exemplo, de cerca de 500 manifestantes de organizações de vários movimentos sociais que ontem se posicionaram em frente ao prédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em Brasília, para protestar contra o leilão.

Manifestantes do Greenpeace também protestaram acorrentados à grade em frente a Aneel. Fizeram isso enquanto, dentro do prédio, policiais militares e seguranças circulavam para impedir qualquer tentativa de invasão.

Antes disso, por volta das 5h30, o Greenpeace jogou um caminhão de esterco de vaca na entrada da Aneel. Representantes do grupo também colocaram um cartaz sobre o esterco, acrescentando ao nome da hidrelétrica uma palavra chula.

Mas não é só. Ao que se informa, os índios da região do Xingu, onde será construída a hidrelétrica, deram início na última segunda-feira a uma operação logística para transferência dos primeiros grupos para o sítio Pimental, onde será erguida a barragem principal e a casa de força auxiliar da usina.

A ação começará com a transferência de pelo menos 27 famílias - mais de 100 pessoas. Quem financia a mobilização? Organizações ambientalistas, inclusive estrangeiras.

A ocupação não tem data para acabar. “Só saímos após o governo desistir do projeto, ou se formos arrancados pela força”, avisou José Carlos Arara, 30 anos, um dos líderes indígenas.

No ano passado, ele foi uma das lideranças que participou de audiência com o presidente Luiz Inácio da Silva, quando opositores ao projeto foram pedir ao governo que desistisse do empreendimento.

O que se pretende com essa mobilização? Pretende-se, é óbvio, criar um fato. Pretende-se obrigar o governo a remover à força os índios do local. Se tal for feito, estima-se um grande desgaste político, sobretudo num ano eleitoral como este.

Manifestações que terminam - ou que começam - com esterco sendo atirado na rua e mobilizações financiadas para criar fatos com clara inspiração política para tentar impedir um empreendimento são deploráveis. Mais do que deploráveis, são reveladores de um viés autoritário que o Brasil democrático não comporta mais.

Ninguém pode se esquecer que as vias judiciais dessa disputa ainda não se esgotaram.

Ainda cabe a manifestação de instâncias internas do próprio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, do Superior Tribunal de Justiça e, quem sabe, até do Supremo Tribunal Federal.

Por que, então, o passionalismo tenta sobrepujar a razão? (BATALHA..., 2010, p. 3).

No segundo editorial analisado, intitulado “Batalha Reveladora”, da edição de 21/04/2010, novamente a empresa jornalística deprecia a imagem dos que não apoiam o governo federal e a construção da Usina. O jornal volta a utilizar expressões como “pirotecnia”, aludindo a um provável espetáculo semelhante à queima de fogos de artifícios em festas religiosas e demais eventos públicos. Na opinião do jornal, “constatam-se o

exagero, as ações de pirotecnia, as exacerbações de ânimo, as demonstrações inequívocas de um radicalismo que apenas concorre para dar visibilidade a certas condutas” (BATALHA..., 2010, p.3).

Na sequência em destaque, a publicação apresenta um discurso no qual se constrói uma representação dos agentes contrários à Hidrelétrica como capazes de artimanhas políticas cujo objetivo principal consistiria em afetar, de modo negativo, a imagem do Poder Executivo em pleno ano eleitoral para a escolha do novo presidente da República. Para o jornal, é “óbvia” essa intenção descrita logo abaixo.

O que se pretende com essa mobilização? Pretende-se, é óbvio, criar um fato. Pretende-se obrigar o governo a remover à força os índios do local. Se tal for feito, estima-se um grande desgaste político, sobretudo num ano eleitoral como este (BATALHA..., 2010, p. 3).

Como se estivesse munido de certeza sobre as intenções dos grupos socioambientalistas (“clara inspiração”), o que se constata pela expressão intercalada “é óbvio”, O Liberal denuncia uma suposta ligação dos manifestantes com grupos “financiadores” de protestos e atos públicos, sem mencionar quais seriam tais grupos (“Manifestações que terminam - ou que começam - com esterco sendo atirado na rua e mobilizações financiadas para criar fatos com clara inspiração política para tentar impedir um empreendimento são deploráveis”)⁹². Novamente temos a interdiscursividade no editorial, com a identificação de formações discursivas/ideológicas do desenvolvimentismo a partir da acusação implícita quanto a um provável comprometimento político e financeiro dos socioambientalistas com grupos não identificados nos editoriais.

O jornal intensifica o provável perfil nocivo das manifestações organizadas pelos sociambientalistas ao citar duas vezes o adjetivo “deplorável”, cujo sentido conduz à ideia de “desprezível, sem valor”. A publicação expõe um suposto “viés autoritário” que ela própria assume ao ridicularizar e ao reduzir a atuação das ONGs e parceiros na contestação contra Belo Monte a atos de simples “vandalismo” ou “puerismo” (como atirar esterco em via pública). Como se percebe na citação abaixo, aclama-se a figura do “Brasil” como sujeito que, em sua totalidade, considerando a população habitante no território nacional, não aceitaria mais ações como as realizadas por ativistas socioambientais. A postura adotada pela empresa jornalística alinha-se, portanto, à ideologia desenvolvimentista.

⁹² BATALHA..., 2010, p. 3.

[...] criar fatos com clara inspiração para tentar impedir um empreendimento são deploráveis. Mais do que deploráveis, são reveladores de um viés autoritário que o Brasil democrático não comporta mais (BATALHA..., 2010, p. 3).

Apelando mais uma vez para a via legal (a exemplo do primeiro editorial analisado), o texto é finalizado com um parágrafo sugestivo a possibilidade do embate entre os defensores e opositores da Hidrelétrica de Belo Monte prosseguir na esfera judicial. Mas, ainda assim, afirma, de modo contraditório, que a batalha judicial revela um suposto “passionalismo dos mais deploráveis”. Isso reforça o posicionamento contrário da empresa jornalística contra os opositores à construção da Usina de geração de energia elétrica.

Ninguém pode esquecer que as vias judiciais dessa disputa ainda não se esgotaram. Ainda cabe a manifestação. Porque, então o passionalismo tenta sobrepujar a razão?(...). A batalha judicial sobre Belo Monte revela um passionalismo dos mais deploráveis (BATALHA..., 2010, p. 3).

Editorial 3

Título: Divergências Revitalizantes

É estranho, muito estranho, que se considere uma estranheza a batalha judicial em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no município de Altamira.

A Justiça é o desaguadouro de dissensos, controvérsias, divergências entre civilizados, entre os que convivem em ambiente no qual vige o Estado de Direito.

Belo Monte será um dos maiores empreendimentos das últimas décadas. Terá repercussões de várias ordens, inclusive sociais. Alcança amplos interesses, econômicos inclusive.

Se um empreendimento como Belo Monte fosse implantado sem que uma ação - uma só fosse ajuizada, alguma coisa estaria errada. No mínimo, isso seria revelador de uma sociedade distante de si mesma, abúlica, desinteressada de seus próprios destinos.

Não procede, dessa forma, a convicção que se consolida em certos círculos de que o número de ações e o acionamento do Poder Judiciário, em várias instâncias, indicaria que Belo Monte será construída sob a eiva, sob a suspeição de ilegalidades, de irregularidades, de desvios de toda ordem que agrediriam tanto a Constituição Federal como a legislação abaixo dela, sobretudo a ambiental.

Mas por quê? A Justiça não apenas diz o direito, como o concede a quem reclama. Ela é quem dirime dúvidas, quem disciplina certas situações que, sem a manifestação definitiva de instância apropriada, como a própria Justiça, acabariam por atrair hostilidades mútuas entre partes que invocam pretensões colidentes.

Tome-se como exemplo disso a batalha judicial que se travou nos últimos dias, quando três liminares expedidas pela Justiça Federal no Pará, todas elas barrando o leilão para escolher o consórcio que constituirá a hidrelétrica, acabaram derrubadas por decisão monocrática, isolada, individual, do desembargador-presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília.

O juiz de primeira instância que expediu as liminares teve um entendimento: o de que a construção da hidrelétrica ofende dispositivos da Constituição Federal e desatende a exigências contida na legislação ambiental.

As decisões do magistrado não foram tomadas de forma açodada, precipitada. Ele as fundamentou amplamente, até porque decisões e sentenças judiciais exigem fundamentação.

Expedidas as liminares, entrou em cena o TRF da 1ª Região. O desembargador que rechaçou as decisões teve entendimento diverso do magistrado de primeira instância. E rejeitou-as também de forma amplamente fundamentada, no âmbito de sua jurisdição, dentro das competências legais que o Tribunal a que pertence lhe conferem.

E ainda não acabou. Aliás, a batalha que se travou na semana passada apenas começou, porque o caso ainda pode se estender ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, quem sabe, até mesmo ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O Ministério Público Federal no Pará estima que há 13 ações de sua autoria - entre elas ações civis públicas, agravos e apelações - em tramitação na Justiça Federal no Estado e no TRF da 1ª Região.

As ações questionam diversos pontos, como a concessão da licença ambiental por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a falta de audiências públicas específicas para os índios e os estudos de impacto ambiental feitos por construtoras.

Entre os órgãos do governo mais questionados estão o Ibama, a Eletrobrás e a Aneel. Todas essas demandas judiciais não revelam qualquer anormalidade. Muito pelo contrário: demonstram a vitalidade das instituições, entre elas o Poder Judiciário.

Em todo esse cenário, o esdrúxulo, o espetaculoso, o espalhafato, enfim, ficam por conta de quem se acorrentou em grades e jogou esterco em frente a prédios públicos em protesto contra o empreendimento.

Esses sim, estão na contramão do razoável - para dizer o mínimo (DIVERGÊNCIAS..., 2010, p. 3).

O terceiro editorial analisado de O Liberal exalta a Justiça, as atribuições desta e se posiciona contra os antagonistas de Belo Monte, os quais são expostos reiteradamente, ainda que não sejam citados nomes de entidades e demais instituições socioambientalistas. Em “Divergências revitalizantes”, presente na edição de 25/04/2010, o jornal joga com o ritmo das palavras logo no início do texto opinativo, materializando a jocosidade com a qual retrata aqueles que se contrapõem ao empreendimento hidrelétrico. A afirmativa é confirmada ao se perceber a repetição, por duas vezes, do adjetivo “estranho”, além do advérbio de intensidade “muito”, seguidos pelo substantivo “estranheza”, que concedem à frase uma ligeira sonoridade e ironia contra quem suspeita das diversas decisões contrárias e favoráveis emitidas pela Justiça ao licenciamento ambiental para as obras da Usina.

É estranho, muito estranho, que se considere uma estranheza a batalha judicial em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no município de Altamira. [...] Belo Monte será um dos maiores empreendimentos das últimas décadas. Terá repercussões de várias ordens, inclusive sociais. Alcança amplos interesses econômicos inclusive (DIVERGÊNCIAS..., 2010, p. 3).

Na terceira linha da sequência discursiva destacada acima, O Liberal retorna à valorização do projeto de geração de energia elétrica, na tentativa de justificar a ocorrência da “batalha judicial” a respeito da viabilidade da Usina. Para o jornal, Belo Monte “é um dos

maiores empreendimentos das últimas décadas” (DIVERGÊNCIAS..., 2010, p. 3), com toda a grandiosidade de uma iniciativa que envolve muitos recursos financeiros e, por isso, não poderia ser ignorado visto seus amplos “interesses econômicos”. Conclui-se que o trecho destacado claramente apresenta formações discursivas/ideológicas desenvolvimentistas.

A empresa jornalística também justifica a sucessão de recursos judiciais interpostos na tentativa de derrotar o projeto hidrelétrico ou de iniciá-lo, como própria de uma sociedade atenta aos fatos que a envolvem. O jornal se refere a esta mesma sociedade com as expressões “distante de si mesma”, “abúlica” e “desinteressada”, caso não tivesse existido nenhuma ação judicial questionadora da validade da Usina Hidrelétrica.

[...] Se um empreendimento como Belo Monte fosse implantado sem que uma ação – uma só – fosse ajuizada, alguma coisa estaria errada. No mínimo, isso seria revelador de uma sociedade distante de si mesma, abúlica, desinteressada de seus próprios destinos (DIVERGÊNCIAS..., 2010, p. 3).

Pouco mais adiante, o editorial faz um elogio, ainda que implícito, ao papel desempenhado pela Justiça nos conflitos em torno do empreendimento, sendo apresentada como disciplinadora. A imagem da Justiça construída pelo jornal é a de uma instituição neutra, isenta de influências de ordem política e dotada de poder decisório (“A Justiça não apenas diz o direito, como o concede a quem reclama”)⁹³. A presença do pronome “Ela”, acrescido do verbo “é” e do pronome “quem”, (na citação abaixo) denota a importância do Poder Judiciário como instituição dotada de competência e legitimidade reconhecida pela sociedade brasileira para decidir, ordenar e definir o futuro de situações críticas como as que envolvem o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. Na avaliação do jornal, como resultado esperado por suas atribuições como provável mediadora de conflitos, a Justiça, por ser uma “instância apropriada”, diminuiria a ocorrência de hostilidades por parte do governo federal e dos socioambientalistas, o que já se espera no embate entre os envolvidos durante as discussões a respeito da Usina.

[...] A Justiça não apenas diz o direito, como o concede a quem reclama. Ela é quem dirime dúvidas, quem disciplina certas situações que, sem a manifestação definitiva de instância apropriada, como a própria Justiça, acabariam por atrair hostilidades mútuas entre partes que invocam pretensões colidentes (DIVERGÊNCIAS..., 2010, p. 3).

⁹³ DIVERGÊNCIAS..., 2010, p. 3.

Por outro lado, O Liberal, repetidamente, reduz a atuação dos grupos socioambientalistas ao “esdrúxulo”, ao “espetáculo” e ao espalhafato, em contraposição ao trabalho realizado pelo Judiciário, que pratica as leis vigentes no Brasil. Os manifestantes que promoveram um ato público em Brasília no dia 20/04/2010, com a colocação de correntes em grades e lançamento de três toneladas de esterco de vaca em frente ao prédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) (PROTESTOS..., 2010, p.2), são considerados como “na contramão do razoável”. Ou seja, em direção oposta ao que poderia ser compreendido como aceitável e correto, a exemplo das ações da Justiça, como transparece na opinião do jornal O Liberal no editorial em análise.

Em todo esse cenário, o esdrúxulo, o espetáculo, o espalhafato, enfim, ficam por conta de quem se acorrentou em grades e jogou esterco em frente a prédios públicos em protesto contra o empreendimento. Esses sim, estão na contramão do razoável – para dizer o mínimo (DIVERGÊNCIAS..., 2010, p. 3).

Nota-se o uso do pronome demonstrativo “esses”, adicionado ao advérbio de afirmação “sim”, o qual reforça o sentido de inferioridade atribuído às entidades participantes do ato público. Elas não são mencionadas no editorial do jornal, pois não há a citação dos nomes de qualquer uma das entidades participantes do ato público.

Editorial 4

Título: Belo Monte é preciso

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) emitiu a licença prévia para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, região de Altamira.

Já não era sem tempo.

Porque é preciso que se diga claramente: Belo Monte é empreendimento necessário, indispensável. E viável.

Seu custo é estimado em torno de R\$ 20 bilhões. A usina terá capacidade para gerar cerca de 11 mil megawatts e será a segunda maior do País, atrás apenas de Itaipu.

Diga-se claramente: as exigências que mitigarão os impactos da construção da usina não podem ser de tal monta que se tornem, em verdade, um obstáculo capaz de inviabilizar completamente o empreendimento.

E se faz essencial lembrar um fato: se 5 mil, 10 mil pessoas serão afetadas pela construção da hidrelétrica, outras 10 milhões, entre as quais gente pobre, serão beneficiadas em várias regiões do País.

A afetação das comunidades que se situam na área de influência direta de construção da usina impõem que o Poder Público ofereça, nesta fase, condições objetivas, reais para que seu bem-estar seja garantido, uma vez consumada a intervenção nas áreas em que sempre viveram.

Esse é o propósito, justamente, das cautelas, das providências, das ações a curto, médio e longo prazos que deverão ser claramente previstas ainda agora, na fase que antecede o leilão.

Por isso é que a empresa que vencer o leilão de Belo Monte terá que cumprir uma série de exigências de investimento referentes ao meio ambiente.

Isso incluirá, por exemplo, a recuperação de áreas degradadas e investimento em áreas de conservação ambiental. É necessário que se façam ainda investimentos em conservação da fauna e da flora e em unidades de conservação.

Por isso é que está prevista a transformação, em unidades de conservação, de duas áreas localizadas às margens do rio Xingu, totalizando 100 mil hectares. A implantação dessas unidades permitirá tornar um bloco contínuo de florestas de cerca de 1,6 milhão de hectares próximo às terras indígenas.

Não é só. Estão programados investimentos que permitirão retirar populações que vivem em palafitas no entorno da obra, transferindo-as para casas de alvenaria.

Nesse sentido, serão imprescindíveis ações nas áreas de saneamento, comunicação e transporte, para beneficiar a população local.

Por aí já se vê que estão sendo contempladas, primordialmente, medidas que por certo mitigarão os efeitos da construção da hidrelétrica sobretudo para as comunidades que habitam a região.

São medidas objetivas, transparentes, tecnicamente viáveis. São medidas que sobrepõem à pirotecnia verbal a racionalidade e o bom senso que devem prevalecer quando está em jogo não apenas o futuro do Estado, mas do País.

Pirotecnia verbal, como se sabe, pode até apimentar certos debates, mas normalmente se mostra contraproducente.

No máximo, o que se colhe das pirotecnias verbais são frases de efeito que rendem boas manchetes, que alimentam boas polêmicas, mas sem resultado prático algum.

O debate preservacionista ainda é contaminado por um passionalismo exacerbado que se confunde, não raro, com o exibicionismo. Ou vice-versa.

Esse não parece ser o caminho mais adequado. Porque a ninguém aproveita, inclusive e principalmente à Amazônia, que ainda desperta em muitos corações e mentes nostalgias tendentes mantê-la como absolutamente intocável. E isso não passa, convenhamos, de uma fantasia despropositada, irracional e ridícula.

Todo esse processo de discussão sobre a Hidrelétrica de Belo Monte poderá representar uma oportunidade das mais preciosas para que todos possam apresentar posicionamentos divergentes, mas sem perder de vista que o empreendimento, por ser indispensável, precisa ser implantado.

E implantado de forma inadiável (BELO..., 2010a, p.3).

O título do editorial “Belo Monte é preciso”, publicado em 03/02/2010, consiste, novamente, em uma clara exposição da postura favorável de O Liberal à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e presume a viabilidade e a relevância do projeto hidrelétrico. O título ratifica a opinião do jornal quanto à importância do empreendimento, enfatizada com o verbo “é”, acrescido do adjetivo “preciso”. A proposta é confirmar a necessidade indiscutível de Belo Monte para o desenvolvimento do estado do Pará, da Amazônia e do próprio Brasil. A Usina seria, desta forma, indispensável e suas obras deveriam ser iniciadas por diversos fatores enumerados no próprio editorial. Assim como os demais editoriais, “Belo Monte é preciso” também possui formações discursivas/ideológicas relacionadas ao discurso desenvolvimentista.

O texto jornalístico opinativo aborda a emissão de mais uma nova licença prévia pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para o começo da construção da Hidrelétrica. O editorial começa com a frase “Já não era sem tempo”, a qual manifesta a expectativa positiva quanto ao início das obras da Usina. “Já não era sem tempo” remete à pressa e à urgência dos empreendimentos desta magnitude e a uma crítica em relação ao trâmite administrativo, por parte do Ibama, referente à liberação da construção de Belo Monte. A licença prévia para a execução do projeto poderia, segundo o editorial, ter sido concedida há mais tempo, sendo ansiosamente aguardada pelo governo federal, seus aliados e pelo próprio jornal, como se pode constatar por meio dos editoriais analisados.

Belo Monte seria “um empreendimento necessário, indispensável. E viável” (BELO..., 2010a, p.3). É possível constatar que, na avaliação do jornal, a Usina deve ser construída mesmo que sejam afetadas com os alagamentos pela barragem, de cinco a dez mil pessoas, pois o que “está em jogo não é apenas o futuro do Estado, mas do País” (BELO..., 2010a, p.3). A declaração do jornal está de acordo com a ideologia desenvolvimentista por minimizar qualquer problema socioeconômico e cultural capaz de impedir a concretização de seus objetivos.

No transcorrer do texto, o periódico argumenta de forma positiva e favorável à Belo Monte expondo a grandiosidade do projeto, os investimentos a serem aplicados na iniciativa, seu potencial de geração de energia elétrica, além de mostrar que as exigências feitas para compensar os impactos ambientais não devem ser suficientes para “inviabilizar completamente o empreendimento”. Para O Liberal, “é preciso que se diga claramente”, a fim de não deixar ao leitor qualquer dúvida a respeito dos benefícios da Hidrelétrica. Tal posicionamento coloca em evidência a interdiscursividade existente com os discursos de JK e dos militares sobre os seus respectivos projetos econômicos.

Porque é preciso que se diga claramente: Belo Monte é empreendimento necessário, indispensável. E viável.

Seu custo é estimado em torno de R\$ 20 bilhões. A usina terá capacidade para gerar cerca de 11 mil megawatts e será a segunda maior do País, atrás apenas de Itaipu. Diga-se claramente: as exigências que mitigarão os impactos da construção da usina não podem ser de tal monta que se tornem, em verdade, um obstáculo capaz de inviabilizar completamente o empreendimento (BELO..., 2010a, p.3).

Para amenizar os possíveis aspectos prejudiciais de Belo Monte, o jornal faz um contraponto entre o número de pessoas a serem atingidas pelas atividades da Usina e as que

provavelmente seriam contempladas com melhorias na qualidade de vida com a construção de casas de alvenaria e a criação de unidades de conservação ambiental. Constitui-se como “essencial lembrar” esses aspectos. A interdiscursividade se faz perceptível novamente com a apresentação de números vultosos, a exemplo do discurso desenvolvimentista.

E se faz essencial lembrar um fato: se 5 mil, 10 mil pessoas serão afetadas pela construção da hidrelétrica, outras 10 milhões, entre as quais gente pobre, serão beneficiadas em várias regiões do País.

É por isso é que está prevista a transformação, em unidades de conservação, de duas áreas localizadas às margens do rio Xingu, totalizando 100 mil hectares. A implantação dessas unidades permitirá tornar um bloco contínuo de florestas de cerca de 1,6 milhão de hectares próximo às terras indígenas (BELO..., 2010a, p.3).

As medidas de compensação a serem implementadas pelo governo federal são “objetivas”, ou seja, trazem resultados concretos à população da região Xingu. São “transparentes” por supostamente não esconderem nada a respeito de sua natureza e por deixarem à mostra como se constituem. O jornal, reiteradamente, induz o leitor a acreditar que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte é um assunto no qual “está em jogo não apenas o futuro do estado, mas do País”, como foi o caso do discurso da Usina de Tucuruí, também no Pará. Por fim, a publicação ratifica os valores benéficos de Belo Monte, com a desmoralização dos antagonistas do projeto, acusados novamente de “Pirotecnia Verbal” em tom jocoso ao se usar a construção verbal “como se sabe”, como se os leitores já conhecessem o comportamento exagerado dos socioambientalistas. O discurso dos ativistas socioambientais “rendem boas manchetes” que sustentam “boas polêmicas”, de acordo com os interesses do jornal em vender informações atraentes ao público.

[...] São medidas objetivas, transparentes, tecnicamente viáveis. São medidas que sobrepõem à pirotecnia verbal. A racionalidade e o bom senso que deve prevalecer quando está em jogo não apenas o futuro do estado, mas do País.

Pirotecnia verbal, como se sabe, pode até apimentar certos debates, mas normalmente se mostra contraproducente. No máximo, o que se colhe das pirotecnias verbais são frases de efeito que rendem boas manchetes, que alimentam boas polêmicas, mas sem resultado prático algum (BELO..., 2010a, p.3).

Após repetir as vantagens de Belo Monte de forma insistente, ainda que indiretamente, a publicação volta a desqualificar ONGs ambientalistas e demais instituições integrantes dos movimentos sociais que defendem a preservação da biodiversidade da Amazônia. Os ativistas teriam “muitos corações” e “mentes nostálgicas” que supostamente desejariam ver a Amazônia “absolutamente intocável”. Defender a preservação poderia ser compreendido como algo não proveitoso “a ninguém”. Empregam-se várias expressões e palavras capazes de

produzir sentidos quanto a uma provável ingenuidade desses grupos contrários ao projeto de geração de energia, entre as quais se destacam “fantasia despropositada”, ”irracional” e “ridícula”.

Não é só. Estão programados investimentos que permitirão retirar populações que vivem nas palafitas no entorno da obra, transferindo-as para casas de alvenaria. Nesse sentido, serão imprescindíveis ações nas áreas de saneamento, comunicação e transporte, para beneficiar a população local.

[...] Esse não parece ser o caminho mais adequado. Porque a ninguém aproveita, inclusive e principalmente à Amazônia, que ainda desperta em muitos corações e mentes nostálgicas tendentes a mantê-la como absolutamente intocável. E isso não passa, convenhamos, de uma fantasia despropositada, irracional e ridícula (BELO..., 2010a, p.3).

Interessa manter a “racionalidade” e o “bom senso” quando se visa o futuro do estado e principalmente do “País”. Para o jornal O Liberal, as discussões sobre a Hidrelétrica de Belo Monte podem ocorrer, mas sem “perder de vista” que o empreendimento precisa ser implantado e de “forma inadiável”.

Todo esse processo de discussão sobre a Hidrelétrica de Belo Monte poderá representar uma oportunidade das mais preciosas para que todos possam apresentar posicionamentos divergentes, mas sem perder de vista que o empreendimento, por ser indispensável, precisa ser implantado. E implantado de forma inadiável (BELO..., 2010a, p.3).

Editorial 5

Título: Belo Monte e o xiitismo ambiental

Nos últimos 20 anos, não houve no Brasil grande empreendimento que, para ser implantado, não tenha enfrentado obstáculos de toda ordem.

A sociedade ficou mais vigilante. Organizações não-governamentais (ONGs) também se fortaleceram e, além disso, se multiplicaram. O conceito de *consciência ambiental* ganhou tais dimensões que até acabou de certa forma distorcido.

Não apenas isso. O *ativismo verde* deixou de ser coisa de amadores, de diletantes e sonhadores para se transformar numa habilidade de profissionais.

Criou-se a figura do *xiita ambiental*, muito mais peculiar do que o *eco-chato*: este é apenas um chato que não produz maiores consequências do que sua chatice; aquele, não: seus impulsos, não raro, são capazes de levá-lo a pendurar-se no galho mais elevado de uma árvore, para evitar que a última minhoca do planeta seja exterminada sem dó e piedade.

Acrescente-se mais, como obstáculo para a implantação de grandes projetos no País: ao longo dos últimos anos, ampliou-se o arsenal legislativo. E foram criadas regras que vigem no âmbito puramente administrativo, tudo convergindo para a imposição de pré-requisitos com fins de proteger o meio ambiente e os interesses de populações diretamente afetadas por empreendimentos projetados.

Nesse contexto, ganhou relevância o papel do Ministério Público e dos órgãos ambientais. E por último, mas não menos importante, o Judiciário passou a apreciar, a avaliar, a julgar de forma diferente as demandas ambientais, até mesmo porque as novas leis que foram surgindo ao longo dos anos o obrigam a isso.

Todo esse contexto sobressai agora, quando se discute a implantação da hidrelétrica de Belo Monte, na região do Xingu, em Altamira.

Repita-se aqui o que aqui já se disse claramente, em comentários anteriores: Belo Monte é preciso, Belo Monte é empreendimento indispensável, Belo Monte é empreendimento necessário porque vai mudar a face social e econômica de uma vasta área do próprio Estado do Pará.

Repita-se aqui o que aqui já se disse claramente, em oportunidades anteriores: a sociedade inteira é testemunha de que nada, absolutamente nada está sendo feito à margem da lei, em todo o curso deste processo que antecede a construção da hidrelétrica.

Ao contrário, o controle social - que integra todas as instâncias acima mencionadas, sobretudo os órgãos ambientais, o Ministério Público e o Poder Judiciário - tem sido mais rigoroso sobre Belo Monte, em relação a tantos outros empreendimentos do gênero.

Por que esse controle? Porque, da mesma forma que Belo Monte é preciso, controlar, vigiar, monitorar também é.

Mas a vigilância, o monitoramento, o controle não podem se concretizar num ambiente em que o xiitismo pretende prevalecer sobre tudo e todos.

Não se pode abrir margem para que o xiitismo se transforme num show de exibições que rende boas manchetes, rende boas fotos, mas não passa disto: de um show de exibições, às vezes de péssimo gosto.

Debates também são necessários. Mas, no caso específico de Belo Monte, já passou o tempo dos debates, das discussões, do confronto de posições. Esse momento ocorreu durante as audiências públicas realizadas no Estado.

Debates não podem se estender indefinidamente, sem conclusões, sem definições. Debates que se estendem indefinidamente não são debates, mas instrumentos de que se valem certas instâncias para retardar - simplesmente retardar - a implantação de empreendimentos relevantes como Belo Monte.

Todos os movimentos, todas as propostas, todas as mobilizações que se destinem a acompanhar a construção da hidrelétrica são bem-vindos. Não podem, todavia, antepor-se como obstáculos intransponíveis para a consecução de objetivos estratégicos, que não interessam apenas a meia dúzia de pessoas, mas à Nação (BELO..., 2010b, p.3).

A palavra Xiita, considerando o sentido comumente aplicado nos dicionários, é empregada para designar um indivíduo adepto do Xiismo, pertencente ao Islamismo, uma das ramificações da crença religiosa cujo maior nome é o profeta Maomé. O senso comum considera xiita aquele que tem posicionamentos radicais. O discurso jornalístico vai construir, pela interdiscursividade, a imagem dos agentes contrários à Usina Hidrelétrica conforme essa visão popularizada pela própria mídia.

De acordo com as informações da Veja on line (2007) no especial “Em Profundidade: Islamismo”, cerca de 10% dos muçulmanos são xiitas, cujas origens têm raízes na disputa política pós-morte do próprio criador do credo religioso. O Xiismo nasceu com a união de vários povos islâmicos que desejavam apoiar Ali ibn Abi Talib, primo de Maomé, para

assumir o posto de líder do Islã. Em direção oposta, surgiram os sunistas, liderados por Abu Bakr, que se tornou o califa por ter o apoio da maioria dos islâmicos.

Os xiitas estão entre os principais responsáveis pela Revolução Islâmica do Irã, ocorrida em 1979, mantendo divergências políticas significativas com setores do Islamismo sunita. Há uma rivalidade entre sunitas e xiitas, principalmente no Iraque, país do Oriente Médio, em virtude de suas raízes históricas, sendo marcada pela “desigualdade social, política e econômica, pela dura repressão contra os rivais, por numerosos casos de violência” (LUTA..., 2007).

Tradicionalmente se vincula ao muçulmano/islâmico a prática de atos terroristas contra países do Mundo Ocidental, principalmente em oposição à hegemonia política, econômica e militar dos Estados Unidos da América (EUA). Um dos exemplos clássicos foi o atentado de 11/09/2001 contra as *Twin Towers*, na cidade de Nova Iorque (EUA), promovido pela Al Qaeda, um grupo liderado por Osama Bin Laden, morto em maio de 2011 por tropas americanas.

Segundo Espínola (2000), os islâmicos também são vistos como fanáticos religiosos, de forma que, não raro, constata-se a violação explícita dos direitos humanos, inclusive envolvendo as mulheres muçulmanas, as quais praticamente não têm liberdade de locomoção e sofrem, constantemente, violência física e emocional. Associam-se a esses povos atos de suicídio coletivo por meio de homens e mulheres-bombas ocasionados também por questões ideológicas e políticas. Sabe-se que alguns fundamentalistas islâmicos radicais têm, há tempos, teorizado em favor da violência contra outros muçulmanos - proibida pelo Alcorão⁹⁴ - encarados por eles como traidores do Islã, logo "infiéis", com linguagem que remonta ao tempo das Cruzadas, período de embate religioso e militar entre europeus e orientais árabes durante a Idade Média, de acordo com Espínola (2000).

No quinto editorial analisado, o adjetivo Xiita é usado de forma pejorativa para designar os integrantes de ONGs socioambientalistas. Desta maneira, o efeito de sentido produzido pelo jornal ao utilizar a palavra é de ridicularização, além de denegrir a imagem dos adeptos do socioambientalismo, os quais são apontados nos editoriais como possíveis fanáticos pela preservação da natureza. O parágrafo abaixo, extraído do editorial, faz uma crítica à ação de ONGs, bem como denuncia uma suposta distorção sobre o que seria “consciência ambiental”, expressão que teria ganhado mais visibilidade a partir da expansão

⁹⁴ O livro sagrado para os islâmicos por conter as revelações de Deus feitas pelo anjo Gabriel ao profeta Maomé. Fonte: <<http://www.islam.com.br/>>

das ONGs ("Organizações não-governamentais (ONGs) também se fortaleceram e, além disso, se multiplicaram")⁹⁵. O jornal ironiza a atuação das entidades de perfil socioambiental ao afirmar que o "ativismo verde", outra expressão usada para se referir às ações de agentes atuantes nas causas relacionadas à preservação do meio ambiente, tornou-se uma "habilidade profissional", deixando de ser "coisa de amadores" ([...] "de diletantes e sonhadores")⁹⁶. Ou seja, defender a manutenção do meio ambiente não é apenas uma questão relacionada à justiça social e à defesa de direitos, mas que poderia ser encarada como uma profissão (muitas vezes remunerada).

A sociedade ficou mais vigilante. Organizações não-governamentais (ONGs) também se fortaleceram e, além disso, se multiplicaram. O conceito de consciência ambiental [grifo do jornal] ganhou tais dimensões que até acabou de certa forma distorcido.

Não apenas isso. O ativismo verde [grifo do jornal] deixou de ser coisas de amadores, de diletantes e sonhadores para se transformar numa habilidade de profissionais (BELO..., 2010b, p.3).

O tom irônico prossegue ao longo do editorial com a constatação de expressões que continuam a ridicularizar os socioambientalistas, adjetivados como "xiita ambiental" e "ecochoato". Este último adjetivo refere-se ao provável perfil pretensioso e exagerado dos ativistas socioambientais na descrição feita pelo jornal. O "xiita ambiental" seria capaz de atos extremados, movidos a impulsos que dariam origem a ações como "pendurar-se no galho mais elevado de uma das árvores, para evitar que a última minhoca do planeta seja exterminada sem dó e piedade" (BELO..., 2010b, p.3). Claramente, apesar da ironia, o jornal demonstra também um desconhecimento sobre a importância das minhocas para a agricultura ou para o ecossistema.

Criou-se a figura do xiita ambiental [grifo do jornal], muito mais peculiar do que o ecochoato [grifo do jornal] este é apenas um chato que não produz maiores consequências do que a sua chatice; aquele, não: seus impulsos, não raro, são capazes de levá-lo a pendurar-se no galho mais elevado de uma árvores, para evitar que a última minhoca do planeta seja exterminada sem dó e piedade (BELO..., 2010b, p.3).

Como se pode notar, a referência ao fanatismo quase religioso dos socioambientalistas pode ser constatada no editorial por meio da utilização do substantivo xiitismo, empregado para definir o comportamento social desses grupos, os quais agiriam de forma exagerada e alicerçada no exibicionismo. Na avaliação do editorial, "o show de exposições", proporcionado

⁹⁵ BELO..., 2010b, p.3.

⁹⁶ BELO..., 2010b, p.3.

pelo Xiitismo posto em prática, interessaria somente aos meios de comunicação ao “render boas manchetes e boas fotos”. Um exibicionismo que seria de péssimo gosto, conforme afirma o jornal no editorial. Trata-se, portanto, de uma autocrítica não assumida, pois o mesmo jornal também publica "boas manchetes e boas fotos" baseadas nesses "shows".

[...] Mas a vigilância, o monitoramento, o controle não podem se concretizar num ambiente em que o xiitismo pretende prevalecer sobre tudo e todos. Não se pode abrir margem para que o xiitismo se transforme num show de exibições que rende boas manchetes, fotos, mas não passa disto: de um show de exibições, às vezes de péssimo gosto (BELO..., 2010b, p.3).

Nas figuras apresentadas, a seguir, as afirmações feitas por O Liberal no editorial analisado podem ser confirmadas com a publicação de textos e fotografias que retratam as manifestações públicas dos grupos socioambientalistas de forma sensacionalista e apelativa aos leitores do periódico.

Figura 9 – Página 1, caderno Poder, O Liberal, edição de 13/04/2010.

The image shows the front page of the newspaper 'O Liberal' from the 'Poder' section, dated April 13, 2010. The main headline is 'Belo Monte agita Brasília' (Belo Monte agitates Brasília), with a sub-headline 'Manifestação' (Demonstration). A large photograph shows a group of people protesting, holding flags and a banner that says 'NÃO À BELO MONTE'. To the right of the photo is a quote: 'Energia não pode ser distribuída. É preciso discutir o futuro do Brasil'. Below the main headline are three smaller articles: 'Marina quer adiamento de leilão' (Marina wants postponement of auction), 'MP questiona capacidade do BNDES' (MP questions BNDES capacity), and 'Energia não pode ser distribuída' (Energy cannot be distributed). At the bottom right is a large advertisement for Chevrolet cars, featuring models like 'CELTA LIFE, 1.0 - 2010' and 'CLASSIC SEDAN, 4 PORTAS, 1.8 - 2010' with prices and promotional text.

Figura 10 – Reportagem “Audiência pública acaba em tumulto”, caderno Atualidades, p.5, O Liberal, edição de 16/09/2009.



No último trecho em destaque do editorial, o jornal volta a apresentar a relevância do projeto hidrelétrico com expressões que buscam ratificar a função de Belo Monte como promotor do desenvolvimento da economia do estado do Pará e do Brasil. Sua viabilidade seria inquestionável, na avaliação do jornal. O tom enfático e decisivo do discurso de O Liberal é validado pelas frases “repita-se aqui o que aqui já se disse claramente”, “Belo Monte é empreendimento indispensável”; “Belo Monte é empreendimento necessário” e “nada, absolutamente nada”.

Repita-se aqui o que aqui já se disse claramente, em comentários anteriores: Belo Monte é preciso, Belo Monte é empreendimento indispensável, Belo Monte é empreendimento necessário porque vai mudar a face social e econômica de uma vasta área do próprio Estado do Pará.

Repita-se aqui o que aqui já se disse claramente, em oportunidades anteriores: a sociedade inteira é testemunha de que nada, absolutamente nada está sendo feito à margem da lei, em todo o curso deste processo que antecede a construção da hidrelétrica (BELO..., 2010b, p.3).

Como foi possível averiguar na análise dos cinco editoriais de O Liberal, os referidos textos conjugam-se ideologicamente ao discurso desenvolvimentista defendido pelo governo federal na tentativa de convencer os leitores sobre a relevância da Usina Hidrelétrica de Belo Monte para o desenvolvimento do País. Outro aspecto a ser considerado na análise é que os referidos editoriais trazem consigo formações discursivas/ideológicas presentes também nos discursos de perfil desenvolvimentista proferidos em outras épocas (Governo JK e Ditadura Militar) sobre a Amazônia. Os textos opinativos adotam uma postura demasiadamente agressiva aos grupos antagonistas da Usina com o uso de expressões e adjetivos (como xiitas), por meio da interdiscursividade, capazes de diminuir a importância social desses agentes e instituições sociais. O jornal vai construir seus editoriais, predominantemente, com sentidos presentes em *formações discursivas* próprias do discurso econômico desenvolvimentista e do discurso legalista (com ênfase para o papel soberano do Poder Judiciário), "desautorizando" ações e expressões relacionadas ao discurso socioambientalista.

No próximo subtópico deste capítulo, far-se-á a análise discursiva de 27 textos jornalísticos divididos nas seguintes subtemáticas: a) A urgência na realização do leilão e a batalha judicial para a concessão do licenciamento ambiental para as obras do projeto; b) As audiências públicas sobre Belo Monte; c) A mobilização dos grupos contrários à Hidrelétrica; e d) A defesa do empreendimento pelo governo federal e aliados.

5.3 - Análise do discurso jornalístico a partir de subtemáticas

5.3.1 - A urgência na realização do leilão e a batalha judicial para a concessão do licenciamento ambiental para as obras do projeto

Do total de 247 textos jornalísticos pertencentes aos gêneros reportagem, notícia factual e entrevista publicados por O Liberal e Diário do Pará, 132 fazem parte da subtemática a respeito do leilão e a batalha judicial estabelecida entre governo/aliados e antagonistas do projeto energético, abrangendo mais da metade das matérias sobre o recomeço da polêmica em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O que indica a relevância desses dois momentos retratados pelos jornais em relação às demais subtemáticas. Dos 132 textos, foram selecionados sete, sendo quatro de O Liberal e três do Diário do Pará, para

exemplificar as formações discursivas/ideológicas e a interdiscursividade presente nas reportagens, notícias factuais e entrevistas analisadas quanto a esta subtemática, conforme o descrito na tabela a seguir.

Tabela 5 – Comparativo dos textos analisados de O Liberal e Diário do Pará - Urgência na realização do leilão e a batalha judicial para a concessão do licenciamento ambiental para as obras do projeto (2010)

Jornal O Liberal	Diário do Pará
Total: 77	Total: 55
Textos analisados: 4	Textos analisados: 3
Disposição de página: pares (2) ímpares (2)	Disposição de página: pares (1) ímpares (2)
Com foto: 2	Com foto: 1 gráfico: 2
Gênero jornalístico: reportagem (0), notícia factual (4) e entrevista (0)	Gênero jornalístico: reportagem (2), notícia factual (1) e entrevista (0)
Autoria: agências (4), correspondente (0) redação do jornal (0)	Autoria: agências (0), correspondente (1) redação do jornal (2)

O Liberal

A notícia “Edital de Belo Monte sai até amanhã”, publicada na página cinco do caderno Poder, de O Liberal, em 18/11/2009, indica o destaque concedido às fontes do governo federal pelo periódico, além da necessidade urgente de concretização das obras da Usina Hidrelétrica e o lançamento de um edital de licitação para a seleção das empresas a serem encarregadas de construir Belo Monte. O texto está posicionado na parte superior da página e com maior visibilidade que os demais, apresentando uma fotografia do então ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

É importante destacar que a notícia localiza-se no caderno Poder que, como o próprio nome já faz menção, é um dos mais importantes do periódico, junto com o caderno Atualidades, por trazer notícias das áreas econômica e política de repercussão nacional e regional. Isso confirma o destaque e a relevância da informação para o jornal e, presumivelmente, para seus leitores.

Figura 11 – Página 5, caderno Poder, O Liberal, edição de 18/11/2009.



A autoridade governamental adota um relativo (exatamente por ocupar um cargo no governo federal) posicionamento contrário à construção da Usina. Ao evidenciar a imagem do ministro, o jornal demonstra sua predileção pelas autoridades em relação ao depoimento de populares ou socioambientalistas, conforme a credibilidade que a fonte jornalística detém e as relações estabelecidas entre o jornal e demais agentes e instituições atuantes no contexto amazônico.

No subtítulo da mesma notícia: “PRESSA – Aneel não vai esperar licença ambiental ser emitida pelo Ibama”, o substantivo “pressa” apresenta-se de forma destacada pela grafia em caixa alta⁹⁷, ressaltando a urgência da construção da Hidrelétrica. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), segundo o título e o subtítulo, demonstra sua "falta de paciência" em aguardar a liberação da licença ambiental pelo Ibama e uma atitude enfática ao desconsiderar a importância do parecer do órgão do Ministério do Meio Ambiente sobre as condicionantes

⁹⁷ Recurso gráfico utilizado na editoração. Significa o mesmo que “versal” ou letra maiúscula (FERREIRA, 2010, p. 779).

indispensáveis à aprovação do projeto. Segundo o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, citado na notícia, “a licença é necessária apenas para o leilão” (EDITAL..., 2009, p.5), e não para a licitação da Hidrelétrica. Na época da nova polêmica sobre a Usina, a EPE era vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

No trecho abaixo, fica evidente que mais uma etapa do empreendimento ocorrerá, reforçada pelo uso da conjunção concessiva “apesar de”, independente de qualquer tipo de antagonismo, ainda que se manifestasse em determinados órgãos do próprio governo federal, entre os quais o Ibama e o MMA. Percebe-se a ideologia desenvolvimentista, a qual valoriza a implementação de obras de grande porte acima de qualquer impedimento legal, social ou político pela urgência do crescimento econômico.

Apesar de a licença ambiental prévia não ter sido liberada pelo Instituto de Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, disse que o edital será publicado (EDITAL..., 2009, p.5).

O fragmento destacado do texto principal, “Edital precisa ser publicado pelo menos 30 dias antes do leilão”, também reitera a ideia de pressa/impaciência por parte do Executivo Federal em iniciar as obras de Belo Monte, que não podem ser proteladas por aspectos burocráticos, como a emissão da licença ambiental. Segundo o representante do governo federal, o presidente da EPE Maurício Tolmasquim, citado pelo jornal, “A hidrelétrica [...] é uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e terá capacidade para gerar 11 mil megawatts (MW) para o sistema elétrico nacional” (EDITAL..., 2009, p.5).

Nota-se que a sequência discursiva acima apresenta elementos do discurso desenvolvimentista. São novamente apontadas a grandiosidade do projeto por meio de números elevados (11 mil megawatts) e a sua importância para o crescimento econômico nacional visto que o projeto faz parte do PAC, cujo principal objetivo é promover o desenvolvimento econômico do País.

Já no topo da página dois, ainda no caderno Poder, de O Liberal, edição de 13/11/2009, a notícia “Licença para Belo Monte sai na próxima segunda” também oferece elementos textuais que levam o leitor à percepção do perfil desenvolvimentista da Usina de Belo Monte destacado pelo jornal. Em nenhum momento da referida notícia se coloca a opinião de populares residentes nas áreas de influência da futura Usina.

Na citação a seguir, novamente é visível a atitude imediatista do governo federal, representado pelo então ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em agilizar as etapas que

garantam a construção da Hidrelétrica. As características grandiosas do projeto são supervalorizadas repetidamente, sendo Belo Monte “o maior projeto de geração de energia do PAC” e a “terceira maior usina hidrelétrica do mundo” quando finalizada. A impaciência e a certeza da concretização do empreendimento materializam-se com a reprodução das expressões “demorando bastante” e “é fundamental”.

“Tratamos do licenciamento de Belo Monte, que está demorando bastante. Ficou decidido que na segunda-feira o Ministério do Meio Ambiente emitirá a licença”, afirmou Lobão [Edison Lobão, na época ministro de Minas e Energia]. [...] A emissão da licença é fundamental para que o governo consiga fazer o leilão de concessão da usina, previsto para 21 de dezembro. Belo Monte é o maior projeto de geração de energia elétrica do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Quando concluída, a usina terá capacidade de gerar 11.300 megawatts de energia. Segundo Lobão, quando a unidade estiver em operação, ela será a terceira maior do mundo (LICENÇA..., 2009, p. 2).

Em outra notícia publicada por O Liberal: “Justiça suspende liminar contra usina de Belo Monte”, da edição de 12/11/2009, página cinco do caderno Poder, aborda-se a queda de uma das liminares que supostamente impediam o andamento do processo de licenciamento ambiental da Usina. No subtítulo “LIBERADA – TRF derrubou a liminar que travou o licenciamento da hidrelétrica”, o adjetivo “liberada”, grafado em caixa alta, supõe que não há mais empecilhos contra a ocorrência do leilão. Por meio do texto, pode-se deduzir que os agentes e instituições favoráveis à Usina obtiveram uma vitória após a extinção da liminar que não autorizava a implementação do projeto.

Os verbos “derrubou” e “travou” reforçam a possibilidade de queda ou eliminação de algo que “travava” ou “parava”, no caso, a liminar que suspendia o licenciamento da Hidrelétrica. O Liberal também estaria entre os agentes vitoriosos na batalha envolvendo Belo Monte visto os indícios de uma expectativa positiva a respeito da construção da Usina, conforme o analisado anteriormente nos editoriais da publicação que apontaram a aprovação e o apoio do jornal ao empreendimento.

A sequência discursiva destacada com aspas, “Licença prévia deve ser assinada nas próximas semanas”, existente no texto da mesma notícia, também induz o leitor à certeza de que as obras logo serão oficialmente permitidas após a queda da liminar judicial proibitiva. Verifica-se, no mesmo texto, a presença de elementos textuais que caracterizam formações discursivas e ideológicas desenvolvimentistas, com a marcante exaltação de Belo Monte e suas características positivas, conforme pode ser visto a seguir.

Principal empreendimento energético do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Belo Monte terá potência instalada de 11 mil megawatts, a segunda maior do Brasil, atrás apenas da Hidrelétrica de Itaipu, no Rio Paraná, que tem 14 mil megawatts (JUSTIÇA..., 2009, p.5).

Em “Ministro cobra a licença para Belo Monte”, presente no topo da página seis do caderno Poder, de O Liberal, edição de 24 e 25/12/2009, o então ministro de Minas e Energia Edison Lobão, um dos principais defensores da Hidrelétrica no governo Lula, expõe, mais uma vez, a relevância da Usina para o desenvolvimento do País. Sendo o ministro a autoridade dotada de poder legitimamente reconhecido, o jornal representa Lobão como um indivíduo capaz de exigir a rápida emissão da licença ambiental para o início da construção de Belo Monte.

Confirma-se a valorização do agente público ao se observar o próprio título da notícia: “Ministro cobra”. O substantivo “ministro” é quem lidera a ação da frase, sendo o sujeito ativo do discurso da notícia que, com autoridade, “cobra” a licença de Belo Monte. O título ratifica a necessidade de maior agilidade do processo de liberação do licenciamento ambiental para as obras do empreendimento.

A notícia, que ocupa uma posição privilegiada por estar em primeiro plano na página, traz consigo uma fotografia do ministro Edison Lobão e do diretor da Aneel, na época o advogado recém-empossado no cargo, Julião Coelho. Nessa notícia, não há declarações contestatórias à Belo Monte e muito menos de populares que possivelmente possam apoiar ou discordar das proposições governistas. Em um tom marcado pela urgência, pela emotividade, pelo apelo (que beira à exacerbação) e pelo nacionalismo, o ministro Edison Lobão reitera a viabilidade do projeto que proporcionaria a “segurança energética” do País, não sendo adequado (para o momento de crescimento econômico, vivenciado pelo Brasil nos últimos dez anos) impedir a construção da Hidrelétrica.

Figura 12 – Página 6, caderno Poder, O Liberal, edição de 24 e 25/12/2009.



O jornal enfatiza a urgência e a importância do empreendimento quase inquestionável e indubitável ao reproduzir a declaração do ministro com as expressões “não podemos abrir mão”, “necessita como nunca”, “não podemos perder tempo” e “imediatamente”. Este último advérbio foi aspeado pela publicação a fim de ressaltar a referida pressa e relevância do projeto. O Brasil, como sujeito coletivo, outra vez é invocado na declaração como reforço para a aprovação da Usina, o que já foi feito em tempos passados, conforme o exposto no primeiro capítulo desta dissertação.

Essa é uma hidrelétrica da qual não podemos abrir mão. O Brasil necessita como nunca dessa usina para garantir a segurança energética. Segundo ele, o País já está um ano atrasado no início da construção da hidrelétrica por causa das pendências ambientais. “Não podemos perder mais tempo”, afirmou. Lobão disse que a expectativa é de que a licença saia “imediatamente”, mas não especificou uma data (MINISTRO...,2009, p.6).

Diário do Pará

O jornal Diário do Pará também destacou, em seu discurso sobre Belo Monte, as discussões a respeito da urgência por parte da Eletrobrás e seus parceiros quanto à realização do leilão para a escolha das empresas a serem responsáveis pelas obras da Hidrelétrica, porém, em textos mais curtos e concisos. Há o predomínio, assim como pode ser constatado em O Liberal, do discurso desenvolvimentista marcado pela suposta necessidade da Hidrelétrica para o progresso socioeconômico.

Como exemplo da interdiscursividade materializada no jornal Diário do Pará, analisar-se-á, a seguir, a reportagem “Eletrobrás confirma: leilão de Belo Monte iniciará em maio”, da edição de 14/02/2010, assinada pelo jornalista Frank Siqueira e que ocupa toda a página A3. A reportagem dá destaque às declarações do presidente da Eletrobrás, José Muniz Lopes, que utiliza adjetivos enaltecedores do empreendimento ("o maior dentre [...]", "o mais importante [...]")⁹⁸ e as potencialidades da hidrelétrica de Belo Monte, apresentada como “uma das melhores opções para a ampliação do parque gerador brasileiro” (SIQUEIRA, 2010a, p. A3).

Figura 13 – Página A3, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 14/02/2010.



⁹⁸ SIQUEIRA, 2010a, p. A3.

O texto começa com a declaração do executivo da estatal, que elogia o projeto, considerado o “pré-sal do setor elétrico”⁹⁹.

“O Estado do Pará tem um pré-sal no setor elétrico”. A afirmação foi feita esta semana, em Tucuruí, pelo presidente da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes, ao prever para o próximo mês de maio o lançamento do edital de leilão da hidrelétrica de Belo Monte e ao comentar o potencial paraense de geração hídrica, o maior dentre todos os Estados brasileiros. Numa rápida conta feita de cabeça, e que inclui apenas os aproveitamentos hidrelétricos mais importantes já inventariados nas três principais bacias hidrográficas – Tocantins, Xingu e Tapajós - , Muniz Lopes calculou 70 mil MW o potencial de geração do Pará (SIQUEIRA, 2010a, p. A3).

Em seguida, o presidente da Eletrobrás faz referência à potencialidade de geração de energia paraense, aos moldes dos governos desenvolvimentistas de caráter exploratório que enxergavam a Amazônia como arcabouço de riquezas a serem usufruídas. Consequentemente, o estado do Pará seria um ambiente estratégico para o fortalecimento do Setor Elétrico brasileiro e para o desenvolvimento do País. O Diário endossa o projeto de geração de energia ao se apropriar da fala do presidente da Eletrobras (“em uma conta de cabeça”), sem mencionar diretamente que estudos confirmam a potencialidade do Pará na matriz energética brasileira, conforme o descrito acima.

Acrescentando-se a esse número alguns aproveitamentos secundários, mas alguns bastante expressivos, admite-se que o potencial paraense poderá alcançar algo em torno de 90 mil MW. Quando se leva em conta que toda a capacidade instalada do País situa-se hoje na casa de 110 mil MW – já incluídas aqui as grandes barragens de Itaipu, Tucuruí e do complexo do Paraná/Tieté, em São Paulo – tem-se uma ideia bem precisa da grandeza que detém o Pará em potencial para o fortalecimento do setor elétrico brasileiro (SIQUEIRA, 2010a, p. A3).

A reportagem, tendo por base o discurso de José Muniz Lopes, traz números que valorizam a referida potencialidade de geração de energia do Pará, os quais seriam “bastante expressivos”, incluindo-se “os aproveitamentos hidrelétricos secundários” (“70 mil MW”, possíveis “90 mil MW”). Na mesma reportagem, o jornal, ainda destacando as declarações de José Muniz Lopes, enfatiza a supervalorização da Hidrelétrica pelo governo federal e as possíveis consequências negativas de sua não construção. Para Muniz Lopes, a não construção da Usina de Belo Monte por mais de uma década é um “atraso”. Ele “adverte”, ou

⁹⁹ O Pré-sal configura-se como uma das principais descobertas de petróleo, no Brasil, realizada pela Petrobrás em 2009, podendo gerar rendimentos vultosos à maior empresa estatal do governo federal. No litoral dos estados de Santa Catarina e Espírito Santo, foram detectados volumes consideráveis de óleo leve. De acordo com o site da Petrobrás, na Bacia de Santos, o óleo já identificado no pré-sal tem “características de um petróleo de alta qualidade e maior valor de mercado”. Mais informações podem ser obtidas no endereço eletrônico <<http://www.petrobras.com.br>>.

seja, “apresenta como argumento contrário, desfavorável” (CUNHA, 2007, p.17), a possibilidade da ocorrência de um “apagão”.

O presidente da Eletrobrás observou que a construção de Belo Monte já está com pelo menos uma década de atraso e advertiu que, sem grandes empreendimentos no setor, o Brasil poderá voltar a enfrentar problema como o apagão ocorrido em 2001, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (SIQUEIRA, 2010a, p. A3).

O texto jornalístico tem continuidade com a descrição das peculiaridades da bacia hidrográfica de Belo Monte, considerada “uma das melhores opções para a ampliação do parque gerador brasileiro”. A bacia hidrográfica ocuparia uma “condição especial” que a diferencia das demais existentes no Brasil. O presidente da Eletrobrás apoia-se no discurso científico para justificar a viabilidade do empreendimento de geração de energia, detalhando que aspectos naturais corroboram para a aprovação da construção de Belo Monte.

Além de ser considerada, tecnicamente, uma das melhores opções para a ampliação do parque gerador brasileiro, destacou o presidente da Eletrobras que Belo Monte apresenta uma condição especial pela singularidade do regime de águas da bacia do Xingu. Este rio costuma alcançar suas maiores vazões, conforme frisou, entre os meses de abril e maio. Ou seja, as grandes cheias do Xingu ocorrem quando já estão baixando os níveis dos reservatórios das Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, onde se dão ordinariamente nos meses de fevereiro e março (SIQUEIRA, 2010a, p. A3).

A configuração natural do espaço físico da região Xingu “assegura maior segurança e equilíbrio” ao Sistema Interligado Nacional. O verbo “assegurar”, oriundo do latim vulgar *assecurare*, inicialmente indica a ideia de estar “livre do perigo”, de ser “firme” (CUNHA, 2007, p. 711). Dessa maneira, pode-se apreender o sentido de credibilidade a respeito, tanto do projeto da Hidrelétrica de Belo Monte, quanto de qualquer outro que venha a ser implementado na região, sentido que é legitimado pela própria posição que o enunciador ocupa na sociedade brasileira: dirige uma das mais importantes instituições do Brasil responsável pela geração de energia elétrica no País.

Esse descompasso de apenas dois meses, segundo Muniz Lopes, faz com que as bacias do Xingu, do Prata e do São Francisco interajam como vasos comunicantes, o que de antemão assegura a qualquer empreendimento hidrelétrico no Xingu a capacidade de assegurar maior segurança e equilíbrio ao sistema interligado nacional (SIQUEIRA, 2010a, p. A3).

O jornal evidencia, em primeiro plano, no título do subtítulo “Eletrobrás ironiza uso de fontes alternativas de energia”, que a estatal federal geradora de energia elétrica critica as

fontes alternativas de energia, como o biodiesel e a biomassa. O subtexto alinha-se ao posicionamento favorável do governo federal e aliados à Usina Hidrelétrica com o uso do discurso indireto dos que aprovam Belo Monte. São apontados, sem o mesmo destaque, os principais antagonistas do projeto, entre os quais, o bispo do Xingu Erwin Kräutler e o Ministério Público.

Utilizando o suposto discurso de técnicos e dirigentes da empresa, o jornal explicita uma crítica ao trabalho das ONGs contrárias à iniciativa, colocando-as como agitadoras de minorias "ruidosas". Ou seja, há uma clara construção negativa da imagem dos agentes opostos à Usina, considerados "células ativas" mobilizadoras, grupos minoritários e ruidosos. Os antagonistas do empreendimento são acusados de estarem "trabalhando contra o interesse nacional".

Os dirigentes da Eletrobras, os executivos da Eletronorte e os técnicos do setor, ligados ou não ao governo, identificam o bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Kräutler, e o Ministério Público no Pará, com os núcleos centrais de resistência à execução do projeto da usina de Belo Monte. É em torno deles, acreditam os técnicos, que gravitam mais de uma centena de ONGs que, como células ativas, tratam de mobilizar segmentos minoritários, porém ruidosos – da população para tentar impedir a construção da usina (SIQUEIRA, 2010a, p. A3).

De público, os dirigentes da Eletrobrás e da Eletronorte evitam fazer ou mesmo insinuar qualquer crítica ao bispo do Xingu ou aos membros do MPF. Em conversas reservadas, porém, a avaliação mais amena que se faz é a de que eles estão trabalhando contra o interesse nacional (SIQUEIRA, 2010a, p. A3).

Nas sequências discursivas seguintes, o discurso de Antonio José Muniz Lopes novamente recebe destaque na matéria do jornal Diário do Pará. As declarações do executivo da *holding* são priorizadas de modo que o periódico reitera os dizeres elogiosos à Belo Monte enunciados pelo representante do governo federal. A reiteração confirma-se com a publicação de que Belo Monte "seria o melhor arranjo de engenharia já feito até hoje no Brasil", sem que haja menção do discurso dos opositores ao projeto. Desta forma, Muniz Lopes declara, de modo "convicto", que a Usina "vai sair". A Hidrelétrica "vai sair" a qualquer custo, nem que isso demande mais tempo para se concretizar.

O presidente da Eletrobrás disse que o projeto de Belo Monte é o melhor arranjo de engenharia já feito até hoje no Brasil para um empreendimento hidrelétrico e se declarou convicto de que a usina vai sair. "Vai sair nem que seja na gestão dos meus netos", disse ele, reafirmando a importância estratégica que confere ao projeto. Ele disse que Belo Monte, na concepção atual, terá capacidade instalada de 11.300 MW para geração de energia firme de 4.500 MW (SIQUEIRA, 2010a, p. A3).

Na mesma reportagem, o jornal expõe e valoriza as modificações do projeto ao longo das últimas três décadas de debate sobre a viabilidade socioeconômica e ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Compara-se o projeto atual com o elaborado em 1980 e com a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Por meio de valores numéricos técnicos que legitimam e proporcionam maior credibilidade às afirmações apresentadas pelo Diário do Pará, enfatiza-se que o complexo hidrelétrico a ser instalado na região Xingu possuirá reservatórios menores. O lago da usina *Kararaô* seria “muito menor”, como ressalta o periódico (“1.200 quilômetros quadrados”), mas geraria quase o dobro de energia (“11 mil MW”).

Quando foi projetado na década de 1980, o complexo do Xingu tinha capacidade prevista para a geração de 17 mil MW. Era um empreendimento gigante, com lagos também gigantescos. Babaquara, a montante de Altamira, teria um reservatório de 6.700 quilômetros quadrados (quase duas vezes e meia o tamanho do lago de Tucuruí) e deveria gerar seis mil MW. A usina de Kararaô, à jusante da cidade, teria um lago muito menor, de 1.200 quilômetros quadrados, mas geraria quase o dobro de energia – cerca de 11 mil MW. No arranjo atual, Belo Monte vai produzir apenas dois terços do volume previsto no projeto original e seu reservatório, com menos de 500 quilômetros quadrados, será seis vezes menor que o de Tucuruí (SIQUEIRA, 2010a, p. A3).

Não há citações aspeadas ou indiretas de populares na referida reportagem analisada, mas a imagem materializada dos “povos da floresta” surge no texto jornalístico por meio de uma fotografia ampliada e central, que ocupa quatro das seis colunas da página A3 em policromia (colorida). De modo contraditório, a fotografia reconstrói o cenário paradisíaco da Amazônia, constituída de sua exuberância natural e, ao mesmo tempo, marcada pela pobreza dos ribeirinhos.

Figura 14 – Fotografia da reportagem “Eletrobrás confirma: leilão de Belo Monte iniciará em maio”, caderno Atualidades, p. A3, Diário do Pará, edição de 14/02/2010.



Moradores às margens de uma das áreas que serão alagadas pela construção no Xingu; para presidente da Eletrobrás, Belo Monte deve sair do papel

A notícia “Usina de Belo Monte vai a leilão no dia 20 de abril” consiste em outro exemplo da urgência referente à construção da Usina de Belo Monte, predominante nos textos jornalísticos factuais sobre o tema. Escrita pela jornalista Luiza Mello, antes de apresentar o título, a publicação abre a notícia com o antetítulo “definido” (em vermelho), adjetivo indicador de que o leilão para a escolha das empresas responsáveis pela concretização do projeto da Hidrelétrica já estaria garantido, com data estabelecida.

Figura 15 – Reprodução parcial da reportagem “Usina de Belo Monte vai a leilão no dia 20 de abril”, caderno Atualidades, p. A10, Diário do Pará, edição de 19/03/2010.

The image shows a partial reproduction of a newspaper article. At the top left, there is a vertical red bar with the word 'SUMÁRIO' and a right-pointing arrow. To its right, the newspaper's name 'A10 PARÁ' is printed in large, bold, black letters. Below this, the word 'DEFINIDO' is written in red. The main headline, 'Usina de Belo Monte vai a leilão no dia 20 de abril', is in a very large, bold, black font. To the left of the headline, there is a sub-headline: 'Os interessados em participar do leilão poderão fazer suas inscrições pela internet nos dias 13 e 14 de abril'. Below this, the author's name 'LUIZA MELLO' and her location 'De Brasília' are listed. The main text begins with 'O leilão para licitar a concessão da usina de Belo Monte será realizado no dia 20 de abril. A portaria definindo a data foi publicada no Diário Oficial da União de ontem. O novo custo da obra - anteriormente avaliado em R\$ 16 bilhões - tam-'. To the right of the text, there is a map of the state of Pará. The map is titled 'A Hidrelétrica de BELO MONTE' and shows the location of the Belo Monte project in the Xingu region. It highlights the 'A USINA' (the dam) and shows the 'Potência' and 'Investimento' associated with the project. The map also shows major cities like Belém, Marabá, and various municipalities in the region.

A matéria ocupa a parte superior da página A10 do caderno Atualidades, seção Pará, da edição de 19/03/2010, e exalta o empreendimento também pelas suas características grandiosas que vão desde a potência de geração de energia (“11 mil megawatts”), investimentos (“R\$ 7 bilhões”), criação de empregos diretos (“18 mil” e indiretos - “80 mil”), além da “certeza” a respeito da data de conclusão das obras, na época prevista para abril de 2014. Esses dados têm visibilidade ampliada por meio de uma ilustração do mapa do estado do Pará, destacando-se a localização do projeto na região Xingu e os municípios envolvidos.

Figura 16 – Página A10, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 19/03/2010.



O texto apresenta-se, portanto, como uma reiteração das vantagens a serem obtidas pela população dos 11 municípios da região Xingu, após a liberação das obras de Belo Monte. Os custos da construção surgem, pelo menos, duas vezes na sequência discursiva a seguir, sendo que parte deles seria de compensação pelos impactos socioeconômicos e ambientais. Além disso, a região obteria “R\$ 19 bilhões” em investimentos somente com a obra do complexo, favorecendo as famílias residentes na área de influência do projeto. Mais uma vez, o jornal repete o discurso desenvolvimentista do governo federal e de outras épocas da História brasileira.

O leilão para licitar a concessão da usina de Belo Monte será realizado no dia 20 de abril. A portaria definindo a data foi publicada no Diário Oficial da União de ontem. O novo custo da obra – anteriormente avaliado em R\$ 16 bilhões – também foi anunciado pelo Tribunal de Contas da União: R\$ 19 bilhões, incluindo os investimentos a serem feitos na região como forma da compensação pelos impactos ambiental, social e econômico. A previsão do Ministério de Minas e Energia é que a usina comece a entrar em operação em 2015.

[...] Com 11 mil MW de capacidade instalada, o investimento previsto pelo governo para construir a hidrelétrica é de R\$ 19 bilhões (MELLO, 2010a, p.A10).

Publicada na edição de 15/04/2010, página A11, seção Pará, escrita pelo jornalista Carlos Mendes e com informações da Agência Estado, a reportagem “Justiça Federal cancela licença e suspende leilão” coloca em primeiro plano a atuação da Justiça e do Ministério Público Federal como defensores dos direitos das populações a serem afetadas pelas obras da Hidrelétrica. A suspensão da licença prévia que permitia o início da construção do complexo de Belo Monte pelo juiz da vara federal de Altamira, Antonio Carlos Campelo, inicia o texto jornalístico e norteia praticamente a apresentação da informação, sendo excluídas declarações que não sejam pertencentes a representantes do Poder Judiciário.

No subtítulo “Leilão estava marcado para acontecer no dia 20. O pedido de liminar foi ajuizado pelo MPF-PA na semana passada” tem-se uma nova confirmação da valorização isolada de fontes com considerável destaque social, ato frequente em boa parte dos textos usados como exemplo nesta dissertação. No entanto, como já mencionado, o destaque na maioria das matérias analisadas é, sem dúvida, para fontes governamentais favoráveis ao projeto e cujo discurso se apoia em elementos vinculados ao crescimento econômico (p.ex.: potência energética ampliada e aumento do número de empregos). No caso específico do subtítulo, direciona-se a atenção para o Ministério Público Federal, reconhecidamente uma das principais instituições contestatórias do empreendimento hidrelétrico.

Figura 17 – Página A11, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 15/04/2010.



A reportagem, que ocupa boa parte da página, contém um infográfico com vários aspectos legais contrariados pelo governo federal e a presença do discurso socioambientalista de defesa dos direitos dos povos da floresta, especialmente, os direitos indígenas. O infográfico vem acompanhado da palavra “Irregularidades” em caixa alta, trazendo ao leitor o sentido de uma provável certeza da inviabilidade de Belo Monte. O discurso do Ministério Público Federal reproduzido pelo Diário do Pará desqualifica totalmente o projeto, sem espaço para resposta por parte dos responsáveis pelo empreendimento. A contestação feita pelo Ministério Público fundamenta-se na Lei e no discurso científico. A seguir, o infográfico enumera as leis violadas pelo projeto.

AS IRREGULARIDADES apontadas pelo MPF

É a primeira vez que um empreendimento afeta diretamente terra indígena, aproveita recurso hídrico de terras indígenas e a Constituição exige, no artigo 176, que esse tipo de aproveitamento só poderá ser autorizado pelo poder público após edição de leis ordinárias, regulamentando a questão, o que não existe no ordenamento jurídico brasileiro.

A equipe de técnicos que fez o licenciamento consignou em um dos documentos públicos: “Não foi feita análise das contribuições das audiências públicas”. A Constituição Federal determina que o Brasil, enquanto estado democrático de direito, deve garantir a participação popular.

Qualidade da água: outra incerteza é sobre a qualidade da água se a usina for construída. Em vários pontos, os responsáveis pelo licenciamento se dizem preocupados com projeções de toxicidade para humanos e peixes. Falam em “impacto de grande magnitude possivelmente irreversível”.

Obrigação de avaliar medidas mitigadoras. Uma vez identificados os impactos negativos, o governo só pode liberar um empreendimento ao analisar as medidas propostas pelo empreendedor para mitigar ou compensar esses impactos.

Trecho de Vazão Reduzida. O MPF analisou dados da Agência Nacional das Águas que demonstram que são inconciliáveis os interesses econômicos/energéticos e ambientais.

Princípio de precaução: na dúvida sobre impactos graves, o empreendimento não pode ser executado. Belo Monte deixou dúvidas quanto ao hidrograma previsto para os 100 km da volta grande que são afetados pelo desvio do rio.

Desobediência à resolução nº 006/1987 do Conselho Nacional do Meio Ambiente. A resolução do Conama é autoexplicativa. Leilão só depois da Licença de Instalação. O governo não esperou e, agora, poderá ser obrigado pela Justiça a cumprir a regra do jogo.

Necessidade de reedição da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica. A Agência Nacional das Águas tem que “conceder” a água necessária para a geração de energia, porque se trata de um bem público. A ANA deu a concessão antes da licença prévia e, portanto, esse documento não prevê o hidrograma que foi alterado

pelos técnicos. Seria necessária uma nova concessão da Ana, com as mudanças previstas pelo Ibama (MENDES, 2010, p. A11).

Com atenção ao texto principal da mesma reportagem, as declarações (re)constituídas do juiz Antonio Carlos Campelo, que concedeu liminar de antecipação de tutela¹⁰⁰ em duas ações civis públicas impetradas por seis procuradores da República no Pará, sugerem que “há perigo de dano irreparável”, caso haja a licitação para a contratação das empresas responsáveis pelas obras de Belo Monte. Repetidamente se nota a presença de termos técnico-científicos que embasam a atuação da Justiça e vinculam-se à ideologia socioambientalista. A “certeza”, a partir da presença da locução adverbial “de forma inequívoca”, também se mostra presente a respeito da exploração inadequada do “potencial de energia hidráulica” em terras indígenas. O discurso dos procuradores da República tem espaço garantido na reportagem. De forma repentina, como é possível perceber na sequência abaixo, surge a transcrição direta do depoimento da diretora da Fundação Viver e Produzir, Antonia Martins, declarando a “felicidade geral” pela suspensão da licença prévia e da realização do leilão.

Campelo [juiz] diz no despacho, comemorado por entidades e tribos indígenas da região do Xingu, ter sido provado, de forma inequívoca, que a obra “explorará potencial de energia hidráulica em áreas ocupadas por indígenas que serão diretamente afetadas pela construção e desenvolvimento do projeto”. [...] Os procuradores da República em Belém informaram que ainda aguardam o julgamento de outro processo em que questionam irregularidades ambientais na licença concedida à Belo Monte. “Estamos muito felizes com essa decisão. Ela demonstra que ainda existe justiça neste País”, disse a diretora da Fundação Viver e Produzir, de Altamira, Antonia Martins (MENDES, 2010, p. A11).

O texto da reportagem principal termina com dois intertítulos, “Denúncias” e “Irregularidades”, escritos em caixa alta, a fim de anunciar os “vários” problemas cometidos pelo Executivo Federal na tentativa de viabilizar o projeto de Belo Monte. O jornal (re)constitui o discurso dos movimentos sociais e de ambientalistas com expressões populares e que desqualificam também o discurso governista favorável à Usina de Belo Monte, como por exemplo “bater na porta”. Percebe-se também o uso de palavras cujos sentidos remetem a sensações de perigo, desespero ou até mesmo exagero na descrição das prováveis consequências negativas do empreendimento, como o adjetivo “atentatória” e as expressões “iminentes violações de direitos humanos” e “o risco de um desastre ambiental”.

¹⁰⁰ “Dá-se o nome de tutela antecipada ao adiantamento dos efeitos da decisão final a ser proferida em processo de conhecimento, com a finalidade de evitar dano ao direito subjetivo da parte” (NUNES, 1999, p.165).

O MPF denunciou diversas irregularidades durante o processo de licenciamento ambiental e nas audiências pelo Ibama e Eletrobrás para apressar a construção da hidrelétrica. Os movimentos sociais também foram bater na porta da Organização das Nações Unidas (ONU), pedindo a suspensão da obra por considerá-la atentatória ao meio ambiente e aos povos da região. Eles afirmam que houve falhas no processo de licenciamento ignoradas por pressão política. As entidades observaram que há “iminentes violações de direitos humanos” e o risco de um desastre ambiental na Amazônia, caso a obra saia do papel (MENDES, 2010, p. A11).

Logo abaixo do texto principal da reportagem, no subtítulo intitulado “Empresas ganham incentivos fiscais”, escrito pelo jornalista Ismael Machado, o jornal expõe o apoio financeiro concedido pelo governo federal às empresas interessadas em participar do leilão de Belo Monte por meio de incentivos fiscais e financeiros voltados à produção de energia elétrica. Repetidamente ribeirinhos, trabalhadores rurais e populares da região Xingu permanecem distantes dos holofotes da construção discursiva durante a nova polêmica em torno da Usina de Belo Monte na grande mídia.

Realizada por meio de videoconferência, a reunião definiu que projetos estruturantes, como os que envolvem energia, devem ter um prazo dilatado para o recebimento de incentivos fiscais. [...] Segundo assessores da Sudam, a alteração na regulamentação dos incentivos fiscais e financeiros administrados pelo órgão está sendo proposta pelo MME [Ministério de Minas e Energia] para garantir acesso a empresas que aprovem projetos estruturantes de grande porte, cuja implementação só seria possível a longo prazo (MACHADO, 2010b, p.A11).

Na sequência do texto, o Diário do Pará apresenta os intentos do governo federal em incentivar o investimento financeiro por parte do empresariado e, assim, garantir a construção da Hidrelétrica. Ao conceder visibilidade às declarações, o discurso jornalístico também reitera a ideologia desenvolvimentista de tempos passados, conforme o exposto no primeiro capítulo da dissertação. Para obter o apoio popular, outros projetos “estruturantes” para o crescimento do estado do Pará também seriam fomentados (“[...] utilizar o benefício para obras como o Navega Pará”)¹⁰¹.

[...] A estratégia adotada pelo governo é para atrair mais interessados na construção da usina. “A medida visa gerar demandas de investimentos, permitindo que outras empresas se instalem na região, principalmente as que atuam na área energética, a exemplo das que farão parte do consórcio que administra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (AHE Belo Monte)”, disse o superintendente da Sudam Djalma Melo, na abertura da videoconferência.

Presidida pelo ministro das Minas e Energia João Santana, a reunião deliberou que o benefício fosse estendido também a outros projetos considerados estruturantes. A ideia inicial é que apenas o setor de energia ganhasse a dilatação do prazo original.

¹⁰¹ MACHADO, 2010b, p. A11.

“Poderemos utilizar o benefício para obras como o Navega Pará”, comemorou o vice-governador Odair Correa, um dos conselheiros presentes à reunião (MACHADO, 2010b, p. A11).

A declaração do superintendente da Sudam, Djalma Melo sobre a intenção de “gerar demandas de investimento” para a região Xingu por meio de incentivos fiscais foi enfatizada pelo Diário com um “olho”, recurso gráfico usado por jornais que consiste em “um pequeno trecho destacado da matéria diagramado em corpo maior e deslocado em janelas de composição corrida” (BARBOSA; RABAÇA, 1987, p. 425). O uso do recurso indica destaque por parte do jornal a respeito da possibilidade de futuros investimentos a serem feitos no estado e, conseqüentemente, a geração de mais postos de trabalho, promovendo um suposto desenvolvimento econômico e social da região Xingu.

Figura 18 – Trecho em destaque do subtítulo “Empresas ganham incentivo fiscal”, caderno Atualidades, p. A11, Diário do Pará, edição de 15/04/2010.



A medida visa
a gerar demandas
de investimentos,
permitindo que
outras empresas
se instalem
na região,
principalmente as
que atuam na
área energética”

Djalma Melo, Sudam

O entusiasmo pró-crescimento econômico característico do discurso desenvolvimentista materializa-se nas frases do diretor da Confederação Nacional de Comércio, Carlos Toni: “A aprovação da mudança da norma certamente vai atrair mais empresas para o Estado e a obra de Belo Monte deve ser diretamente afetada”, disse o diretor da Confederação Nacional de Comércio, Carlos Toni (MACHADO, 2010b, p. A11).

Para Carlos Toni, a prorrogação dos prazos de concessão de incentivos fiscais aos grandes empreendimentos, como um atrativo eficiente de recursos ao Pará e para Belo Monte sair do papel, é uma verdade certa, não restando dúvidas quanto à estratégia bem sucedida adotada pelo governo federal. Para o diretor da Confederação, a aprovação da mudança “vai” atrair novas empresas. O verbo “vai”, no futuro do infinitivo, confirma ao leitor a certeza

quanto aos objetivos de se obter novos investimentos para o estado, bem como a crença absoluta de que eles ocorrerão.

5.3.2 - Audiências Públicas sobre Belo Monte

Dos textos jornalísticos de O Liberal e Diário do Pará sobre a realização de quatro audiências públicas para debater o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ocorridas em setembro de 2009, o primeiro periódico publicou 12 que abordam a subtemática enquanto que seu concorrente sete. Das 19 reportagens, notícias factuais e entrevistas serão analisadas sete para exemplificação. Mesmo não sendo números tão expressivos como os da subtemática anterior, o assunto é importante por representar a suposta participação das populações a serem atingidas pelas atividades do empreendimento energético nas discussões a respeito da Hidrelétrica.

Na observação das matérias selecionadas, constata-se o destaque às declarações de lideranças de ONGs, de movimentos sociais e, principalmente, de representantes da área Jurídica, incluindo profissionais do Poder Judiciário e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por meio de declarações em entrevistas, fotografias, títulos de reportagens e notícias que sempre priorizam os pontos de vista das fontes citadas. Não raro estão presentes discursos que remetem à ideologia socioambientalista. São visíveis formações ideológicas nas quais se percebem sentidos favoráveis à defesa de direitos sociais dos chamados povos da floresta e a conservação dos recursos naturais para a viabilização do desenvolvimento sustentável em meio às constantes ameaças de destruição ambiental dos espaços onde se instalam projetos econômicos desenvolvimentistas.

Enquanto se valoriza o depoimento de lideranças políticas e de representantes do Ministério Público Federal, principal aliado dos socioambientalistas na batalha estabelecida contra o empreendimento hidrelétrico. Ribeirinhos e indígenas sem engajamento político residentes nos municípios a serem influenciados pelas obras da Usina continuam praticamente excluídos ou inferiorizados no discurso jornalístico. A invisibilidade dos povos da floresta apresenta-se como uma característica constante, mesmo nos textos que retratam as audiências públicas sobre a validade do projeto.

Tabela 6 – Comparativo dos textos analisados entre O Liberal e Diário do Pará - Audiências Públicas sobre Belo Monte

Jornal O Liberal	Diário do Pará
Total: 12	Total: 7
Textos analisados: 4	Textos analisados: 3
Disposição de página: pares (2) ímpares (2)	Disposição de página: pares (1) ímpares (2)
Com foto: 3	Com foto: 1
Gênero jornalístico: reportagem (3), notícia factual (1) e entrevista (0)	Gênero jornalístico: reportagem (1), notícia factual (2) e entrevista (0)
Autoria: agências (0), correspondente (0) e redação do jornal (4)	Autoria: agências (0), correspondente (2) e Redação do jornal (1)

O Liberal

Na notícia “Bispo do Xingu pede audiência sobre usina”, publicada por O Liberal, em 23/10/2009, o bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Kraütler, uma das lideranças religiosas fortemente envolvidas na luta pelo impedimento da construção da Usina, assume posição de comando na representação dos interesses dos populares da região do Xingu ao explicitar o desejo de que autoridades do governo federal “visitem” e “conversem pessoalmente” com os moradores dos municípios sob a influência do projeto hidrelétrico.

Sendo líder católico, Kraütler detém prestígio social e, desta forma, suas declarações possuem valor e importância para o discurso jornalístico ao se considerar a influência política e o reconhecimento institucional da Igreja Católica no Pará. Tal influência nas relações sociais estabelecidas no referido estado já havia se manifestado de modo relevante na época do Movimento da Cabanagem (1835-1840), com a proeminência da atuação do cônego Batista Campos na articulação política dos revolucionários cabanos no interior paraense contra a hegemonia portuguesa no Pará e da região Sudeste do Brasil (DI PAOLO, 1996). O jornal coloca o religioso como agente principal da notícia, o que está explícito tanto na manchete citada anteriormente como no texto noticioso.

Na sequência discursiva abaixo, o verbo “quer”, em destaque, revela a autoridade com a qual Kraütler apresenta-se no texto jornalístico de O Liberal. O que poderia ser interpretado como um apelo de um religioso preocupado com o futuro de uma população aparece como uma ordem ou um desejo a ser cumprido.

O bispo da prelazia do Xingu, dom Erwin Kräutler, quer que o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Humanos Naturais Renováveis (Ibama), Roberto Messias Franco, visite e converse pessoalmente com as comunidades que serão atingidas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte (BISPO..., 2009, p.6).

Ainda na mesma notícia, em outra sequência, a partir da transcrição do depoimento do bispo pelo jornal O Liberal, a manifestação de uma reconhecida legitimidade pelo próprio Kräutler transparece com a presença do verbo “tenho” e do adjetivo “absoluta”, os quais confirmariam que o sacerdote dispõe de autoridade para falar sobre o projeto (“Mas tenho absoluta certeza de que na dimensão socioambiental [...]”)¹⁰². No mesmo trecho extraído da notícia, o leitor, familiarizado com o discurso socioambientalista, pode detectar a presença de elementos relacionados à ideologia socioambiental, justificada pela contraposição entre o desenvolvimento (“máquinas”, “diques”, “paredões de cimento” e “canais de derivação”) e a valorização do elemento humano (“pessoas humanas de carne e osso”, “de mulheres e homens, crianças e adultos e idosos”). O verbo “desabafar” demonstra uma provável insatisfação sentida pelo religioso com o desequilíbrio da “luta” entre os favoráveis e os opositores do projeto.

“Mas tenho absoluta certeza de que na dimensão socioambiental os estudos elaborados deixam muito a desejar e carecem de um maior aprofundamento, pois não se trata de máquinas e diques, de paredões de cimento e canais de derivação, mas de pessoas humanas de carne e osso, de mulheres e homens, crianças e adultos e idosos, que sofrerão os impactos”, desabafa (BISPO..., 2009, p.6).

Em outro trecho da notícia se visualiza, mais uma vez, a legitimidade do sacerdote, investido de autoridade popular que incorpora a função de defensor dos interesses dos povos da floresta da região Xingu. Kräutler afirma estar “totalmente convicto” a respeito da não participação dos populares nas audiências para se debater as implicações de Belo Monte. É perceptível a eloquência que relembra os discursos socioambientalistas (interdiscursividade) já proferidos sobre a Amazônia.

Estou totalmente convicto de que a população do Xingu não esteve nestas quatro audiências nem teve a oportunidade suficiente para avaliar o projeto no que concerne às suas consequências irreversíveis. (A população) nem teve espaço necessário para manifestar seu ponto de vista”, comentou o bispo (BISPO..., 2009, p.6).

¹⁰² BISPO..., 2009, p.6.

O jornal, no entanto, relega à notícia uma posição sem muito destaque na página seis do caderno Atualidades, por estar localizada na zona morta¹⁰³ da mancha gráfica¹⁰⁴, ou seja, na parte superior do canto direito da página.

Figura 19 – Página 6, caderno Atualidades, O Liberal, edição de 23/10/2009.



Em outra sequência do texto jornalístico, a publicação destaca o discurso socioambientalista com palavras como “meio ambiente”, “destruição” e “aniquilamento” relacionadas à natureza. Em um discurso cuja marca é a emotividade, o bispo vincula a existência dos povos do Xingu à conservação do meio ambiente, ou seja, à natureza da região, a qual já estaria sendo transformada de forma inevitável. Os idealizadores do empreendimento

¹⁰³ Conforme a análise de Rafael Souza Silva (1995), a grafia ocidental define a leitura de impressos da esquerda para a direita e em sentido horizontal. O autor classifica em cinco as áreas de visualização em uma mancha gráfica: principal ou primária; secundária; morta; centro óptico; e centro geométrico. As áreas ou zonas mortas de visualização se localizam de forma oposta às áreas principal e secundária, estando situadas nos espaços da parte superior direita e inferior esquerda, segundo a visualização do leitor.

¹⁰⁴ A mancha gráfica refere-se ao espaço delimitado de impressão em uma página de uma publicação impressa.

hidrelétrico seriam os responsáveis pelas “inescrupulosas investidas” contra o Xingu, que se transformaria em um “deserto”, cujo significado original consiste em “algo abandonado” (CUNHA, 2007, p.253). Abaixo se nota a valorização dos elementos naturais do espaço físico da região Xingu, de acordo com as formações discursivas/ideológicas que constituem o discurso socioambientalista.

Trata-se do meio ambiente, o lar que Deus criou para estes povos, que já começou a sucumbir fatalmente às inescrupulosas investidas de destruição e aniquilamento, tornando-se inabitável e deserto como já estou vendo em outras regiões do Xingu”, complementa (BISPO..., 2009, p.6).

Quando ganham visibilidade nas notícias dos jornais O Liberal e Diário do Pará, os povos da floresta e suas lideranças geralmente são representados como adeptos da violência e com declarações marcadas pela eloquência e revolta. A afirmativa ganha consistência ao se considerar o exemplo da reportagem “Audiência pública acaba em tumulto”, publicada na página cinco do caderno Atualidades, de O Liberal, edição de 16/09/2009. Logo abaixo do texto, o intertítulo “EM BELÉM - Grupo contrário à construção de Belo Monte faz protesto e fica fora de encontro” enfatiza o perfil supostamente violento e não muito propício ao debate civilizado. A palavra “tumulto” associa os manifestantes contrários à Usina de Belo Monte à contenda, à confusão, à “gritaria”, a “empurrões” e a indivíduos não nomeados a serem contidos, “barrados”. O ativista “berra” como um animal em vez de “contestar”. Evidencia-se o perfil opositor dos manifestantes contra o governo Lula, que recebe críticas quanto à suposta ausência de populares do Xingu na audiência promovida em Belém (“Governo Lula, que papelão [...]”)¹⁰⁵.

Alguns membros do MST [Movimento dos Sem-terra] forçaram a passagem e soldados tentaram tomar uma das faixas carregadas pelo grupo da manifestação. Houve tumulto, gritaria e empurrões. “isso é uma manifestação pacífica”, berrou uma das lideranças do MST. Eles conseguiram chegar ao hall, mas lá foram barrados. [...] Isso é uma farsa. Como uma audiência pública não permite que a população participe”, gritava um homem. “Governo Lula, que papelão. Audiência pública sem a população”, entoaram os manifestantes (AUDIÊNCIA..., 2009, p. 5).

Quando um ativista de movimentos sociais participa da composição do discurso jornalístico de O Liberal de forma mais explícita, com a citação de seu nome, frequentemente se apresenta como uma fonte com alto grau de escolaridade e que provavelmente dispõe de relativo conhecimento sobre a construção da Usina Hidrelétrica. Tais fontes usualmente

¹⁰⁵ AUDIÊNCIA..., 2009, p. 5.

empregam expressões integrantes do discurso socioambientalista, como “impactos ambientais”, “efeitos” e “atingidas”, conforme será exemplificado mais adiante. A locução “impacto ambiental” sugere o sentido de ser “toda ação ou atividade natural ou antrópica, que produz alterações bruscas em todo o meio ambiente ou apenas em alguns componentes” (GLOSSÁRIO...,1997, p. 142), conduta extremamente combatida por aqueles que compartilham do ideal socioambientalista, entre os quais estão ONGs, institutos de pesquisa e universidades. Um dos parágrafos da reportagem, destacado a seguir, é iniciado com o substantivo “historiador”, evidenciando a profissão da fonte e seus prováveis conhecimentos históricos, sociais e econômicos sobre Belo Monte, o que legitimaria com maior credibilidade o discurso do próprio jornal.

Historiador, Guilherme Carvalho disse que a Eletronorte, uma das responsáveis pela implantação de Belo Monte, não tem credibilidade para garantir que os efeitos da implantação serão minimamente mitigados. “Não se sabe nem quanto vão gastar para amenizar os impactos ambientais e sociais nas áreas atingidas. O relatório e os estudos de impacto ambiental estão cheios de inconsistência no que diz respeito ao método e a coleta de dados. Fora que essas audiências estão sendo feitas sem ouvir de verdade a população [...], sem levar em consideração quem está nas áreas que vão ser inundadas”, reclamou Guilherme (AUDIÊNCIA..., 2009, p. 5).

Constatação semelhante se obtém na leitura da reportagem “MP quer anular audiências sobre usina”, da edição de 17/09/2009, de O Liberal, também no caderno Atualidades, página nove. As fontes predominantes no texto permanecem sendo autoridades do Poder Judiciário e integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com a reprodução do discurso socioambientalista de defesa dos direitos das populações ribeirinhas e tradicionais do Xingu. Ambas são instituições notadamente reconhecidas no Brasil por atuarem em questões referentes à fiscalização do cumprimento das leis do País. A posição ocupada pela fonte da OAB, no caso a advogada Mary Cohen, contribui para dotar o discurso do jornal de seriedade perante o público.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Pará, Mary Cohen, revelou que terá uma reunião, segunda-feira, 21, com pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA) responsáveis por uma pesquisa sobre os impactos da usina de Belo Monte no Pará. Para ela, as audiências questionadas pelo Ministério Público eram “pratos feitos”. Segundo a advogada, a OAB ainda decidirá que procedimentos adotará contras as audiências que ela considerada inválidas porque não permitiram amplo debate [...] (MP..., 2009, p.9).

O discurso da advogada reproduzido pelo jornal sustenta-se em argumentos técnicos para contestar a viabilidade do empreendimento energético, além de denunciar uma possível

recolonização do estado do Pará pela região Centro-Oeste do Brasil, quase sempre com a marca da eloquência e, muitas vezes, com o uso de termos jocosos (“...pratos feitos”, “É até gracioso...”). Mary Cohen utiliza a expressão “prato feito”, cujo sentido inicial remeteria à refeição previamente preparada em restaurantes aos seus clientes. Ao empregar essa locução, ela defende que representantes do governo federal compareceram às audiências sobre Belo Monte com os argumentos já prontos e com maior tempo para defendê-los, ao contrário dos demais participantes. Confirma-se o tom irônico da entrevistada na (re)construção do discurso socioambientalista pelo periódico com expressão “é até gracioso”, sublinhada na sequência discursiva a seguir.

“Não foi concedido aos que opõem, colocarem o que acham num mesmo espaço dados às empresas. Eles vieram só com o prato feito. É até gracioso porque dizem que a usina vai melhorar a qualidade de vida, mas vamos ser exportadores de energia bruta e a lei Kandir (da desoneração das exportações) diz que o ICMS desses produtos não é recolhido na saída. Mais uma vez o Pará ficará como colônia”, comentou (MP..., 2009, p.9).

Em um dos textos referentes à subtemática das audiências públicas, vê-se que, pelo menos em um deles, populares da região Xingu integram o discurso jornalístico de O Liberal. Em “Audiências públicas esclarecem pouco”, escrita pelo jornalista Thiago Barros, disposta na página quatro do caderno Poder da edição de 15/09/2009, o texto principal da reportagem inicia e também é finalizado com a história de vida do barqueiro Francisco Pessoa, do município de Altamira, um cidadão que pouco dispõe de oportunidade para manifestar seu pensamento a respeito da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

O barqueiro Francisco Pessoa aprendeu a navegar entre as pedras do rio Xingu, em Altamira, oeste do Pará, para sustentar a família. Trinta anos de sua vida foram dedicados ao ofício de evitar que voadeiras – um tipo de embarcação de alumínio – se chocassem com as paredes de um labirinto rochoso determinante para a dinâmica econômica e social da região. Ao apontar o local onde poderá ser construída a barragem da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a 45 quilômetros da sede do município, rio acima, ele admite estar diante de um obstáculo intransponível: não tem como lutar para evitar a construção do empreendimento, a não ser questionar por no máximo, três minutos – representantes da Eletronorte e Eletrobras nas audiências públicas para a discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da hidrelétrica. A última delas acontece hoje, em Belém, às 18 horas, no Centur (BARROS, 2009, p.4)

A natureza é também apresentada como parte integrante e fundamental na vida do barqueiro. O ritmo da narrativa jornalística conduz o leitor a imaginar o cenário natural que será destruído com a implementação da Hidrelétrica. O repórter expôs a fragilidade do

ribeirinho amazônico, integrante dos povos da floresta, frequentemente invisibilizado ou retratado de forma pejorativa nos produtos da grande mídia brasileira e internacional (DUTRA, 2009).

Francisco Pessoa esteve entre as pessoas que lotaram o ginásio poliesportivo de Altamira na audiência feita no município. Ele não foi ao microfone para relatar o temor de ser obrigado a sair de sua casa e não ter mais como trabalhar com a voadeira, mas dezenas de participantes, humildes moradores da cidade e agricultores, questionaram os representantes do governo. “Se esta obra sair, o que poderemos fazer? O rio vai secar, com certeza. Não temos a quem recorrer, além de esperar pelas promessas”, reforça o barqueiro, que mora no bairro de Aparecida, entre os igarapés Altamira e Ambé, área mais baixa do município e que será inundada pelo lago da hidrelétrica – 16 mil pessoas serão afetadas (BARROS, 2009, p.4).

Na mesma reportagem, ao mesmo tempo que concede espaço aos grupos opositores da Hidrelétrica adeptos à ideologia socioambientalista, o jornal acaba também por reduzir a credibilidade desses ao indicar a existência de interesses particulares de entidades populares que, em direção oposta, defendem a Hidrelétrica por serem apoiadas pelo governo federal, como a Federação Nacional dos Urbanitários, vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Vale ressaltar que boa parte das ONGs possui estreitas relações com partidos políticos no Brasil, entre os quais o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Ambos mantêm vínculos com o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), principal coletivo de entidades representativas¹⁰⁶ contrárias a Belo Monte. O PSOL e o PSTU são partidos de extrema esquerda, geralmente opositores do PT.

O discurso jornalístico da publicação também destaca, posteriormente, os atributos positivos da Hidrelétrica, ainda que a temática principal do texto seja a realização das audiências a respeito da construção da Usina. É possível visualizar o Outro - discurso desenvolvimentista - no Mesmo – o discurso socioambientalista. No subtexto da reportagem, intitulado “Movimentos sociais de Altamira querem maior participação na Capital”, no discurso transcrito de determinadas entidades populares, verifica-se a ocorrência do fenômeno da interdiscursividade, quando o discurso desenvolvimentista acaba sendo incorporado por quem poderia ser contrário à Belo Monte, no caso uma das entidades integrantes dos

¹⁰⁶ As relações do PSOL e o MVXPS podem ser confirmadas com a forte atuação de políticos filiados a esse partido em ações do coletivo de entidades. Uma delas foi a participação de Marinor Brito (ex-senadora/PSOL) e Edmilson Rodrigues (deputado estadual/PSOL) no Seminário Energia e Desenvolvimento: a luta contra as hidrelétricas na Amazônia, evento realizado na Universidade do Estado do Pará (Uepa), em Belém (PA), no dia 12/04/2011. Tanto o PSOL quanto o PSTU assinaram carta em defesa e solidariedade ao procurador da República Felício Pontes Júnior e ao Ministério Público Federal (MPF) do Pará, alvo de uma representação judicial iniciada pela Norte Energia S/A em 2011. Fontes: <<http://xingu-vivo.blogspot.com.br/>> e <<http://www.mutiraoamazonia.org.br/>>.

movimentos sociais. Tais indícios são constatados com a presença de elementos textuais, no trecho a seguir, que valorizam e apoiam a construção da Usina, bem como a futura promoção da “justiça social” após a geração de “emprego” nos municípios do Xingu. Isso já seria “tudo” o que a população ribeirinha necessitaria, na avaliação de Mauro Martinelli, da Federação Nacional dos Urbanitários.

Ao longo do depoimento de Martinelli, o jornal aponta as mudanças benéficas realizadas no projeto inicial da Usina que minimizariam os impactos socioambientais nas áreas de influência do complexo hidrelétrico. Seu depoimento é finalizado com uma frase apelativa e de cunho nacionalista, invocando-se o Brasil como país que precisa da energia a ser gerada por Belo Monte para se desenvolver.

Somos a favor de Belo Monte. Ela trará desenvolvimento, justiça social, emprego, tudo o que precisamos. Duas importantes mudanças foram feitas. Só uma hidrelétrica vai ser construída no Xingu e a área do reservatório foi reduzida. Isso vai diminuir os impactos”, defende o representante da Federação Nacional dos Urbanitários, Mauro Martinelli. “O Brasil precisa de Belo Monte” (BARROS, 2009, p.4).

Em mais outros dois trechos da reportagem, o diretor de Planejamento e Engenharia da Eletrobrás, Valter Luiz Cardeal, apresentado pelo jornalista responsável pela matéria como presidente da Eletrobrás, tem espaço garantido para enumerar os prováveis benefícios da execução do projeto da Usina. Exalta-se o potencial de geração, capaz de superar 14 empreendimentos juntos na produção de energia elétrica, bem como os elevados investimentos a serem feitos pelo governo federal e demais parceiros durante as obras. A oferta de empregos em larga escala e a relevância do projeto no cenário econômico nacional, por fazer parte do Programa Aceleração do Crescimento (PAC) e por ser “a futura terceira maior hidrelétrica do mundo” depois de construída, corroboram a ideia de que Belo Monte constitui-se como iniciativa viável e que realmente se mostra capaz de promover o desenvolvimento do País, mesmo que haja consequências negativas quanto ao ecossistema da região Xingu, incluindo seus 11 municípios. Belo Monte seria a “solução mais eficiente”. Nas duas sequências discursivas retiradas do subtexto, observa-se o discurso desenvolvimentista por meio de números vultosos expressos nas declarações do diretor de Planejamento e Engenharia da Eletrobrás como “11.233 megawatts”, “30 milhões de barris de petróleo”, “R\$ 30 bilhões” e “18 mil empregos diretos”.

Segundo o presidente da Eletrobras, Valter Luiz Cardeal, Belo Monte, em termos comparativos, é a solução mais eficiente para que um novo apagão não aconteça:

“Juntos, 14 empreendimentos de vários tipos de energia (hidrelétrica, térmica, nuclear) em desenvolvimento no Brasil vão gerar 10.570 megawatts. Belo Monte, sozinha, terá 11.233 megawatts de potência instalada. Será a terceira maior hidrelétrica do mundo. A usina vai produzir, por ano, energia equivalente à proporcionada por 30 milhões de barris de petróleo” (BARROS, 2009, p.4).

Empreendimento de destaque no Plano de Aceleração do Desenvolvimento (PAC) de Lula, Belo Monte, se sair do papel, vai ser ponto central do Sistema Integrado Nacional (SIN). O planejamento é que no período de cheia do Xingu (por seis meses) seja produzida energia para parte das regiões Norte e Nordeste e, sobretudo, Sudeste. No entanto, por quatro meses, no ápice da seca, a usina ficará inativa por conta do baixo nível do fio d'água. Estima-se que a construção deverá custar R\$ 30 bilhões. Em 10 anos, o projeto vai criar cerca de 18 mil empregos diretos (BARROS, 2009, p.4).

Diário do Pará

O jornal Diário do Pará publicou dois textos jornalísticos de perfil factual e uma reportagem sobre a subtemática das audiências públicas promovidas pelo governo federal (representado pela Eletrobrás e Ibama), para a discussão da viabilidade da construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. Em “Audiências Públicas começam amanhã”, no caderno Atualidades da edição de 09/09/2009, o Diário do Pará destacou as prováveis características pitorescas dos índios amazônicos, retratados como exóticos e tendentes à violência física. Nota-se que isso também ocorreu em O Liberal ao noticiar a respeito das audiências.

Originalmente escrita pela jornalista correspondente Luiza Mello, a notícia analisada como exemplo não ocupa posição privilegiada na página A6. Frisa-se que a página seis é par e, conforme os critérios de valorização da notícia, as páginas pares dispõem de menor visibilidade, comparadas às ímpares, durante o manuseio das publicações impressas.

Figura 20 – Página A6, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 09/09/2009.



O texto jornalístico “Audiências Públicas começam amanhã” localiza-se na parte inferior da página, o que reduz ainda mais a sua visibilidade, com tamanho reduzido se comparado com o texto principal da página A6, não apresentando qualquer registro fotográfico. Inicia-se a notícia mencionando que as audiências são uma oportunidade para as comunidades atingidas dizerem como “desejam ver revertidos os benefícios que a megausina pode trazer para o Pará” (MELLO, 2009a, p. A6). A presença da palavra “megausina” reforça o sentido da grandiosidade do Complexo de Belo Monte.

A Eletrobrás e o Ibama iniciam, amanhã, a série de quatro audiências públicas que serão realizadas no estado para discutir os impactos da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Esta será a última oportunidade que a população terá para dizer como deseja ver revertidos os benefícios que a megausina pode trazer para o Pará (MELLO, 2009a, p. A6).

A notícia prossegue com a avaliação do Ministério Público Federal no tocante ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e informa a participação, na primeira audiência realizada em Altamira (PA), de Glenn Switkers, da ONG Internacional Rivers, além do vice-prefeito de Altamira, Silvério Fernandes. Ao longo do texto noticioso não há declarações de populares da

região Xingu, que sediará o empreendimento. Prioriza-se o depoimento daqueles dotados de autoridade e conhecimento específico. Como já assinalado, tal característica mostra-se como uma constante, tanto no discurso do jornal Diário do Pará, quanto no discurso de O Liberal.

Na opinião do MPF Pará, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que está sendo analisado pela instituição, apresenta pontos que desagradam aos ambientalistas. Um dos especialistas que pretende contestar o projeto é Glenn Switkers. Ele promete estar presente às audiências públicas para colocar em pauta a sua tese de que a usina é inviável em decorrência do período de seca do Rio Xingu (MELLO, 2009a, p. A6).

[...] Também estarão presentes os que apóiam a construção da usina, como os prefeitos do Consórcio Belo Monte, formado pelas prefeituras dos 11 municípios da área de influência da futura hidrelétrica (MELLO, 2009a, p. A6).

Por fim, no mesmo texto jornalístico encontramos mais um exemplo de interdiscurso. O Diário do Pará cita episódios que remetem à suposta violência praticada pelos indígenas no passado e por lideranças de movimentos sociais envolvidas nas discussões sobre a viabilidade da Hidrelétrica. Uma delas trata da agressão cometida pela índia Kaiapó Tu-Ira contra o então engenheiro da Eletronorte, em 1989, José Antonio Muniz Lopes, na ocasião do I Encontro dos Povos Indígenas, ocorrido em fevereiro do mesmo ano, no município de Altamira. Muniz Lopes, graduado em Engenharia, é apresentado como vítima: “foi surpreendido” pela indígena, a qual, “com seu facão encostado no rosto do engenheiro”, mostrou que os índios da etnia Kaiapó eram contra a construção de Belo Monte. Expõe-se o ato da índia Tu-Ira para representar o espírito de revolta dos Kaiapós.

As últimas discussões sobre Belo Monte foram palco de grandes polêmicas. A primeira foi em 1989 e envolveu o então engenheiro da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes, que foi surpreendido pela índia Tuíra. Com seu facão encostado no rosto do engenheiro, a índia mostrou que os índios da etnia Kaiapó eram contra a construção de Belo Monte. Muniz Lopes é atualmente presidente da Eletrobrás e vem defendendo não só a construção de Belo Monte, mas também outras cinco usinas no território paraense (MELLO, 2009a, p. A6).

A publicação relata outro episódio no qual o engenheiro da Eletronorte, Paulo Fernando Rezende, também foi ferido por índios que participavam do II Encontro dos Povos Indígenas, evento transcorrido em Altamira, em maio de 2008.

Mais recentemente, um novo embate entre índios e técnicos da Eletrobrás colocou Belo Monte nas manchetes. Em maio de 2008, o engenheiro Paulo Fernando Rezende, foi ferido por índios que participavam do encontro “Xingu Vivo para Sempre”, em Altamira (MELLO, 2009a, p. A6).

Em contrapartida, o Diário destaca no subtópico “Síntese” o que se espera das audiências: “manifestações”, provavelmente de militantes socioambientalistas, a fim de se contestar a concretização do projeto. O periódico indica os possíveis caminhos a serem seguidos pelos que esperam impedir o início das atividades da Hidrelétrica, conforme pode ser visto no trecho extraído do texto jornalístico.

Figura 21 – Síntese da notícia “Audiências Públicas começam amanhã”, caderno Atualidades, p. A6, Diário do Pará, edição de 09/09/2009.



Na segunda notícia “MP promove audiência pública”, localizada na seção Pará, do caderno Atualidades, edição de 1º/12/2009 do Diário, não há tanto destaque sobre a realização de uma nova audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal, a instituição do Poder Judiciário mais engajada contra a construção da Usina de Belo Monte. O texto ocupa a parte inferior da página A9 e está localizado em seção específica para notícias regionais, sem o mesmo peso de uma informação publicada nas seções de Política ou Economia, que incorporam notícias de âmbito nacional.

Figura 22 – Página A9, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 1º/12/2009.



Também escrita pela jornalista Luiza Mello, a notícia tem caráter informativo e valoriza o depoimento único da instituição Ministério Público Federal (MPF) que assume o discurso socioambientalista, apoiado em dados técnicos obtidos por meio de pesquisas que priorizam a natureza e a preservação do ecossistema como indispensáveis para a manutenção da vida humana e seu futuro no planeta Terra (SANTILLI, 2005).

As declarações do MPF compõem o texto noticioso, o qual não oferece ao leitor o registro fotográfico do fato. Também não foi dado espaço para depoimentos de outras fontes. Como já mencionado sobre os dois jornais, o Diário do Pará prioriza agentes e instituições legalmente reconhecidas como importantes pelas funções que desempenham na sociedade e pela autoridade que inspiram no público leitor.

O Ministério Público Federal promove hoje a primeira audiência pública realizada pelo órgão para debater o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O evento será realizado no auditório da Procuradoria Geral da República, em Brasília, e promete ser um contraponto às audiências organizadas pelo Ibama e pela Eletrobrás, nas quais o Ministério Público Federal não teve assento para discutir as principais questões que envolvem o empreendimento, que é objeto de polêmica há mais de duas décadas (MELLO, 2009b, p. A9).

O Diário do Pará introduz o MPF em seu discurso jornalístico como defensor dos direitos dos “povos da floresta”, de modo semelhante ao seu concorrente na grande mídia paraense, O Liberal. No trecho abaixo, também é possível averiguar as marcas do discurso socioambientalista (interdiscurso), que ratificam o papel da instituição como defensora da ordem social e dos direitos humanos, em especial, daqueles que habitam a região Xingu (“[...] todos atingidos pelo projeto”)¹⁰⁷.

Entre as maiores preocupações do MPF está justamente a falta de audiências públicas com todos os atingidos pelo projeto: dos 11 municípios que serão diretamente impactados, apenas quatro sediaram audiências promovidas pelo Ibama. O tema é objeto de uma ação civil pública, uma das sete que tramitam no judiciário federal tratando de problemas com o empreendimento Belo Monte (MELLO, 2009b, p. A9).

Na sequência discursiva a seguir, a publicação, ao descrever os argumentos do MPF para a promoção de novas audiências públicas, realça o perfil socioambientalista do discurso, no qual também se constata a atenção concedida aos aspectos naturais, encarados como elementos integrantes da vida ribeirinha nos municípios da região Xingu. Na mesma notícia, “MP promove audiência pública”, a jornalista Luiza Mello salienta, como uma das prováveis consequências negativas com a construção da Hidrelétrica, a ocorrência de intensas “secas” em uma área de “100 quilômetros” do rio Xingu. A seca seria “total”, ou seja, supõe-se que não haveria chance de sobrevivência em uma área onde não existe água. Igualmente se usa um valor numérico grandioso, “100 quilômetros”, que acaba por impressionar o leitor, o qual pode apreender tanto o sentido da grandiosidade do próprio empreendimento como compreender os funestos impactos ambientais da Usina.

Para os representantes do Ministério Público, além da necessidade de mais debate, os empreendedores e o Ibama ainda não esclareceram nos Estudos de Impacto Ambiental, questões que consideram delicadas, tais como: a possibilidade das barragens previstas provocarem seca total em 100 quilômetros do rio Xingu, numa área onde vivem milhares de indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores (MELLO, 2009b, p. A9).

A notícia continua com o anúncio dos participantes da audiência, sem haver citações aspeadas ou declarações de outras fontes.

Além das autoridades governamentais e do próprio MPF, são esperados na audiência pública representantes das comunidades indígenas e ribeirinhas que vivem no raio de impacto da usina e cientistas que analisaram as consequências da obra e, desde o

¹⁰⁷ MELLO, 2009b, p. A9.

início do projeto discordaram do aproveitamento hidrelétrico do Xingu, nas proximidades da curva grande, em Altamira (MELLO, 2009b, p. A9).

Já a reportagem “Ação Judicial pode anular audiências já realizadas”, assinada pelo jornalista Carlos Mendes e publicada na parte superior da página A9 do caderno Atualidades, seção Pará, edição de 23/09/2009, traz uma fotografia. Embora sua extensão na mancha gráfica da página seja inferior comparada às publicadas por O Liberal sobre a mesma subtemática, a foto ocupa uma posição de relativa evidência. No primeiro plano de visualização, conduz-se o leitor diretamente à imagem de um integrante da tribo indígena que participava de uma entrevista coletiva sobre a audiência pública.

Figura 23 – Página A9, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 23/09/2009.



O indígena traz sobre a cabeça um cocar com penas coloridas, o que revela a proposta do repórter fotográfico e da própria edição do periódico em destacar o pitoresco e o extravagante das discussões em torno da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A legenda da mesma fotografia não informa quem são as pessoas expostas em primeiro plano, afirmando apenas que “representantes do MPF, MPE e OAB/PA criticaram a maneira com a qual o Ibama realizou as audiências” (MENDES, 2009, p. A9).

Na mesma reportagem, o discurso dos manifestantes é colocado em lugar secundário a partir da análise do subtexto “Abaixo-assinado e relatos engrossam pedido de anulação” visto que as declarações não fazem parte do corpo principal do texto jornalístico, sendo este último destinado à (re)produção do discurso de fontes relacionadas ao MPF, ao MPE e à OAB/PA. Praticamente não há depoimentos de moradores das áreas a serem afetadas pelas atividades do empreendimento no texto complementar da reportagem. O jornal publicou somente a declaração de uma servidora, a qual não é identificada por Carlos Mendes. O jornalista extraiu o depoimento da servidora presente no abaixo-assinado recebido pelo MPF que contesta a audiência pública do governo federal. A atividade de servidora pública sobressai-se em detrimento do nome da entrevistada, indicando uma provável importância da função exercida pela fonte anônima, merecendo citação aspeada pela publicação.

Nos dias que se seguiram ao episódio, o Ministério Público Federal recebeu um abaixo-assinado com mais de 150 assinaturas de pessoas que não conseguiram entrar na audiência, além de relatos de muitos professores universitários e pesquisadores que haviam levado turmas de alunos para acompanhar as audiências e foram impedidos de entrar. “Fui surpreendida por uma barreira de policiais militares, aparentemente integrantes da chamada Força Nacional, que afunilavam o espaço de ingresso das pessoas ao recinto e, no final, tive meu acesso bloqueado por um desses policiais que, de pronto, me informou que “somente autoridades e pessoas autorizadas” poderiam ingressar naquele auditório”, registra, em um dos relatos, uma servidora pública (MENDES, 2009, p. A9).

O jornal fez apenas uma citação dos índios Tembé, os quais integram o grupo populacional atingido pelos impactos ambientais de Belo Monte. Mesmo com a transcrição da declaração de indígenas da tribo Tembé, não são também identificadas as fontes, atribuindo a citação aspeada ao abaixo-assinado recebido pelo MPF.

Representantes dos índios Tembé, por ocasião da entrevista, manifestaram suas críticas, afirmando que foram barrados na entrada do Centur e constrangidos em seus costumes e tradições. “Trataram nossos adereços tradicionais como armas perigosas”, diz o documento (MENDES, 2009, p. A9).

O mesmo tratamento generalista, sem revelar nomes de entrevistados, concede-se aos residentes nas comunidades de influência da futura Hidrelétrica. Utiliza-se o substantivo “moradores”, no plural, sem nominar diretamente um representante da região. Usa-se também a expressão popular “engrossar o coro” para (re)constituir o discurso dos moradores do Xingu de forma indireta, como se verifica na sequência discursiva logo abaixo.

Os moradores de comunidades que serão diretamente atingidos pela hidrelétrica engrossaram o coro dos descontentes com as audiências. Eles dizem que o Ibama concentrou os eventos nas cidades-sede dos municípios, ignorando as grandes distâncias e dificuldades de transporte típicas dessa região da Amazônia (MENDES, 2009, p. A9).

O pronome “eles” refere-se a “moradores” os quais, como já mencionado, permanecem sem nome e sem declarações materializadas no discurso do Diário do Pará.

5.3.3 - Mobilização dos grupos contrários à hidrelétrica

A organização de entidades não governamentais, sindicatos, partidos políticos e demais grupos opositores à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte obteve uma visibilidade relativamente considerável nos jornais O Liberal e Diário do Pará. Das reportagens, notícias factuais e entrevistas observadas para a realização da pesquisa, os periódicos produziram 55 textos jornalísticos a respeito da subtemática, considerada a segunda mais importante retratada sobre o reinício da polêmica de Belo Monte no período de 1º /05/2009 a 30/09/2010.

Todavia, ressalva-se que esta visibilidade não se manifesta de forma semelhante ao tratamento concedido às fontes governamentais e a seus aliados. Nos textos analisados dedicados à subtemática, sendo três de O Liberal e três do Diário do Pará, os dois principais jornais paraenses fazem uso de estratégias discursivas capazes de salientar o pitoresco, a espetacularização e a emotividade dos grupos engajados em impedir a construção da Hidrelétrica. Mesmo que se veja a valorização do discurso socioambientalista pelo espaço concedido nos dois noticiários. Percebe-se também que, mais uma vez, os povos da floresta, no caso os moradores das áreas a sofrerem influências das obras da Usina e que não possuem engajamento político, permanecem em lugar não tão perceptível no discurso jornalístico de O Liberal e do Diário do Pará. O que não ocorre com ativistas políticos e artistas envolvidos nas mobilizações contra Belo Monte.

Tabela 7 – Comparativo dos textos analisados de O Liberal e Diário do Pará
Mobilização dos grupos contrários à hidrelétrica

Jornal O Liberal	Diário do Pará
Total: 26	Total: 29
Textos analisados: 3	Textos analisados: 3
Disposição de página: pares (2) ímpares (1)	Disposição de página: pares (1) ímpares (2)
Com foto: 3	Com foto: 3
Gênero jornalístico: reportagem (2), notícia factual (0) e entrevista (1)	Gênero jornalístico: reportagem (2), notícia factual (1) e entrevista (0)
Autoria: agências (1), correspondente (1) redação do jornal (1)	Autoria: agências (1), correspondente (1) redação do jornal (1)

O Liberal

Com a reportagem “Protestos contra usina por todos lados”, publicada em 21/04/2010 no caderno Poder, o jornal O Liberal concedeu uma página inteira ao protesto realizado em sete capitais pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A reportagem é acompanhada por duas fotos, mas localiza-se em uma página neutra por ser par (página dois), não tendo a mesma visibilidade se estivesse em uma página ímpar. Nesta reportagem é possível verificar que as declarações são somente de representantes de entidades que se intitulam defensoras dos direitos humanos e dos povos da floresta. Não há qualquer declaração de populares residentes nos municípios que não ocupam cargos ou funções representativas.

O título da reportagem “Protestos contra usina por todos lados”, escrita originalmente pela agência O Globo, pode ocasionar o sentido de ligeira ironia por parte dessa empresa jornalística, cujo discurso é incorporado pelo jornal O Liberal, direcionada à atuação das ONGs socioambientalistas, movimentos sociais e etnias indígenas. É também capaz de evidenciar a intenção do periódico paraense em querer cativar a atenção do leitor ao dizer que protestos, conforme costumam ocorrer – com muitas pessoas empunhando cartazes e bandeiras, discursos em voz alta e muito barulho – estariam se sucedendo em diversos lugares. Cria-se, assim, um clima de expectativa em torno do título e as possíveis consequências das manifestações dos socioambientalistas. O discurso em tom jocoso prossegue no intertítulo “BELO MONTE – Manifestações explodem em Belém, Brasília e até na Transamazônica”. O último adjunto adverbial, composto com a preposição “até” – conota

uma suposta surpresa, capaz de ser compreendida pela abrangência das manifestações. O verbo “explodem” indica a ação enérgica dos movimentos sociais e ambientalistas como reação violenta à construção de Belo Monte.

O pitoresco está também presente ao longo do texto da reportagem, acompanhada de dois registros fotográficos. O primeiro é uma fotografia de um militante do Greenpeace segurando uma faixa com dizeres de protesto contra a Hidrelétrica sobre um monte de esterco de vaca depositado em frente à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em Brasília (DF). Na mesma cena, há ainda um cartaz com os dizeres: “Belo Monte de merda”, também repetido no texto principal da reportagem. A foto ocupa quatro colunas das seis disponíveis na página. A publicação chama atenção para o bizarro na mobilização dos antagonistas da Hidrelétrica.

O movimento começou no início do dia, quando um caminhão despejou três toneladas de esterco de vaca na frente da agência, a mando do Greenpeace, que fincou placas no material com dizeres, como “Belo Monte de merda”. [...] Os manifestantes portavam várias bandeiras com frases como, “Os povos indígenas não aceitam Belo Monte” e “BNDES que desenvolvimento é esse?” em referência ao financiamento pesado ao empreendimento (PROTESTOS..., 2010, p.2).

Figura 24 – Página 2, caderno Poder, O Liberal, edição de 21/04/2010.



No segundo registro fotográfico, o jornal mostra os manifestantes do protesto realizado em frente à sede da Eletronorte, uma das empresas parceiras da Usina de Belo Monte, em Belém. Na fotografia, os integrantes do Movimento dos Sem-Terra exibem facões, terçados e bandeiras vermelhas de modo posado, sem haver a espontaneidade do registro fotojornalístico. Alguns dos manifestantes seguram os instrumentos de trabalho do roçado esboçando leves sorrisos, provavelmente ocasionados por uma solicitação de um fotógrafo ou ativista, a fim de que se organizassem para o *click*.

Figura 25 - Fotografia da reportagem “Protestos contra usina por todos os lados”, caderno Poder, p.2, O Liberal, edição de 21/04/2010.



Manifestantes fizeram passeata do terminal de ônibus da **UFPA** até a sede da Eletronorte

Ao longo do texto, o protesto socioambientalista é descrito como se fosse um espetáculo, focalizando os atos dos ativistas marcados pela exaltação. Os manifestantes “arrebentam portões para serem ouvidos” e desqualificam, na reprodução de suas declarações pelo jornal, o discurso do governo federal a respeito da viabilidade do empreendimento, afirmando que os benefícios do projeto são “insignificantes” comparados aos “danos ambientais irreparáveis”.

Logo cedo os manifestantes arrebentaram os portões da Eletronorte, localizada na avenida Perimetral para serem ouvidos pela direção da empresa. E escreveram no muro da sede a frase: “Não a Belo Monte”. A ideia, segundo Ulisses Manaças, representante do MST, é mostrar às autoridades que os benefícios da hidrelétrica serão insignificantes perto dos danos ambientais irreparáveis que a região do Xingu vai sofrer. “Queremos um novo modelo energético para o País, porque vão destruir o meio ambiente desta forma. O que acontece em Belo Monte só vai servir para o grande capital”, explicou (PROTESTOS..., 2010, p.2).

No trecho seguinte, pertencente à reportagem intitulada “Licença de Belo Monte é alvo de Batalha”, da edição de 09/05/2010 de O Liberal, página dez do caderno Atualidades,

escrita pelo jornalista Felipe Sanches, são destacadas as consequências ambientais e sociais negativas das atividades de Belo Monte no rio Xingu. Os impactos causados à região homônima anunciados por O Liberal se fundamentam em afirmações de “especialistas” (inicialmente não nomeados). Esses agentes sociais seriam conhecedores das prováveis implicações sociais e ambientais da Hidrelétrica em sua área de influência.

Os especialistas afirmam, por exemplo, que o EIA Belo Monte ignora a dimensão real dos impactos causados aos habitantes da região e ao ecossistema da bacia do rio Xingu. As populações tradicionais de áreas externas às de onde a estrutura física da hidrelétrica vai ser instalada, estariam totalmente negligenciadas pelo projeto. O EIA deixa de fora, por exemplo, comunidades que vivem na chamada Volta Grande do Xingu, trecho cuja vazão será reduzida drasticamente durante o ano todo, a níveis permanentes de verão (SANCHES, 2010, p.10).

O retorno das discussões sobre a Usina Hidrelétrica é colocado pelo jornalista Felipe Sanches como uma “novela”¹⁰⁸, semelhante a uma estória que nunca chega ao fim, repleta de conflitos no transcorrer da ficção e que desde meados de 2009 volta a se repetir nas páginas dos jornais paraenses. O uso da palavra “novela” apresenta-se como um indício de relativa ironia por parte do jornalista quanto à polêmica em torno de Belo Monte. Esta reportagem concede destaque às vozes contrárias ao projeto, ocupando a extensão de meia página do principal caderno da publicação. No entanto, ganham "voz" no jornal, mais uma vez, as fontes "autorizadas", no caso, cientistas de importantes universidades brasileiras, entre as quais a Universidade de São Paulo (USP). Ainda que a reportagem tenha uma foto de um ribeirão, ele é não identificado pelo nome e acaba por perder espaço para a paisagem natural ao fundo.

Engenheiro eletricista e mestre em Energia pela Universidade de São Paulo (USP), Francisco del Moral Hernandez faz uma forte crítica ao projeto da Usina, “um equívoco que deve ser abandonado”, ou seja, deixado de lado definitivamente. Para dar à declaração um tom de provocação em relação ao governo federal, a fala do pesquisador é seguida pelo verbo “espeta”. Esse mesmo tom também delinea as formações discursivas/ideológicas do discurso socioambientalista.

“Belo Monte é um equívoco e deve ser abandonado”, espeta Francisco del Moral Hernandez, engenheiro eletricista e mestre em energia pela Universidade de São Paulo (USP). “O Ibama não tem a obrigação de apressar suas análises para oferecer a licença prévia a tempo de atender o próximo leilão de energia. Estaria incorrendo

¹⁰⁸ A novela pode ser compreendida como uma “narração, usualmente curta, ordenada e completa, de fatos humanos fictícios, mas, em regra, verossímeis” (FERREIRA, 2010, p. 335). O mesmo autor também define o termo como “Litígio, problema, etc. que não se resolve, que se arrasta” (FERREIRA, 2010, p. 335), sentido mais de acordo com o registrado na reportagem analisada.

em um problema ético seríssimo. Seu papel é avaliar as consequências socioambientais desse projeto que, no nosso entendimento, é antigo, remendado e deve ser abandonado, diz Fernandez (SANCHES, 2010, p.10).

Justifica-se a atenção concedida às declarações em razão do perfil dos enunciadores diretos do texto, sujeitos dotados de conhecimento científico que reforçam o caráter de seriedade do jornal, além de legitimarem o discurso jornalístico, também baseado na relativa diversificação das fontes. No trecho abaixo, O Liberal continua a reprodução do depoimento do pesquisador, que contesta o projeto da Hidrelétrica com o uso de termos científicos como “o conjunto de nossas análises”. O depoimento é também marcado pela ênfase nos aspectos negativos do projeto de geração de energia, ratificada com o adjetivo “tamanhas”, com o advérbio de intensidade “tão” e o advérbio de modo “irremediavelmente”.

O EIA apresenta tamanhas falhas e apresenta uma construção argumentativa tão favorável ao empreendimento que, no mínimo, deveria ser refeito ou reeditado. Reconhecemos que boas equipes participaram dos estudos, mas as conclusões são no sentido de caracterizar Belo Monte como ambientalmente justificável. O conjunto de nossas análises diz exatamente o contrário. Não queremos ter uma segunda Balbina e nos arrependemos irremediavelmente (SANCHES, 2010, p.10).

O discurso socioambientalista, representado em O Liberal, ganha mais força com entrevistas de militantes vinculados a entidades atuantes em causas ambientalistas como o Greenpeace. Em entrevista exclusiva e praticamente de uma página que ganhou manchete de capa, escrita pelo correspondente Thiago Vilarins, de O Liberal, na edição de 13/06/2010, o representante do Greenpeace, Ricardo Baitelo, ratifica o discurso fundamentado na ideologia socioambientalista ao ser questionado a respeito da conduta da ONG quanto à construção de hidrelétricas na Amazônia. Localizada na página cinco, trazendo uma fotografia de Baitelo em destaque, a entrevista oferece reproduções do discurso do ativista, marcado por expressões corriqueiras ou mesmo consideradas “chavões” como “precisamos manter a floresta”, “reduzir o mais rápido possível o desmatamento” e “de forma sustentável”, as quais aludem às práticas de desenvolvimento sustentável, presentes no discurso socioambientalista.

A gente acredita que o grande problema da Amazônica é a questão da fragilidade da região. Nós precisamos manter a floresta e reduzir o mais rápido possível o desmatamento para evitar o crescimento das emissões nacionais. [...] A proposta do Greenpeace não é interromper o aumento da geração hidrelétrica, mas ser um pouco mais eficiente no que nós temos e tentar fazer esse aproveitamento em outras regiões de forma sustentável (VILARINS, 2010b, p.5).

Conforme o trecho destacado anteriormente, o jornal apresenta os motivos de o Greenpeace tentar impedir a construção de Belo Monte. A proposta da ONG canadense não

seria “interromper o fornecimento de energia” e reduzir o ritmo de crescimento econômico experimentado pelo Brasil na primeira década do século XXI, como especulam os defensores da hipótese de uma possível internacionalização da Amazônia via organizações estrangeiras. Em uma estratégia velada de oposição a essa hipótese, a declaração de Baitelo sustenta a ideia de ser necessário “o aproveitamento em outras regiões de forma sustentável”. Entre essas “outras regiões” inclui-se a região Xingu.

Diário do Pará

Escrita pela jornalista Luiza Mello e publicada no dia 13/04/2010, na parte superior da página A11 do caderno Pará, a reportagem “James Cameron luta contra Belo Monte” trata sobre a participação do cineasta canadense James Cameron nos protestos ocorridos em abril de 2010 contra a concessão de diversas licenças ambientais pelo Ibama e a formação do consórcio das empresas responsáveis pela execução do projeto hidrelétrico. O cineasta de Hollywood aparece em uma foto central na matéria. O título da reportagem ratifica a valorização de Cameron como herói. É “James Cameron quem luta” contra Belo Monte.

Figura 26 – Página A11, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 13/04/2010.



A participação do canadense nos protestos ressalta a estratégia dos manifestantes em utilizar a imagem de James Cameron para atrair adeptos à luta contra o início das obras da Hidrelétrica. A exposição da imagem do cineasta também aparenta ser uma estratégia do próprio jornal em conquistar o público com a divulgação da participação inusitada de um estrangeiro famoso nos debates e manifestações a respeito de um assunto polêmico da região amazônica. O destaque concedido a Cameron ratifica-se com o subtítulo logo abaixo - “Cineasta diz que usina é um desastre ambiental e desafia Lula a lutar por um novo paradigma de desenvolvimento sustentável” (MELLO, 2010b, p. A11). Esse subtítulo expõe a suposta ousadia do canadense em desafiar o poder de comando do então presidente Lula no Brasil. Os depoimentos feitos pelo cineasta estrangeiro, pelo “olhar de fora” das terras brasileiras e amazônicas, obtêm grande valorização na reportagem, graças ao prestígio de Cameron diante do público brasileiro e internacional. James Cameron tem em seu currículo a direção e a produção de filmes líderes de bilheteria (como, por exemplo, o filme Avatar), o que é enfatizado também pelo Diário do Pará no texto jornalístico.

No mesmo trecho, apresentado a seguir, já se pode perceber o discurso socioambientalista, com o apelo à causa preservacionista, “uma luta pessoal para ele” [James].

O movimento ganhou peso internacional com a participação do diretor do premiado “Avatar”, o canadense James Cameron. Ele pediu ao presidente Lula que cancele o processo de licitação da usina, segundo ele “um desastre ambiental”. Para o cineasta, que além de “Avatar”, que foi recorde de bilheteria, produziu também “Titanic” e “O Exterminador do Futuro”, a construção de Belo Monte repete o enredo do filme: a briga entre o desenvolvimento e a preservação. James Cameron contou aos manifestantes que esteve com os índios da localidade de Volta Grande, que será atingida pela construção de Belo Monte. O cineasta disse que os protestos contra a usina se tornarão uma luta pessoal para ele (MELLO, 2010b, p. A11)

O jornal continua a transcrição do discurso de Cameron, o qual também passa a compor o discurso da publicação diária. Nota-se, mais uma vez, o permanente apelo emotivo, (re)criado pelo jornal, feito originalmente pelo cineasta, que se apresenta como disposto a atender o pedido de ajuda dos indígenas, estes supostamente indefesos e incapazes de se autoproteger dos ataques desenvolvimentistas do governo federal. A missão de Cameron consiste em ajudar “a encontrar soluções socialmente responsáveis” para “problemas locais”. Na sequência a seguir, implicitamente o diretor de cinema apresenta em seu discurso uma das características marcantes do socioambientalismo: a contraposição ao nacionalismo. Para Cameron, “está tudo conectado” e “estamos todos no mesmo planeta”. Desta forma, nem

mesmo fronteiras políticas seriam capazes de impedir a inter-relação entre Brasil e os demais países, sendo a preservação da região Xingu um assunto de interesse global.

Vocês podem perguntar o que estou fazendo aqui, mas se assistirem a meu filme vocês saberão qual é meu sentimento sobre isso”, disse. Segundo o cineasta, os índios pediram sua ajuda e ele aceitou. “Não posso ignorar. Os países devem ajudar a encontrar soluções socialmente responsáveis para resolver os problemas locais. Está tudo conectado, estamos todos no mesmo planeta. Os ventos, as correntes marítimas e a atmosfera não respeitam as fronteiras dos países””, argumentou (MELLO, 2010b, p.A11).

Os índios, que estão entre aqueles a sofrerem com os supostos impactos ambientais em virtude da construção da Hidrelétrica, são representados por Sheila Juruna, citada na reportagem como “líder indígena”. Sheila é quem tem a oportunidade de discursar porque seria reconhecida como liderança dos povos indígenas, ainda que represente somente uma das doze tribos residentes na área de influência das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no caso, a tribo dos Juruna. Os indígenas são retratados pelo jornal como eloquentes, emocionados e exaltados. Sempre utilizam expressões verbais que defendem a preservação da natureza da região Xingu, também presente nos discursos reproduzidos pelas lideranças dos movimentos sociais e de ONGs internacionais.

Para Sheila, “o rio Xingu é nossa casa, é nossa vida”, o que reforça a essencialidade do meio ambiente natural. A água do rio “é como o sangue que corre” nas “veias”. Nesse texto, marcado pela interdiscursividade por apresentar formações ideológicas do discurso socioambientalista, o sangue evoca o sentido de vida, de ânimo, demonstrando a relevância do rio, um elemento da natureza, para o viver dos povos da floresta no Xingu. No embate discursivo, a indígena “se emocionou” e “acusou”. Esses dois últimos verbos apontam a emotividade que constitui o discurso socioambiental. Ela refere-se ao presidente Lula com expressões como “grande vilão” e “grande falso”. O adjetivo “falso” tem suas origens no verbo em latim *fallere*, cujo sentido primeiro remete a “enganar, faltar com a verdade” (VIARO, 2004, p.172). Lula seria o agente que engana a população quanto aos benefícios da implementação da Usina Hidrelétrica. Na mesma reportagem, não há espaço para declarações de populares que não sejam lideranças sindicais, religiosas ou de ONGs.

A líder indígena Sheyla Juruna se emocionou ao falar do rio Xingu e sua ligação com a vida da população ribeirinha “O rio Xingu é a nossa casa, é a nossa vida. Essa água para nós é como o sangue que corre em nossas veias”, lembrou. Sheyla acusou o presidente Lula de ser o “grande vilão” no processo de retomada dos estudos sobre Belo Monte. “Ele é o grande falso. Nós apoiamos esse governo e agora ele nos dá as costas”. Os indígenas temem que a liberação de Belo Monte

desencadeie uma série de novos projetos para a construção de hidrelétricas ao longo do rio Xingu. “Estamos como uma mãe que está lutando por seu filho, para que ele não morra. Entendemos que Belo Monte é só o começo. Se não reagirmos vão matar nosso rio em toda sua extensão”, acentuou (MELLO, 2010b, p. A11).

Uma das poucas reportagens em que populares residentes no Xingu têm espaço para a divulgação de seus discursos foi publicada no dia 08/02/2010, na seção Pará do caderno Atualidades, página A8. “Índios farão aldeia em área a ser alagada” ocupa um grande espaço na página impressa em policromia (praticamente a folha inteira). Apresenta a fotografia de uma moradora aparentemente sem vinculações político-partidárias ou filiação a entidades ligadas a movimentos socioambientais.

Figura 27 – Página A8, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 08/02/2010.



A personagem está no seu *habitat* natural, executando uma tarefa doméstica rotineira. Na ocasião do registro fotográfico, lavava roupas nas margens do rio Xingu. A cena tem ainda como integrantes a vegetação da região e a exuberância do rio. A natureza representa um componente da realidade da moradora, identificada como Francélia Costa. As declarações da

ribeirinha ganham destaque no texto principal da reportagem e como elemento gráfico proeminente. Semelhante relevância dispensada a moradores foi percebida no Diário do Pará em mais seis textos jornalísticos: “Eletrobras confirma: leilão de Belo Monte iniciará em maio” (14/02/2010), “Belo Monte volta a acirrar discussões” (07/02/2010), “Altamira dividida por Belo Monte” (08/09/2010), “Belo Monte: leilão na terça, sem consensos” (18/04/2010), “Dois consórcios devem disputar a usina” (19/04/2010) e “Caminho que carrega muitas riquezas” (11/02/2010). No entanto, basicamente por meio de fotografias, que frequentemente salientam as belezas naturais da Amazônia das quais faz parte o elemento humano.

Nos exemplos de sequências discursivas da mesma reportagem, outra liderança indígena, Luís Xipaia, “afirma”, sem deixar dúvidas na apresentação feita pela publicação, que seu povo vai “preparado para a guerra”.

“Eles não vem para dançar nem para falar para microfones. Vêm preparados para a guerra”, afirmou o líder indígena Luís Xipaia, que durante a semana passada coordenou a ocupação da sede da Funai em Altamira, em protesto contra a desarticulação da administração da Funai no município (MACHADO, 2010a, p.A8).

O Diário do Pará prossegue na exposição da revolta indígena, esta movida, segundo o jornal, por uma provável intolerância e desconhecimento dos procedimentos legais na reivindicação de direitos, o que reitera ainda mais o perfil estereotipado construído a respeito dos índios, vistos quase sempre como ignorantes. Eles não entenderiam questões relacionadas à justiça. Os índios “não vão mais” discutir Belo Monte. No texto, são também retratados como indiferentes aos atos do governo federal, pois isso “não os interessa”. Para defender os 11 municípios que compõem a região de Belo Monte, a única solução apontada na entrevista concedida por Xipaia é a manifestação de um modo diferente, o que sugere uma atitude mais ousada, logo explicada pelo jornalista Ismael Machado, que assina o texto jornalístico.

“A gente não entende bem essas questões de justiça. O que nós entendemos é que não vamos mais sentar na mesa para discutir Belo Monte. Para nós, tanto faz se o governo disse que liberou a licença prévia ou não, se vai ter leilão. Isso não nos interessa. A única solução para nós é nos manifestarmos de forma diferente”, afirmou Luís Xipaia. Essa forma diferente deve ser a ocupação da área que o ministro do Meio Ambiente Carlos Minc disse que era desabitada por indígenas. “Vamos mostrar a ele que tem índio lá”, afirmou Xipaia (MACHADO, 2010a, p. A8).

Ao longo da reportagem, os discursos (re)constituídos de populares do Xingu trazem a preocupação quanto ao futuro dos municípios sob a influência da Hidrelétrica. Preocupação

indicada com muita emotividade, com o apelo à religiosidade ("Ave Maria, se a gente sair daqui vai ser uma tristeza") e que materializa o modo popular de lutar pela permanência nas áreas a serem alagadas pelo empreendimento ("Não tenho vontade de sair daqui"). Mostra-se a fragilidade do povo e a natureza é mais uma vez exibida como parte elementar da vida dos indivíduos do Xingu, aos moldes da ideologia socioambientalista. Essa constatação confirma a presença da interdiscursividade nos textos jornalísticos do Diário do Pará.

O medo e a indefinição é maior ainda entre as famílias que moram em pequenas ajuntamentos às margens do rio Xingu. No Paratizão mora a família de Emerson Nascimento Pessoa. Ele nasceu ali, entre as pedras do rio e as plantações de cupuaçu. "Fui criado na beira do rio. Não tenho vontade de sair daqui", diz. Emerson tem 26 anos e três filhos pequenos que cria com a mulher Silmara Mendes Costa, a Caçulinha. "Ave Maria, se a gente sair daqui vai ser uma tristeza", diz ela. Os pais de Emerson, que moram logo ao lado, abandonaram a casa onde viviam, já desiludidos com o que pode vir a acontecer. "Eles quiseram sair antes pra não ter que ver isso aqui perdido", diz Emerson (MACHADO, 2010a, p. A8).

Os ribeirinhos sentem "muito medo de perder as coisas". Na sequência a seguir, empregam-se frases que remetem à simplicidade da comunidade do Xingu que se manifesta com relativa espontaneidade ("Esse pessoal pensa que prender um rio é como prender um boi. Não tem como segurar a água")¹⁰⁹. Ao mesmo tempo, o texto traz elementos reveladores das particularidades negativas do projeto da Usina Hidrelétrica, que seria capaz de transformar uma vasta área em uma "cuia".

"Esse pessoal pensa que prender um rio é como prender um boi. Não tem como segurar a água. Se prende num canto ela vai para outro". O raciocínio é simples mas direto, de Celso Albertino da Silva, morador da Transamazônica há 20 anos, resume o receio de grande parte dos que vivem sob a influência do rio Xingu. O travessão onde Celso vive e planta cacau e pimenta e cria gado, é uma área que, de acordo com o projeto, vai virar uma espécie de cuia, com as bordas- morros – sendo o único ponto não alagado. Isso porque são nesses travessões, em localidades como Paquiçamba, por exemplo, que o rio será desviado, formando imensos lagos. "Estamos com muito medo de perder as coisas todas", diz ele (MACHADO, 2010a, p. A8).

Em tom quase dramático, a ribeirinha Maria de Fátima declara o suposto desespero compartilhado por ela e demais moradores ao ter de sair do local onde nasceu. O projeto, conforme é indicado pela publicação por meio do depoimento da moradora, "vai acabar com a vida" da população da região. Junto com a revolta, há também a força da reação popular, como aparece na segunda sequência discursiva, com o depoimento da ribeirinha Francélia, a qual "afirma" a necessidade de permanência na comunidade onde reside, por ter nascido em

¹⁰⁹ MACHADO, 2010a, p. A8.

uma ilha e por ter se criado no beiradão do rio Xingu. Ela encerra a entrevista com um questionamento sobre as promessas feitas pelo governo federal de indenização ao atingidos por barragens. Fala-se na segurança dos habitantes das áreas atingidas, mas “em dinheiro”, o que interessaria à entrevistada, não. Esse interesse obtém força com a interrogação “Como é isso?”.

“Algumas famílias estão abandonando os locais onde sempre viveram. É por isso que eu acho que esse projeto vai acabar com a gente”, diz Maria de Fátima, 47 anos. Fátima foi criada ali, na beira do rio. Assim como ela, a filha Joelma também. “Eu nasci aqui”, diz ela. “Meus filhos também. E eu quero criar todos eles aqui mesmo”, afirma (MACHADO, 2010a, p. A8).

[...] Na localidade de Arroz Cru, mais acima no rio Xingu, Francélia Nogueira da Costa, 50 anos, é uma das intensas combatentes contra a usina. Francélia sempre viveu na roça. O marido pesca. “Eu nasci numa ilha e me criei no beiradão desse rio. Estou desanimada com essa história. Só falam que as pessoas vão ser asseguradas, mas não em dinheiro. Como é isso?” (MACHADO, 2010a, p. A8).

Em “Índios abandonam diálogo com governo”, veiculada no dia 15/08/2010 pelo Diário do Pará, o jornal retorna à representação negativa dos indígenas, reiteradamente expostos como indivíduos incapazes de dialogar com o governo federal. A notícia possui destaque considerável na página B9 de um dos principais cadernos do Diário do Pará (Brasil), impressa em policromia e posicionada na parte superior da página, ainda que em tamanho reduzido e em competição visual com um grande anúncio ocupando metade da mancha gráfica.

Figura 28 - Página B9, caderno Brasil, Diário do Pará, edição de 15/08/2010.



O título da notícia repete o sentido de inferioridade estereotipada dos povos indígenas, considerando a proposição do verbo “abandonar”, cuja significação original contida em dicionário implica o ato de “renunciar”, “desprezar”. Ao empregar o verbo “abandonam”, o jornal mostra os indígenas como indispostos de negociar com representantes do Executivo Federal possíveis compensações dos impactos ambientais a serem ocasionados pelo projeto de geração de energia elétrica.

O subtítulo “Indígenas ameaçam partir para a luta física para impedir que o governo federal construa a hidrelétrica” alicerça a ideia de uma suposta “luta corporal” a ser iniciada pelas comunidades indígenas em detrimento de negociações com o Poder Executivo. Os índios “ameaçam” em vez de “advertirem”. O verbo “ameaçam” direciona o leitor ao sentido de que os povos da floresta podem fazer “alguma coisa má” (FERREIRA, 2010, p.40) para “impedir” a construção da Usina, ainda que não se possa ter certeza da intencionalidade das tribos em realmente cometerem qualquer ato violento para inviabilizar a construção da Hidrelétrica.

Na sequência discursiva retirada da referida notícia, pode-se também perceber a exposição dos indígenas como incapazes de discutir a implementação do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte por meio da agressividade perceptível nas manifestações descritas pelo Diário do Pará, materializadas na declaração da líder indígena Sheyla Juruna. Para a liderança da tribo Juruna, o governo federal “mente” e como não existiria mais diálogo, a única alternativa dos índios para continuarem a sobreviver no Xingu “é partir para a luta física”. A liderança é citada como alguém capaz de planejar estratégias e colocá-las em prática para evitar a concretização do projeto hidrelétrico (“[...] de pensar direitinho como faremos”)¹¹⁰.

“O governo só mente. Não há mais diálogo e agora temos de partir para a luta física”, disse a liderança indígena Sheyla Juruna, de Altamira.

Juruna não quis falar que tipo de luta física, mas explicou que o “momento agora é de pensar direitinho como faremos para mostrar ao governo que estamos unidos cada vez mais e a única certeza é que somos contra a Belo Monte”. O cacique Raoni Metiktire Kayapó disse que índios e ribeirinhos e pequenos agricultores precisam se unir cada vez mais. “Nossos ancestrais moravam aqui nesta região e temos de lutar por nossos direitos e dos nossos futuros descendentes” (ÍNDIOS..., 2010, p.B9).

No texto jornalístico analisado não há informações suficientes sobre as razões para a tomada da medida radical declarada pela indígena Sheyla Juruna e pelo cacique Raoni

¹¹⁰ ÍNDIOS..., 2010, p. B9.

Metuktire Kayapó, ambos entrevistados pela Folha Press e Agência Estado. As declarações dadas pelos indígenas diluem-se com as demais informações referentes à usina de geração de energia. O grotesco no título e no depoimento da liderança Sheyla Juruna pode despertar a atenção do leitor mais que o conteúdo da própria notícia. Há também uma foto de uma hidrelétrica não nominada, empregada como ilustração que acompanha o mesmo texto. O mesmo registro fotográfico (na imagem da página B9 do jornal) vem com uma legenda relacionada às declarações do então presidente Luís Inácio Lula da Silva sobre a importância da construção de grandes hidrelétricas para o desenvolvimento do País.

Considerada a principal obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a usina será construída no Rio Xingu (PA) e vai inundar uma área de 516 quilômetros quadrados. A capacidade de geração é de 11.233 megawatts (ÍNDIOS...,2010, p. B9).

A notícia factual volta a apontar as características grandiosas da Usina, cuja “capacidade de geração é de 11.233 megawatts”, além de repetir o discurso proferido pelo presidente Lula sobre o valor econômico e social de Belo Monte para o Xingu e para o Brasil durante sua visita às obras da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Porto Velho (RO). Reconhece-se a reiteração dos laços entre o projeto de geração de energia elétrica e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e se enfatiza a capacidade de geração da Usina, com o número vultoso de “11.233 megawatts”. No mesmo trecho acima, é possível visualizar uma característica negativa do projeto, no caso, a inundação de “uma área de 516 quilômetros quadrados”.

5.3.4 - Defesa do empreendimento pelo governo federal e aliados

A argumentação realizada pelos defensores do projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte contra os agentes e instituições contrárias ao empreendimento também conquistou ampla repercussão no discurso jornalístico de O Liberal e Diário do Pará, sendo registrada a ocorrência de 41 textos a respeito desta subtemática, do total dos 247 publicados pelos periódicos, conforme a análise feita na classificação dos gêneros citados anteriormente. Desta forma, a subtemática pode ser considerada como uma das mais importantes sobre a polêmica da Usina de Belo Monte, junto com a mobilização dos antagonistas do projeto energético.

Assim como nos textos a respeito do leilão e a batalha judicial em torno do licenciamento ambiental das obras da Hidrelétrica, as matérias publicadas pelos dois periódicos paraenses priorizam as qualidades e os prováveis benefícios da Usina para a economia do estado do Pará e para o desenvolvimento do Brasil. Os textos também criticam os opositores à iniciativa do governo federal, apresentando visivelmente o perfil desenvolvimentista aos moldes dos discursos já proferidos em outras épocas sobre a Amazônia e a exploração de seus recursos naturais. Para exemplificar a interdiscursividade, foram selecionados sete textos, sendo quatro de O Liberal, o qual publicou 23 matérias com perfil de defesa da viabilidade de Belo Monte, e mais três do Diário do Pará, que elaborou 18 textos alinhados ao discurso do governo federal e parceiros.

Tabela 8 – Comparativo dos textos analisados de O Liberal e Diário do Pará
Defesa do empreendimento pelo governo federal e aliados

Jornal O Liberal	Diário do Pará
Total: 23	Total: 18
Textos analisados: 4	Textos analisados: 3
Disposição de página: pares (1) ímpares (3)	Disposição de página: pares (1) ímpares (2)
Com foto: 4	Com foto: 3
Gênero jornalístico: reportagem (2), notícia factual (1) e entrevista (1)	Gênero jornalístico: reportagem (2), notícia factual (1) e entrevista (0)
Autoria: agências (1), correspondente (1) redação do jornal (2)	Autoria: agências (1), correspondente (0) Redação do jornal (2)

O Liberal

No dia 08/09/2010, na parte superior da página três do caderno Poder, o jornal O Liberal publicou notícia com destaque sobre o seminário “Oportunidades de Negócios para o Desenvolvimento da Região Xingu”, ocorrido em Altamira, evento realizado por diversas entidades representativas do governo federal, entre as quais, o Banco da Amazônia e o Consórcio Norte Energia, vencedor do leilão para a construção da Usina Hidrelétrica.

O título da notícia pode ser considerado um elogio ao projeto ao valorizar a característica da Hidrelétrica como potencial geradora de oportunidades, de novos empregos e de desenvolvimento para a região Xingu, discurso presente na maioria dos textos jornalísticos de O Liberal. O substantivo *leque* indica “variedade”, lembrando as diversas fendas/dobras que compõem o instrumento manual de ventilação usado comumente por mulheres.

Na sequência, o subtítulo “EM ALTAMIRA – Seminário discute desenvolvimento na área de influência da Usina Hidrelétrica” ratifica o próprio título da notícia factual, que conta com uma boa visibilidade por estar localizada na parte superior da página três do caderno, uma página que dispõe de considerável importância no jornal. A partir da interpretação do substantivo “desenvolvimento”, presente no referido subtítulo, pode-se apreender o sentido de que Belo Monte significa “crescimento” e “progresso” para o periódico.

O texto jornalístico possui ainda uma fotografia, do então secretário de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Maurílio de Abreu Monteiro, que demonstrou durante o evento, segundo a legenda disposta logo abaixo da foto, os benefícios a serem gerados pelo empreendimento.

Figura 29 – Página 3, caderno Poder, O Liberal, edição de 08/09/2010.



A notícia prossegue informando o leitor sobre “as chances de crescimento” que acompanham Belo Monte e a necessidade de “influenciar e de planejar o desenvolvimento” dos 11 municípios sob a influência do rio Xingu.

As chances de crescimento que se abrem com a construção da hidrelétrica de Belo Monte, bem como a necessidade de influenciar e de planejar o desenvolvimento para toda a região do rio Xingu, área de influência da nova usina, serão discutidas nesta quinta-feira, no seminário “Oportunidades de Negócios para o Desenvolvimento da Região do Xingu” (BELO..., 2010c, p. 3).

As informações, que se assemelham às de um release¹¹¹, valorizam a realização do evento no município-sede da região Xingu e as autoridades governamentais das esferas estadual e federal que participariam dos debates

[...] Participarão o secretário de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Maurílio de Abreu Monteiro, do presidente do Banco da Amazônia, Abdias José de Souza Júnior, do gerente executivo do Banco da Amazônia, Valdecir José de Souza Tose, do diretor de Desenvolvimento Econômico da Sedect, Adejard Gaia Cruz; e de um representante do consórcio Norte Energia, o vencedor do leilão para a construção da usina.

O público, formado por políticos e empresários da região, vai participar de quatro palestras com temas relevantes para o futuro de Altamira e da área de influência de Belo Monte (BELO..., 2010c, p. 3).

Posteriormente, a notícia faz uma descrição da programação e das temáticas a serem debatidas durante o evento pelos participantes, as quais abordariam assuntos como “Cenários para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região Xingu”, o “Programa de investimentos da UHE Belo Monte e oportunidades para a economia”, “Política de fomento ao desenvolvimento produtivo” e “Oportunidades de negócios para a região Xingu”.

O jornal reconstitui os depoimentos favoráveis a Belo Monte feitos por Marcílio Monteiro. O secretário de Estado afirma que as decisões em relação ao futuro da região Xingu não foram tomadas “de cima pra baixo”. Reiteradamente, o discurso de O Liberal, por meio de suas fontes de informação, retoma a exaltação do empreendimento ao repetir os investimentos financeiros previstos para os municípios do Xingu, estimados, segundo a notícia exemplificada, na ordem de R\$ 3 bilhões, oriundos do Plano de Desenvolvimento Sustentável da região. Percebe-se também a presença de formações discursivas/ideológicas do socioambientalismo no discurso desenvolvimentista, na medida em que os agentes pró-Belo Monte também utilizam a nomenclatura “desenvolvimento sustentável” em seu discurso de viés econômico-desenvolvimentista (“[...] com o fim de fortalecer as empresas paraenses”).

“Ao contrário do que ocorreu com a hidrelétrica de Tucuruí, cujas decisões foram tomadas de cima para baixo, em Altamira adotamos todas as providências para

¹¹¹ “Texto informativo distribuído à imprensa (escrita, falada ou televisada) por uma instituição privada, governamental etc., para ser divulgado gratuitamente entre as notícias publicadas pelo veículo” (RABAÇA; BARBOSA, 1987, p. 507).

beneficiar o povo paraense e, de forma direta, o do entorno do empreendimento”, avalia o secretário Maurílio Monteiro. “Além do Plano de Desenvolvimento Sustentável da região Xingu, que prevê investimentos de mais de R\$ 3 bilhões, conquistamos 10% de energia para autoprodutores, com o fim de fortalecer as empresas paraenses” (BELO..., 2010c, p. 3).

A partir da entrevista feita com o secretário de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, é realizada uma descrição dos benefícios que surgirão juntamente com a Usina Hidrelétrica, igualando Belo Monte a uma solução confiável e merecedora de credibilidade. Serão gerados “empregos” e “novos negócios”, “dezenas de oportunidades se abrem”. Observa-se ainda, que apesar de pertencer a um partido político (PT) historicamente contrário ao Grupo Liberal, a temática pró-Belo Monte permitiu a veiculação da notícia e o destaque à fala do secretário.

Maurílio Monteiro acrescenta que outras oportunidades serão criadas, para gerar empregos e novos negócios: “Serão construídas fábricas de cimento, parte do insumos usados na construção irão de empresas paraenses e dezenas de oportunidades se abrem, como para fornecedores de serviços em geral, engenheiros, especialistas em meio ambiente, aluguel de carros e dezenas de outros”, ressalta o secretário. “São estas oportunidades que discutiremos no seminário desta quinta-feira” (BELO..., 2010c, p. 3).

Outra matéria jornalística analisada sobre a subtemática foi a entrevista de capa, publicada por O Liberal, nas páginas um e dois do caderno Poder (um dos mais importantes do jornal), em 09/05/2010. A entrevista detém a extensão de meia página da parte superior do caderno com uma larga fotografia do ex-ministro de Minas e Energia e atual senador da República, Edison Lobão.

Figura 30 – Página 1, caderno Poder, O Liberal, edição de 09/05/2010.



Na segunda página do caderno, Lobão obtém destaque entre os demais assuntos do periódico com um novo registro fotográfico. O ministro de Estado garante que o “empreendimento trará muita riqueza aos municípios paraenses diretamente impactados” (VILARINS, 2010a, p.1). O título da entrevista: “É Belo Monte ou Racionamento”, com a declaração do ministro, reforça a estratégia de sensibilizar o leitor sobre a relevância do projeto, desconsiderando no texto qualquer contestação sobre a anunciada possibilidade de racionamento, inclusive de ambientalistas e estudiosos de diversas áreas que negam a necessidade da Usina em razão dos graves impactos ambientais e sociais a serem gerados a partir da concretização do projeto.

Figura 31 – Página 2, caderno Poder, O Liberal, edição de 09/05/2010.



O senador mostra-se no texto como indivíduo dotado de pleno conhecimento a respeito da viabilidade socioeconômica da Usina para a população da região e para o Brasil. A autoridade governamental, conhecida nacionalmente por defender o projeto, considera Belo Monte como única alternativa para se manter o atual ritmo de desenvolvimento econômico do País com a possível geração de energia elétrica abundante e “confiável”. Lobão nega, de modo enfático, a possibilidade de ocorrerem prejuízos para as comunidades garantindo que haverá riqueza e geração de tributos (“Prejuízo para as comunidades não há nenhum, muito pelo contrário [...]”)¹¹². A gama de benefícios citada gera sentidos que apontam para a grandiosidade e relevância do projeto energético para o Xingu e para o Brasil (“Nós vamos gerar riqueza na região toda, gerar tributos, ICMS, ISS, royalties e tudo mais”)¹¹³.

Prejuízo para as comunidades não há nenhum, muito pelo contrário. Nós vamos regularizar completamente a situação da população ao redor da usina e do rio. [...] Nós vamos gerar riqueza na região toda, gerar tributos, ICMS, ISS, royalties e tudo mais. Vamos criar bem estar para uma parcela do povo brasileiro que vai trabalhar na hidrelétrica. [...] Enfim, só existem vantagens, não existe desvantagem. Não entendo por que toda essa oposição (VILARINS, 2010a, p.2).

¹¹² VILARINS, 2010a, p.2.

¹¹³ VILARINS, 2010a, p.2.

Edison Lobão, portanto, como conhecedor inquestionável da importância das hidrelétricas, envolvido na criação do projeto, alerta os leitores do jornal O Liberal e o correspondente Thiago Vilarins sobre o que a falta de energia provocada pela não-construção de Belo Monte pode ocasionar: “desemprego, queda da nossa expansão econômica e tudo mais que não é bom para o País” (VILARINS, 2010a, p.1). Em uma atitude extremada, observando o desenvolvimentismo materializado no discurso do jornal, o ex-ministro de Minas e Energia é radical ao apresentar somente duas opções: usinas termelétricas (cuja tecnologia é dispendiosa) ou racionamento de energia elétrica. Sem Belo Monte, o País teria como resultado o desemprego, um dos “fantasmas” da economia brasileira.

Como alternativa para as hidrelétricas, nós temos dois caminhos apenas, um deles é sujar a matriz com energia térmica cara, caríssima; e a segunda é fazer racionamento de energia como aconteceu em 2001. Ou seja, falta energia e, com isto, desemprego, queda na nossa expansão econômica e tudo mais que não é bom para o nosso País (VILARINS, 2010a, p.1).

Ao reproduzir o discurso do senador Edison Lobão, o jornal O Liberal reforça o discurso desenvolvimentista governamental que enumera frequentemente as vantagens a serem conquistadas pelo estado do Pará, em específico pelo Xingu, em uma “grande obra brasileira”. Para o então ministro, o projeto de geração de energia elétrica transformará positivamente a vida da população da área de influência do empreendimento: “haverá emprego” e “passará a ter muita riqueza”.

Esses brasileiros que virão para a região virão para trabalhar numa grande obra brasileira, virão para ter emprego, para gerar riquezas para eles, para as suas famílias e para toda a região. [...] Onde não havia infraestrutura passará a haver, graças à construção da hidrelétrica. Onde não havia emprego, haverá emprego, onde não havia riqueza passará a ter muita riqueza (VILARINS, 2010a, p.2).

Em “Mais de 5 mil casas serão construídas em Altamira”, publicada na segunda página do caderno Poder, da edição de 12/09/2010 de O Liberal, o periódico outra vez oferece ao leitor os benefícios do projeto hidrelétrico de Altamira, município núcleo da região Xingu e que comportará boa parte das atividades do Complexo Hidrelétrico. A reportagem ocupa toda a mancha gráfica da página dois e vem acompanhada de uma fotografia do seminário “Oportunidades de Negócios para o Desenvolvimento da Região Xingu”, promovido em setembro de 2010.

Figura 32 – Página 2, caderno Poder, O Liberal, edição de 12/09/2010.



A foto oferece ao leitor uma plateia em um auditório, atenta à palestra do então presidente do Banco da Amazônia, Abdias Júnior. Logo abaixo da fotografia, a legenda ressalta a atuação do executivo e a oferta de crédito em abundância para os grupos empresariais de Altamira com o texto “Abdias faz palestra: crédito farto para Altamira”. O jornal traz um quadro explicativo que dispõe praticamente de meia página, enumerando 67 atividades de prestação de serviços a fomentarem a economia da região Xingu com seus 11 municípios, proporcionando o sentido de utilidade e valorização da proposta de construção de Belo Monte.

O jornal ainda destaca uma frase do texto principal - “Previsão é de 20 mil pessoas trabalhando durante o pico das obras” - a qual também valoriza a capacidade de geração de emprego por meio das atividades de construção da Hidrelétrica. Inicia-se o texto principal da reportagem com o anúncio do diretor do grupo Norte Energia, Luiz Rufato, a respeito das “principais oportunidades de negócios”. O jornal usa números grandiosos e capazes de impactar os leitores. Serão “5.500” casas em Altamira, mais “2.500” em Vitória do Xingu,

com investimento total de “R\$ 1,5 bilhão”. O texto, baseado na declaração de Luiz Rufato, valoriza o argumento com a utilização das frases “para se ter uma ideia”, “Em Belo Monte tudo será gigantesco” e “a quantidade de tudo será gigantesca”, reforçando a grandiosidade de Belo Monte. O representante da Norte Energia deu certeza sobre a realização do projeto que deverá seguir “a todo o vapor” a fim de evitar possíveis multas pelo atraso das obras.

“Só casas serão 5.500 em Altamira, por conta das desapropriações, e 2.500 em Vitória do Xingu, num total de R\$ 1,5 bilhão”, afirmou Rufato. “Em Belo Monte tudo será gigantesco. Para se ter uma ideia, serão R\$ 14 bilhões para as obras físicas – a hidrelétrica do Jirau custou 'apenas' R\$ 6 bilhões”.

Luiz Rufato também lembrou que a multa por atraso nas obras será de 7% a 10% do valor total (mais de R\$ 1 bilhão). “Significa que as obras seguirão a todo o vapor, o que significa também que as empresas e trabalhadores daqui devem estar preparados agora, e competitivos, para que as oportunidades não sejam aproveitadas por iniciativas de outros Estados”.

“No pico das obras de Belo Monte, haverá 20 mil pessoas trabalhando. A quantidade de tudo será gigantesca. Caso se queira servir abacaxi de sobremesa ou no café da manhã, serão 5 mil cabeças da fruta por dia. Então temos que começar agora a planejar, a nos estruturar, que as oportunidades são reais, e precisam beneficiar sobretudo, a nós, da região” (MAIS..., 2010, p.2).

Na mesma reportagem, a publicação apresenta o empreendimento hidrelétrico em seu discurso como uma oportunidade de crescimento em diversos níveis para Altamira e demais municípios abrangidos pelo projeto. Ao longo da matéria, O Liberal destaca tais aspectos por meio do intertítulo “HIDRELÉTRICA – Trabalhadores e empresas devem estar preparados para competitividade”, como se fosse um convite para as instituições e agentes sociais do Xingu a se prepararem aos benefícios e às novidades da Usina.

Na reportagem “Lula vê indústria do apagão contra usina”, da agência de notícias O Globo, reproduzida pelo jornal O Liberal na página 5 do caderno Poder, edição de 27/04/2010, o jornal utiliza a imagem do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dotado de extrema popularidade com o povo brasileiro e considerado uma das maiores lideranças políticas do País, para reforçar o discurso desenvolvimentista. A reportagem ocupa a parte superior da página cinco (ímpar) e, por isso, tem uma considerável visibilidade.

Lula praticamente desqualifica e exclui os discursos desfavoráveis à Hidrelétrica, sendo garantido a ele espaço privilegiado no jornal por ser presidente, afirmando que esses discursos pertencem a uma “indústria do apagão”, interessada na pobreza do País. Para o líder do PT, sempre há pessoas que não querem que se implementem projetos para o progresso do País (no caso, a Hidrelétrica) com o objetivo de culpar alguém (“Obviamente que sempre

haverá aqueles que não querem que a gente faça, porque tem aqueles que esperam que haja sempre uma desgraça no País para eles poderem encontrar um culpado”)¹¹⁴.

O então presidente apela à “compreensão da sociedade brasileira”, lembrando dos cinco anos necessários para o licenciamento ambiental, sendo este “o melhor que já houve no Brasil”. E complementa dizendo que Belo Monte é uma usina hidrelétrica idealizada “há 30 anos”. Ou seja, enfatiza que o projeto levou bastante tempo para ser planejado e ser considerado uma obra viável. O líder político revela a felicidade ao ter certeza de que após “30 anos finalmente Belo Monte vai sair”.

Ele pediu a “compreensão” da sociedade brasileira, lembrando que o país tem um potencial hídrico de praticamente 260 mil megawatt-hora (MW). Disse que seria “insano” o Brasil voltar para o uso de termelétricas e óleo diesel, sob o argumento de que a energia oriunda de hidrelétricas é mais barata que as demais.
[...] Lula afirmou que o licenciamento ambiental de Belo Monte levou cinco anos para ser feito e é o melhor que já houve no Brasil. Disse que Belo Monte é um projeto de 30 anos, não de agora. “O que nós precisamos é trabalhar com muito cuidado para fazer as hidrelétricas da forma mais cuidadosa possível, causar o menor impacto ambiental possível, e é por isso que eu estou muito feliz, porque depois de 30 anos finalmente Belo Monte vai sair”, assegurou (LULA..., 2010a, p.5).

Na sequência discursiva abaixo, O Liberal ressalta as garantias dadas por Lula àqueles que serão diretamente envolvidos pelos impactos do empreendimento. No depoimento de Lula, o nacionalismo fica evidente com a aclamação do Brasil como sujeito capaz de cuidar dos “nossos índios”, de “nossos produtores rurais” e de “nossos ribeirinhos”, evidentes formações discursivas/ideológicas alinhadas ao desenvolvimentismo.

Arara da Volta Grande, Xingu e Paquiçamba (aldeias), que antes seriam atingidas, não vão ser mais atingidas. Há previsão de realocação de 16 mil pessoas”, disse ele. O presidente afirmou que a ideia é fazer uma hidrelétrica que seja modelo em relação a outros países. Lula garantiu que as pessoas atingidas não terão prejuízos, e sim melhoria de vida. “O Brasil vai continuar dando importância ao povo brasileiro: cuidar dos nossos índios, cuidar de nossos produtores rurais, cuidar dos nossos ribeirinhos”, concluiu (LULA..., 2010a, p.5).

Diário do Pará

De forma semelhante ao seu concorrente, o jornal Diário do Pará proporcionou ao governo federal e aos seus aliados evidente visibilidade em suas páginas. A reportagem “Cartilha da Igreja pede reação contra usinas”, que ocupa praticamente toda a extensão da

¹¹⁴ LULA..., 2010a, p.5.

página A5, página ímpar da seção Belém do caderno Atualidades, edição de 06/06/2010, compõe-se de uma série de elementos que evidenciam a presença da ideologia desenvolvimentista no discurso jornalístico do Diário do Pará, como a desvalorização da imagem dos agentes sociais que se posicionam contrários às usinas a serem construídas na região Xingu e no Tapajós. Há também uma denúncia da intervenção internacional nos assuntos que supostamente interessariam somente ao Brasil, no caso da Hidrelétrica de Belo Monte, apontada diversas vezes como “iniciativa-chave” do País.

Figura 33 – Página A5, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 06/06/2010.



A reportagem aborda a organização de entidades integrantes de movimentos sociais e ambientalistas que se posicionam contra a Usina por meio de uma cartilha elaborada pela Frente de Defesa Amazônia, Movimento Tapajós Vivo e Aliança Missionária Franciscariana do Tapajós, que contam com o financiamento da Fundação Ford (SIQUEIRA, 2010c, p. A5). O jornalista responsável pelo texto jornalístico, Frank Siqueira, detalha os principais assuntos tratados pela cartilha, a qual é analisada pelo repórter ao longo do texto quanto ao seu perfil, conteúdo e possíveis consequências na batalha discursiva travada entre os lados opostos em relação à Belo Monte e demais usinas a serem implementadas no Pará.

Na avaliação de Frank Siqueira, a cartilha “desnuda o sentimento de intolerância” na região a respeito do projeto hidrelétrico (SIQUEIRA, 2010c, p. A5), opinião compartilhada e

defendida pelos empresários que se sentiram ameaçados com a mobilização ("[...] o que se está fazendo ali é clara recomendação ao uso da força contra agentes do governo [...]")¹¹⁵. A reportagem incorpora a fala de um empresário entrevistado para elaborar o discurso jornalístico, (re)produzindo a suposição de que não há dúvidas quanto às intenções das instituições organizadoras da cartilha. O que existe é a “recomendação clara para o uso da força” (SIQUEIRA, 2010c, p. A5), seja contra quem for, até contra aqueles que se deslocam à região para um “simples” estudo a respeito da construção de hidrelétricas.

O que tem chamado a atenção dos empresários, porém, são os desenhos e ilustrações da cartilha, bem como os textos que os acompanham no formato de histórias em quadrinhos. Um empresário do setor industrial que teve acesso à publicação se mostra espantado. Segundo ele, o que se está fazendo ali é clara recomendação ao uso da força contra agentes do governo, operários, engenheiros ou quaisquer profissionais que aparecerem na região para fazer algum trabalho ou simples estudo relacionado direta ou indiretamente à construção de hidrelétricas (SIQUEIRA, 2010c, p.A5).

O periódico também reforça um estereótipo cristalizado no imaginário brasileiro, em especial, o amazônico. Pode-se obter, com a leitura da reportagem, a ideia do permanente embate ("[...] que poderá resultar em confronto e violência")¹¹⁶ entre exploradores (representantes do governo federal e aliados) e supostas vítimas (povos da floresta e instituições socioambientalistas); a abundância de recursos naturais em contraposição à miséria na qual se encontra imersa a população local.

Quando o governo federal se dispuser a iniciar os trabalhos de campo para construção das cinco hidrelétricas previstas no complexo do Tapajós, em Itaituba, provavelmente encontrará a região potencialmente conflagrada. Uma cartilha preparada e distribuída por entidades e movimentos sociais congregados sob o nome de “Aliança Tapajós Vivo”, na qual tem forte participação a Igreja Católica, está preparando naquela região um plano de resistência que poderá resultar em confronto e violência. [...] E não apenas no Tapajós, já que a publicação dedica um capítulo também à bacia do Xingu (SIQUEIRA, 2010c, p.A5).

O apoio estrangeiro na contestação de Belo Monte é relativamente ironizado, como se fosse uma influência nociva a assuntos estritamente relacionados aos interesses nacionais. Essa ideia remete ao que ocorreu durante a ditadura militar e à suposta ameaça de internacionalização da Amazônia (interdiscurso), presentes nas formações discursivas/ideológicas desenvolvimentistas das décadas de 50/60/70 do século XX. O jornal refere-se à Fundação Ford como não sendo “a única empenhada em impedir” a

¹¹⁵ SIQUEIRA, 2010c, p. A5.

¹¹⁶ SIQUEIRA, 2010c, p. A5.

implementação de usinas na região amazônica. Ou seja, haveria várias organizações engajadas em concretizar esse objetivo, o qual seria motivo de grande esforço por parte da referida entidade estrangeira cujo patrono é Henry Ford, empresário que, em meados do século XX, cultivou extensas plantações de seringueiras para a produção de borracha à base do látex, em mais um projeto econômico que fracassou na Amazônia (PINTO, 2010).

O jornal coloca em relevo a homenagem póstuma feita na cartilha ao norte-americano Glenn Switkers, um dos ativistas socioambientalistas atuantes na região Xingu, dedicado “a desafiar” os projetos de hidrelétricas nos rios Xingu e Tapajós. O destaque à citação aparenta ser uma crítica indireta às ações de ONGs socioambientalistas em atividade no Brasil, usando o próprio discurso materializado na cartilha. O verbo no gerúndio “desafiando”, derivado do infinitivo “desafiar”, tem como sentido inicial “afrontar, arrostar” (FERREIRA, 2010, p. 229), que pode ser apreendido pelo leitor como uma afronta, um ultraje à soberania brasileira. Tal sentido remete à ideologia desenvolvimentista de cunho nacionalista, conforme exemplo abaixo, ao contrário da proposta da cartilha em exaltar Switkers como um homem valente, disposto a impedir a destruição que acompanharia os projetos hidrelétricos do governo federal.

Aliás a Fundação Ford não é a única referência estrangeira feita pela revista como estando empenhada em impedir a construção de hidrelétricas na Amazônia. A publicação presta uma homenagem póstuma ao norte-americano Glenn Switkers. [...] Segundo a revista, Glenn Switkers “foi grande colaborador em nossa luta em defesa dos rios Xingu e Tapajós, desafiando os projetos de hidroelétricas do governo federal” (SIQUEIRA, 2010c, p. A5).

O texto jornalístico tem continuidade com o uso de expressões irônicas, como “toda ela em tom beligerante”, capazes de reforçar preconceitos construídos ao longo da história amazônica em torno dos povos da floresta, em especial, dos indígenas, vistos usualmente como selvagens e inclinados à luta física. A matéria também enfatiza de modo negativo as manifestações das lideranças indígenas e demais parceiros ao comentar a carta escrita em conjunto por nove caciques da tribo Munduruku, endereçada ao então presidente Lula. A intolerância estaria sendo “cultivada”, ou seja, “alimentada” por determinados segmentos sociais, segundo o Diário do Pará, sendo este sentimento “desnudado” pela cartilha elaborada pelos movimentos sociais e ambientalistas.

Produzida toda ela em tom beligerante, a cartilha desnuda o sentimento de intolerância que está sendo cultivado na região, como em carta dirigida ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por lideranças indígenas da etnia munduruku no início de novembro passado. A correspondência ao presidente foi subscrita por nove caciques,

de um total de cerca de 60 participantes do encontro, que se realizou nos últimos dias 5 e 6 de novembro na Missão São Francisco do Cururu, no Alto Tapajós (SIQUEIRA, 2010c, p.A5).

O texto principal vem acompanhado por mais dois subtextos jornalísticos. O primeiro, logo abaixo das imagens reproduzidas da cartilha, detalha as prováveis ameaças feitas pelos caciques Munduruku e a possibilidade de guerra presentes em carta endereçada ao então presidente Luís Inácio Lula da Silva. O segundo subtexto, intitulado “Padre afirma: 'Defender a Amazônia não é crime’”, situado ao lado do texto principal, relata a defesa de um dos autores da cartilha em relação às acusações de incitação popular contra o governo federal, no caso, o padre católico Edilberto Sena. No primeiro subtexto, o jornalista faz uma crítica à cartilha e à carta elaborada pelos indígenas, os quais estariam dispostos ao embate corporal ou armado caso o Executivo pretendesse iniciar as obras da Usina Hidrelétrica.

A reportagem ainda colabora para reforçar a imagem dos indígenas como um povo selvagem e pronto para cometer atos de violência, se necessário, para defender seu espaço, inclusive citando um antigo hábito dos Mundurukus, que retiravam a cabeça de seus inimigos após a vitória em batalhas armadas.

Figura 34 – Ilustração nº 1 reproduzida na reportagem “Cartilha da Igreja pede reação contra usinas”, p. A5, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 06/06/2010.



O jornalista descreve a carta no primeiro subtexto, acompanhado de um desenho com dois índios portando armas próprias dos povos indígenas. Um dos personagens possui em uma das mãos a cabeça de um inimigo morto pelos Munduruku “escorrendo sangue”. O jornal chama a atenção do leitor para o conteúdo ideológico das figuras presentes na cartilha, que

seria “inequivocadamente autoexplicativa”, ou seja, que não demanda mais informações quanto à intencionalidade dos índios Munduruku, não deixando margem para dúvidas a respeito dos planos dos indígenas. Estes estariam prontos para agir com brutalidade.

Em seguida, o Diário do Pará atribui aos índios a prática de ameaça “expressa”, reforçando a ideia de que os Munduruku tenderiam à impetuosidade e à violência, marcadas por homicídios cometidos com crueldade. Para o jornal, a intenção dos grupos sociais contrários à construção de Belo Monte é “influenciar/estimular” a participação popular da região Xingu na desarticulação das obras da Hidrelétrica e com luta física, se for necessário.

Trata-se de dois desenhos, ambos retratando supostos guerreiros indígenas tendo às mãos uma cabeça humana separada do corpo – de uma delas ainda escorrendo sangue. Os desenhos têm sua autoria atribuída a dois alunos da Missão São Francisco do Cururu.

A legenda é inequivocadamente autoexplicativa: “Guerreiros cortador de cabeça dos (pariwat) brancos”.

Além da ameaça claramente expressa na carta e no desenho, a revista contém várias outras insinuações de violência e de luta armada, fazendo múltiplas referências ao espírito supostamente belicoso dos índios munduruku para tentar influenciar os ânimos dos moradores da região (SIQUEIRA, 2010c, p. A5).

Além dos subtextos, a matéria traz mais quatro ilustrações da cartilha com diálogos entre um representante indígena e um funcionário de uma empresa parceira da Eletronorte. Apropriando-se do discurso dos socioambientalistas, o Diário retrata o guerreiro munduruku aos moldes do estereótipo brasileiro dos primeiros habitantes do País: costumeiramente sem ou com poucos trajes, rosto pintado e com fisionomia ameaçadora, carregando armas como se estivesse pronto para o combate.

A reconstituição do conteúdo da cartilha na reportagem atenta para a agressividade dos indígenas e também do próprio funcionário de uma empresa parceira da Eletronorte. O índio expressa-se com exclamações e indagações desafiadoras e, por vezes, até jocosas: “Ei, Pariwat!”; “Nós respeitar a Constituição!”; “Que está pensando, Pariwat?”; “Aqui ninguém mete a mão, nem lobinho, nem Lobão!”. A estória integrante do discurso elaborado pelos grupos contrários à Belo Monte, que já reitera estereótipos, sujeita-se à ressignificação simbólica por parte do jornal, cuja proposta acaba desmoralizando os antagonistas da Usina.

- Ei, Pariwat! Que veio fazer aqui em terras indígenas? De onde você vem e com ordem de quem? (indígena)

- Nossa empresa tem aqui contrato com a Eletronorte e vamos construir uma barragem e mais quatro outras adiante, nos rios Tapajós e Jamanxim (funcionário de empreiteira).

- E quem disse que a Eletronorte manda em terra indígena? Nós respeitar a Constituição! (indígena).

- Não se preocupe, cacique. Nós vamos causar mínimos impactos e compensaremos os índios (funcionário de empreiteira).
- Munduruku não confia em pariwat, menos ainda na Camargo Corrêa e na Eletronorte. Aqui ninguém mete a mão, nem lobinho, nem Lobão! (indígena)
- Olha cacique, nossa empresa tem contrato com a Eletronorte e em breve chegaremos aqui com as máquinas. Vocês se entendam com a Funai (funcionário de empreiteira).
- Que está pensando, Pariwat? A nação Munduruku já está se organizando para a guerra. Com o apoio dos parentes de luta, vocês não entram aqui para destruir rios Tapajós e Jamansim (indígena) (SIQUEIRA, 2010c, p. A5).

Figura 35 – Ilustração nº 2 reproduzida na reportagem “Cartilha da Igreja pede reação contra usinas”, p. A5, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 06/06/2010.



Trechos das cartilhas: quadrinhos como forma de mobilização de populações contra instalação de barragens

A reprodução do diálogo em quadrinhos tem continuidade com a fala de uma religiosa, representada como uma mulher branca de uma organização contrária à Usina de Belo Monte, acompanhada de duas índias da tribo Munduruku. A partir da interpretação do discurso da religiosa, a intenção da Eletronorte, uma das empresas integrantes do consórcio Norte Energia, responsável pelas obras da Usina Hidrelétrica, seria impedir o desenvolvimento da região de modo sustentável, ao não preservar os recursos naturais existentes no Xingu. A religiosa aponta os aspectos naturais da vida na região que serão impactados, valorizando a natureza e o meio ambiente amazônico em contraposição a atividades econômicas exploratórias. As duas índias que participam do diálogo aparecem como pessoas violentas, que sabem “flechar e cortar a cabeça de pariwat inimigo” e estão prontas para a luta com facões. Também se expressam com vários erros gramaticais, aos moldes do estereótipo do índio inculto, rude e sem instrução. O diálogo, com os sentidos mencionados, é reproduzido e criticado pelo jornal.

- Olha, filha, se deixarmos eles soltos, a Eletronorte quer afogar terras dos índios mundurucus e dos ribeirinhos. Quer fazer cinco barragens grandes tapando o rio; bichos vão fugir pra longe, castanheiras ficarão afogadas e peixes vão pra longe (religiosa).

- Mas irmã, nós vai enfrentar. Mulher índia ajudar home índio a flechar e cortar cabeça pariwat inimigo. Índia sabe usar facão. Nós não quer hidrelétrica no Tapajós, no Jamanxim, no Cururu (índia).

- Irmã, a senhora se junta com nós? Vamos ficar junto dos pariwat bons que defendem o rio Tapajós, lá em Jacareacanga, Itaituba, Fordlândia, Aveiro e Santarém, Pain disse que estão formando uma aliança de todos nós amigos do Tapajós. Nós mulher mundurucu vamos lutar junto (índia) (SIQUEIRA, 2010c, p. A5).

A notícia “Lula exalta valor das hidrelétricas”, presente na edição de 14/08/2010, caderno Brasil, também pode ser considerada outro exemplo que comprova o destaque conferido pela mídia paraense ao discurso desenvolvimentista, tanto no Diário quanto em O Liberal. A imagem do então presidente Lula, em uma fotografia feita em meio às obras da Hidrelétrica de Jirau, no estado de Rondônia, dispõe de ampla visualização na parte superior da página de capa do caderno, o qual oferece ao leitor matérias nacionais, geralmente produzidas por agências de notícias privadas (Agência Estado e Folha Press).

Observando a construção do título da notícia, “Lula exalta valor das hidrelétricas”, constata-se a priorização do personagem Luís Inácio Lula da Silva, então presidente do Brasil, detentor de ampla popularidade e prestígio social conquistados pelo bom desempenho da economia brasileira durante a sua gestão como líder do Poder Executivo Federal. O texto coloca em primeiro plano as usinas hidrelétricas como instrumentos de promoção do

desenvolvimento socioeconômico das localidades onde são instaladas. O intertítulo “Presidente visitou obras das usinas de Jirau e Santo Antonio, em construção no rio Madeira. E prometeu visitar Belo Monte” (LULA..., 2010b, p. B1) dá um novo destaque ao então líder do Executivo Federal na ocasião do acirramento dos debates em torno da viabilidade da construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

Figura 36 – Página B1, caderno Brasil, Diário do Pará, edição de 14/08/2010.



Nas declarações reproduzidas pelo Diário do Pará, a partir do texto original da Agência Estado, Lula explana sobre a relevância das hidrelétricas para “milhares” de profissionais que “se preparam para trabalhar” nelas. O trecho em itálico explícita a expectativa em torno dos empreendimentos hidrelétricos quanto à oferta de empregos a uma grande massa de profissionais desempregados.

Daqui para frente eu tenho a esperança que não vai acabar uma obra dessas e ficar milhares de trabalhadores que se aperfeiçoaram, se prepararam para trabalhar, parados. Porque tem outras grandes hidrelétricas que nós pretendemos fazer pelo País fora e essa mão-de-obra a gente vai aproveitando ela em cada uma das hidrelétricas que a gente está fazendo”, disse o presidente (LULA..., 2010b, p. B1).

A ideologia desenvolvimentista é evidenciada com o emprego do adjetivo “extraordinários”, o qual se apresenta no texto entre aspas com um sentido que remete à suposição de os projetos hidrelétricos serem algo “fora do comum”, “que foge dos padrões” por serem dotados de qualidades que os tornam “essenciais para o desenvolvimento do País”. Os grandes projetos para o desenvolvimento econômico brasileiro teriam sido retomados, segundo a notícia, somente a partir da gestão presidencial de Lula. A imagem do presidente construída pelo discurso jornalístico remete a figuras de estadistas renomados, como Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas. Em comum, o trio detinha grande popularidade com o povo brasileiro e obteve êxito nas políticas econômicas implementadas, inclusive por meio de grandes projetos exploratórios e de infraestrutura idealizados para a Amazônia.

Lula chamou de “extraordinários” os projetos de grandes hidrelétricas, retomados em seu governo. Também afirmou que essas obras são essenciais para o desenvolvimento do País e alfinetou governos anteriores ao dizer que a última grande hidrelétrica construída no Brasil foi a de Xingó, entre Sergipe e Alagoas, concluída em 1994 (LULA..., 2010b, p. B1).

Em seguida, o jornal informa que o presidente garante não haver prejuízos para os moradores da região Xingu, como a diminuição dos peixes nos rios. A justificativa dada e (re)produzida pela publicação reforça o apelo feito por Lula à aprovação do projeto. Tal justificativa baseia-se em informações técnicas, que dão à declaração a seriedade e a credibilidade necessárias para a conquista da confiança dos leitores.

Há muitos anos o Brasil não tinha projetos extraordinários como esse que nós estamos visitando aqui. Estou visitando Jirau, daqui a pouco vou visitar Santo Antônio e logo estarei em Belo Monte, onde a gente vai construir uma grande hidrelétrica.

Lula disse que alegar prejuízo à população de peixes de um rio e aos pescadores não é mais um argumento válido para impedir a construção de uma hidrelétrica porque a tecnologia permite hoje que se criem peixes em tanques e açudes (LULA..., 2010b, p. B1).

A notícia prossegue com o depoimento direto de Lula sobre a impossibilidade de impactos ambientais irreversíveis ao meio ambiente do Xingu. Sempre existiriam meios capazes de compensar perdas ambientais. O advérbio de tempo “hoje” atenta para o fato do emprego da tecnologia e tais avanços científicos integrarem o presente, sendo capazes de impedir os danos ao ecossistema da região Xingu. A hipotética degradação ambiental seria uma prática do passado. A partir da entrevista do então presidente, entende-se que as consequências ambientais advindas com a instalação da Usina de Belo Monte são

minimizadas ao máximo, pois o destaque é a promoção do crescimento econômico de maneira rápida e amplificada.

“Às vezes um companheiro comenta o seguinte: eu moro na beira do rio, eu vivo de pesca e vai acabar todos os peixes do rio (se uma hidrelétrica for construída). Hoje, isso já não é mais verdade. Hoje, o crescimento científico e a tecnologia moderna permitem que você crie qualquer tipo de peixe em qualquer lago, em qualquer tanque, em qualquer açude” (LULA..., 2010b, p. B1).

O jornal Diário do Pará, que também concedeu menor espaço ao discurso dos opositores do projeto, publicou, na edição de 22/04/2010, no caderno Atualidades, a reportagem “Usina de Belo Monte pode gerar 42 mil empregos”, escrita pelo jornalista Frank Siqueira, expondo todos os benefícios advindos com o projeto hidrelétrico e o número de empregos que seriam gerados (42 mil), uma estratégia utilizada pelo jornal para despertar a atenção do público, bem como o valor da implementação do empreendimento. São apontadas todas as características benéficas do projeto de geração de energia que justifiquem a sua aceitação por parte dos moradores da região Xingu. Descrevem-se números grandiosos, inclusive dos investimentos a serem obtidos como a compensação financeira, estimados em R\$ 170 milhões, capazes de beneficiar significativamente os moradores da área de influência da Usina Hidrelétrica.

Figura 37 – Página A8, caderno Atualidades, Diário do Pará, edição de 22/04/2010.



Com a descrição das vantagens a serem proporcionadas pelo governo federal, “R\$ 19 bilhões em investimentos”, “42 mil postos de trabalho”, “18,7 mil postos diretos” e “23 mil indiretos”, além de “170 milhões arrecadados a título de compensação financeira”, pode-se perceber a ênfase na promoção do desenvolvimento econômico a partir do destaque às qualidades do projeto, conforme as formações ideológicas que caracterizam o discurso desenvolvimentista. O leitor da matéria certamente pode apreender, à primeira leitura do texto jornalístico, sentidos positivos da viabilidade da Hidrelétrica. Não há entrevistas de moradores dos municípios da área de influência da Usina, nem de lideranças populares ou ribeirinhos do Xingu. Tais grupos são invisibilizados pela publicação.

A construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, cujo leilão foi realizado antontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vai gerar perto de 42 mil empregos, segundo estimativas da Eletrobrás. A estatal calcula que o empreendimento, orçado em R\$ 19 bilhões, vai propiciar a criação de 18,7 mil postos diretos de trabalho e outros 23 mil indiretos. Segundo cálculos da Eletrobrás, a operação da usina de Belo Monte proporcionará por ano uma arrecadação de cerca de R\$ 170 milhões a título de compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos, os chamados royalties sobre a produção de energia elétrica (SIQUEIRA, 2010b, p. A8).

No trecho abaixo, o jornal ainda enumera os ganhos sociais a serem viabilizados pela Telebrás, uma das empresas parceiras da construção de Belo Monte. Ao apresentar todos os avanços socioeconômicos, nega-se o discurso dos antagonistas da Usina, cujas críticas recaem nos impactos socioambientais provocados pelo projeto, entre os quais está a inundação de terras de pequenos agricultores, comunidades ribeirinhas e áreas de populações tradicionais (quilombolas e tribos indígenas). O leitor pode ser levado a crer que a Usina é uma conquista à população da região Xingu, conforme defende o governo federal.

O projeto de construção da hidrelétrica prevê também, nos estudos ambientais e na licença prévia, um variado conjunto de ações na área social e de caráter urbanístico. Entre essas ações, a Telebrás destaca investimentos em saneamento básico – incluindo coleta de tratamento de esgoto, tratamento e abastecimento de água e construção de aterro sanitário-, desenvolvimento de projeto de drenagem urbanística e ambiental da orla do Xingu e dos igarapés (SIQUEIRA, 2010b, p. A8).

Em nenhum momento na citada notícia é reconhecida a possibilidade de prováveis consequências ambientais nocivas às comunidades residentes no Xingu, semelhança compartilhada em muitos textos publicados, tanto por O Liberal quanto pelo Diário do Pará, com predominância de discursos relacionados à ideologia desenvolvimentista. A palavra “impacto”, derivada do latim tardio *impactus*, cujo sentido primário do substantivo remete à ocorrência de choque, à colisão de elementos distintos (CUNHA, 2007, p. 426), é descartada

do discurso. O texto produzido parcialmente com informações da Assessoria de Comunicação da Eletrobrás afirma, mesmo que implicitamente, serem inverídicas as declarações de especialistas em meio ambiente e demais estudiosos que indicam a existência de vários problemas no projeto final da Hidrelétrica ("Ao contrário do que tem sido propalado pelas organizações que se opõem à execução da obra [...]")¹¹⁷.

Nos estudos está contemplado também o reassentamento da população residente às margens dos igarapés. Ao todo, são 4.232 famílias cadastradas, o que corresponde a mais de 16 mil pessoas. Essas famílias hoje vivem precariamente em palafitas construídas nos barrancos ou sobre as águas poluídas dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas, em condições de extrema insegurança e insalubridade. Ao contrário do que tem sido propalado pelas organizações que se opõem à execução da obra, Belo Monte não exigirá o deslocamento de índios que vivem na região Xingu no Pará, de acordo com informação prestada ontem pela direção da Eletrobrás. "O empreendimento não afeta diretamente nenhuma comunidade indígena", informou a empresa, através de sua assessoria (SIQUEIRA, 2010b, p. A8).

Novamente se elencam os benefícios da Usina e seu perfil de "salvadora" para a região por meio de números vultosos: "são 4.232 famílias cadastradas", correspondentes "a 16 mil pessoas". A exposição da miséria na qual estão imersas tais famílias do Xingu é um apelo adicional no discurso do jornal Diário do Pará para a aceitação da Hidrelétrica pelos leitores. Elas necessitariam da intervenção do poder público, por meio da implementação do Complexo Hidrelétrico, pois vivem "precariamente" em palafitas, sobre águas poluídas, em condições de "extrema" insegurança e insalubridade. Com o sentido original de "estar mais afastado de um ponto" (CUNHA, 2007, p. 345), o adjetivo "extremo" denota no texto uma característica muito negativa, distante do ideal. No caso, a insegurança e a insalubridade nas quais estariam vivendo a população do Xingu.

O subtexto "Procuradores ainda lutam por suspensão" pode passar despercebido pelos leitores visto a atratividade das vantagens de Belo Monte para a população. O jornal, ao reconstruir o discurso da Eletrobrás, denega o proferido pelas entidades que se identificam como defensoras do Xingu, pois coloca que não haverá "o deslocamento de índios" e, por fim, que "o empreendimento não afeta diretamente nenhuma comunidade indígena" (SIQUEIRA, 2010b, p. A8).

Com a análise dos 32 textos jornalísticos foi possível identificar como se caracterizam os respectivos discursos de O Liberal e Diário do Pará, bem como estabelecer os vínculos existentes entre o conteúdo ideológico das publicações sobre o recomeço da polêmica em torno da viabilidade da construção da Usina de Belo Monte com os discursos já proferidos

¹¹⁷ SIQUEIRA, 2010b, p. A8.

sobre a Amazônia. Com a exposição das sequências discursivas, apresentaram-se os valores sociais e o imaginário que permeiam as relações entre os agentes e instituições reconstituídas nas notícias, reportagens, editoriais e entrevistas, basicamente alicerçadas em interesses econômicos e políticos na região amazônica e no Brasil. Retrataram-se os estereótipos que ainda estão presentes nos processos comunicativos protagonizados pelos principais jornais paraenses e como se manifesta a interdiscursividade nas matérias noticiosas. Nas considerações finais sobre a análise do discurso jornalístico de O Liberal e Diário do Pará, ampliar-se-á a exposição dos resultados obtidos por meio desta pesquisa.

Conclusão

Após a exposição e análise das relações existentes entre comunicação, discurso e Amazônia e da apresentação da trajetória do jornalismo impresso no Brasil e no estado do Pará, foi possível delinear os caminhos traçados por diversos agentes e instituições para a constituição do discurso jornalístico de *O Liberal* e *Diário do Pará* sobre o reinício da polêmica em torno da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. As conclusões apresentadas na parte final deste trabalho não são definitivas. Elas consistem em um breve esboço a respeito da complexidade com a qual se manifesta a dinâmica comunicacional/discursiva de criação dos textos jornalísticos impressos sobre um assunto polêmico, cujas discussões se prolongam por mais de três décadas e com repercussões além dos limites territoriais da Amazônia e do Brasil.

Na leitura de um texto jornalístico impresso, o leitor mantém contato com uma série de conteúdos ideológicos materializados em manchetes, frases e fotografias que se apresentam como uma construção “objetiva” da realidade social. Como integrantes da dinâmica cotidiana, os jornais e os profissionais que neles atuam acabam por participar desta relação com interesses próprios, compartilhando e incorporando em suas rotinas produtivas ideias e estereótipos coletivamente elaborados ao longo da trajetória histórica do País e do mundo.

O jornalismo impresso, assim como os demais meios de comunicação, constrói seu discurso como “retrato” dos fatos cotidianos a partir da recriação dos discursos de suas fontes, previamente selecionadas conforme os seus objetivos institucionais. Busca, portanto, em diferentes *formações discursivas* (no caso deste estudo, predominantemente a desenvolvimentista econômica e a política) o sentido das palavras que compõem o discurso jornalístico.

Na análise dos textos jornalísticos, publicados no período de 1º/05/2009 a 30/09/2010 pelos dois principais periódicos paraenses, ficou evidente o perfil ideológico das informações reconstituídas em reportagens, notícias factuais, entrevistas e editoriais publicados por *O Liberal* e *Diário do Pará*. Perfil que se caracteriza por um forte viés desenvolvimentista, com apelo ao progresso econômico, o qual também marcou os discursos propagados por importantes lideranças políticas brasileiras como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Emílio Garrastazu Médici e, mais recentemente, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva a respeito da Amazônia. Tais discursos manifestaram-se favoráveis ao desenvolvimento

econômico urgente, à valorização da oferta de empregos em grande escala e à aplicação de recursos vultosos na viabilização de projetos nessa vertente, independente das consequências socioambientais e culturais à população amazônida.

O discurso jornalístico de O Liberal e Diário do Pará sobre o recomeço dos debates a respeito de Belo Monte, no entanto, foi também mediado por valores socioambientais que entendem o empreendimento hidrelétrico como uma ameaça à preservação da vida na região Xingu do Pará. Comprova-se, assim, o primado do interdiscurso, defendido por Maingueneau (2008), nos processos comunicativos/discursivos. Sob esse pensamento, pode-se afirmar que todo discurso apresenta elementos textuais daqueles que o antecederam, inclusive os elaborados por O Liberal e Diário do Pará. Com atenção para esse aspecto, percebem-se as evidências do “Outro”, o discurso primeiro/desenvolvimentista, no “Mesmo”, o discurso segundo/socioambientalista na reconstituição discursiva sobre o tema feita pelos jornais paraenses.

As duas publicações priorizaram discursos que remetem ao desenvolvimentismo econômico propagado em diversos momentos da História da Amazônia, com destaque à possibilidade imediata de geração de emprego, de melhoria de infraestrutura urbana nos 11 municípios que compõem a região Xingu, além da promessa feita pelo governo federal quanto à oferta de melhores serviços nas áreas de saúde, educação e transporte. Desta forma, os jornais estariam, teoricamente, satisfazendo a necessidade dos leitores por assuntos de interesse público, legitimando a importância da atuação dos dois periódicos, além de ampliarem a credibilidade diante dos anunciantes pela aceitação do público leitor.

Como resultado esperado das relações sociais estabelecidas no espaço amazônico desde a chegada dos colonizadores lusitanos às terras do Brasil, O Liberal e Diário do Pará (re)produziram conteúdos ideológicos em seus textos jornalísticos sob a influência do imaginário popular brasileiro e também estrangeiro. Ainda é corrente o ideal amazônico que considera a região como um local a ser explorado ou aproveitado economicamente, mesmo sob a bandeira do preservacionismo internacional que defende o “desenvolvimento sustentável”. Um lugar capaz de ser altamente lucrativo em decorrência das riquezas em abundância confirmadas pela biodiversidade natural. A imagem clássica de paraíso terrestre e cheio de possibilidades a serem usufruídas é reiterada pelos periódicos, sendo mais um exemplo da interdiscursividade entre a produção noticiosa dos jornais e o discurso desenvolvimentista nascido no século XX e o dos tempos do Brasil Colônia. Essa mesma

imagem de paraíso eterno, mas a ser preservado e desfrutado economicamente de “modo sustentável”, também está presente na reconstituição do discurso socioambientalista.

O discurso dos dois principais jornais paraenses no reinício da polêmica sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte aponta outra relevante peculiaridade: sua constituição detém traços de uma percepção de mundo oriunda daqueles que não pertencem ou vivem o cotidiano amazônico. Conforme foi exposto no capítulo de análise dos textos de ambos, a maioria das reportagens, notícias factuais e entrevistas publicada pelos jornais foi escrita por agências de notícias. Desta forma, mais uma vez ganha evidência nas manchetes, subtítulos, fotografias e nas declarações o “olhar externo” sobre a construção de uma usina com consideráveis impactos socioambientais, econômicos e culturais na rotina da região.

Outra característica relevante a ser considerada na análise do discurso de O Liberal e Diário do Pará consiste no destaque dominante das fontes ligadas ao governo federal e seus respectivos órgãos representativos por meio de citações de entrevistas e fotografias que acompanharam os textos das publicações sobre a temática. No caso dos representantes do governo federal, por serem socialmente imbuídos de legitimidade legal, além de possuírem destaque social pelas funções que desempenham como representantes do Poder Executivo Federal, seus depoimentos emprestaram legitimidade e respaldaram o discurso jornalístico.

Vale lembrar que, tradicionalmente, os dois principais meios de comunicação impressos paraenses sempre mantiveram estreitas relações com a política, seja por meio da propaganda oficial, por esquemas considerados ilícitos ou por serem pertencentes a políticos atuantes no cenário nacional, como no caso do senador Jader Barbalho, proprietário do jornal Diário do Pará.

No tocante à abordagem da mobilização dos grupos contrários à Usina de Belo Monte, a interdiscursividade percebida nos textos de O Liberal e Diário do Pará e relacionada ao discurso socioambientalista ocorreu de modo mais explícito nas matérias que retrataram essa subtemática. O jornal Diário do Pará, predominantemente, exaltou a natureza amazônica e sua magnitude, os recursos naturais existentes nos 11 municípios que compõem a região Xingu e a biodiversidade capaz de suprir as necessidades daqueles que residem na Amazônia e nas demais partes do globo. Tais valores de preservação do meio ambiente por meio do ideal da prática do “desenvolvimento sustentável” remetem a um discurso elaborado também por aqueles que não pertencem à região, chamados de “estrangeiros”.

Contam com destaque relativamente considerável, ainda que inferior ao concedido às fontes do governo federal e seus aliados por meio de fotos e citações aspeadas, os

depoimentos de personalidades mundiais engajadas nas causas sociais e em ações relacionadas à preservação do meio ambiente, de cientistas, de representantes de ONGs socioambientalistas e lideranças de movimentos sociais que reivindicam a preservação das áreas a serem inundadas pelos reservatórios da Hidrelétrica. No entanto, tais textos, com a predominância de expressões que aludem ao discurso socioambiental, estão em relativa desvantagem qualitativa por disporem de menos visibilidade em relação àqueles que defendem e valorizam as qualidades da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, idealizada pelo Executivo Federal e seus parceiros.

A presença do discurso socioambientalista nos textos jornalísticos manifesta-se sob a influência de estereótipos comumente direcionados à Amazônia, aos povos da floresta, aos militantes de ONGs e demais organizações de perfil sindical e partidário, conforme foi analisado no transcorrer da dissertação. Quando ganham visibilidade nas notícias dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*, indígenas, ribeirinhos e suas lideranças geralmente são ainda representados como adeptos da violência e com declarações marcadas pela eloquência e revolta, imagens comumente construídas nas últimas décadas desde o surgimento do socioambientalismo. Repetidamente se retratam os povos indígenas por meio de depoimentos agressivos, dramáticos e alarmantes (“Se não reagirmos, vão matar nosso rio em toda a sua extensão”, “Vamos mostrar a ele que tem índio lá”, “Eles não vêm para dançar nem para falar para microfones”).

Não raro, como foi percebido na análise discursiva dos editoriais do jornal *O Liberal*, ativistas atuantes em ONGs ambientalistas são explicitamente ridicularizados ou transformados em objetos de um espetáculo midiático oferecido ao público pela publicação paraense por meio da reconstituição de protestos, debates e demais ações de combate à Usina de Belo Monte. O jornal *O Liberal* optou pelo pitoresco, pela emotividade e pelo irônico na construção de seu discurso.

Os periódicos paraenses também (re)constituem discursos ligados à ideologia socioambientalista por ser “politicamente correto”, economicamente adequado e socialmente aceitável, estando condizente com os padrões das relações estabelecidas em nível global que defendem a prática do desenvolvimento sustentável, com a valorização e preservação da natureza para o bem-estar humano no futuro. A análise do discurso dos textos jornalísticos que retrataram a mobilização dos agentes e instituições contrárias à Belo Monte, mesmo com a exposição desequilibrada em suas páginas da defesa dos interesses dos povos da floresta, quer em termos quantitativos ou qualitativos, ratifica a diversidade vigente não só nos textos

produzidos ou veiculados pelos jornais O Liberal e Diário do Pará, mas nas relações firmadas no espaço amazônico e nas demais sociedades com as quais permanecem em interação global.

Ainda que o discurso das publicações seja tendencioso quanto à valorização econômica de Belo Monte, ao dedicarem visibilidade ao discurso socioambientalista, O Liberal e Diário do Pará cumpririam o suposto papel social de denunciar as agressões provocadas ao meio ambiente, reforçando a imagem das duas empresas jornalísticas como instituições compromissadas com a justiça social e a cidadania.

No entanto, no que se refere às fontes, os jornais continuam a privilegiar as “autorizadas”, ou seja, cientistas, jornalistas especializados sobre a temática socioambiental e lideranças de grupos políticos que se apresentam como defensores dos direitos das populações do Xingu, sem conceder, de modo minimamente proporcional, visibilidade ao discurso dos povos da floresta. Os discursos da população amazônica ribeirinha, rural e urbana dos 11 municípios, deste modo, permaneceram praticamente invisíveis em boa parte do período analisado nesta dissertação. Quando surgem nos textos jornalísticos, são apresentados conforme as visões pré-constituídas de tempos passados.

Referências Bibliográficas

ALEGRIA, M. **Créditos de carbono**. *Revista Meio Ambiente on line*, 28 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.revistameioambiente.com.br/2008/03/28/creditos-de-carbono/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

ALMEIDA, C. Vale tem interesse em entrar no consórcio de Belo Monte se garantir a energia em torno de R\$ 77. **O Globo on-line**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/05/05/vale-tem-interesse-em-entrar-no-consorcio-de-belo-monte-se-garantir-energia-r-77-916505430.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

ALMEIDA, L. F. R. **A ilusão do desenvolvimento**: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

ALVES FILHO, A. A política dos governos militares na Amazônia. In: **Pontos de História da Amazônia- volume II**. Armando Alves Filho, José Alves de Souza Júnior, José Maia Bezerra Neto (orgs). Belém: Paka-Tatu, 2000.

ARAÚJO, I. **A reconversão do olhar**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.

ASSIS, M. F. A contribuição da Psicanálise para a Análise do Discurso. In: CONGRESSO REGIONAL DO CURSO DE HISTÓRIA, 2007, Jataí (GO). **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.congressohistoriajatai.org/2010/anais.htm>>. Acesso em: 19 ago.2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. **Jornais**: uma breve história. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianomundo/historiadojornal.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BARROS FILHO, C.; MARTINO, L. M. S. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BASSETTO, S. R. Jornalismo: dependência econômica e ideologia. JORNADA MULTIDISCIPLINAR: HUMANIDADES EM COMUNICAÇÃO, 6, 2005, Bauru. **Anais eletrônicos...** Bauru: FAAC/Unesp, 2005. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br/eventos/jornada2005/trabalhos/19_silvia_regina.htm>. Acesso em: 12 abr. 2012.

BENETTI, M. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Cláudia Lago, Márcia Benetti (orgs). Petrópolis: editora Vozes, 2008.

BENTES, R. S. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, USP/IEA, v.19, nº 54, p.225-40, 2005.

_____. Um novo estilo de ocupação econômica na Amazônia: os grandes projetos. In: **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais**. Belém: Cejup, 1992.

BEZERRA NETO, J. M. A conquista portuguesa na Amazônia. In: **Pontos de História da Amazônia - volume I**. Armando Alves Filho, José Alves de Souza Júnior, José Maia Bezerra Neto (orgs). Belém: Paka-Tatu, 2001.

_____. A economia da borracha e o esforço de guerra – os soldados da Borracha da Amazônia. In: **Pontos de História da Amazônia - volume II**. Armando Alves Filho, José Alves de Souza Júnior, José Maia Bezerra Neto (orgs). Belém: Paka-Tatu, 2000.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRAGA, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. In: **Campo da Comunicação: caracterização, problematização e perspectivas**. Antonio Fausto Neto, José Luiz Aidar Prado, Sérgio Dayrrel Porto (Orgs.) - João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2010(a). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/constituicaotextoatualizado_ec69.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2012.

_____. Ministério das Minas e Energia. **Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: relatório de impacto ambiental - Rima**. Brasília: Leme, 2009.

_____. Senado Federal. **Relatório Final da CPI “das ONGs”, criada por meio do requerimento nº 201/2007-SF**. Brasília, 2010(b). Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=83242&tp=1>>. Acesso em: 6 mai. 2012.

BRESSER PEREIRA, C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BRITO, A. Procurador orienta índios contra a usina de Belo Monte. **Folha on line**, 03 dez. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1015798-procurador-orienta-indios-contra-usina-de-belo-monte.shtml>>. Acesso em: 31 mar. 2012.

BROERSMA, M. The Unbearable Limitations of Journalism - On Press Critique and Journalism's Claim to Truth. **The International Communication Gazette**, Amsterdam, v. 72, n.1, p. 21-33, 2010.

BUENO, M. **A origem das palavras para crianças e jovens curiosos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

CARNEIRO, J. Publicação era arma no jogo do poder. **O Liberal**, Belém, 15 nov. 2009(a), Atualidades, p.6.

_____. Um jornal que surgiu de lutas políticas. **O Liberal**, Belém, 15 nov. 2009(b), Atualidades, p.5.

CARRASCO, L.; LINO, G. L.; COSTA, N.; PALÁCIOS, S. **Máfia Verde: Ambientalismo, nuevo colonialismo**. Tradução para o espanhol de Luís Nava e Ángel Palacios Zea. Rio de Janeiro: Capax Dei Editora, 2007.

CERQUEIRA, L. A. E. **Qualidade jornalística: ensaio para uma matriz de indicadores**. Brasília: UNESCO, 2010.

CHAPARRO, M. C. **Linguagem dos Conflitos**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2001.

_____. **Pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 15ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. Brasília: Fenaj, 2007.

COMITÊ METROPOLITANO DE BELÉM DO XINGU VIVO PARA SEMPRE. **Nota de esclarecimento.** Belém, 24 nov. 2011. Disponível em: <<http://xingu-vivo.blogspot.com.br/2011/11/comite-xingu-vivo-nota-de.html>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Dom Erwin ganha Prêmio Nobel Alternativo.** Brasília, 3 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/amazonia/4776-dom-erwin-ganha-premio-nobel-alternativo>>. Acesso em: 1º abr. 2012.

CONTRATO da TV Liberal com Funtelpa é inédito. **Diário do Pará on line**, Belém, 23 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticia-163225-contrato-da-tv-liberal-com-funtelpa-e-inedito.html>> . Acesso em: 20 fev. 2012.

CONTRERAS, D. Il linguaggio giornalistico - caratteristiche e limiti. **Perspectives on communication**, Roma, outubro 2005. Disponível em: <<http://www.perspectivesoncommunication.com/files/3PoCoct05it.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

CORRÊA, F.; CLAUDINO, L.; COSTA, S. História do Jornalismo no Brasil e no Pará, da Colônia à República Velha. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE, 6, 2007, Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2007/resumos/R0246-1.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

CORREIA, J.C. **Teoria e Crítica do Discurso Noticioso:** notas sobre Jornalismo e representações sociais. Covilhã: Universidade da Beira Anterior, 2009.

COSTA, F. B. **Homens invisíveis:** relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

COSTA, L. M. **Comunicação & meio ambiente:** a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia. 1. Ed. Belém: Ed.da UFPA/NAEA, 2006.

_____; SILVA, J. Belo Monte e o Discurso Desenvolvimentista na Mídia Impressa Paraense. In: **ENCONTRO LATINO AMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS**, 3, 2010, Belém/PA. Belém: Editora NAEA, 2010. v. 1. p. 111-111.

_____. **Discurso e Conflito:** dez anos de disputa pela terra em Eldorado do Carajás. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

CUNHA, A.G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

D'ELIA, M. Em Altamira a revolução da economia já começou. **Veja on Line**, 08 abr. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/em-altamira-a-revolucao-na-economia-ja-comecou>>. Acesso em: 23. fev. 2012.

DESEMPREGADOS nas ruas à espera de vagas em usina. **Diário do Pará on line**, Belém, 19 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticia-197577-desempregados-nas-ruas-a-espera-de-vagas-em-usina.html>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

DIÁRIO amplia liderança, confirma Ibope. **Diário do Pará on line**, Belém, 18 dez. 2011. Disponível em: <<http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-147842-DIARIO+AMPLIA+LIDERANCA++CONFIRMA+PESQUISA+IBOPE.html>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

DINIZ, E. M. Rio+10 results. **Revista do Departamento de Geografia**, n.15, 2002, p. 31–35. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/31-35.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.

DI PAOLO, P. **Cabanagem:** a Revolução Popular da Amazônia. Belém: Cejup, 1986.

DRUMMOND, J. A.; NASCIMENTO, E. Invenção e Realidade da Região de Belo Monte. In: **Amazônia:** dinamismo econômico e conservação ambiental. Elimar Pinheiro do Nascimento e José Augusto Drummond (Orgs.) - Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

DUTRA, M. J. S. **A natureza da mídia:** os discursos da TV sobre a Amazônia a biodiversidade e os povos da floresta. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **Ramal dos Doidos:** o interior da Amazônia visto por um repórter. Santarém: Instituto Boanerges Sena, 1998.

EMPREENHIMENTOS das Organizações Romulo Maiorana. **O Liberal**, Belém, 14 nov. 2010, Atualidades, p.50.

ERBOLATO, M. **Dicionário de propaganda e jornalismo.** São Paulo: Editora Papirus,

1985.

ESCOSTEGUY, A. C. Os estudos culturais. In: **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. HOHLFELDT, D.; MARTINO, L.C.; FRANÇA, V. V. (orgs.). Petrópolis, RJ, Vozes, 2001, p.151-170.

ESPÍNOLA, C.V. A mulher no Islã – gênero, violência e direitos humanos. In: **JORNADA SOBRE ALTERNATIVAS RELIGIOSAS – SOCIEDADE Y RELIGION EN EL TERCER MILENIO**, 10, 2000, Buenos Aires. Disponível em: <<http://www.naya.org.ar/religion/XJornadas/pdf/7/7-Espinola.PDF>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio**: o dicionário da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, P. R. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. 2005. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/hp_unesco_redealcar55completo.html>. Acesso em: 23 mai. 2012.

FLÁVIO, L. Dos anos do chumbo à marca de um milhão de leitores. **Diário do Pará**. Belém, 22 ago. 2010. Caderno Especial Diário 28 anos, p.4.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política – Departamento de Economia da PUC/SP**, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens_do_Desenvolvimentismo.pdf>. Acesso em: 28 jul 2011.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FRANÇA, V. R. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?. In: **Encontro Nacional da Compós, X**, 2001, Brasília. Compós, 2001.

FUCS, José. A nova face da filantropia. **Revista Época On line**, 08 ago. 2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EMI10031-15245,00.html>>. Acesso em 31 dez. 2011.

FURTADO, M. Carta do Greenpeace ao presidente Lula sobre G20. **Greenpeace**, 12 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2008/11/carta-do-greenpeace-ao-preside.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

GARIERI, N. S. *et al.* Uma análise antropológica dos estereótipos do indígena na mídia. In: ENCONTRO PARANÁ/SANTA CATARINA DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 1º, 2010, Guarapuava. **Anais eletrônicos...** Guarapuava: Unicentro, 2010. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/historiadamidia/anais/Publicidade/Samuel%20Farias%20Costa.pdf>>. Acesso em 27 jan. 2012.

GLOSSÁRIO de **Ecologia**. Academia de Ciências do Estado de São Paulo (Aciesp), 1997, 2 ed. Publicação n. 103.

GOHN, M. G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2011.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GOVERNO lança PAC 2 para investir R\$ 1,59 trilhão e impulsionar campanha de Dilma. **Portal UOL Notícias**, São Paulo, 29 mar. 2010. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/especiais/pac/ultnot/2010/03/29/governo-lanca-pac-2-para-investir-r-159-trilhao-e-impulsionar-campanha-de-dilma.jhtm>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas públicas. In: DINIZ, N. *et al.* (orgs). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

HALL, A. L. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

ÍNDIOS Mundurukus vendem direito sobre a terra a estrangeiros. **Gazeta de Santarém on line**, Santarém, 20 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadesantarem.com.br/regional/indios-mundurukus-vendem-direito-sobre-terra-a-estrangeiros/>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de jul. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Casa de Chico Mendes**. Brasília, S.d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13936&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. “**Aí chamei o Jaime do Pacu**”: Leia íntegra de Lula sobre a Amazônia. São Leopoldo, 24 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/23344-%60%60ai-chamei-o-jaime-do-pacu%60%60-leia-integra-de-lula-sobre-amazonia>>. Acesso em: 31 mar.2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **A polêmica da Usina de Belo Monte**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>>. Acesso em: 28 nov. 2010.

JENSEN, K. B. Teoria e filosofia da comunicação. **Matrizes**, Vol. 2, n. 1, 2008, Universidade de São Paulo. Brasil, p. 31-47.

KRAÜTLER, E. Povo à jusante de Belo Monte. **Prelazia do Xingu**, mar. 2012. Disponível em: <http://www.prelaziadoxingu.com.br/partida/index.php?option=com_content&view=article&id=221:o-povo-qa-jusanteq-de-belo-monte&catid=161:dom-erwin&Itemid=453>. Acesso em: 20 abr. 2012.

KUBITSCHKEK, J. No Clube Ideal, sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. In: **Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek**. Luíza Helena Nunes Pinto (Org). Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

KUNCZIK, M. **Conceitos de Jornalismo**: Norte e Sul: Manual de Comunicação. Tradução de Rafael Varela Júnior. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LARA, J. **Os gêneros jornalísticos com conteúdo informativo (a notícia, a reportagem e a entrevista) nas aulas de língua portuguesa**: desvelando a linguagem pretensamente neutra Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/357-4.pdf>> . Acesso em 20 abr. 2012.

LIESENBERG, C. Terceiro setor: conceito e práticas. In: **Com Ciência** - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), 10 nov.

2006. Disponível em:
<<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=19&id=194>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

LOUREIRO, B. P. **O Plano de Integração Nacional de 1970 e as rodovias na Amazônia**: o caso da região amazônica na política de integração do território Nacional. Disponível em:
<http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/6t-alun/2010/m10/10-loureiro.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2012.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do livro, 2009.

LUFT, S. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia**: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2005.

LUTA sectária no Iraque. **Veja.com**, mar.2007. Disponível em:
<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/luta_iraque/index.shtml>. Acesso em: 2 jan. 2012.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos Discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

MARQUES, A. A. **Amazônia**: pensamento e presença militar. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

MARTINO, L. M. S. **Comunicação**: troca cultural? São Paulo: Paulus, 2005.

MEDEIROS, H.F. Avaliação de Impactos do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte sobre a Vida Selvagem, incluindo Implicações Socioeconômicas. In: **Painel de Especialistas** - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. SANTOS, S. M. S.B. M; HERNANDEZ, F. M. (Orgs). Belém,

2009. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em 13 set. 2011.

MÉDICI, E.G. Sob o signo da fé - discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. **Biblioteca da Presidência da República**. 8 out. 1970. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1970/24/view>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

MONTEIRO, B. **História do Pará**. Belém: Delta Publicidade, 2001.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. **Belo Monte quer dar ‘calote’ de 50 milhões em imposto, diz prefeitura de Altamira**. Altamira, 26 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2012/04/26/belo-monte-quer-dar-calote-de-50-milhoes-em-imposto-diz-prefeitura-de-altamira/>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

_____. Carta do Movimento Xingu Vivo para Sempre. In: **Encontro Xingu Vivo para Sempre divulga documento final**. Instituto Socioambiental, Altamira, mai. 2008. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2687>>. Acesso em: 28 nov. 2010.

_____. **Resumo dos impactos sociais**. Altamira, 24 out. 2010. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/24/resumo-dos-impactos-sociais/>>. Acesso em: 28 nov. 2010.

NASCIMENTO, D. **A Lenda do Eldorado**. LatinoAmericano, S.d. Disponível em: <http://www.latinoamericano.jor.br/cultura_popular_analise_mito_eldorado.html>. Acesso em: 23 fev. 2012.

NASCIMENTO, H. R.; FONSECA, M. G. C.; ALVES, M. H. N. P. O newsmaking do caso Eloá. In: ENCONTRO COMUNICAÇÃO, MÍDIA E DEMOCRACIA, 1º, 2008, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: Faculdade 7 de Setembro, 2008. Disponível em: <http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/publicidade/midiademocracia/ARTIGO02.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2012.

NEVEU, E. News without Journalists. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v.6, n.1, p. 29-54, 2010.

NORTE ENERGIA S/A. **Conheça a UHE Belo Monte.** Brasília, dez. 2011(d). Disponível em: <http://www.blogbelomonte.com.br/wp-content/uploads/2011/12/Cartilha_portugues_.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.

_____. **Licença de Instalação (LI) da UHE Belo Monte (PA) é concedida pelo Ibama.** 16 fev. 2011(b). Disponível em: <<http://www.blogbelomonte.com.br/2011/02/16/licenca-de-instalacao-li-da-uhe-belo-monte-pa-e-concedida-pelo-ibama/>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. **Infográfico: para onde vai a energia de Belo Monte.** 15 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.blogbelomonte.com.br/category/galerias/infograficos/>>. Acesso em: 10 jun. 2012

_____. **Norte Energia recebe licença de instalação para UHE Belo Monte.** 01 jun. 2011(c). Disponível em: <<http://norteenergiasa.com.br/site/2011/06/01/norte-energia-recebe-licenca-de-instalacao-para-a-uhe-belo-monte/>> . Acesso em: 10 jun. 2012.

_____. **Usina Belo Monte.** 11 fev. 2011(a). Disponível em: <<http://www.blogbelomonte.com.br/usina-belo-monte/>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

NUZZI, V. Governo Lula teve crescimento médio de 4% do PIB e superou FHC. **Rede Brasil Atual.** São Paulo, 03 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/economia/2011/03/governo-lula-teve-crescimento-medio-de-4-do-pib-e-superou-fhc>> . Acesso em: 06 ago. 2011.

OCAMPO, J.A. **The Transition to a Green Economy: Benefits, Challenges and Risks from a Sustainable Development Perspective.** Report by a Panel of Experts to Second Preparatory Committee Meeting for United Nations Conference on Sustainable Development. Division for Sustainable Development, UN-DESA; United Nations Environment Programme and UN Conference on Trade and Development, 2010.

OLIVEIRA, M. Emprego em região de Belo Monte cresce 150% neste ano, diz governo. **Portal G1,** 26 ago. 2011 (a). Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/moradores-que-serao-desalojados-dizem-ter-esperanca-em-belo-monte.html>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

_____. Moradores que serão desalojados dizem ter 'esperança'. **Portal G1,** 27 ago. 2011(b). Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/moradores-que-serao-desalojados-dizem-ter-esperanca-em-belo-monte.html>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos.** São Paulo: Pontes Editores, 2010.

PACHECO, Paula. Como fazer o bem a si mesmo. **Revista Época On line**, 08 ago. 2008. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EMI10041-15245,00.html>. Acesso em: 31 dez. 2011.

PAES LOUREIRO, J. J. **Cultura amazônica**: uma poética do imaginário. São Paulo: Escrituras, 2003.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p.163-252.

_____. **Semântica e Discurso** – Uma crítica a afirmação do óbvio; tradução Eni Orlandi [et al]. Campinas. Ed. Unicamp, 2009.

PEREIRA, J. C. Em 66, o jornal dos sonhos de Romulo. **O Liberal**, Belém, 15 nov. 2009, Atualidades, p.9.

PEREIRA, J. M. D. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, v.6, p. 121-141, 2011.

PHILLIPS, A. **Media Power & Revolution Marketing the 21st Century**. Tradução para o italiano de Giorgio Guzzetta e Gaia Resta. Disponível em: <<http://vociglobali.it/2012/04/17/il-futuro-del-giornalismo/>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

PINTO, L. F. A chegada do *tycoon* a Belém. **Observatório da Imprensa**, Campinas, 2 out. 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/pages/oihistoria>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Agora o fogo. **Jornal Pessoal** - A Agenda Amazônica de Lúcio Flávio Pinto, Belém, 2^a quin. Jun. 2010. Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/AA00005008/00346/12j>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. A Internacionalização da Amazônia. **Revista USP** – Dossiê nº 13 Amazônia, São Paulo, mar/abr/mai/1992. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/13/SUMARIO-13.html>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

_____. Entre o maior e o menor. **Observatório da Imprensa**, Campinas, 3 nov. 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/entre_o_maior_e_o_menor>. Acesso em: 11 jun. 2012.

em: 22 fev 2012.

_____. Hidrelétricas na Amazônia: ontem, como hoje, iguais. **Jornal Pessoal** - A Agenda Amazônica de Lúcio Flávio Pinto, Belém, 1º fev. 2011. Disponível em: <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=1801>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. O Rei da Quitanda. **Revista Consultor Jurídico**. São Paulo, 24 jan. 2005. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2005-jan-24/jornalista_agredido_diretor_jornal_liberal>. Acesso em: 12 mar. 2011.

PINTO, L. H. N. (Org.). **Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

PLANEJAMENTO assegura a excelência gráfica. **O Liberal**, Belém, 13 nov. 2011, Atualidades, p.3.

POSSENTI, S. Observações sobre interdiscurso. **Revista Letras**, Curitiba, PR, v. 61, p. 253-269, 2003.

RABAÇA, C. A; BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Ática, 1987.

RAMIRO, D. Carreira de ongueiro. **Revista Época On line**, 12 ago. 2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI10042-15245,00-CARREIRA+DE+ONGUEIRO.html>>. Acesso em: 31 dez 2011.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado – Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Série Antropologia** (Brasília), v.123, p 2-36, 1992.

RIO +20 e a propaganda da 'Economia Verde'. **Cidadania e Meio Ambiente** – caminhando junto com a sociedade, ano VII, nº 38. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/pdf/rcman38.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

RODRIGUES, A. L. F. **O boto na verbalização de estudantes ribeirinhos: uma visão etnobiológica**. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria de Pesquisa do Comportamento) - Programa de Pós-Graduação em Teoria de Pesquisa do Comportamento Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Belém.

ROQUE, M. V.; CORTEZ, G. R. As Fontes Jornalísticas e sua relação com o discurso em Foucault. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO

SUDESTE, XV, 2010, Vitória (ES). **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-0399-1.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2011.

SAIBA o que muda na sua vida com o lançamento do PAC. **Mídia Max News**, 27 jan. 2007. Disponível em: <http://www.midiamax.com/view.php?mat_id=26093>. Acesso em: 10 nov. 2010.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e Novos Direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, S. M. S.B. M; HERNANDEZ, F. M. (Orgs). **Painel de Especialistas** - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 2009. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 13 set. 2011.

SILVA, J. A. R. A “**Luta pelo desenvolvimento**” nas páginas do **Diário do Pará**. 2010. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo) – Faculdade de Comunicação Social, UFPA, Belém.

SILVA, J. O. As contribuições de Pierre Bourdieu para a análise do discurso político. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 7, 2011, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Abralin, 2011.

SILVA, J. S. Fenomenologia Hermenêutica: um instrumento para a compreensão social na mídia impressa. **Cambiassu - Estudos de Comunicação**, v. 19, n. 2, p. 60-75, 2011(b).

_____. Movimento Xingu Vivo para Sempre e o Discurso da Contestação contra Belo Monte. In: CONFERÊNCIA SUL- AMERICANA DE MÍDIA CIDADÃ, 2; CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ, 7, 2011, Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: UFPA, 2011(a).

SILVA, R. S. **Diagramação**: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa. São Paulo: Summus, 1995.

SILVEIRA, L. Desenvolvimentismo: Tema e Variações. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FESPSP, 1, 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.fesp.org.br/sic/papers/ESP/SIC_LucianaSilveira.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2012.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SINDICATO dos trabalhadores declara fim da greve em Belo Monte. **Gazeta do Povo on line**, Curitiba, 03 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1250989>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

SOARES, E. A audiência pública no processo administrativo. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n.58, 1 ago. 2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/3145>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

TEMER, A. C. R. P.; NERY, V. C. A. **Para entender as teorias da comunicação**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

VARGAS, G. Discurso do Rio Amazonas. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 4, nº 2, 1942. Disponível em: <<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/rbg/article/view/698>>. Acesso em: 31 mar. 2012.

VELOSO, M.S.F. *et al.* **Jornal Pessoal**: Modelo de imprensa contra-hegemônica na Amazônia brasileira. *Observatorio (OBS*)*, v. 5, p. 1-15, 2011.

_____. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia**: 20 anos do Jornal Pessoal (1987- 2007). Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), ECA – Escola de Comunicação e Artes, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VIARO, M. E. **Por trás das palavras**: Manual de Etimologia do Português. São Paulo: Globo, 2004.

VIEIRA, R. E. Democracia e os novos direitos socioambientais no Brasil: uma análise do papel do movimento socioambiental na construção da democracia participativa brasileira. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES, 1º, **Anais eletrônicos**... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/democracia-e-os-novos-direitos-socioambientais-no-brasil-uma-analise-do-papel-do-movimento-socioambientalismo-na-construcao-da-democracia-participativa-brasileira/4860/download/>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Textos analisados na dissertação

AUDIÊNCIA acaba em tumulto. **O Liberal**, Belém, 16 set. 2009, Atualidades, p.5.

BARROS, T. Audiências públicas esclarecem pouco. **O Liberal**, Belém, 15 set. 2009, Poder, p.4.

BATALHA reveladora. **O Liberal**, Belém, 21 abr. 2010, Atualidades, p.3.

BELO Monte é preciso. **O Liberal**, Belém, 3 fev. 2010(a), Atualidades, p.3.

_____ e o xiitismo ambiental. **O Liberal**, Belém, 11 abr. 2010(b), Atualidades, p.3.

_____ abre leque de oportunidades. **O Liberal**, Belém, 8 set. 2010(c), Poder, p.3.

BISPO do Xingu pede audiência sobre usina. **O Liberal**, Belém, 23 out. 2009, Atualidades, p.6.

DIVERGÊNCIAS Revitalizantes. **O Liberal**, Belém, 25 abr. 2010, Atualidades, p.3.

EDITAL de Belo Monte sai amanhã. **O Liberal**, Belém, 18 nov. 2009, Poder, p.5.

ÍNDIOS abandonam diálogo com o governo. **Diário do Pará**, Belém, 15 ago. 2010, Brasil, p. B9.

JUSTIÇA suspende liminar contra usina de Belo Monte. **O Liberal**, Belém, 12 nov. 2009, Poder, p.5.

LICENÇA para Belo Monte sai na próxima segunda. **O Liberal**, Belém, 11 nov. 2009, Poder, p.2.

LULA vê indústria do apagão contra usina. **O Liberal**, Belém, 27 abr. 2010(a), Poder, p.5.

_____ exalta valor das hidrelétricas. **Diário do Pará**, Belém, 14 ago. 2010(b), Brasil, p. B1.

MACHADO, I. Índios farão aldeia em área a ser alagada. **Diário do Pará**, Belém, 8 fev. 2010(a), Atualidade, p. A8.

_____. Empresas ganham incentivos fiscais. **Diário do Pará**, Belém, 15 abr. 2010(b), Atualidade, p. A11.

MAIS de 5 mil casas serão construídas. **O Liberal**, Belém, 12 set. 2010, Poder, p.2.

MINISTRO cobra licença para Belo Monte. **O Liberal**, Belém, 12 nov. 2009, Poder, p.5.

MELLO, L. Audiências públicas começam amanhã. **Diário do Pará**, Belém, 09 set. 2009(a), Atualidade, p. A11.

_____. MP promove audiência pública. **Diário do Pará**, Belém, 1º dez. 2009(b), Atualidade, p. A9.

_____. Usina de Belo Monte vai a leilão no dia 20 de abril. **Diário do Pará**, Belém, 19 mar. 2010(a), Atualidades, p. A10.

_____. James Cameron luta contra Belo Monte. **Diário do Pará**, Belém, 13 abr. 2010(b), Atualidade, p. A11.

MENDES, C. Ação judicial pode anular audiências públicas. **Diário do Pará**, Belém, 23 set. 2009, Atualidade, p. A9.

_____. Justiça federal cancela licença e suspende leilão. **Diário do Pará**, Belém, 15 abr. 2010, Atualidade, p. A11.

MP quer anular audiências sobre a usina. **O Liberal**, Belém, 17 set. 2009, Atualidades, p.9.

PIROTECNIA do tudo ou nada. **O Liberal**, Belém, 15 jun. 2010, Atualidades, p.3.

PROTESTOS contra usina por todos os lados. **O Liberal**, Belém, 21 abr. 2010, Poder, p.2.

SANCHES, F. Licença de Belo Monte é alvo de batalha. **O Liberal**, Belém, 9 mai. 2010, Atualidades, p.10.

SIQUEIRA, F. Eletrobrás confirma: leilão de Belo Monte iniciará em maio. **Diário do Pará**, Belém, 14 fev. 2010 (a), Atualidades, p. A3.

_____. Usina de Belo Monte pode gerar 42 mil empregos. **Diário do Pará**, Belém, 22 abr. 2010(b), Atualidade, p. A8.

_____. Cartilha pede reação contra usinas. **Diário do Pará**, Belém, 6 jun. 2010(c), Atualidade, p. A5.

VILARINS, T. É Belo Monte ou racionamento. **O Liberal**, Belém, 9 mai. 2010(a), Poder, p.1-2.

_____. Greenpeace vai reagir a Belo Monte. **O Liberal**, Belém, 13 jun. 2010(b), Poder, p.5.

Sites consultados

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>>

<<http://www.academia.org.br> >

<<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>>
< <http://www.belemweb.com.br>>
<<http://www.blogbelomonte.com.br/>>
<<http://www.cimi.org.br>>
<<http://www.diariodopara.com.br>>
<[http:// www.dicionarioweb.com.br/](http://www.dicionarioweb.com.br/)>
<[http:// www.epe.gov.br](http://www.epe.gov.br) >
<<http://www.fenaj.org.br/>>
<<http://www.greenpeace.org/>>
<<http://www.ibama.gov.br>>
<<http://www.islam.com.br/>>
<<http://www.ipsos.com.br/>>
< <http://www.iucn.org/>>
<<http://www.mme.gov.br/> >
< <http://www.mutiraoamazonia.org.br/>>
<<http://www.oliberaldigital.com.br/>>
<<http://www.orm.com.br>>
<<http://www.observatoriodoredd.org.br/site/>>
<[http:// www.pac.gov.br/](http://www.pac.gov.br/)>
<<http://www.petrobras.com.br>>
<<http://www.redepovosdafloresta.org.br/>>
<<http://www.rio20.gov.br/>>
<<http://sosriosdobrasil.blogspot.com.br/>>
<<http://xingu-vivo.blogspot.com.br/>>
<<http://www.xinguvivo.org.br>>